



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RECURSOS HÍDRICOS:  
A BARRAGEM DO GUAPIAÇU E A ATUAÇÃO DO COMITÊ  
DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA GUANABARA**

**CAROLINA LEÃO**

**Rio de Janeiro  
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RECURSOS HÍDRICOS:  
A BARRAGEM DO GUAPIAÇU E A ATUAÇÃO DO COMITÊ DA  
BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA GUANABARA**

**CAROLINA FAGUNDES LEÃO**

*Sob a orientação da Professora*  
**Profa. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha**

*E co-orientação do Professor*  
**Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão**

Dissertação submetido à banca coordenada pelo Curso de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável enquanto requisito para obtenção do grau de **Mestre em Ciências, Área de Concentração Políticas Públicas, Governança e Conflitos Socioambientais.**

Rio de Janeiro, RJ.  
2016

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L433c Leão, Carolina Fagundes, 1981-

Conflitos socioambientais e recursos hídricos: a Barragem do Guapiaçu e a atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara / Carolina Fagundes Leão. – 2016.  
189 f.: il.,.

Orientadora: Valéria Gonçalves da Vinha.

Coorientador: Paulo Pereira de Gusmão.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável), 2016.

1. Governança das águas. 2. Conflitos socioambientais. 3. Comitê de Bacia Hidrográfica. 4. Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. 5. Barragem do Guapiaçu. I. Vinha, Valéria Gonçalves da, 1957 -, orient. II. Gusmão, Paulo Pereira de, 1949 -, coorient. III. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável. IV. Título.

**CAROLINA FAGUNDES LEÃO**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RECURSOS HÍDRICOS:  
A BARRAGEM DO GUAPIAÇU E A ATUAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA GUANABARA**

Dissertação submetido à banca coordenada pelo Curso de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável enquanto requisito para obtenção do grau de **Mestre em Ciências, Área de Concentração Políticas Públicas, Governança e Conflitos Socioambientais.**

Aprovada em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Peter Herman May  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Maurício Monken  
Escola Politécnica Joaquim Venâncio - FIOCRUZ

## AGRADECIMENTOS

Como essa dissertação é fruto de encontros e desencontros, e de muitas contribuições, gostaria de agradecer à cada pessoa que colaborou para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Começo agradecendo à minha orientadora Professora Valéria Vinha, e ao meu coorientador, Professor Paulo Gusmão, que de forma gentil e generosa, foram integralmente disponíveis em compartilhar seus conhecimentos comigo.

Aos membros do Comitê da Baía de Guanabara, que se mantiveram acessíveis durante toda a elaboração da pesquisa, compartilhando a documentação necessária para a realização desse estudo.

À minha turma querida, T4, que foi um presente durante esses dois anos de estudo. A cada dia, debates, risadas, aprendizados. Vocês foram fundamentais ao oportunizar a convivência em um ambiente intelectual rico e tão divertido.

À minha equipe de Programas Ambientais da Petrobras. Agradeço por serem tão colaborativos durante todo esse percurso, e sempre cuidarem de mim, me incentivando a cada demonstração de cansaço. Agradeço especialmente à Gislaine Gaberlini, pela confiança depositada ao autorizar a minha incorporação ao Programa de Mestrado.

Aos meus amigos (as) queridos (as), por compreenderem todas as negativas aos seus convites para encontros agradáveis. O processo produtivo de um estudo, por vezes, é um percurso solitário e de muita dedicação. Obrigada por não desistirem de mim.

À minha mãe e irmão, que são um pedacinho de mim. Com eles por perto, me sinto preparada para enfrentar todo e qualquer desafio.

E finalmente, ao meu companheiro, amigo, amante, pai do meu filho, Juan, que esteve ao meu lado o tempo todo, compreendendo minhas ausências (!!!), me incentivando, e sendo a pessoa mais inspiradora e justa que tenho como referência. Te amo acima de tudo.

## RESUMO

LEAO, Carolina Fagundes. *Conflitos Socioambientais e Recursos Hídricos: a Barragem do Guapiaçu e a atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía Da Guanabara (RJ)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGPDS/UFRRJ, 2016, 189 f.

Essa investigação busca discutir criticamente as oportunidades e limites da atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, no que tange à promoção da negociação dos conflitos socioambientais relacionados os recursos hídricos, considerando a noção de governança democrática, capaz de reconhecer as múltiplas territorialidades que incidem nos modos de uso das águas e a diversidade de usuários. Argumenta-se que existe uma íntima relação entre governança da água e conflitos socioambientais no que se refere aos seus múltiplos usos, e que o quadro institucional atual apresenta métodos de negociação inovadores e participativos, visando a incorporação de elementos fundamentais, como a gestão democrática, a participação cidadã e a descentralização das decisões políticas, de forma a garantir o envolvimento dos diversos usuários na gestão da bacia hidrográfica. Os comitês de bacia hidrográfica possuem importante atribuição neste processo, uma vez que atuam como espaços para a promoção do debate entre os diferentes atores envolvidos na gestão da água, fornecendo os insumos necessários para a tomada de decisão relacionada ao planejamento hídrico. No entanto, na prática, esses órgãos enfrentam enormes desafios, pois possuem poderes deliberativos fortes, mas limitada capacidade de implementação. De todo modo, a avaliação sobre o potencial de contribuição desses instrumentos para o fortalecimento do poder e da autonomia dos cidadãos, ou se estes na verdade cumprem um papel de coerção e consenso, legitimando as orientações governamentais, dependerá da análise de cada caso específico, considerando as especificidades de cada território e cada CBH instituído. Para isso, elegemos o estudo de caso referente à construção da Barragem do Guapiaçu, prevista para ser instalada no município de Cachoeiras de Macacu – RJ, tendo em vista a necessidade de se definir alternativas para o abastecimento hídrico da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Governança das águas. Conflitos socioambientais. Comitê de Bacia Hidrográfica. Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. Barragem do Guapiaçu.

## ABSTRACT

LEÃO, Carolina Fagundes. **Socio-environmental conflicts and Water Resources: the Guapiaçu dam and the performance of the Basin Committee of Guanabara Bay (RJ)**. Masters dissertation. Rio de Janeiro: PPGPDS / UFRRJ, 2016, 189 f.

This research aims to critically discuss the opportunities and limits of performance of Watershed Committees, regarding the promotion of negotiation of environmental conflicts related to water resources, considering the notion of democratic governance, able to recognize multiple territories that affect the ways of use of water and the diversity of users. It is argued that there is an intimate relationship between water governance and environmental conflicts in relation to its multiple uses, and that the current institutional framework presents innovative and participatory trading methods, aimed at incorporating key elements such as democratic management, citizen participation and decentralization of political decisions in order to ensure the involvement of multiple users in river basin management. River basin committees have an important assignment in this process, since they act as spaces to promote the discussion between the different actors involved in water management, providing the necessary inputs for decision-making related to water planning. However, in practice, these agencies face enormous challenges because they have strong decision-making powers, but limited implementation capacity. In any case, the assessment of the potential contribution of these instruments to strengthen the power and autonomy of citizens, or if they actually play a role of coercion and consensus, legitimizing the government guidelines, will depend on the analysis of each particular case, considering the specificities of each territory and each Watershed Committee. For this, we selected the case study for the construction of Guapiaçu dam, expected to be installed in the municipality of Cachoeiras de Macacu - RJ, in view of the need to define alternatives for the water supply of the eastern portion of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

Keywords: Water Governance. Environmental conflicts. Watershed Committee. Basin of Guanabara Bay. Guapiaçu dam.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão hidrográfica do estado do RJ .....	44
Figura 2: Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.....	45
Figura 3: Sub-Região Hidrográfica Leste da Baía de Guanabara .....	50
Figura 4: Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro	65
Figura 5: Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	66
Figura 6: Localização COMPERJ .....	68
Figura 7: Unidades de Conservação do Estado do RJ.....	69
Figura 8: Índice de Perdas Físicas nos sistemas integrados de abastecimento – RJ .....	72
Figura 9: Alternativas estudadas pela CEDAE - 1985 .....	73
Figura 10: Alternativas estudadas pela UFF, 2010.....	74
Figura 11: Área da barragem do Guapiaçu na sub-bacia do rio Guapiaçu.....	75
Figura 12: Bacia hidrográfica Guapi-Macacu .....	79
Figura 13: Áreas Prioritárias para Recuperação na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ .....	80
Figura 14: Canal Imunana-Laranjal.....	81



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2008-20xx).....	51
Tabela 2: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2014-2015).....	54
Tabela 3: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2015-2017).....	57
Tabela 4: Características gerais das regiões hidrográficas do estado do RJ.....	61
Tabela 5: Demandas de água, alcances dos sistemas no tempo e as ações necessárias .....	62
Tabela 6: Vazões das retiradas por RH e do país, por tipo de uso, em 2006 e 2010.....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
ANA – Agência Nacional das Águas  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento  
CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental  
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro  
CERHI-RJ – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro  
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
COMPERJ - Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CTAP – Câmara Técnica de Análise de Projetos  
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento  
DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
ETA – Estação de Tratamento de Água  
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
INEA – Instituto Estadual do Ambiente  
LI – Licença de Instalação  
LO - Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MP/RJ – Ministério Público do Rio de Janeiro  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica  
PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos  
PERHI-RJ – Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro  
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente  
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos  
PROHIDRO – Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos  
RHBG - Região Hidrográfica da Baía de Guanabara  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro  
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente  
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas  
SEIRHI - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos  
SIGRH - Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos  
SIEGRH - Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SNRH – Sistema Nacional de Recursos Hídricos  
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GOVERNANÇA DAS ÁGUAS: AVANÇOS E DESAFIOS.....</b>	<b>15</b>
2.1	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA AMBIENTAL.....	16
2.2	GOVERNANÇA AMBIENTAL: O CASO BRASILEIRO.....	22
2.3	GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BRASIL: A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS .....	29
2.4	OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA: ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES	35
<b>3</b>	<b>AS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E O TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA.....</b>	<b>40</b>
3.1	GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	40
3.2	A REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA: LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO .....	43
3.3	O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA .....	48
<b>4</b>	<b>POTENCIALIDADES E LIMITES DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DE BASE TERRITORIAL: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>60</b>
4.1	SEGURANÇA HÍDRICA E AS ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....	60
4.2	O PROJETO DA BARRAGEM DO GUAPIAÇU E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ASSOCIADO .....	64
4.3	BARRAGEM DO GUAPIAÇU: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....	78
4.4	A TRAMITAÇÃO DO CONFLITO ASSOCIADO À BARRAGEM DO GUAPIAÇU NO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA .....	84
4.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIMITES E POTENCIALIDADES DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA COMO FÓRUM DE NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS .....	108
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO 1 – ANÁLISE ATAS_CBH-BG .....</b>	<b>125</b>
	<b>ANEXO 2 – ANÁLISE ATAS_CERHI.....</b>	<b>138</b>
	<b>ANEXO 3 – ARQUIVAMENTO DO LICENCIAMENTO BARRAGEM.....</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO 4 – CARTA DO MAB ENTREGUE AO CERHI-RJ .....</b>	<b>165</b>

<b>ANEXO 5 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI_RJ – BIÊNIO 2014-2016.....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO 6 – ATA DA REUNIÃO DE POSSE CERHI – RJ – BIÊNIO 2010-2012.....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO 7 – LINHA DO TEMPO BARRAGEM DO GUAPIAÇU.....</b>	<b>185</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A água é uma questão complexa, de importância para diferentes setores, permeando agentes econômicos, valores sociais e interesses públicos e privados.

A institucionalização da gestão de recursos hídricos no Brasil, adotando um sistema normativo que integrasse os princípios de cidadania participativa, teve sua consolidação a partir Lei nº 9433/97, também conhecida como a “Lei das Águas”, definindo uma mudança profunda e significativa no funcionamento deste setor.

A partir deste novo modelo de governança, a gestão dos recursos hídricos no território da bacia hidrográfica passa a ser descentralizada, efetivando-se por meio da implementação de uma multiplicidade de instrumentos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água.

A governança da água é frequentemente um reflexo da cultura, regime jurídico, sistema político e organização territorial do país. Dessa maneira, a avaliação de sua efetividade deve considerar as questões estruturais implicadas, de maneira que possa contribuir para seu aperfeiçoamento.

A gestão participativa, apesar de ser um princípio fundamental presente nos instrumentos legais, se encontra numa fase embrionária, com a necessidade de estímulos e de mecanismos que garantam a sua efetivação.

No que tange à sua implementação nos diferentes níveis federativos, o tamanho territorial do país implica em enorme diversidade de situações, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à qualidade das águas.

No caso do Rio de Janeiro, o estado enfrenta problemas de quantidade, tanto em termos de abundância, quanto de falta de água. Enfrentando eventos extremos, que vão das enchentes à escassez, são muitas as implicações nas estruturas de governança implementadas, considerando a necessidade da participação de diferentes partes interessadas na complexa gestão dos recursos hídricos no território.

Além disso, o estado é obrigado a lidar com uma sucessão de conflitos relacionados aos múltiplos usos da água, uma vez que, segundo dados da OCDE (2015), os setores que mais demandam são a indústria de turismo e de petróleo, que também alteram a ocupação do solo e geram conflitos sobre os usos deste recurso.

Diante desse cenário, o presente estudo buscou analisar a gestão de recursos hídricos no Brasil, no que tange ao seu gerenciamento por comitês de bacias hidrográficas, buscando identificar se este fórum reúne as condições necessárias para a promoção da negociação dos conflitos socioambientais relacionados aos múltiplos usos da água.

Considerando a diversidade de comitês de bacia hidrográfica existentes no país, bem como, os diferentes contextos políticos, sociais e econômicos que interferem na atuação destes fóruns, foi necessário realizar um recorte territorial, a fim de auxiliar a construção da análise crítica.

Identificamos a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RHBG), localizada no estado do Rio de Janeiro, e seu comitê associado, o Comitê Baía de Guanabara (RJ), uma vez que este território guarda um conjunto de características que demandam alto nível de refinamento das estruturas de governança, que possam mediar a multiplicidade de territorialidades e usos da água e de ocupação do solo.

Estima-se que em 15 anos, a região metropolitana do Rio de Janeiro, que em muito coincide com a delimitação da RHBG, concentrará 95% do consumo de água do estado, devido a uma distribuição muito desequilibrada da população e da atividade econômica (OCDE, 2015).

Diante deste quadro, o estado tem como desafio identificar as alternativas de abastecimento, considerando a necessidade de respeitar o aparato normativo que envolve a gestão participativa dos recursos hídricos em dado território.

Uma das alternativas já identificadas para solucionar o problema dos sistemas que já operam em déficit é a construção da Barragem do Guapiaçu, a ser construída no município de Cachoeiras de Macacu - RJ, para abastecimento da porção Leste da RHBG.

Assim, pretendemos com a investigação deste caso, identificar se estes fóruns auxiliam a promoção de um processo de governança das águas, no qual os conflitos socioambientais resultem na promoção de justiça ambiental.

No que se refere aos procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, percorremos uma série de etapas que garantiram a estruturação deste trabalho.

A primeira etapa atendeu à definição da fundamentação teórico-conceitual que norteia as discussões presentes neste estudo, contemplando a discussão sobre os conflitos socioambientais e a constituição de uma estrutura de governança ambiental no Brasil, correlacionando com os discursos de governança da água e as mudanças no âmbito da gestão de recursos hídricos no Brasil.

Na segunda etapa, passamos ao recorte territorial e à identificação das estruturas de governança aderentes ao território, destacando a atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica

enquanto fórum que guarda as atribuições e possibilidades de atuação como promotor do processo de governança das águas.

Em uma terceira etapa, passamos ao estudo de caso, elegendo a construção da Barragem do Guapiaçu, a ser construída no município de Cachoeiras de Macacu – RJ, enquanto oportunidade de reunir os elementos necessários para a realização da discussão sobre o potencial deste fórum em promover a negociação de conflitos socioambientais.

Nesta etapa, foram utilizadas como principais fontes de informação:

1. Referências bibliográficas que tivessem como temática a região hidrográfica da Baía de Guanabara;
2. Atas das reuniões do Plenário do CBH-BG;
3. Atas das reuniões do Plenário do CERHI-RJ; e
4. Documentos do acervo do CBH-BG e CERHI-RJ.

Ressalta-se que o recorte temporal de análise para a leitura das atas foi definido a partir da identificação do momento em que a construção de uma barragem visando equacionar os problemas de abastecimento da porção leste da RHBG apareceu em documento oficial, e passou a tramitar enquanto uma realidade em curto prazo.

Este momento foi a Licença Prévia LP nº FE 013990 do COMPERJ de 26 de março de 2008, que estabeleceu em sua condicionante nº 19 que a Petrobras deveria “*Considerar para o licenciamento do abastecimento de água bruta, todas as alternativas possíveis que garantam não só o abastecimento do complexo, mas também representem reforço hídrico para os municípios da região*”.

Dessa maneira, este estudo trabalhou com o recorte temporal de 2008-2015.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para a reflexão sobre os instrumentos de governança das águas e os tratamentos das disputas relacionadas aos múltiplos usos, auxiliando no processo de implementação e evolução da PNRH e fornecendo insumos para a efetivação da justiça ambiental.

## **2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GOVERNANÇA DAS ÁGUAS: AVANÇOS E DESAFIOS**



## 2.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA AMBIENTAL

A discussão sobre conflitos socioambientais tem sido desenvolvida em vários ramos da ciência, apresentando certa dificuldade de sistematização e compreensão, uma vez que reúne um conjunto de desafios epistemológicos, abordados por diferentes matrizes do pensamento teórico.

De acordo com Leff (2004), a construção de uma epistemologia ambiental é um processo que passa pela articulação das ciências como estratégia para formação de um saber ambiental dotado de complexidade, que permita um diálogo de saberes que transcende o projeto interdisciplinar.

Sendo a complexidade ambiental um desdobramento da relação do conhecimento com o real, a partir da afirmação de sua diversidade ontológica:

[...] a racionalidade ambiental permite uma nova aproximação às formações sociais como uma articulação de processos, para compreender as relações entre base econômica e as superestruturas, entre o material e o simbólico, o real e o imaginário, mas, sobretudo, para estabelecer as relações de ordem natural e cultural na materialidade da produção, bem como a ordem do poder no saber que se decanta nas relações técnicas e sociais de produção e que determina as condições de sustentabilidade das forças produtivas (LEFF, 2004, p.50).

Nesse cenário desafiador de construção de conhecimento, emergem correntes de pensamento que se propõe a elucidar o real, dentre elas, a Ecologia Política.

Little (2006) afirma que a Ecologia Política surge como um novo campo de pesquisa, no contexto da crise ambiental<sup>1</sup>, combinando o campo de diferentes disciplinas em um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências sociais e naturais. Nesta perspectiva, a análise dos conflitos socioambientais é elemento central, e pretende trazer à luz os choques entre as mudanças econômicas, relações de poder e a crise ambiental, entendendo que esta não é responsabilidade de todos e nem impacta igualmente a todos.

Essas relações, muitas vezes antagônicas, envolvem desde questões referentes à exploração direta dos recursos, até as relações entre território e territorialidade, que vão se constituindo sobre esses espaços ao longo do tempo. Estes conflitos permeiam os laços

---

<sup>1</sup> De acordo com Lipietz (2002), as primeiras manifestações de alarme expressas no Clube de Roma, nos anos 70, enfatizavam a insuficiência de recursos naturais, destacando os desequilíbrios ecológicos provocados por poluições industriais (destruição da camada de ozônio, efeito estufa, elevação do nível da água dos oceanos, aquecimento das temperaturas).

culturais instituídos pelas populações com o seu lugar e, também, as relações de poder estabelecidas entre os diferentes atores que se relacionam no mesmo espaço.

A partir da concepção materialista, o território pode ser entendido enquanto espaço onde estão os recursos materiais que dão materialidade ao mundo; bem como um espaço relacional, na medida em que não é visto como um “palco” onde se realiza a vida em sociedade, mas sim como um elemento constituidor da sociedade. Assim, um mesmo espaço pode conter diversas territorialidades que resultam em territórios com configurações, temporalidades e objetivos distintos (MONKEN et al., 2008).

Santos (1998, apud MONKEN et al., 2008) afirma que o espaço como construção social deve considerar a coexistência entre fixos e fluxos, ou seja, o sistema de objetos e de ações, onde a reprodução social gera a necessidade de organização econômica e social de um determinado ordenamento espacial. No processo de construção do espaço geográfico, a vivência e a percepção são dimensões essenciais e complementares, como fenômenos que consolidam os aspectos subjetivos associados ao espaço, conformando as identidades socioculturais (MONKEN et al., 2008).

Essas diversas territorialidades presentes no espaço geográfico são tratadas por Haesbaert (2004) enquanto produto do movimento combinado de territorialização-desterritorialização, isto é, de relações de poder construídas no e com o espaço, tanto de poder no sentido de dominação, quanto de apropriação, em um movimento dialético de destruição e reconstrução.

Sob este enfoque, Acsehrad (2004) afirma que o ambiente não se resume à matéria e energia, sendo também cultural e histórico e, por isso, o seu uso deve ser analisado em seu contexto ampliado. Dessa forma, os conflitos socioambientais devem ser analisados como os que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, expressando as relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos versus interesses privados/apropriação de espaços públicos.

Para Little (2006), os conflitos socioambientais se constituem entre diferentes grupos sociais que apresentam distintas formas de inter-relacionamento com seus respectivos meios sociais e naturais, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico, que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

A definição de como analisar o conflito socioambiental enfatiza a forma como os recursos naturais são objeto de disputa com relação ao uso, à distribuição dos riscos e impactos negativos

das ações antrópicas, bem como, destacam a importância dos sentidos culturais atribuídos nos diferentes contextos sociais.

Sob esta perspectiva, analisar o ambiente e os processos sociais a partir de sua dinâmica territorial pode ser estratégico tanto do ponto de vista da pesquisa, quanto das construções discursivas e políticas dos atores em seus processos de luta, politizando a questão ambiental e os conflitos socioambientais.

Em um contexto onde o conflito ganha destaque na análise, a identificação dos principais atores e recursos ambientais envolvidos, considerando o ambiente em que se realiza e sua permanente interação, passa a ser tarefa fundamental do processo de pesquisa. Nesse sentido, a ecologia política é uma corrente de pensamento que auxilia no entendimento da complexa dinâmica socioeconômica por trás dos problemas ambientais, contribuindo na análise das diferentes relações de poder existentes entre os múltiplos atores e grupos sociais.

Herculano (*apud* CASTILHO, 2012) afirma que os conflitos podem ser percebidos de formas diferentes, podendo ser entendidos como disfunções ou perturbações passageiras que precisam ser sanadas, ou como constitutivos da sociedade moderna, precisando ser geridos, negociados por leis e políticas.

Utilizando a perspectiva da naturalidade social dos conflitos, ou seja, que eles são intrínsecos à dinâmica social, é importante observar que as sociedades modernas, além de plurais, são também desiguais, o que dificulta sobremaneira sua negociação.

Ainda segundo Herculano (2006 *apud* CASTILHO, 2012):

Os conflitos ambientais, ora são vistos como estruturais, derivados do antagonismo profundo entre Economia e Meio Ambiente e, portanto, tendo sempre e necessariamente uma dimensão mais ampla e global; ora são percebidos como fatos isolados, casos pontuais que podem ser bem resolvidos ao menos em uma dada escala e dimensão geográfica. A primeira corrente é conhecida por ecossocialismo, ecologismo dos pobres ou justiça ambiental, e a segunda por adequação ambiental. Analisar os conflitos, de uma forma ou de outra, implica em buscar diferentes soluções.

Levando em consideração os desequilíbrios provocados pela atividade humana, a ecologia política passa a se interrogar acerca da modernidade e a desenvolver uma análise crítica do funcionamento das sociedades industriais. Entende-se que o progresso técnico não é necessariamente sinônimo de emancipação humana e de melhorias do meio ambiente, e que a técnica não está isenta dos valores que a produzem.

Além disso, cabe considerar que há diferenciação nos padrões de conflitualidade que se estabelecem em paralelo às distintas configurações do capitalismo ao longo do processo histórico.

Acsehrad (2013) afirma que há um perfil específico dos conflitos ambientais desencadeados, em articulação com os recentes processos de transformação do capitalismo liberalizado, e que existe um papel desempenhado pelo espaço e pelas dinâmicas locais dos capitais na conformação destes padrões. Ou seja, a dinâmica locacional das unidades produtivas é parte integrante das condições de acumulação do capital no contexto pós-fordista.

O autor apresenta o conceito de Stengers (2005, *apud* ACSELRAD, 2013) – “alternativas infernais” – no qual o sistema capitalista paralisa e captura os atores sociais no interior de situações que parecem não deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia. Nesse contexto, caberia aos atores sociais consentir com a imposição desigual dos riscos dos empreendimentos e instalações de alto impacto, em uma constante chantagem locacional dos investimentos.

Essa compreensão se alinha a discussão de Moore (1996), que destaca que os processos ecológicos não podem ser compreendidos fora dos contextos das relações produtivas locais e sistemas econômicos mais gerais, bem como as lutas simbólicas também se dão em torno das relações materiais de produção e distribuição de recursos e poder. Nessa perspectiva, as lutas por terra e por recursos naturais são simultaneamente lutas por sentidos culturais.

Este enfoque diferencia-se dos tradicionais estudos ecológicos sobre escassez de recursos naturais, uma vez que analisa o meio ambiente a partir da perspectiva da distribuição e da justiça, observando que os problemas ambientais e as desigualdades sociais são oriundos de um modelo de desenvolvimento injusto.

De acordo com Souza e Milanez (2015), a abordagem da ecologia política também se baseia na crítica ao sistema econômico vigente, vislumbrando maior equidade social e distribuição dos benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais e pela produção de mercadorias.

Durante a década de 1970, sob este cenário analítico, movimentos sociais começaram a se organizar, dando visibilidade à relação existente entre degradação ambiental e injustiça social. Tal visibilidade levou a um entendimento coletivo sobre o que seria justiça ambiental, considerando que nenhum grupo de pessoas deve suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas.

A partir dessa compreensão, a justiça ambiental se apresenta em um campo especialmente crítico ao sistema vigente, rejeitando as desigualdades na distribuição dos

benefícios e dos prejuízos que são produzidas pelo modelo econômico hegemônico, de modo a demonstrar que existe uma desigualdade de forças que atua sobre os territórios, produzindo diferentes cargas de impactos econômicos, sociais e ambientais sobre os diversos grupos humanos que ocupam esses espaços.

No Brasil, considerando nosso amplo leque de agudas desigualdades sociais, a exposição desigual aos riscos pode ficar obscurecida e dissimulada pela extrema pobreza e as péssimas condições gerais de vida a ela associadas. No entanto, importante observar que o caso brasileiro configura uma situação constante de injustiça socioambiental, multifacetada, e que atinge de maneira diferenciada os grupos sociais diversos (HERCULANO, 2002).

Segundo Porto e Milanez (2009), no contexto de países de média e baixa renda da América Latina, os processos de desenvolvimento encontram-se fortemente conectados ao papel destes países no mercado globalizado de commodities, associado à fluxos de energia, materiais e distribuição de riquezas decorrentes de um modelo de produção e consumo insustentável e injusto, uma vez que se baseia em preços de mercadorias que não incorporam as degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder, tampouco os impactos à saúde gerados pelas fases mais agressivas da cadeia produtiva.

Nesse contexto, os conflitos socioambientais tendem a se intensificar, na medida em que se agudizam as contradições decorrentes dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento que formam centros e periferias mundiais e regionais. Tais conflitos, porém, tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder (PORTO; MILANEZ, 2009).

O acesso justo e equitativo aos recursos ambientais é elemento básico para a realização do direito humano ao meio ambiente e da justiça ambiental, que assegura que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional dos efeitos negativos dos danos ambientais; que todos os grupos tenham acesso justo aos recursos ambientais do país e tenham amplo acesso à informação e a processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito<sup>2</sup>.

À luz do conceito de justiça ambiental, Zhouri e Laschefski (2010) afirmam que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles

---

<sup>2</sup> Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Manifesto de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em: [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Para efeitos analíticos, os autores propõem três modalidades de conflitos socioambientais:

[...] (a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Os autores reconhecem as limitações de toda classificação, no entanto, afirmam que uma tipologia permite certa visualização quanto à forma e à profundidade do enfrentamento entre os grupos envolvidos e as possibilidades reais da sua conciliação ou solução, considerando sempre que existe uma dinâmica dialética entre eles.

Sobre a utilização de categorias analíticas para a análise de conflitos, Acselrad (2004) se utiliza de um objeto único, a fim de não simplificar sua complexidade. Essa opção deve-se ao esforço de garantir a relação da construção do conhecimento com o real, a partir de sua afirmação ontológica, considerando que o processo de ambientalização<sup>3</sup> dos conflitos é também seu processo de politização.

A partir da politização da questão ambiental e da exposição dos conflitos em andamento, a intenção da justiça ambiental é promover maior igualdade entre os indivíduos envolvidos nos diferentes arranjos territoriais que se configuram como consequência do modelo de produção e consumo vigente, denunciando a lógica desigual que vigora sobre os diferentes territórios, que favorece certos grupos sociais em detrimento de outros, desencadeando assim os conflitos (SOUZA; MILANEZ, 2015).

Nessa linha de análise, Souza e Milanez (2015) afirmam que “a ecologia política e a justiça ambiental trazem à tona a ocorrência de conflitos socioambientais não como uma consequência inevitável do progresso econômico que deve ser paga por alguns, (...) mas como sendo fruto de um modelo de produção material e econômica que privilegia alguns grupos sociais enquanto destrói as possibilidades de vida de muitos outros”.

A água, em sua relação com a dinâmica de reprodução material da vida, está inserida em dinâmicas de uso e de representações simbólicas de grande complexidade, muitas vezes conflituosas. A desigualdade no acesso a água está entre as principais frentes de ação quando se projeta a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (JACOBI et al., 2016).

---

<sup>3</sup> Segundo Lopes (2006), o termo “ambientalização” é um neologismo utilizado pelas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo, relacionado à uma nova questão social e uma nova questão pública.

A insustentabilidade ligada à questão hídrica se relaciona a duas questões fundamentais: o aumento dos desastres climáticos; e o aumento da contaminação dos corpos hídricos, muito em função dos modelos de desenvolvimento altamente exploradores de recursos naturais e, conseqüentemente, com grande impacto no meio ambiente, dificultando cada vez mais o acesso à água em quantidade e qualidade adequados.

Como um recurso natural vital, a definição de modelos de governança que permitam sua gestão adequada é componente fundamental da política ambiental. Sem acesso à água, a sociedade tem impactado suas escolhas e liberdades (JACOBI et al., 2017), o que implica na necessidade premente de gerir os conflitos e definir seus usos prioritários.

## 2.2 GOVERNANÇA AMBIENTAL: O CASO BRASILEIRO

Governança é um termo bastante utilizado na atualidade, seja na esfera pública ou na esfera privada e, por isso, assume diferentes significados.

De acordo com Rego (2012), o termo governança insere-se no ideário do Banco Mundial, estabelecido nos anos 1990, no contexto da globalização e do neoliberalismo, dentro de uma estratégia de Estado eficiente. Nesta perspectiva, foram criados novos instrumentos de regulação social, considerando o surgimento de diversos movimentos sociais na América Latina durante o século XX, observando um novo tipo de relação governo-sociedade, a partir da construção de parcerias e divisão de responsabilidades entre os diferentes atores sociais.

Por outro lado, Rego (2012) também afirma que a ideia de democracia participativa se insere no contexto de uma perspectiva mais crítica em relação ao sistema. Dessa maneira, é importante considerar em toda análise os conteúdos presentes sob os conceitos, considerando as ideias de democracia participativa e/ou de participação regulada. Ambos os discursos geraram órgãos baseados em instrumentos de democracia participativa, que podem assumir significados distintos, conforme o contexto. Assim, é possível distinguir entre versões de governança que enfatizam o aumento da eficiência e efetividade governamental, e outras que focalizam primordialmente o potencial democrático e emancipatório de novas abordagens de governança.

Frey (2010) segue essa análise e afirma que, no Brasil, o debate em torno da reforma e modernização do Estado e da gestão pública vem se desenvolvendo a partir de duas vertentes

de reflexão teórica: a social democracia de cunho neoliberal, com orientação de modernização e engajamento do Estado; e a democrática participativa, que valoriza a organização da sociedade civil e a proposição de uma gestão mais participativa. Ambas se apresentam como respostas aos problemas decorrentes do modelo patrimonialista e burocrático tradicional no setor público brasileiro, e se confundem cada vez mais no debate teórico, na medida em que se utilizam por estratégias discursivas muito próximas.

Assim, o conceito de governança pretende caracterizar as novas tendências da administração pública e de gestão de políticas públicas que mobilizam um conjunto de conhecimentos em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais (FREY, 2010).

No entanto, as concepções consensualistas de boa governança vêm se mostrando irrealistas, especialmente em contextos de grandes desigualdades sociais e políticas. Diferentes trabalhos que tratam da temática ambiental<sup>4</sup> indicam que a forma como a gestão da natureza, especialmente da água, vem sendo realizada, por não alcançar o sucesso desejado, resultam no agravamento dos conflitos socioambientais.

Segundo o IPEA (*apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2016), a partir do início do século XXI, com a chegada ao poder de atores de corte progressista na América Latina, registrou-se um notório avanço no campo das políticas públicas destinadas a promover e assegurar o maior controle social das políticas públicas.

Moura (2016) argumenta que, do ponto de vista de um meio ambiente saudável, como bem público, a governança é de responsabilidade comum tanto dos governos como da sociedade e de suas instituições. A governança envolve, portanto, além das questões político-institucionais de tomada de decisões, as formas de interlocução do Estado com os diferentes setores da sociedade, no que tange à definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas

Bezerra e Moura (2016) chamam a atenção para que a análise do conceito de governança considere a capacidade de inserção da ideia de sustentabilidade no conjunto das políticas públicas e em suas inter-relações, uma vez que a predominância de uma visão setorial do ambientalismo no Brasil tem prejudicado a implementação articulada das ações e dos instrumentos da política ambiental e das demais políticas públicas. A ideia de valorizar mecanismos de governança sugere o aperfeiçoamento da capacidade de absorver as demandas sociais aos processos públicos e privados de tomada de decisão.

---

<sup>4</sup> BERNAL, T.A (2012), CAMPOS, V.N.O.; FRACALANZA, A.P (2010), PIRES DO RIO, G. A. e PEIXOTO, M.N (2001), ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (2010).



A Constituição Federal de 1988 assimila esse entendimento, e reconhece a preservação do meio ambiente como uma questão pública, que não depende apenas da atuação do Estado para seu equacionamento.

No contexto brasileiro, o cenário institucional na área ambiental era incipiente até a década de 1960. Até então, havia políticas setoriais que abordavam tangencialmente a questão ambiental, tendo como foco a exploração dos recursos naturais.

Foi o cenário de debate ambiental internacional que impulsionou o país a rever sua esfera normativa, a fim de se alinhar às diretrizes e aos acordos multilaterais<sup>5</sup> que se firmavam naquele momento.

A ressignificação da questão social a partir da inclusão da perspectiva ambiental, do ponto de vista histórico, tem na Conferência de Estocolmo de 1972 um marco nas relações internacionais, num contexto onde os países desenvolvidos viam-se face aos impactos ambientais negativos em decorrência da expansão industrial, como o aumento da poluição atmosférica e a contaminação dos corpos d'água, bem como, em função de grandes acidentes industriais e dos amplos riscos associados.

Segundo Villar (2013), esta é também uma referência para a visibilidade da preocupação sobre o tema da água no contexto internacional. No Plano de Ação para o Meio Ambiente, elaborado durante esta Conferência, foram apresentadas 109 recomendações sobre aspectos institucionais, organizacionais, financeiros e prioridades ambientais que deveriam ser consideradas pelos Estados e pelas organizações internacionais, e a água foi considerada uma prioridade de atuação.

De acordo com Moura (2016), o Brasil participou desta conferência com a posição de defesa à soberania nacional, entendendo que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser sacrificado e que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços para evitar a poluição ambiental.

Mesmo com um posicionamento conservador, as discussões iniciadas em Estocolmo repercutiram no início da conformação de um aparato institucional no Brasil que tratasse do meio ambiente e, em 1973, foi criada a primeira instituição no nível federal: a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.

---

<sup>5</sup> “ Meio ambiente é a segunda área mais comum para acordos entre os países, ficando atrás apenas de comércio exterior, ainda que alguns acordos ambientais tendam a ser mais declaratórios (intenções, princípios) do que regras a serem seguidas.” (MOURA, 2016).

Lopes (2006) comenta que após a Conferência de Estocolmo em 1972 se conforma uma nova questão pública relacionada à preservação do meio ambiente, impactando, simultaneamente, transformações no Estado e no comportamento das pessoas.

Em 1977, a Conferência das Nações Unidas sobre Água de Mar del Plata representou a primeira de uma série de conferências, declarações e fóruns que se dedicariam à água. A partir dessa conferência ampliou-se o discurso sobre a importância de uma maior atenção ao planejamento integrado do uso da água, sendo recomendada a adoção de medidas para possibilitar a participação efetiva no processo de gestão (MALHEIROS; PROTA; RINCON, 2013).

Nos anos 1980, diversos fatores contribuíram para impulsionar a questão ambiental para o cenário mundial e agendas políticas dos Estados, com destaque para a divulgação, em 1987, do Relatório Brundtland<sup>6</sup>, que propunha um crescimento mais equitativo, reconhecendo as fragilidades do ecossistema global e a finitude dos recursos naturais. É a partir deste relatório que se origina o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que propõe que o atendimento das necessidades do presente não pode comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

No caso brasileiro, um marco fundamental foi o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei no 6.938/81), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabeleceu os princípios, as diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional. De acordo com Moura (2016), o documento foi considerado inovador para a época, não somente por tratar de um tema ainda pouco discutido, mas por seu caráter descentralizador.

No cenário de avanços dos arranjos no campo institucional brasileiro, os movimentos sociais relacionados à questão ambiental trabalharam pela inclusão do Capítulo do Meio Ambiente (Art. 225) à Constituição Federal de 1988 (CF/88), que se desdobrou na necessidade de desenvolvimento de legislação federal específica, e uma conseqüente estruturação de instituições estaduais e municipais de meio ambiente.

Na década de 1990, a visibilidade da questão ambiental se intensificou especialmente pela perspectiva de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD). Para o Brasil, a repercussão teve a especificidade deste ser o Estado sede do encontro, que foi realizado em 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>6</sup> O Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) foi fruto do trabalho realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) criada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1983.

Além dos textos base<sup>7</sup> aprovados na Conferência, outro legado importante deste encontro foi o impacto sobre a conscientização da sociedade civil acerca das questões ambientais (LOPES, 2006).

Neste mesmo ano, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a extinção da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR). Nesta década, o MMA operou com poucos recursos humanos e financeiros, a maior parte oriunda de empréstimos via agências multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud).

Em 2002, foi realizada outra Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Johannesburgo na África do Sul. Os principais resultados dessa conferência foram a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação de Johannesburgo, que retomaram as ideias construídas nas conferências anteriores. Nos painéis preparatórios para a Conferência, a crise hídrica foi considerada como um problema de crise de governança e não de escassez, ressaltando a necessidade de implementação de instrumentos normativos que pudessem viabilizar políticas com foco no uso sustentável dos recursos (VILLAR, 2013).

A partir dessa Conferência, a governança assume papel prioritário na temática ambiental. A Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável considerou o fortalecimento da governança como fundamental para atingir o desenvolvimento sustentável, as metas da Agenda 21, os Objetivos do Milênio e as ações do Plano de Implementação de Johannesburgo e, ainda, reconheceu a desigualdade da distribuição dos custos e benefícios da globalização (RIBEIRO, 2002 *apud* VILLAR, 2013).

A Agenda 21 brasileira foi concluída em 2002, às vésperas da Conferência de Johannesburgo, alertando que a referência ao conceito de desenvolvimento sustentável enquanto norte para a elaboração das políticas públicas nacionais apresentava potenciais conflitos entre interesses de natureza econômica e político-institucional, enfatizando a capacidade de negociação como elemento imprescindível para reduzir conflitos socioambientais (BEZERRA; MOURA, 2016).

Para o caso da água, as normas internacionais de direitos humanos determinam que os serviços de água e saneamento devem ser física e financeiramente acessíveis, disponíveis em quantidades suficientes, de qualidade, além de cultural e socialmente aceitáveis. As

---

<sup>7</sup> Declaração do Rio, a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

desigualdades de acesso devem ser progressivamente eliminadas, os serviços devem ser sustentáveis, as pessoas devem ter acesso à informação e poder participar de maneira livre e significativa na tomada de decisões relativas ao assunto e, finalmente, devem ter acesso a mecanismos destinados a responsabilizar os governos em caso de não cumprimento desses direitos (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2016).

Considerar a água como um bem comum significa que as águas estão disponíveis para todas as pessoas e os ecossistemas e que esses recursos devem ser transmitidos intactos e sem diminuições para uso das gerações futuras. Isso implica desenvolver uma boa governança, acessível à todas as partes interessadas, e que possa dirimir os possíveis conflitos socioambientais relacionados.

Em 2010, o reconhecimento da água e do saneamento como direitos humanos pela Assembleia Geral da ONU e as subsequentes resoluções adotadas tanto pela Assembleia Geral como pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o tema consolidaram o acesso à água e ao saneamento como direitos no plano internacional.

Todo esse acúmulo de discussão deveria ser retomado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, porém a crise econômica financeira prejudicou as negociações.

A Rio+20 teve como objetivo principal reafirmar os princípios pactuados nas conferências anteriores. Em um clima de pessimismo quanto aos resultados efetivos desde a Conferência de 92, a Rio+20 teve como principal resultado o documento “O Futuro que Queremos”, bastante criticado pelas organizações da sociedade civil e ambientalistas, por seu esvaziamento de questões relevantes, e por traduzir um fracasso no estabelecimento de consensos entre os Estados.

Moura (2016) afirma que o processo que antecedeu a conferência também foi marcado pela ausência de foco e por discussões conceituais e teóricas pouco produtivas sobre o que significaria a “economia verde”, as quais não foram agregadoras aos objetivos do evento.

Desde quando foi apresentada pela ONU, a chamada Economia Verde foi amplamente aceita pela comunidade internacional e popularizada no mundo. Durante os anos 2000, a expressão foi sendo absorvida por governos, empresas e pela sociedade civil, e empregada na formulação e execução tanto de políticas públicas quanto de iniciativas privadas ligadas à responsabilidade socioambiental. O conceito se pauta na ideia de valorar o meio ambiente através de mecanismos tradicionais de mercado, porém, vem gerando críticas intensas por parte

de diferentes setores da sociedade, que a consideram outro nome para o chamado ambientalismo de mercado<sup>8</sup>.

Apesar dos avanços do ponto de vista socioambiental observados no cenário internacional, os resultados do modelo de desenvolvimento sustentável baseado neste paradigma, identificado por alguns autores como “modernização ecológica”<sup>9</sup>, não podem ser considerados sucesso em absoluto. As perspectivas globais relacionadas às alterações climáticas, poluição, perda de biodiversidade e desigualdade social não são animadoras.

A crise ambiental contemporânea e a atual conjuntura econômica globalizada vêm intensificando as discussões sobre os efeitos das políticas de desenvolvimento assumidas pelas sociedades modernas sobre os grupos sociais e os ecossistemas, trazendo cada vez mais à tona a interconexão entre as dimensões ambiental e social.

No caso brasileiro, os estados e os governos municipais dispõem de autonomia para estabelecer políticas de acordo com suas próprias prioridades, dentro de suas áreas de competência e nos limites fixados por seus territórios. Diante desse quadro institucional, a atuação de nível federal necessita de uma boa estrutura de relações e de cooperação entre as diferentes esferas de governo para que sejam realmente efetivas.

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei no 6.938/1981) foi o principal instrumento para estruturar o conjunto de instituições nas três esferas de governo, organizada sob a forma de um Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

No entanto, de acordo com Araújo (2013, *apud* MOURA, 2016), apesar de ter sido instituído há mais de três décadas, o SISNAMA ainda não se encontra efetivamente estruturado e articulado como um sistema nacional, pois não conseguiu avançar em pontos sensíveis como a centralização das atribuições na esfera federal e a sobreposição de atuação dos diferentes órgãos ambientais.

Segundo Moura (2016), ainda são grandes os desafios a serem superados no que se refere ao aperfeiçoamento das funções da governança ambiental e de capacidade de resposta do Estado aos problemas ambientais.

A realização de planejamento estratégico da área ambiental é recente, sendo que o primeiro foi elaborado pelo MMA com horizonte temporal de 2014 a 2022. Consequentemente, os sistemas de monitoramento e avaliação ainda são incipientes, dificultando a análise de

---

<sup>8</sup> <http://oglobo.globo.com/economia/rio20/carta-da-cupula-dos-povos-critica-economia-verde-timida-participacao-da-sociedade-civil-5284507>. Acessado em 8 de maio de 2016.

<sup>9</sup> Segundo Acsegrad (2013), na chamada “modernização ecológica”, a variável ambiental foi sendo internalizada pelas instituições correntes, celebrando a economia de mercado, o consenso político e o ajuste tecnológico.

performance das políticas ambientais e a garantia da transparência, uma vez que disponibiliza informações pouco precisas, obscurecendo o processo de tomada de decisão. Além disso, as ineficiências técnicas e burocráticas nos diferentes níveis de governo afetam o desempenho ambiental, na medida em que prejudicam a capacidade de articulação com as outras instituições que impactam a área ambiental, reduzindo a sua influência nas decisões de caráter econômico que venham a gerar impactos significativos sobre o meio ambiente.

Soma-se a isso as dimensões continentais do território e as desigualdades inter-regionais do país, que impactam diretamente a condução da política ambiental federal. Nesse sentido, a ideia da descentralização, entendida como a transferência de autoridade e de poder decisório para instâncias subnacionais, passa a ser realizada de forma diversa, na medida em que não existe um modelo único de descentralização a ser esboçado para todo o espaço territorial brasileiro, considerando as enormes diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais vivenciadas nas diferentes regiões do país. Diante desse cenário, é inevitável a emergência de problemas ambientais locais e globais.

### 2.3 GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BRASIL: A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

A normatização da gestão dos recursos hídricos no Brasil começou a tomar corpo a partir do surgimento e da consolidação da demanda por energia elétrica no país.

Embora o Estado brasileiro tenha algumas iniciativas anteriores, a Constituição de 1934 e a instituição do Código de Águas inauguraram um novo tempo, que evidencia que suas principais motivações eram substituir a legislação vigente por outra que permitisse ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas, considerando, em particular, a especial atenção ao uso da energia hidráulica.

Contudo, de fato o grande mandatário da regulação hídrica, da década de 1920 até os anos 1980, foi o setor de geração hidrelétrica, a princípio com a iniciativa privada e posteriormente, sob orientação do Estado. Assim, até a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) por meio da Lei 9.433/97, o setor elétrico dominou a gestão das águas no país (LIMA; FERREIRA; CHRISTOFIDIS, 1999).

O Código de Águas foi estabelecido pelo Decreto 24.643 de 10.07.34 e, como outros instrumentos legais que disciplinavam as atividades do setor, advém de um modelo de

gerenciamento de águas orientado por tipos de uso. Com ele, montava-se um novo cenário no qual se moveriam o poder público e os agentes interessados no uso das águas, na busca do atendimento às demandas impostas pelo crescimento econômico do País.

Dedicando 65 artigos às condições de funcionamento da indústria da eletricidade, outros quatro a resguardar a navegação e apenas um para assegurar o uso para as necessidades essenciais à vida, é importante ressaltar que o decreto restringiu o domínio privado sobre as águas, ampliando consideravelmente o domínio público, seguindo uma tendência mundial verificada no período entre guerras e que se consolidava na farta literatura de direito público e administrativo (LIMA; FERREIRA; CHRISTOFIDIS, 1999).

Este Código, de concepção avançada para a época, passou mais de meio século sem a completa regulamentação do seu inteiro teor. Em seu bojo estavam contidos alguns princípios orientadores da atual política de recursos hídricos, tais como: o uso direto para necessidades essenciais à vida; a necessidade de concessão e/ou autorização para derivação de águas públicas; e o conceito de poluidor-pagador, que previa a responsabilidade financeira e penal para atividades que contaminassem os mananciais.

No entanto, a década de 1940 caracteriza-se pela extrema burocratização da administração pública e, conseqüentemente, da gestão de recursos hídricos no Brasil. Nessa fase, a administração pública tinha como objetivo predominante cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais sobre águas. Havia extensa legislação a ser obedecida, relativa à concessões e autorizações de uso, licenciamento de obras, ações de fiscalização, interdição e multa, entre outros. A visão do processo de gestão era fragmentada e o desempenho estava restrito ao cumprimento de normas. Havia a centralização do poder decisório e excesso de formalismo, e o meio ambiente tinha pouca importância nos processos (SETTI et al., 2001).

A inadequação desse modelo de gestão teve como consequência o agravamento dos conflitos de uso e de proteção das águas e a realimentação do processo de elaboração de novos instrumentos legais para reforçar o arcabouço legal. Ao final, tinha-se um vasto conjunto de leis e normas, muitas vezes conflitantes e de difícil interpretação.

A partir da década de 1950, novas características foram se consolidando no âmbito da gestão das águas no Brasil, a partir da utilização de instrumentos econômicos e financeiros por parte do poder público para a promoção do desenvolvimento nacional e/ou regional, além da indução à obediência das normas legais vigentes. Na prática, foram criados sistemas que acabaram privilegiando determinados setores usuários de água, gerando conflitos entre os setores e até intra setores (SETTI et al., 2001).

As principais mudanças na estrutura governamental de gerenciamento dos recursos hídricos durante essa fase foram: em 1961, a integração do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral pelo Ministério das Minas e Energia; e em 1965, o Serviço de Águas - transformado em Divisão, tomou a configuração de Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE, Lei nº 4.904/1965), mais tarde denominado Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) (Decreto 63.951/1968). Desde então, e até a criação da Secretaria de Recursos Hídricos em 1995, toda a regulação associada ao que se poderia denominar “gestão das águas” estava vinculada, de uma forma ou de outra, ao DNAEE.

Em paralelo à instituição do Código das Águas, tomam forma alguns dos princípios doutrinários sobre o meio ambiente, como o da sustentabilidade e o da precaução e prevenção, que levam a uma nova abordagem da questão ambiental no Brasil. Esse contexto resultou na promulgação do Código Florestal – Lei nº 4.771/65 –, que criou as áreas de preservação permanente e, indiretamente, protegeu a vazão e a qualidade das águas ao determinar a preservação das florestas e das matas ciliares situadas ao longo de cursos de água, nascentes, lagos, lagoas ou reservatórios.

Na década de 1970, motivado pelo movimento mundial pós-Conferência Mundial do Meio Ambiente de Estocolmo, realizado em 1972, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA passou a atuar ouvindo o DNAEE para classificação das águas interiores. Ainda nesta década, foram efetuados estudos sobre o aproveitamento múltiplo de cursos d'água e bacias hidrográficas e passaram a ser exigidos sistemas de tratamento de efluentes.

Segundo Setti et al. (2001), a partir dos anos 1980, começaram as discussões em torno dos pontos críticos da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Verificava-se que o setor de energia era o único que criava demanda por regulação e, em consequência, assumia o papel de gestor dos recursos hídricos, pois detinha todas as informações disponíveis sobre a água.

Nesse cenário, a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1981 (Lei federal nº 6.938), dá início a um período de revisão acerca das questões sobre a preservação e conservação dos recursos naturais no ordenamento jurídico brasileiro, e a questão da gestão dos recursos hídricos foi retomada nesse contexto.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas para a administração dos recursos naturais no Brasil, uma vez que incorporou a preocupação com o meio ambiente, assimilando a expressão internacional que o debate ambiental assume a partir dos anos 1970.



A Constituição de 1988 fez poucas alterações no texto do Código de Águas, no entanto, a alteração mais significativa foi a extinção do domínio privado da água, previsto em alguns casos no documento de 1934. A partir de outubro de 1988, a água passou a ser de domínio público, e o Estado passou a ser o responsável pela instituição de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e pela definição de critérios de outorga de direitos de uso.

Posteriormente, durante a Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente em Dublin em janeiro de 1992, foram estabelecidos princípios de gestão sustentável dos recursos hídricos, que em seguida foram referendados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É nesse contexto que os estados brasileiros passam a discutir e legislar sobre a governança dos recursos hídricos.

Na década de 1990, muitas modificações relacionadas ao gerenciamento de recursos hídricos aconteceram. Em 1995, o então Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal passou a denominar-se Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e criou, no âmbito de sua estrutura, a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. Esta secretaria tinha como principal atribuição, o gerenciamento dos recursos hídricos e a coordenação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Num contexto de estímulo à participação direta da sociedade nos assuntos públicos, a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, definida pela Lei 9.433/97, refletiu os esforços de criação de arranjos institucionais que possibilitassem a maior participação dos setores da sociedade na governança das águas. Mais que um mero processo de descentralização, a nova política de águas buscou construir uma boa governança, que envolveu a transferência de poderes e fomentou ações de cooperação entre os múltiplos atores e níveis de gestão (LIMA; FERREIRA; CHRISTOFIDIS, 1999).

A nova PNRH teve inspiração no modelo europeu, em especial no modelo francês, no que tange à criação de um sistema nacional referenciado no recorte territorial de bacia hidrográfica, delineada a partir do princípio federativo, onde os três entes federados têm atribuições específicas. A competência de legislar sobre os recursos hídricos é privativa da União e suplementar dos estados. A Constituição estabelece que a água é um bem comum que tem seu acesso autorizado pela ANA ou por agências reguladoras estaduais. A essas agências, cabe ainda monitorar e fiscalizar as concessões e serviços prestados. E os municípios são responsáveis pelo saneamento.

Segundo Santos (2014), é importante analisar criticamente a referência da Lei de Águas francesa na elaboração do novo modelo de gestão de águas brasileiro, uma vez que se trata de

países com sistemas político-administrativos distintos, e nesse sentido, não poderia assumir a aplicação do mesmo modelo sem realizar as devidas adaptações.

De todo modo, o novo marco regulatório proclama os princípios básicos praticados hoje em todas as leis estaduais no Brasil. Seus princípios são: a água é um bem público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em caso de escassez, o uso prioritário da água é para o consumo humano e dessedentação de animais; o uso múltiplo da água; a bacia hidrográfica como a unidade de planejamento e; a gestão descentralizada e participativa.

Os referidos princípios identificam a água como um bem finito e vulnerável, além de reconhecer o seu valor econômico, preconizando que a sua gestão deve ser descentralizada e participativa. Isso significa que a água deixa de ser considerada exclusivamente uma questão técnica e externa à sociedade, um recurso infinito e de exclusiva competência de especialistas. Cria-se um sistema hierarquizado de governança, estruturado em colegiados, no qual o texto da lei incorporou o conceito de participação social, incluindo o poder público, os usuários e as comunidades.

Ainda, para subsidiar o processo de gestão, foram estabelecidos os instrumentos básicos: os Planos de Recursos Hídricos; o Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso; a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (art. 5º Lei 9.433/97).

Em relação aos instrumentos de gestão, a lei apresenta uma inovação, uma vez que introduz instrumentos econômicos, rompendo, assim, com a tradicional abordagem baseada essencialmente no comando e controle. Além disso, fortaleceu instrumentos já presentes na legislação, como o enquadramento dos corpos hídricos, integrando-o aos novos instrumentos, a outorga e a cobrança pelo uso da água (SETTI et al., 2001).

Para consignar a implementação de tais instrumentos, tornou-se necessária a criação de novos tipos de organismos, a fim de alcançar a gestão compartilhada do uso da água. Estes organismos possuem funções diferenciadas, mas atuam em conjunto, na solução de conflitos, na tomada de decisões e na aplicação da cobrança pelo uso da água, respectivamente. Assim, um novo quadro institucional, denominado Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi composto.

Fazem parte do Sistema a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente a Agência Nacional de Águas; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; os Comitês de Bacia Hidrográfica e as Agências de Água.

Destacam-se entre os integrantes desse sistema, os comitês de bacia hidrográfica (CBHs), instituição que atua no âmbito da bacia hidrográfica e tem como finalidade, de acordo com o artigo 38 da referida Lei, dentre outros:

“I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos, e articular a atuação das entidades intervenientes;

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; (...)”

A criação dos comitês de bacia insere-se o contexto de criação dos novos arranjos institucionais nas políticas públicas brasileiras, e visa uma maior abertura a participação social nas deliberações acerca da gestão da bacia hidrográfica a qual está vinculado.

Os CBHs são constituídos de forma tripartite, com membros do poder público (federal, estadual e dos municípios que integram a bacia), representantes dos usuários da água (setor privado), e representantes da sociedade civil.

Para realizar a gestão da água, os comitês de bacias contam com recursos financeiros provenientes do pagamento pelo uso da água por parte dos usuários – companhias de abastecimento de água, indústrias, etc. A cobrança pela água viabiliza a elaboração de estudos para a construção dos planos que fornecerão os subsídios necessários para que seja efetivada a gestão das bacias hidrográficas, além de permitirem a capacitação dos representantes dos diferentes setores no âmbito dos CBHs.

O Brasil alcançou progressos notáveis na gestão dos recursos hídricos desde a adoção da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997. Mesmo assim, as inovações implementadas no setor ainda não colheram plenamente os benefícios econômicos, sociais e ambientais esperados. A governança multinível é delicada em uma federação descentralizada, onde a gestão dos recursos hídricos está sob responsabilidade dos 27 estados e do Distrito Federal, e ainda existem muitas lacunas do ponto de vista de governança. A não resolução dessas dificuldades pode resultar em novos conflitos pela água e limitar o potencial da alocação dos recursos hídricos em contribuir para os objetivos de desenvolvimento, econômicos e outros (LIMA; FERREIRA; CHRISTOFIDIS, 1999).

A efetivação do processo de gestão em bacias hidrográficas de acordo com o novo sistema ainda é embrionária. No entanto, é importante destacar que o avanço na regulamentação dos instrumentos de gestão das águas afeta diretamente a promoção de uma gestão das águas efetiva, uma vez que é através destes mecanismos que se faz possível a implementação de uma governança que considere o uso racional, justo e igualitário das águas.

## 2.4 OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA: ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES

A bacia hidrográfica foi definida como a unidade de planejamento e gestão das águas pois possibilita superar a visão fragmentada de gestão ambiental e integrar as diversas dimensões presentes no território: físicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Dentre os diversos instrumentos de gestão instituídos, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) foram definidos como os órgãos consultivos, deliberativos e normativos encarregados da gestão integrada e descentralizada das águas na unidade de bacia hidrográfica, considerando a gestão participativa através dos representantes de entidades dos usuários da água, do Poder Público e da sociedade civil no processo decisório.

Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- “I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- VII - (VETADO )
- VIII - (VETADO )
- IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo” (art. 38, Lei 9433/97).

Enquanto fórum de gestão das águas no território da bacia, é o órgão de acesso mais próximo dos diferentes atores afetos aos múltiplos usos deste recurso. As pessoas mais próximas são aquelas que provavelmente conhecem melhor a dinâmica dos usos no território,

assim como, são aquelas que arcarão com as consequências das decisões sobre o ambiente em que vivem, e por isso, devem participar dos processos de diálogo.

De acordo com Soares (2008), as decisões tomadas sem a participação dos envolvidos diretos provocam a escalada da disputa, que pode ser levada para os tribunais, o que nem sempre significa uma boa alternativa, desgastando as relações entre atores que compartilham o mesmo ambiente. Desse modo, instrumentos voltados para cooperação e diálogo são preferíveis aos instrumentos de dominação e controle, pois são mais coerentes com a opção política democrática, participativa e descentralizada.

Os CBHs são uma expressão do alargamento do projeto de democracia proposto pela Constituição de 1988, em que se buscou a compatibilização dos princípios de democracia representativa com a democracia participativa, reconhecendo a participação social enquanto elemento chave na organização das políticas públicas (JACCOUD et al., 2005).

No contexto democrático, a partir da década de 1990, o campo da participação social no âmbito das políticas públicas foi reforçado, num contexto de “crise do Estado”, onde se propunham reformas visando uma nova forma de ação pública.

Do ponto de vista da questão ambiental, esse período coincide com a efervescência do debate ambiental internacional, especialmente pela realização da Rio-92 no país, forçando o aparato institucional brasileiro a absorver, pelo menos em parte, as pautas do movimento ambientalista.

A esfera do controle social, a partir da implementação de fóruns participativos e deliberativos relacionados às políticas públicas, visa a priori, articular interesses e dar transparência as ações. No entanto, é permeada por contradições que impactam diretamente na sua capacidade de influência, especialmente quando suas decisões dialogam com outras políticas setoriais.

Nesse sentido, o potencial dos CBHs enquanto instrumento de governança e gestão participativa depende de diferentes fatores que influenciam seu funcionamento. Seu potencial de resposta e proposição pode tanto se mostrar fortalecido, dependendo da correlação de forças dos atores disposta no espaço decisório, quanto pode ser subsumido à “cultura política” brasileira, tais como o clientelismo, a cooptação, e o favorecimento pessoal (JACCOUD et al., 2005).

A baixa participação da sociedade civil e, muitas vezes, do próprio poder público, representa um obstáculo para o fortalecimento da capacidade de governança. Vale ressaltar que a participação dos representantes de entidades da sociedade civil se dá de forma diferenciada daquela dos representantes dos usuários ou dos órgãos governamentais, que frequentam as

atividades dos comitês no exercício de suas atribuições profissionais. Para a sociedade civil, na maior parte das vezes existe o “custo” da participação, uma vez que as despesas com passagens e alimentação são pagas de forma particular em horários que se sobrepõem à outras atividades laborais desenvolvidas pelos participantes.

Outra diferença reside nos diversos níveis de escolaridade e de acesso ao conhecimento técnico-científico envolvido na gestão dos recursos hídricos, acarretando necessidade de diálogo e de ações educativas durante os trabalhos e debates. A falta de informação sentida pela sociedade civil, a predominância do discurso técnico, a lentidão na alocação de recursos e a não garantia do poder de decisão também fragilizam o papel do CBH dentro da gestão ambiental como órgão articulador, deliberativo e de resolução de conflitos.

Enquanto um espaço de tratamento de conflitos entre os usuários da água no espaço territorial de sua competência, é necessário cuidado ao analisá-lo sob esta perspectiva. Além de ser uma estrutura política para debates e deliberação entre os diversos usuários, os CBHs têm como um de seus objetivos “arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos” (art. 38, II, Lei 9433/97).

No contexto brasileiro, os conflitos têm sido resolvidos prioritariamente pelo judiciário, inclusive os ambientais (SOARES, 2008), o que imputa um desafio de aprendizagem e de definição em como atuar nessas situações.

Segundo Soares (2008, p. 135), o sentido de vocábulo “arbitrar” pode assumir diferentes significados neste contexto:

[...] um técnico jurídico, ou seja, relacionado com a arbitragem como método alternativo de disputas [...] Ou, em um sentido mais genérico e amplo, pode ser considerado como o ato de opinar, decidir segundo sua consciência, acompanhar ou dirigir uma disputa.

Além disso, as legislações de vários estados utilizam termos mais genéricos ao invés de “arbitrar conflitos” (SOARES, 2008). No caso do Rio de Janeiro, a legislação estadual, versando sobre as competências dos CBHs, utiliza: “XIII - dirimir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água” (art. 55, Lei Estadual Nº 3.239/99).

Essa opção demonstra como a função dos CBHs é ampla e que a finalidade é antes favorecer a cooperação, não definindo claramente sua competência deliberativa sobre os conflitos relacionados aos usos da água ocorridos em seu território de competência. Ademais, Vivacqua (2005 *apud* SOARES, 2008) entende que a atuação deliberativa pressupõe uma estrutura de procedimento que possa regular tal atuação, deixando claro como se dará o processo administrativo.

Outro ponto de atenção diz respeito à “Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento”. Segundo Relatório da OCDE (2015), esta orientação é amplamente aceita em termos teóricos, no entanto, no que tange à sua aplicação e implementação, ainda encontra barreiras, principalmente devido à relutância em compartilhar poderes com os níveis de governo e com as partes interessadas.

De todo modo, a avaliação sobre o potencial de contribuição desses instrumentos para o fortalecimento do poder e da autonomia dos cidadãos, ou se estes na verdade cumprem um papel de coerção e consenso, legitimando as orientações governamentais, dependerá da análise de cada caso específico, considerando as especificidades de cada território e cada CBH instituído. Sua eficácia e o alcance de sua atuação variam segundo a formação e as experiências políticas de seus membros, além do contexto social, histórico, econômico, político-institucional e cultural das áreas sob sua responsabilidade.

A lógica de colegiado tem o intuito de neutralizar práticas predatórias orientadas por interesses econômicos e políticos. As relações de poder não desaparecem, mas pretende-se que sejam trabalhadas e negociadas conjuntamente entre os atores atuantes. Dada a complexidade do processo, e as dificuldades de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental, os limites estão postos pela assimetria na situação dos atores, tanto em termos econômicos, como sociais e políticos. A grande questão que se coloca é a capacidade de negociação e de se estabelecer pactos (JACOBI; FRACALANZA, 2005).

Considerando o processo de reforma na governança das águas que o País passou no final dos anos 1990, e que representou avanços tanto do ponto de vista das regulações, como também do reordenamento administrativo, é importante observar se essa estrutura permite e auxilia na promoção da justiça ambiental em um contexto onde o acesso desigual à água e os consequentes conflitos que se estabelecem em relação aos diferentes usos da mesma têm aumentado e se aprofundado.

No entanto, de acordo com Alonso e Costa (2002), os mecanismos atuais de negociação ambiental ainda são incapazes de garantir as duas condições mínimas consideradas necessárias ao tratamento “adequado” da questão ambiental: a abordagem sistêmica dos problemas ambientais, que supere a natureza pontual e corretiva das políticas públicas tradicionais; e um estilo de resolução consensual dos conflitos ambientais. A criação de câmaras de negociação e de modalidades participativas de tomada de decisão nas questões ambientais então não pode pressupor o consenso quanto ao objeto em questão, mas somente se propor a criar condições formais (institucionais) de processamento dos conflitos. Nesse sentido, os autores ressaltam que é preciso investigar empiricamente se, de fato, as instituições político-administrativas

tradicionais são capazes de solucionar conflitos socioambientais e se os mecanismos de governança ambiental apresentam efetivamente os benefícios que prometem, isto é, se influem na definição das políticas públicas na área ambiental.



### **3 AS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E O TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA**

#### **3.1 GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o direito humano à água e ao saneamento a fim de fortalecer a capacidade das populações de reivindicá-los junto aos Estados, de maneira que estes pudessem atuar de maneira mais incisiva para a eliminação das desigualdades de acesso.

O Brasil ainda se encontra distante do pleno atendimento destes direitos, com cerca de 40% da população com atendimento precário e/ou nenhum atendimento de abastecimento de água; e 50,7% da população com atendimento precário de saneamento (BRITTO et al., 2016).

Considerando a complexidade para a consolidação de um parâmetro de cidadania ambiental, os limites ainda são dados pela prevalência de lógicas de gestão que se centram em uma forte predominância do componente técnico em detrimento dos espaços de negociação nos processos de tomada de decisão (JACOBI et al., 2016).

Além disso, os desafios da governança na gestão dos recursos hídricos se relacionam tanto com a promoção da participação, como também com a consolidação de tais espaços, a fim de torná-los capazes de promover condições de maior equidade entre os atores.

A Constituição brasileira de 1988 considera três níveis de administração com autonomia política: governos federal, estadual e municipal, e criou mais descentralização e autonomia para os estados e municípios, apesar do nível nacional ainda ser muito forte e conservar amplos poderes de aprovar a legislação aplicável em todo o País.

Na área de gestão de recursos hídricos, no entanto, há um quarto nível que deve ser considerado, pois os limites das bacias hidrográficas ultrapassam os perímetros estaduais e municipais.

No Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 3.239/1999 estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIEGRH), com o objetivo de minimizar os conflitos relativos ao uso da água; acompanhar a Política Estadual de Recursos Hídricos; propor valores e aprovar critérios de cobrança pelo uso; bem como planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos.

De acordo com a Lei estadual, os instrumentos de gestão das águas no estado são: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI); Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROHIDRO); Planos de bacia hidrográfica; Enquadramento dos corpos d'água; Outorga de direito de uso; Cobrança pelo uso da água bruta; e Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SEIRHI).

No estado, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por meio de sua Diretoria de Gestão das Águas e do Território, tem a atribuição governamental relacionada à gestão das águas, de forma articulada e integrada ao gerenciamento costeiro e à gestão do território.

De acordo com Relatório da OCDE (2015):

O Rio de Janeiro é um caso de sucesso ao mesclar a gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente em uma única instituição (INEA, com departamentos separados), que lida simultaneamente com a agenda “azul”, “verde” e “marrom”. Os fatores de sucesso provavelmente incluem a consciência profunda dos problemas hídricos e o pessoal bem treinado para lidar com esses problemas. A poluição está entre os problemas mais graves, devido às numerosas áreas industriais do estado (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2015, p. 57).

O INEA foi formado por meio da unificação dos três órgãos encarregados de atuar na área ambiental – o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), com o intuito de romper com a visão fragmentada da política ambiental no estado. O órgão assumiu funções de execução e de implantação dos instrumentos definidos pelas diversas orientações legais e institucionais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental das diversas atividades e empreendimentos econômicos no estado do Rio de Janeiro.

A unificação das agendas a partir da instituição do INEA, apesar de inovadora, ainda necessita de aprimoramento, devido às múltiplas territorialidades e demandas de uso em seu espaço. Considerando a dinâmica de ocupação e uso do solo em seu território, marcada pela vocação turística e aliada à pressão da indústria do petróleo; as demandas por água para abastecimento humano e para atendimento da indústria em expansão são preocupações constantes.

Em 2004, a estruturação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), a partir da regulamentação da cobrança pelo uso da água de domínio estadual (Lei 4.247/03 e regulamentos posteriores), foi um marco no fortalecimento da implementação da Política de Recursos Hídricos no estado. Os recursos arrecadados a partir dos mecanismos de cobrança em domínio estadual são administrados pelo FUNDRHI e devem ser investidos no financiamento da proteção de mananciais ou aquíferos, no monitoramento da qualidade da água e na capacitação de pessoal em gerenciamento de recursos hídricos (BRITTO et al., 2016).

No que tange à Cobrança pelo uso da água, a lei estadual permite que agências delegatárias possam assumir as funções das Agências de bacias, cabendo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos estadual delegar às mesmas, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Águas enquanto as mesmas não estiverem constituídas.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro – CERHI-RJ, instituído pela Lei Estadual nº 3.239/1999 como parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHI, é um órgão colegiado com atribuições normativa, consultiva e deliberativa, responsável pela promoção e pela implementação das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Compete ao CERHI-RJ estabelecer as diretrizes para a formação, a organização e o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) e das Agências de Água, exercer a arbitragem, em última instância administrativa, dos conflitos entre os Comitês, estabelecer os critérios gerais sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e a sua cobrança, deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos dentro do estado, além de analisar as propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Estadual de Recursos Hídricos.

A sua regulamentação se deu através do Decreto estadual nº 44.11518, de 13 de março de 2013, e sua estrutura é composta de uma Presidência, Plenário, Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas. A composição do Plenário do CERHI é composta por trinta membros divididos entre representantes do poder público, dos usuários da água, das organizações da sociedade civil e dos comitês de bacia hidrográfica do estado.

Cabe ao CERHI estadual aprovar o Plano Estadual de Recursos Hídricos. No RJ, a elaboração do Plano foi contratada em 2011 pelo INEA, com finalização em 2014, e teve o acompanhamento do CERHI-RJ através de Reuniões Extraordinárias.

Com relação à participação dos municípios no sistema de governança, a Constituição não é explícita. Está previsto que os três níveis (federal, estadual e municipal), em conjunto, são responsáveis por registrar e fazer valer as concessões de direitos de pesquisa e exploração dos recursos hídricos em seus territórios. Os municípios participam nos conselhos de recursos hídricos nacional e estaduais e são mencionados explicitamente na lei de 1997 como parte dos poderes públicos executivos dos comitês de bacias hidrográficas. O nível de participação dos municípios em órgãos colegiados varia caso a caso, dependendo das condições locais, da importância dada aos problemas hídricos, da motivação dos prefeitos e colaboradores e dos interesses específicos em jogo (OCDE, 2015).

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), onde os serviços ainda não são universalizados, as questões de acesso à água e ao esgotamento sanitário têm relação com a violação histórica do direito humano à água de parcelas da população metropolitana, com fortes diferenças entre os municípios centrais e os municípios das periferias metropolitanas (BRITTO et al., 2016).

A RMRJ é abastecida por dois macrossistemas que atendem à grande maioria da população, os Sistemas Guandu/Lajes/Acari e o Imunana/Laranjal; ambos controlados pela CEDAE, companhia responsável pelo abastecimento da quase totalidade da metrópole.

Segundo Britto et al. (2016), os sistemas metropolitanos:

(...) são prisioneiros de escolhas técnicas e econômicas realizadas em conjunturas anteriores que, muitas vezes, restringem a sua adaptação a novos desafios. Observa-se, em geral, redes técnicas com alto grau de centralização e fraca adaptabilidade, um padrão de qualidade da água tratada que acaba sendo o mesmo para todos os usos, e formas de financiamento, quase sempre baseadas no pagamento pelos usuários em função do volume consumido. A dependência com relação às infraestruturas projetadas em momentos passados reforça a rigidez existente (BRITTO et al., 2016, p.187).

A predominância técnica muitas vezes desconsidera a presença crescente de uma pluralidade de atores legitimados institucionalmente para participar dos processos de gestão, e acaba na maior parte das vezes priorizando a produção de água, em detrimento da gestão da demanda e da redução de perdas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GEÓGRAFOS, 2015).

Tais dificuldades no âmbito da gestão ilustram a complexidade de se efetivar sistemas de governança que considerem a participação, a transparência, e a capacidade de resposta enquanto princípios prioritários, que reflitam a sustentabilidade dos usos e a justiça hídrica.

### 3.2 A REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA: LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) estabeleceu, por meio da Resolução nº 107/2013, a divisão do estado do Rio de Janeiro em 9 regiões hidrográficas, visando efetivar a descentralização da gestão das águas. O objetivo dessa divisão foi estimular a criação dos CBHs, facilitar a gestão e aperfeiçoar a aplicação dos recursos financeiros.

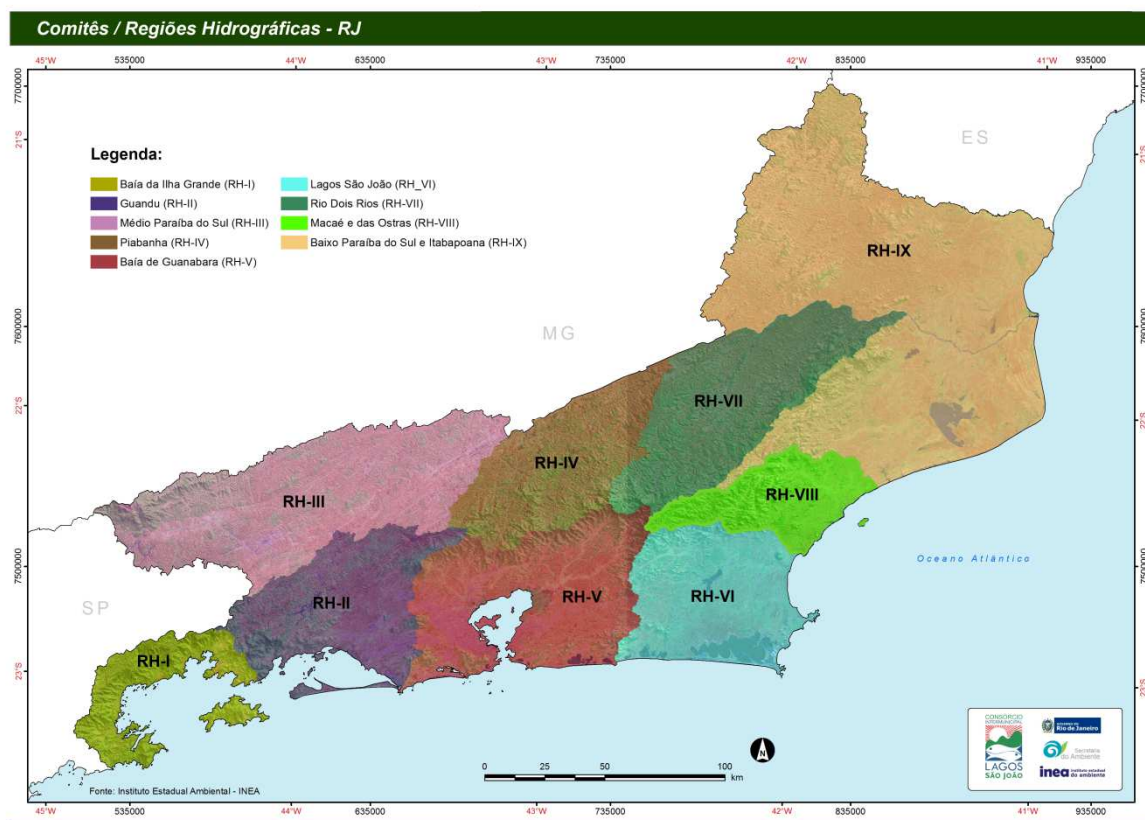


Figura 1: Divisão hidrográfica do estado do RJ  
 Fonte: Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (2016).

Segundo Relatório elaborado pela Universidade Federal Fluminense a partir do Projeto Macacu<sup>10</sup>, a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, que ocupa uma área de 4.198 km<sup>2</sup>, engloba 15 municípios, sendo 9 integralmente — Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, São Gonçalo, Magé, Guapimirim, Itaboraí e Tanguá — e 6 parcialmente — Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Petrópolis.

<sup>10</sup> Projeto Macacu – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/projetomacacu/>



Figura 2: Região Hidrográfica da Baía de Guanabara  
 Fonte: Fórum Rio, 2016.

Observando os contornos dados à Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RHBG), do ponto de vista de gestão, percebe-se que esta corresponde, praticamente, aos mesmos contornos geográficos da RMRJ, o que demonstra os desafios impostos a este comitê de bacia hidrográfica, uma vez que no território metropolitano fluminense incide uma série de projetos e interesses diversificados.

A Baía de Guanabara é estuário, onde deságuam inúmeros rios originados na Serra do Mar e na Baixada Fluminense. As águas captadas pelas bacias hidrográficas desses rios levam à baía, em média, 200 mil litros de água por segundo, resultantes da drenagem de 4.000 km. As maiores bacias são as dos rios Guapi/Macacu, Caceribu, Iguaçú/Sarapuí, Estrela/Inhomirim/Saracuruna, Guaxindiba/Alcântara, Meriti/Acari, Canal do Cunha, Canal do Mangue, Bomba, Imboaçú, Suruí, Roncador, Magé e Iriiri. Nas áreas densamente urbanizadas, os rios são quase todos canalizados e em muitos trechos são cobertos, conduzindo águas de péssima qualidade.

Segundo censo do IBGE de 2010, a RHBG tem aproximadamente 11.646.133 habitantes. Falta saneamento para a maioria desta população: um terço reside em favelas e outro

terço em condições precárias de urbanização. Em 2009, a região do entorno da Baía de Guanabara tinha 17% do esgoto tratado. Hoje, são 49%, de acordo com o Governo do Estado e estima-se que a universalização do saneamento na região da Baía de Guanabara custará em torno de R\$ 27,7 bilhões (RIO DE JANEIRO, 2016).

Historicamente, as águas protegidas da Baía de Guanabara permitiram que se desenvolvesse uma estrutura portuária na região, dando suporte às atividades produtivas. E a partir do século XX, associou-se a essa estrutura portuária um complexo industrial com alto potencial degradante.

A atividade industrial é intensa e representada por indústrias químicas, petroquímicas, farmacêuticas, de alimentos entre outras. Além disso, a região possui o maior porto militar do País, e seus dois portos comerciais são de intensa atividade, tanto de mercadorias, quanto de movimentação relacionada ao turismo.

Se na atualidade o uso industrial é marcante, há algumas décadas eram a pesca artesanal e industrial que marcavam a paisagem e a economia da Baía de Guanabara. Os grupos de pescadores artesanais que ainda resistem nesta atividade vivem em conflito permanente contra a apropriação privada e a poluição dos bens de uso comum que convivem neste território (RIO DE JANEIRO, 2016).

O espelho d'água e a porção terrestre da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara são ocupados por indústrias e atividades que fornecem riscos à população que vive no entorno. As áreas de exclusão são definidas pela presença das atividades industriais, portuárias e militares, bem como pela intensificação da poluição, pelo assoreamento e pelas dragagens. Segundo Relatório da ALERJ (2016), os maiores atingidos pelas áreas de exclusão da região hidrográfica da Baía de Guanabara são os pescadores. A pesca artesanal tem, aproximadamente, 12% do espelho d'água sem restrição para a atividade pesqueira.

Além disso, dados do diagnóstico da hidrografia da Estação Ecológica da Guanabara (2009) indicam que as principais fontes poluidoras que degradam os recursos hídricos na região hidrográfica da Baía de Guanabara são geralmente associadas às indústrias, ao esgoto sanitário e aos resíduos sólidos. Cerca de 70% de toda a contaminação de origem industrial das águas da RHBG provinham de aproximadamente 14.000 indústrias de pequeno, médio e grande porte. A região possui duas refinarias de petróleo, sendo uma delas a segunda maior do País, dois aeroportos, dois portos comerciais, 16 terminais de petróleo e derivados, um terminal de gás, 12 estaleiros e 2000 postos de serviços. As principais indústrias com maior significância de efluentes industriais na região são o complexo petroquímico em torno da Refinaria Duque de

Caxias – REDUC – Petrobras (rio Estrela), das indústrias de reaproveitamento de papel e papelão (Rio Soberbo) e da CIBRAN – Companhia Brasileira de Antibiótico (rio Caceribu).

Existem várias iniciativas para a despoluição da Baía de Guanabara em andamento, tais como: o Pacto pelo Saneamento, instituído pelo Decreto Estadual 42.930/2011, que envolve dois programas: o Lixão Zero, parceria das prefeituras com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, e o Rio+Limpo, parceria entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária - SEAPEC e as prefeituras; o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), que já obteve avanços em relação ao Plano de Despoluição da Baía de Guanabara<sup>11</sup> (PDBG), apoiando a formulação dos Planos Municipais de Saneamento Básico. No entanto, a Comissão Especial da ALERJ para a Baía de Guanabara, em seu último relatório (2016), avalia que são inúmeras as ações, muitas vezes sobrepostas, com grande aporte de recursos, e que não conseguem avançar em seus objetivos.

As ameaças à Baía de Guanabara são inúmeras, cumulativas e sinérgicas, o que amplifica os efeitos negativos sobre esse ecossistema e sua população. Importante ressaltar que os grandes problemas da degradação ambiental que abrangem a Baía, afetando os mais diversos ecossistemas, não respeitam os limites da divisão político-administrativa municipal, sendo esta divisão uma das maiores fontes de tensão e conflitos, pois envolve diferentes interesses. Ou seja, sua configuração é o resultado de diferentes formas de apropriação dos territórios, e da consolidação de políticas públicas que regulamentam seus usos sobrepostos neste espaço geográfico.

---

<sup>11</sup> “O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) foi assinado em julho de 1991 e previa a cooperação técnica entre os governos brasileiro e japonês, depois da experiência bem-sucedida na despoluição da Baía de Tóquio. Além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), houve investimento do Japan Bank for International Cooperation (JBIC)”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/despoluicao-da-baia-de-guanabara-comecou-na-decada-de-90-sem-eficacia>



### 3.3 O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA

O Decreto Estadual nº 38.260/2005<sup>12</sup> instituiu o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Segundo histórico disponibilizado no site do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, a sua organização teve início em 2001 a partir de iniciativas da sociedade civil e dos usuários da água, com o apoio da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos. Foram formadas duas Comissões, uma para cada lado da Baía de Guanabara, sendo elas: Comissão Pró-Comitê do Leste da Guanabara e a Comissão Pró-Comitê do Oeste da Guanabara<sup>13</sup>.

O trabalho iniciado em 2001 pela Comissão Pró-Comitê do Leste da Guanabara foi recompensado em 13 de novembro de 2003, quando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos em sua 7ª reunião Ordinária aprovou a criação do Comitê do Leste da Guanabara.

Porém, somente no ano de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu oficialmente, através de decreto, o Comitê da Baía de Guanabara, expandido a área de atuação para além do lado Leste, incluindo as áreas do Oeste, dos sistemas lagunares de Jacarepaguá, Lagoa Rodrigo de Freitas, Itaipu/Piratininga e Maricá-Guarapina.

Com tamanha extensão e quantidade de municípios, a gestão dos recursos hídricos realizada pelo Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara foi subdividida em bacias menores, cada qual com seu subcomitê de bacia. Foram assim criadas seis sub-regiões hidrográficas distintas dentro da Baía de Guanabara, possibilitando a estas regiões se organizarem em subcomitês, sob o comando do Comitê da Baía de Guanabara.

Os subcomitês discutem internamente questões específicas de suas regiões, mas as decisões, relativas tanto ao uso dos recursos financeiros quanto a tomadas de posição, são submetidas à plenária do comitê.

Na composição da plenária, há vagas para 45 instituições titulares. No setor da sociedade civil, há um número de vagas delimitado para cada sub-região: 2 vagas para a região Maricá/Guarapina, 3 vagas para o Subcomitê Leste, 5 vagas para o Subcomitê Oeste, 2 vagas para a região da Lagoa Rodrigo de Freitas, 2 vagas para Jacarepaguá e 1 vaga para

---

<sup>12</sup> Este decreto foi modificado pelo Decreto Estadual nº 45.462 de 25.11.2015, quando foi estabelecida nova redação ao § 1º do art. 1º do Decreto nº 38.260, de 16 de setembro de 2005.

<sup>13</sup> <http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/>. Acessado em outubro de 2015.

Itaipu/Piratininga. No setor de usuários da água, as 15 vagas encontram-se assim divididas: 4 vagas para o setor de saneamento, 3 vagas para o setor industrial, 1 vaga para o setor de comércio e serviços, 3 vagas para o setor de “pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos”, 2 vagas para o setor de irrigação e agropecuária, 1 vaga para o setor de mineração e 1 vaga para geração de energia.

Durante os primeiros dez anos de atuação do comitê, a função de entidade delegatária foi desempenhada pelo INEA e, em 2015, foi criada a Associação Águas da Baía de Guanabara (ABG), para o desempenho exclusivo desta função para este comitê.

A área sob gestão do Subcomitê Leste inicia-se na vertente guanabarina do Forte Imbuí, no município de Niterói, até a bacia do rio Suruí, compreendendo o conjunto de bacias hidrográficas:

- Rios Mutondo e Imboçu;
- Rios Guaxindiba/Alcântara;
- Rio Caceribu;
- Rios Guapi/Macacu;
- Rio Roncador, também denominado Santo Aleixo;
- Rio Iriri;
- Rio Suruí;
- E, ainda, áreas drenantes para a Baía de Guanabara a nordeste, leste e sudeste, desde a bacia do rio Suruí, inclusive, até o Sistema Lagunar de Itaipu- Piratininga exclusive.

Fazem parte desta sub-região hidrográfica, integralmente, os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Guapimirim, e, parcialmente, Rio Bonito, Magé, Cachoeiras de Macacu e Niterói.



Figura 3: Sub-Região Hidrográfica Leste da Baía de Guanabara  
 Fonte: Comitê de Bacia da Baía de Guanabara (2015).

Para fins analíticos, consideramos como recorte temporal desta pesquisa o período de 2008 à 2015, ao longo do qual investigou-se a atuação do Plenário do CBH-BG, órgão máximo de deliberação do Comitê.

O Comitê é dirigido administrativamente por uma Diretoria Colegiada composta por seis membros, preferencialmente representantes de cada Subcomitê de Sub-Região Hidrográfica. Também integram o fórum, as Câmaras Técnicas, as quais são criadas com o objetivo de examinar assuntos específicos considerados de importância para a fundamentação das decisões a serem tomadas no Plenário.

Em 2008, o Plenário tinha a seguinte composição:

CBH BAÍA DE GUANABARA - MEMBROS DA PLENÁRIA (biênio 2008-20xx)		
<b>USUÁRIOS</b>		
SETOR SANEAMENTO (4 VAGAS)		
1	Titular	Cedae
	Suplente	Cedae
2	Titular	Águas de Niterói - Claudia Barros
	Suplente	VAGO

SETOR INDÚSTRIA (3 VAGAS)		
1	Titular	TRIBELTRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE BELFORD ROXO
	Suplente	VAGO
2	Titular	PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
	Suplente	VAGO
3	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR COMERCIO E SERVIÇOS (1 VAGA)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR PESCA, TURISMO, LAZER E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS (3 vagas)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
3	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR IRRIGAÇÃO E AGROPECUÁRIO (2 vagas)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR EXTRAÇÃO MINERAL (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR GERAÇÃO DE ENERGIA (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
<b>PODER PÚBLICO</b>		
GOVERNO FEDERAL – (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
GOVERNO ESTADUAL – (2 vagas)		
1	Titular	SEA
	Suplente	VAGO
2	Titular	SERLA
	Suplente	SERLA
GOVERNO MUNICIPAL – (12 vagas)		
1	Titular	Prefeitura Municipal de Belford Roxo
	Suplente	VAGO
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cachoeira de Macacu
	Suplente	VAGO
3	Titular	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

	Suplente	VAGO
4	Titular	Prefeitura Municipal de Guapimirim
	Suplente	VAGO
5	Titular	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
	Suplente	VAGO
6	Titular	Prefeitura Municipal de São Gonçalo
	Suplente	VAGO
7	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
8	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
9	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
10	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
11	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
12	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>		
SUB-REGIÃO DE ITAIPU-PIRATININGA (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DE MARICÁ-GUARAPINA (2 vagas)		
1	Titular	SAPLAM – Sociedade dos Amigos das Praias e Lagoas de Maricá
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DO TRECHO LESTE (3 vagas)		
1	Titular	IBG: Dora Hees Negreiros
	Suplente	IBG: Carlos Buarque Viveiros
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
3	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DO TRECHO OESTE (5 vagas)		
1	Titular	Associação ECOCIDADE
	Suplente	SOPREMEG – Sociedade Civil Pró Melhoramentos de Gramacho.
2	Titular	FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
	Suplente	ABM – Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti
3	Titular	GREEN LIFE – Associação Green Life de Promoção e Qualidade de Vida
	Suplente	Casa da Cultura – Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense
4	Titular	DANGEMT – Defensores Ambientais do Gericinó – Mendanha - Tinguá

	Suplente	VAGO
5	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS (2 vagas)		
1	Titular	Instituto Ipanema
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DE JACAREPAGUÁ (2 vagas)		
1	Titular	Instituto Cultural e Ecológico Lagoa Viva
	Suplente	VAGO
2	Titular	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
	Suplente	VAGO

Tabela 1: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2008-20xx)

Fonte: Comitê de Bacia da Baía de Guanabara (2008) compilado pela autora (2016).

Os registros em ata disponíveis neste ano demonstram que as discussões giraram prioritariamente em torno de questões administrativas, especialmente no que diz respeito aos recursos disponíveis para atuação do comitê.

Não foi possível identificar o período de vigência da composição do Plenário, uma vez que não existem atas disponíveis no ano de 2009. As atas passam a estar disponíveis a partir da 17ª reunião ordinária do CBH-BG, realizada em julho de 2010. Nesta reunião, foi aprovada uma nova composição para o Plenário, a saber: 45 (quarenta e cinco) membros conselheiros, sendo 15 (quinze) membros dos Usuários de Água, 15 (quinze) membros da Sociedade Civil Organizada e 15 (quinze) membros do Poder Público.

A identificação da composição do Plenário ao longo dos anos também foi uma tarefa de difícil investigação. Nos documentos públicos disponíveis, foi problemático encontrar a composição completa do Plenário, sendo necessário, em muitos casos, acessar as atas. Mesmo assim, em grande parte das atas estão registrados os membros presentes nas datas das reuniões, não sendo possível identificar os membros faltosos, salvo quando a ausência foi justificada.

Este fato dificultou a identificação da composição completa do Plenário até o ano de 2013, a partir de quando foi possível acessar as atas dos fóruns eleitorais.

No período de 2010 a 2013, as discussões do CBH-BG priorizaram, em grande parte, a estruturação do funcionamento interno do comitê, considerando a implantação e homologação dos subcomitês, a definição das delegatárias e seus respectivos estatutos, elaboração dos regimentos internos, e aprovação do plano de investimentos. Percebe-se que em meio a discussão dos processos burocráticos, somente os temas mais urgentes, afetos às questões

técnicas e ao planejamento da gestão da bacia, figuraram entre os temas apreciados pelo Plenário. Dentre esses temas, estão as discussões sobre o Plano de Saneamento Básico dos Municípios (PSAM); a instalação do COMPERJ; e o estabelecimento do termo de cooperação técnica entre Baía de Guanabara e Cheasepeak Bay.

Em 2013, já foi possível identificar a composição completa do Plenário:

CBH BAÍA DE GUANABARA - MEMBROS DA PLENÁRIA (biênio 2014-2015)		
<b>USUÁRIOS</b>		
SETOR SANEAMENTO (4 VAGAS)		
1	Titular	Cedae - Jaime Teixeira Azulay
	Suplente	VAGO
2	Titular	Águas de Niterói - Claudia Barros
	Suplente	VAGO
SETOR INDÚSTRIA (3 VAGAS)		
1	Titular	Firjan - Luiz Cesio de Souza Caetano Alves
	Suplente	VAGO
2	Titular	Petrobrás: Eduardo Bessa
	Suplente	VAGO
3	Titular	RJ Refrescos/Andima BR/ Coca-Cola: José Carlos dos Santos Perrou
	Suplente	VAGO
SETOR COMERCIO E SERVIÇOS (1 VAGA)		
1	Titular	Fecomercio - Vinicius Crespo de Oliveira
	Suplente	VAGO
SETOR PESCA, TURISMO, LAZER E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS (3 vagas)		
1	Titular	Colônia de Pescadores Z13: Pedro Marins
	Suplente	Aprebam: Luiz Claudio Gonzaga Rezende
2	Titular	Clube dos Caiçaras: Francisco do Lago
	Suplente	Iate Clube do Rio de Janeiro: Nicolas Bourlon
3	Titular	Clube Naval: Carlos Buarque Viveiros
	Suplente	VAGO
SETOR IRRIGAÇÃO E AGROPECUÁRIO (2 vagas)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR EXTRAÇÃO MINERAL (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR GERAÇÃO DE ENERGIA (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO

<b>PODER PÚBLICO</b>		
GOVERNO FEDERAL – (1 vaga)		
1	Titular	Embrapa Solos – Sra. Joyce Maria Guimarães Monteiro
	Suplente	Fiocruz: Leonardo Bueno
GOVERNO ESTADUAL – (2 vagas)		
1	Titular	Fiperj: Hamilton Hissa Pereira
	Suplente	DRM: Pedro Hugo Muller Xaubet
2	Titular	INEA: Livia Soalheiro Romano
	Suplente	SEA: Eloísa Torres
GOVERNO MUNICIPAL – (12 vagas)		
1	Titular	Prefeitura Municipal de Belford Roxo: Marcio Antonio Mendonça de Souza
	Suplente	VAGO
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cachoeira de Macacu: João Alberto Ribeiro
	Suplente	VAGO
3	Titular	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias: Edmilson de Oliveira Batista
	Suplente	VAGO
4	Titular	Prefeitura Municipal de Guapimirim: Luiz Fernando Saraiva Silva
	Suplente	VAGO
5	Titular	Prefeitura Municipal de Maricá: Érica Cristina Santos Antunes
	Suplente	VAGO
6	Titular	Prefeitura Municipal de Mesquita: Fabíola Vieira Ferreira
	Suplente	VAGO
7	Titular	Prefeitura Municipal de Magé: Maria Aparecida de Resende
	Suplente	VAGO
8	Titular	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Alexandre de Bonis
	Suplente	VAGO
9	Titular	Prefeitura Municipal de Niterói: Amanda S. Silva
	Suplente	VAGO
1	Titular	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu: Gertrudes Nogueira
	Suplente	VAGO
	Titular	Prefeitura Municipal de São João de Meriti: Marcelle Marques
	Suplente	VAGO
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>		
SUB-REGIÃO DE ITAIPU-PIRATININGA (1 vaga)		
1	Titular	CCRON – Sr. Alexandre Braga
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DE MARICÁ-GUARAPINA (2 vagas)		
1	Titular	APALMA - Sra. Flávia Lanari Coelho
	Suplente	VAGO
2	Titular	FAFERJ: Cristina Novaes
	Suplente	VAGO



SUB-REGIÃO DO TRECHO LESTE (3 vagas)		
1	Titular	IBG: Dora Hees Negreiros
	Suplente	VAGO
2	Titular	UFF – Sr. Gilberto Tavares de Macedo Dias
	Suplente	VAGO
3	Titular	OMA Brasil – Sr. Nelson Rodrigues dos Reis Filho
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DO TRECHO OESTE (5 vagas)		
1	Titular	Redes da Maré: Alberto Aleixo de Souza
	Suplente	Rede CCAP: Flora Almeida
2	Titular	Bicuda Ecológica: Rejany dos Santos
	Suplente	IBDA: Magno Neves
3	Titular	Rede Greenbelt: Ediel Caldas dos Santos
	Suplente	UFRJ: José Paulo Soares de Azevedo
4	Titular	VAGO
	Suplente	CEASM: Carlos Alberto dos Santos
5	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS (2 vagas)		
1	Titular	ABES-RJ: José Alfredo Sertã
	Suplente	VAGO
2	Titular	PUC-RJ: Luiz Alberto Teixeira
	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DE JACAREPAGUÁ (2 vagas)		
1	Titular	OAB Barra da Tijuca: Sandra Beltrão
	Suplente	Ecomarapendi: Vera Chevalier
	Titular	Instituto Terrazul: Marcos Lacerda
	Suplente	Amar Barra: Sergio Andrade

Tabela 2: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2014-2015)

Fonte: Comitê de Bacia da Baía de Guanabara (2013) compilado pela autora (2016).

Durante a vigência dessa gestão, foi possível identificar que, apesar de grande parte das pautas das reuniões girarem em torno de procedimentos administrativos, passam a figurar mais temas técnicos, relacionados aos múltiplos usos das águas da bacia. Este fato deve muito à elaboração do PERHI-RJ e às discussões que passaram pelo Plenário do CERHI-RJ e, por consequência, impactaram na priorização das pautas do CBH-BG, uma vez que parte dos membros fazem parte da composição do Plenário do CERHI-RJ. Além disso, o cenário de implantação de grandes empreendimentos no estado, com impactos relevantes nos recursos hídricos, fez com que os CBHs se mobilizassem para discutir os processos de licenciamento ambiental, a fim de encontrar sinergia entre o planejamento hídrico e as demandas atuais e futuras dos múltiplos usos das águas.

No último processo eleitoral, a composição do Plenário do CBH-BG passou a ser:

CBH BAÍA DE GUANABARA - MEMBROS DA PLENÁRIA (biênio 2015-2017)		
<b>USUÁRIOS</b>		
SETOR SANEAMENTO (4 VAGAS)		
1	Titular	Cedae - Jaime Teixeira Azulay
	Suplente	VAGO
2	Titular	Águas de Niterói - Halphy Rodrigues
	Suplente	VAGO
SETOR INDÚSTRIA (3 VAGAS)		
1	Titular	Firjan - Luiz Cesio de Souza Caetano Alves
	Suplente	VAGO
2	Titular	Acibarrinha - Eduardo Valeriano Alves
	Suplente	Acibarrinha - Donato Veloso
3	Titular	Andina Brasil-Coca Cola- Humberto Ferreira
	Suplente	VAGO
SETOR COMERCIO E SERVIÇOS (1 VAGA)		
1	Titular	Fecomercio - Vinicius Crespo de Oliveira
	Suplente	VAGO
SETOR PESCA, TURISMO, LAZER E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS (3 vagas)		
1	Titular	Ahomar - Alexandre Anderson
	Suplente	Colônia Z13 – Sr. Pedro Marins
2	Titular	Iate Club Rio de Janeiro - Nicolas Bourbon
	Suplente	Fapesca – Sr.Otto Sobral
3	Titular	Clube Naval - Carlos Buarque Viveiros da Silva
	Suplente	VAGO
SETOR IRRIGAÇÃO E AGROPECUÁRIO (2 vagas)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
2	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR EXTRAÇÃO MINERAL (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
SETOR GERAÇÃO DE ENERGIA (1 vaga)		
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
<b>PODER PÚBLICO</b>		
GOVERNO FEDERAL – (1 vaga)		
1	Titular	Embrapa Solos – Sra. Joyce Maria Guimarães Monteiro
	Suplente	Fiocruz – Sr. José Leonidio M. Souza Santos
GOVERNO ESTADUAL – (2 vagas)		
1	Titular	INEA – Sra. Eliane Barbosa

	Suplente	INEA – Fátima Soares
2	Titular	INEA – Sra. Livia Soaleiro
	Suplente	SEA – Sr. Antonio da Hora
<b>GOVERNO MUNICIPAL – (12 vagas)</b>		
1	Titular	Prefeitura Municipal de Magé – Sra. Maria Aparecida de Resende
	Suplente	VAGO
2	Titular	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – Sra. Suzana Barros
	Suplente	VAGO
3	Titular	Prefeitura Municipal de Maricá – Sr. Guilherme Di Cesar da Mota e Silva
	Suplente	VAGO
4	Titular	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu – Sr. João Alberto Ribeiro
	Suplente	VAGO
5	Titular	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu – Sra. Gertrudes Nogueira
	Suplente	VAGO
6	Titular	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Sr. Luiz Renato Vergara
	Suplente	VAGO
7	Titular	Prefeitura Municipal de Niterói – Sr. Gabriel de Pinna Mendez
	Suplente	VAGO
8	Titular	Estação Ecológica Guanabara – Sr. Kinton Vieira Senra
	Suplente	VAGO
9	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
1	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
	Titular	VAGO
	Suplente	VAGO
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>		
<b>SUB-REGIÃO DE ITAIPU-PIRATININGA (1 vaga)</b>		
1	Titular	CCRON – Sr. Alexandre Braga
	Suplente	VAGO
<b>SUB-REGIÃO DE MARICÁ-GUARAPINA (2 vagas)</b>		
1	Titular	Sra. Flávia Lanari Coelho
	Suplente	VAGO
2	Titular	Sra. Flávia Lanari Coelho
	Suplente	VAGO
<b>SUB-REGIÃO DO TRECHO LESTE (3 vagas)</b>		
1	Titular	Instituto Rio Carioca – Sr. Roberto Oliveira
	Suplente	VAGO
2	Titular	UFF – Sr. Gilberto Tavares de Macedo Dias
	Suplente	VAGO
3	Titular	OMA Brasil – Sr. Nelson Rodrigues dos Reis Filho

	Suplente	VAGO
SUB-REGIÃO DO TRECHO OESTE (5 vagas)		
1	Titular	REDE CCAP – Sra. Flora Tarumim Torres
	Suplente	BRASA – André Santos
2	Titular	ACAMPAR-RJ – Sr. João Fernandes Lisbôa Neto
	Suplente	VAGO
3	Titular	Bicuda Ecológica – Sra. Rejany F. dos Santos
	Suplente	NICE BEMS - Sr. Hildebrando Pedro
4	Titular	UFRJ – Sr. José Paulo Azevedo
	Suplente	Trama Ecológica – Sr. Helan Nogueira da Silva
5	Titular	APEDEMA-RJ – Sr. Markus Stephan Budzynkz;
	Suplente	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Sr. Carlos Alberto dos Santos Gonçalves
SUB-REGIÃO DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS (2 vagas)		
1	Titular	ABES Rio – Sr. José Alfredo Sertã
	Suplente	VAGO
2	Titular	PUC Rio – Sr. Luiz Alberto Cesar Teixeira
	Suplente	Associação dos moradores do Alto Gávea – Sr. Joaquim Manoel Vasconcelos
SUB-REGIÃO DE JACAREPAGUÁ (2 vagas)		
1	Titular	Amar Barra – Sr. Sergio R.S. Andrade
	Suplente	Ecomarapendi – Sra. Vera M. de Rossi Chevalier
	Titular	Instituto Terrazul – Sr. Marcos Sant'anna Lacerda
	Suplente	OAB Barra da Tijuca – Sra. Christianne Bernardo

Tabela 3: CBH Baía de Guanabara - membros do Plenário (biênio 2015-2017).  
Fonte: Comitê de Bacia da Baía de Guanabara (2016)<sup>14</sup>.

Durante este período, sem desconsiderar a carga de discussão relacionada aos processos administrativos, as discussões do Plenário passam a priorizar o Planejamento Estratégico do CBH-BG-BG, considerando a necessidade do estabelecimento de prioridades para atuação do comitê.

<sup>14</sup> <http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/plenaria/>

## 4 POTENCIALIDADES E LIMITES DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DE BASE TERRITORIAL: UM ESTUDO DE CASO

### 4.1 SEGURANÇA HÍDRICA E AS ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro está inteiramente inserido na Região Hidrográfica (RH) do Atlântico Sudeste, cuja disponibilidade hídrica representa apenas 1,25% do total nacional.

A disponibilidade de água no estado é heterogênea, marcada pela diversidade climática e geomorfológica, assim como, pela intensa modificação da paisagem em função de intervenções antrópicas. Tais alterações tem relação direta com a redução da disponibilidade hídrica, uma vez que impactam o curso dos rios, e/ou significam a redução da cobertura florestal necessária para a recarga dos corpos d'água, gerando problemas de erosão e degradação dos solos, fatores críticos para a ocorrência de assoreamento, deslizamentos e inundações (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2014).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI-RJ) foi concluído e aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) em fevereiro de 2014, com horizonte de planejamento até 2030. Sua elaboração teve o acompanhamento do CERHI-RJ através de Reuniões Extraordinárias, e foi finalizado utilizando os seguintes temas estratégicos: estudos hidrológicos e vazões extremas; avaliação da rede qualitativa e quantitativa para a gestão e proposta de pontos de controle para bacias estratégicas; mapeamento de áreas vulneráveis a eventos críticos extremos; impactos sinérgicos dos aproveitamentos hidrelétricos localizados no Estado; avaliação das fontes alternativas para abastecimento do Estado; avaliação do potencial hidrogeológico dos aquíferos fluminenses; e estudos de avaliação da intrusão salina no Estado do Rio de Janeiro.

As demandas de água foram projetadas para o horizonte de 2030 de forma a coincidir com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado. Foram concebidos três diferentes cenários: Tendencial, Factível e Otimista. O cenário normativo do Plano, que serviu como referência para a indicação dos programas e ações necessárias no curto, médio e longo prazo, com vistas à garantia da segurança hídrica no estado, foi o cenário factível.

De acordo com o Plano, a disponibilidade hídrica no estado do Rio de Janeiro apresenta variações regionais significativas, decorrentes do potencial hídrico natural de cada região hidrográfica e da distribuição irregular da população no território.

Tabela 2 - Características gerais das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro		
<p><b>RH I</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 1.758,6 km<sup>2</sup> (4% do território);</li> <li>• Inserida nas vertentes da Serra do Mar;</li> <li>• Rios curtos e com alto gradiente topográfico; cabeceiras acima de 1.000 m de altitude;</li> <li>• Alta pluviosidade;</li> <li>• Cobertura vegetal em 90% da área;</li> <li>• Coleta de 34% dos esgotos e tratamento de 100%;</li> <li>• Vocação: turismo, geração de energia, conservação e proteção.</li> </ul>	<p><b>RH II</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Guandu</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 3.712,9 km<sup>2</sup> (8,5% do território);</li> <li>• Área de transição entre relevos mais acidentados da Serra do Mar e planícies litorâneas;</li> <li>• Rios curtos e médios, sendo os principais com vazões regularizadas;</li> <li>• Recebe as águas transpostas do Rio Paraíba do Sul, que viabilizam o abastecimento de grande parte da população da Região Metropolitana;</li> <li>• Cobertura florestal de 45%;</li> <li>• Coleta de 38% dos esgotos e tratamento de 7%;</li> <li>• Vocação: indústria, serviços, turismo.</li> </ul>	<p><b>RH III</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 6.429,1 km<sup>2</sup> (14,7% do território);</li> <li>• Área formada predominantemente por morros e colinas e Mar de Morros, na região do Vale do Rio Paraíba do Sul;</li> <li>• É onde ocorre a transposição de água do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu;</li> <li>• Cobertura florestal em menos de 25% da área; proporcionalmente uma das maiores áreas de pastagens do Estado;</li> <li>• Coleta de 89% dos esgotos e tratamento de 20%;</li> <li>• Vocação: indústria, pecuária.</li> </ul>
<p><b>RH IV</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Piabanha</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 3.459,2 km<sup>2</sup> (7,9% do território);</li> <li>• Relevo predominantemente acidentado;</li> <li>• Alta vulnerabilidade a eventos críticos extremos;</li> <li>• Alto comprometimento da qualidade das águas devido à carga orgânica lançada nos rios sem tratamento;</li> <li>• Maior demanda para agricultura;</li> <li>• Cobertura florestal em 40% do território;</li> <li>• Coleta de 60% dos esgotos e tratamento de 80%;</li> <li>• Vocação: serviços, agropecuária, turismo.</li> </ul>	<p><b>RH V</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Baía de Guanabara</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 4.813,6 km<sup>2</sup> (11% do território);</li> <li>• Área de planície com serras isoladas;</li> <li>• Rios drenantes para a Baía de Guanabara e para sistemas lagunares costeiras;</li> <li>• Região mais populosa do Estado – 10,5 milhões de habitantes;</li> <li>• Alto comprometimento da qualidade das águas devido à carga orgânica lançada nos rios sem tratamento;</li> <li>• Cobertura florestal em 40% da região;</li> <li>• Coleta de 64% dos esgotos e tratamento de 50%;</li> <li>• Vocação: serviços, indústria, turismo.</li> </ul>	<p><b>RH VI</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Lagos São João</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 3.650,7 km<sup>2</sup> (8,3% do território);</li> <li>• Relevo plano na área costeira e acidentado nas proximidades da Serra do Mar;</li> <li>• Abarca a Lagoa de Araruama, a maior lagoa hipersalina do mundo, e o Reservatório de Juturnaíba, importante manancial da região;</li> <li>• Uma das pluviosidades mais baixas do Estado;</li> <li>• Cobertura florestal de 25% da área. Mais de 78% do território em áreas de conservação;</li> <li>• Coleta de 64% dos esgotos e tratamento de 96%;</li> <li>• Vocação: turismo.</li> </ul>
<p><b>RH VII</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Rio Dois Rios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 4.462, km<sup>2</sup> (10,2% do território);</li> <li>• Relevo predominantemente acidentado;</li> <li>• Apenas 25% da área com cobertura florestal e menos de 2% em unidades de conservação;</li> <li>• Coleta de 78% dos esgotos e tratamento de 19,5%;</li> <li>• Vocação: serviços, confecções, agropecuária, turismo, mineração.</li> </ul>	<p><b>RH VIII</b></p> <p><b>Região Hidrográfica Macaé e das Ostras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 2.012,9 km<sup>2</sup> (4,6% do território);</li> <li>• Relevo escarpado na Serra do Mar, com transição para planícies litorâneas;</li> <li>• Principal polo nacional de logística e exploração e produção de petróleo e gás natural;</li> <li>• Canalização de cerca de 40 km do principal rio da região, o Rio Macaé;</li> <li>• Cobertura vegetal de 40% da área;</li> <li>• Coleta de 48% dos esgotos e tratamento de 68%;</li> <li>• Vocação: petróleo e gás, turismo, agricultura familiar.</li> </ul>	<p><b>RH IX</b></p> <p><b>Região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área: 13.467,6 km<sup>2</sup> (30,8% do território);</li> <li>• Relevo predominantemente de planície;</li> <li>• Corresponde ao trecho final do Rio Paraíba do Sul;</li> <li>• É a maior região hidrográfica do Estado abrangendo a vertente drenante para o Rio Itabapoana, na divisa com o estado do Espírito Santo;</li> <li>• Baixo índice pluviométrico;</li> <li>• Sofreu grandes intervenções na sua dinâmica hidrológica com mais de 1300 km de canais e rios retificados;</li> <li>• Coleta de 54% dos esgotos e tratamento de 42%;</li> <li>• Vocação: agropecuária, petróleo.</li> </ul>

Tabela 4: Características gerais das regiões hidrográficas do estado do RJ  
Fonte: INEA (2016).

Em termos de abastecimento humano, destaca-se a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o atendimento da demanda do Estado, pois 75% da população fluminense é abastecida por suas águas. Nesta porção do território, estão 83% da população da Região Metropolitana (águas transpostas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu).

Na região hidrográfica da Baía de Guanabara, com importantes municípios como Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, o abastecimento de água é proveniente de mananciais locais que estão em sua maioria explorados em sua capacidade máxima, ou próximos a este nível.

Soma-se a isso a previsão de realização de grandes empreendimentos, cujo impacto na demanda atual e futura de água foi considerado na elaboração do Plano, com destaque para o Complexo Petroquímico da Petrobras (COMPERJ).

Regiões Hidrográficas	Municípios	Vazão Distribuída (l/s)		Vazão Aduzida (l/s)	Demandas de Água - Sistemas Isolados					Ações	
					2010	2015	2020	2025	2030		
RH-V Da Baía de Guanabara	Niterói	Sistema Imunana/Laranjal	5.500,00	5.500,00	7.658,63	9.652,73	10.521,44	11.669,68	12.172,16	Aumentar a produção em 7.000,00 l/s	
	São Gonçalo										
	Itaboraí										
	Tanguá		27,80	27,80	63,26	68,49	95,78	109,74	129,24	Aumentar a produção em 110,00 l/s	
	Guapimirim		110,00	110,00	101,82	129,89	238,87	314,62	379,48	Aumentar a produção em 270,00 l/s a partir de 2015	
	Magé		80,00	80,00	166,64	174,77	199,42	200,47	223,42	Aumentar a produção em 150,00 l/s	
	Maricá		88,00	88,00	78,45	117,04	165,73	211,17	244,68	Aumentar a produção em 160,00 l/s a partir de 2015	
	Rio Bonito		165,00	165,00	97,43	106,07	117,02	123,91	145,10	Produção suficiente	
	Cachoeiras de Macacu		500,00	500,00	70,81	72,44	73,42	73,98	74,31	Produção suficiente	
	Duque de Caxias	Sistema Guandul, Agos/Acait	42.075,00	42.075,00	42.387,87	44.667,79	51.094,20	53.839,25	56.703,89	Aumentar a produção em 15.000,00 l/s	
	Befford Roxo										
	Mesquita										
São João de Meriti											
Nilópolis											
Nova Iguaçu											
Rio de Janeiro (82,7%)											
<b>Totais</b>		<b>46.545,80</b>	<b>46.545,80</b>	<b>50.624,89</b>	<b>54.989,22</b>	<b>62.505,87</b>	<b>66.542,83</b>	<b>70.072,28</b>			

Tabela 5: Demandas de água, alcances dos sistemas no tempo e as ações necessárias  
Fonte: RH-V. PERHI. FUNDAÇÃO COPPETEC. (2014).

Na porção oeste da RHBG, que abrange a capital, o abastecimento público é proveniente, sobretudo, da ETA Guandu, que capta águas do Rio Guandu. Já na porção leste, quase dois milhões de habitantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá dependem de um sistema de abastecimento que já opera em déficit, carecendo de ações que garantam a oferta hídrica para o atendimento da demanda atual e futura.

Além da baixa disponibilidade de água, a Região Metropolitana abriga os maiores contingentes populacionais e o Parque Industrial do estado, e conseqüentemente, enfrenta problemas decorrentes desta intensa ocupação, como a elevada carga orgânica nos efluentes, remoção da cobertura vegetal das faixas marginais de proteção dos rios, impermeabilização do solo, ocupações irregulares, erosão dos solos e assoreamento.

As demais regiões do estado apresentam situações menos críticas, porém todas necessitam, em maior ou menor grau, de ações que promovam o aumento dos níveis de garantia de oferta hídrica local.

Para a porção leste da RHBG, o PERHI aponta, entre as ações consideradas prioritárias até 2030, a construção da Barragem do Rio Guapiaçu, para reforçar a garantia de disponibilidade hídrica para o Sistema Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento dos municípios de Niterói, Itaboraí, São Gonçalo e Ilha de Paquetá. Segundo o Plano:

Uma avaliação de alternativas de mananciais já realizada pelo Governo do ERJ identificou a construção de uma barragem e reservatório no rio Guapiaçu como única alternativa viável em curto prazo para aumentar a capacidade do Sistema Imunana/Laranjal. Essa alternativa tem como vantagens a proximidade do centro consumidor, a disponibilidade hídrica do manancial e a possibilidade de adução por gravidade. O projeto prevê a formação de um reservatório com 291,5 km<sup>2</sup> de área alagada e um volume total de 93 milhões m<sup>3</sup> (PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 2014. RELATÓRIO GERENCIAL. p. 33).

Considerando a demanda atual, o Plano ressalta a necessidade de ações voltadas não só à garantia de oferta de água para abastecimento, considerado prioritário em situações de escassez, mas também de ações voltadas à gestão da demanda neste setor, focadas, principalmente, na redução de perdas na prestação do serviço de abastecimento público e medidas de racionalização do uso de água tratada.

Por isso, desde 2014, o governo estadual estabeleceu como prioridade na gestão das águas a atuação para garantia da segurança hídrica<sup>15</sup> no estado, considerando o período de estiagem severa vivido pela região sudeste, com os piores índices em 85 anos de registro histórico.

Neste cenário, aliado às demandas advindas da instalação de megaempreendimentos previstos para o estado, é que se desenrolam as propostas de planejamento dos recursos hídricos no estado do RJ, no qual o conjunto do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos deverá atuar, considerando as ações estratégicas definidas a partir dos instrumentos de gestão.

---

<sup>15</sup> “Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), segurança hídrica é "assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidades adequadas à manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano e do desenvolvimento socioeconômico; garantir proteção contra a poluição hídrica e desastres relacionados à água; preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política". Promover a segurança hídrica é contribuir com a manutenção da vida e deve ser o foco principal daqueles que realizam a gestão dos recursos hídricos, assim como de toda a sociedade.” (INEA. Disponível em: <http://www.segurancahidricarj.com.br/#!segurancahidrica/c1ylq> . Acessado em 22 de junho de 2016)



## 4.2 O PROJETO DA BARRAGEM DO GUAPIAÇU E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ASSOCIADO

O Brasil vem imprimindo esforços nos últimos sete anos em seu projeto desenvolvimentista, ancorado no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). No âmbito deste Plano foram retomados grandes projetos de infraestrutura, como as hidrelétricas e grandes rodovias, com a perspectiva de inserção do País no mercado global. Nesse contexto, os avanços na área ambiental, constituídos desde a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente e da Constituição de 1988, como o código florestal e o licenciamento ambiental, passaram a ser considerados como entraves ao desenvolvimento, e vêm sendo duramente criticados<sup>16</sup> por alguns setores.

Segundo Bezerra e Moura (2016), ainda não existem análises sistematizadas sobre os resultados do PAC quanto à questão ambiental, mas é notória a tensão gerada entre o setor ambiental e os setores promotores do desenvolvimento, gerando conflitos quase sempre expressos nos momentos de licenciamento ambiental e decorrentes da falta de inserção da dimensão ambiental durante a concepção dos investimentos.

Este projeto de desenvolvimento tem como consequência a multiplicação dos impactos e dos conflitos socioambientais envolvendo distintos sentidos atribuídos à natureza por diferentes grupos com posições sociais desiguais. Atualmente o Brasil ocupa a 5ª economia mundial, mas apresenta IDH na 84ª posição, com elevado grau de conflitos socioambientais e condições precárias de saúde, nutrição, educação e moradia (CASTILHO, 2012).

O estado do Rio de Janeiro vem se destacando na implantação dessa lógica, e tem sido palco da implementação de grandes projetos de desenvolvimento econômico baseados na exploração intensiva dos recursos naturais.

---

<sup>16</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/lei-e-lei-em-qualquer-area-ou-nao>. Acessado em 26/06/2016.

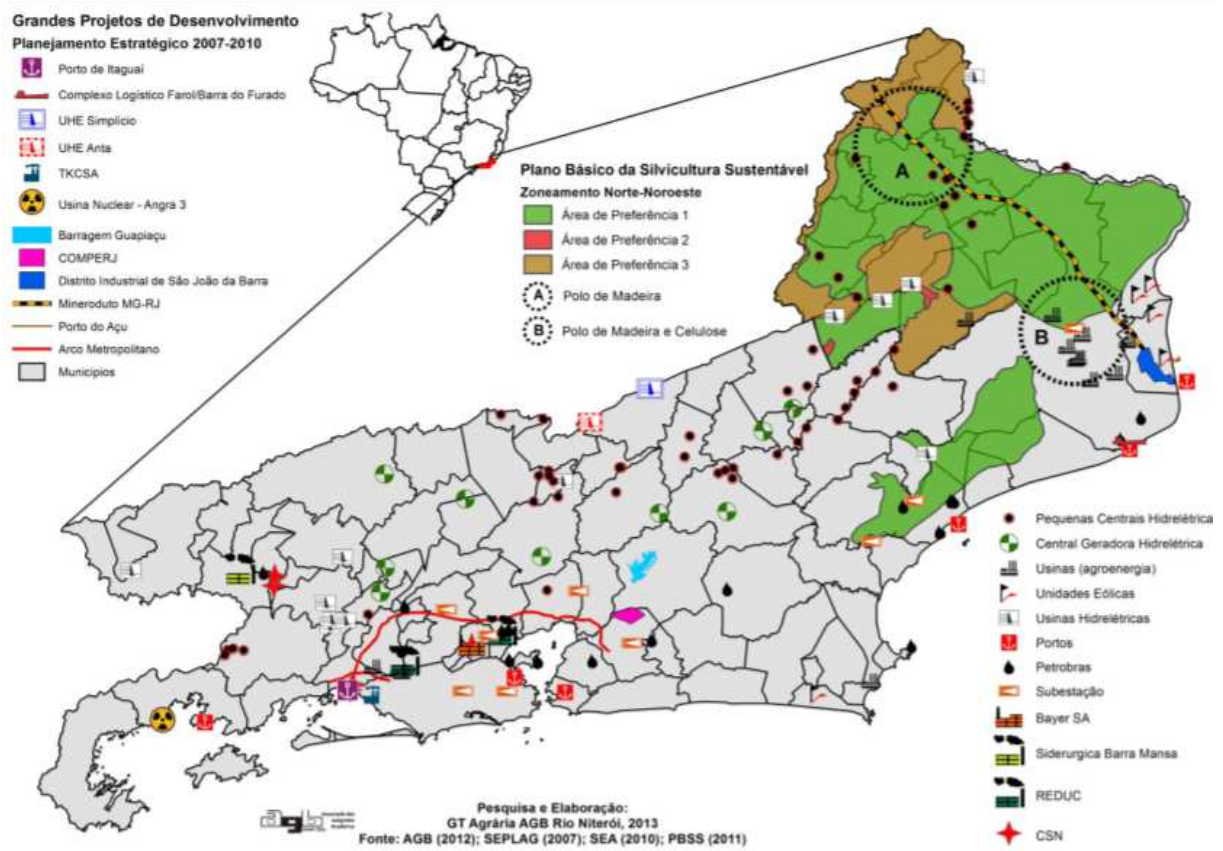


Figura 4: Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro  
 Fonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros (2014).

Nesse contexto insere-se o projeto do Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, um empreendimento localizado no Leste Fluminense, que tem como objetivo estratégico “expandir a capacidade de refino da Petrobras para atender ao crescimento da demanda de derivados no Brasil, como óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque e GLP (gás de cozinha)”<sup>17</sup>.

Em 2007 foi iniciada a instalação do COMPERJ, no Município de Itaboraí, a quatro quilômetros da divisa com o município de Cachoeiras de Macacu. Naquele momento, a expectativa era que o COMPERJ fosse gerar 200 mil empregos diretos e indiretos até 2012, data prevista para início do funcionamento, e mais 50 mil durante sua operação. Previa-se um movimento migratório para a região de grande magnitude em virtude da economia gerada pelo empreendimento.

17

<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm> . Acessado em 18/05/2016.

Cachoeiras de Macacu é um município pertencente à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RMRJ), sendo o sexto município em extensão territorial, com área total de 953,801Km<sup>2</sup>.



Figura 5: Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro  
Fonte: CEPERJ (2014).

A Lei Complementar nº 158 de 26 de dezembro de 2013 definiu que as cidades de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu fossem incorporadas pela RMRJ, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comum. Tal decisão teve influência direta da instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), uma vez que se esperava que a atração socioeconômica gerada pelo Complexo criasse a necessidade de ações integradas para a região, facilitando o planejamento e a execução de serviços públicos.

Com a chegada do COMPERJ, uma nova variante foi adicionada aos fatores que já impactam o meio ambiente e a comunidade, e os municípios na área de influência foram obrigados a se organizar frente a esta nova variável. Uma das estratégias foi absorver a área de influência do empreendimento à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Área de Abrangência Regional (AAR) do COMPERJ compreende a região do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (CONLESTE),

composta pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá.

O Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) do empreendimento classifica a AAR em três tipologias: área de influência indireta, composta por espaços afetados pelos efeitos econômicos e ambientais do projeto na Região Metropolitana do estado; área de influência direta, abrangendo espaços localizados a um raio de 20 quilômetros do centro do empreendimento, essa área é caracterizada por sofrer diretamente as consequências dos poluentes do ar liberados pelas operações, assim como influências na água, solo, vegetação, fauna e socioeconomia da região; e área diretamente afetada, compreendendo os municípios situados a um raio de 10 quilômetros do centro do Complexo. Para essa área são previstos os impactos provocados pelas obras, em especial, para os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá<sup>18</sup>.

Atualmente, devido ao cenário da geopolítica da energia, associado ao contexto econômico do País e à crise política e econômica da Petrobras, foram necessários ajustes no projeto de instalação do complexo, que hoje tem previsão de entrada em operação somente em 2023. No momento, apenas a obra de uma planta de beneficiamento de gás encontra-se em andamento<sup>19</sup>.

Essa alteração de projeto é extremamente relevante para a análise de cenário, uma vez que todo o planejamento que vem sendo realizado para a região considera as expectativas de investimento e geração de divisas que não mais se realizarão no curto prazo. Também não se realizarão em um horizonte próximo a instalação de uma cadeia produtiva associada com ampla geração de empregos, o aumento populacional aguardado e a esperada consolidação do estado do Rio de Janeiro como grande concentrador de oportunidades de negócios no setor de petroquímico.

Nesse contexto, é fundamental repensar os custos e riscos que também vinham sendo analisados em função dos impactos do empreendimento no cenário de implantação do mesmo, uma vez que não se trata somente da extinção do impacto em função da não realização de alguma atividade, mas sim da transformação do impacto, visto que a não realização da atividade em um cenário de expectativa gera outras ordens de impactos.

Segundo relatório da Associação Brasileira de Geógrafos – AGB (2014), o COMPERJ impacta diretamente 31 unidades de conservação da Mata Atlântica, que abrangem 14

---

<sup>18</sup> Relatório de Impactos Ambientais do COMPERJ, 2007.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752580-petrobras-adia-operacao-do-comperj-para-2023.shtml> . De 21.03.2016. Acessado em 17.07.16.

municípios do Rio de Janeiro. Além disso, o empreendimento está localizado no interior da Área de Proteção Ambiental da bacia do rio Macacu, unidade de conservação que abrange boa parte dos mananciais que abastecem a porção leste da região metropolitana do Rio de Janeiro.



Figura 6: Localização COMPERJ

Fonte: Apresentação APLA - 26ª Reunião Anual Latino-americana de Petroquímica. Petrobras, 2010.



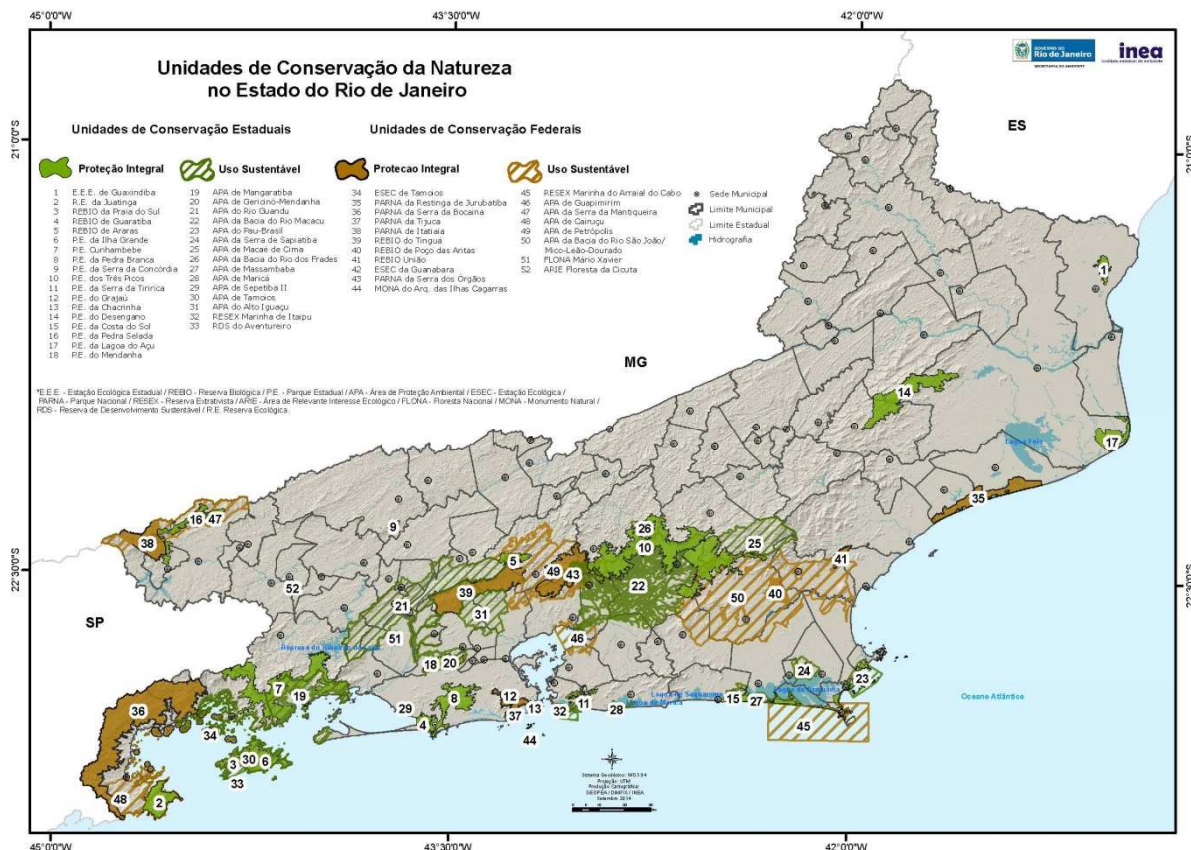


Figura 7: Unidades de Conservação do Estado do RJ  
Fonte: INEA (2014).

A proposta da Barragem do Guapiaçu se insere no conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental do Complexo e no cenário de estresse hídrico da região do leste metropolitano, identificada em estudos regionais como o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o projeto desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense denominado “Planejamento da Região Hidrográfica dos rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu” ou “Projeto Macacu”, como ficou conhecido.

O motivo alegado é o déficit de abastecimento de água do Sistema Imunana-Laranjal (CEDAE/RJ) que atualmente opera no limite da capacidade e é responsável por fornecer água para os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá.

Nesse contexto, a proposta da barragem do Guapiaçu insere-se na lógica que tem prevalecido como padrão de resposta para a crise hídrica: construção de barragens, transposição de rios e responsabilização da sociedade civil pelo mau uso do recurso. Nessa lógica, não há questionamento sobre como se dá a gestão das águas e a preservação dos mananciais, sobre as perdas ao longo da rede de distribuição, ou sobre a distribuição desigual da água no espaço

urbano. E assim se constrói a naturalização do fenômeno da crise hídrica, sem qualquer menção às origens político-ambientais do problema.

No Brasil, em geral, a maior parte da água não é destinada ao consumo humano, mas às atividades industriais e ao agronegócio, principalmente para a produção de mercadorias voltadas para exportação<sup>20</sup>.

Na região hidrográfica do Atlântico Sudeste, que engloba as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro - RJ e Vitória – ES, e que é a segunda mais populosa do País – com 28.236 milhões de habitantes, o consumo urbano é responsável pela metade da demanda de água, seguido pela irrigação e setor industrial. Esta é a única região hidrográfica no País em que o consumo urbano se equipara ao consumo dos setores industrial e agrícola, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

---

<sup>20</sup> A Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2013. Agência Nacional de Águas.

Região hidrográfica	Ano	Vazão de retirada (m³/s)					Total (m³/s)
		abastecimento humano urbano	abastecimento humano rural	dessedentação animal	irrigação	abastecimento industrial	
Amazônica	2006	19,3	3,1	23,9	11,4	9,1	66,8
	2010	25,8	2,7	24,9	15,6	9,8	78,8
Atlântico Leste	2006	26,9	5,0	8,7	41,6	9,6	91,8
	2010	34,8	4,6	9,5	52,7	10,7	112,3
Atlântico Nordeste Ocidental	2006	8,3	2,2	4,1	3,4	1,6	19,6
	2010	11,2	2,8	4,3	3,6	1,7	23,7
Atlântico Nordeste Oriental	2006	46,1	4,5	5,1	144,6	26,3	226,6
	2010	60,8	5,5	5,6	161,1	28,9	262,0
Atlântico Sudeste	2006	96,4	3,1	5,4	49,4	37,5	191,8
	2010	104,2	3,2	5,7	57,4	43,1	213,7
Atlântico Sul	2006	33,4	2,2	6,2	186,8	46,7	275,3
	2010	36,1	2,1	6,9	196,1	54,4	295,4
Paraguai	2006	6,4	0,4	11,5	8,9	2,3	29,5
	2010	5,2	0,3	12,2	9,7	2,6	30,0
Paraná	2006	185,5	6,5	37,0	108,1	155,6	492,7
	2010	177,2	5,5	40,0	311,4	202,0	736,0
Parnaíba	2006	6,3	1,2	2,4	28,7	1,4	40,0
	2010	8,0	1,3	2,6	37,4	1,5	50,9
São Francisco	2006	27,3	3,7	9,1	123,3	17,4	180,8
	2010	31,3	3,7	10,2	213,7	19,8	278,8
Tocantins-Araguaia	2006	15,0	2,4	23,0	32,7	5,3	78,4
	2010	18,3	1,3	21,1	84,6	10,2	135,6
Uruguai	2006	8,1	1,4	7,7	122,4	8,8	148,4
	2010	8,7	1,3	8,4	126,9	10,1	155,4
<b>Brasil</b>	<b>2006</b>	<b>479,0</b>	<b>35,7</b>	<b>144,1</b>	<b>861,3</b>	<b>321,6</b>	<b>1.841,7</b>
	<b>2010</b>	<b>521,8</b>	<b>34,4</b>	<b>151,1</b>	<b>1.270,1</b>	<b>394,9</b>	<b>2.372,4</b>

Tabela 6: Vazões das retiradas por RH e do país, por tipo de uso, em 2006 e 2010  
Fonte: ANA (2013).

Outra questão relevante a ser considerada são as taxas elevadas de perda de água, desde a captação, o tratamento, a distribuição até o consumo final. No caso do Rio de Janeiro, o relatório técnico do Plano Estadual de Recursos Hídricos (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2014) estima uma perda de água de 25% no Sistema Imunana/Laranjal.



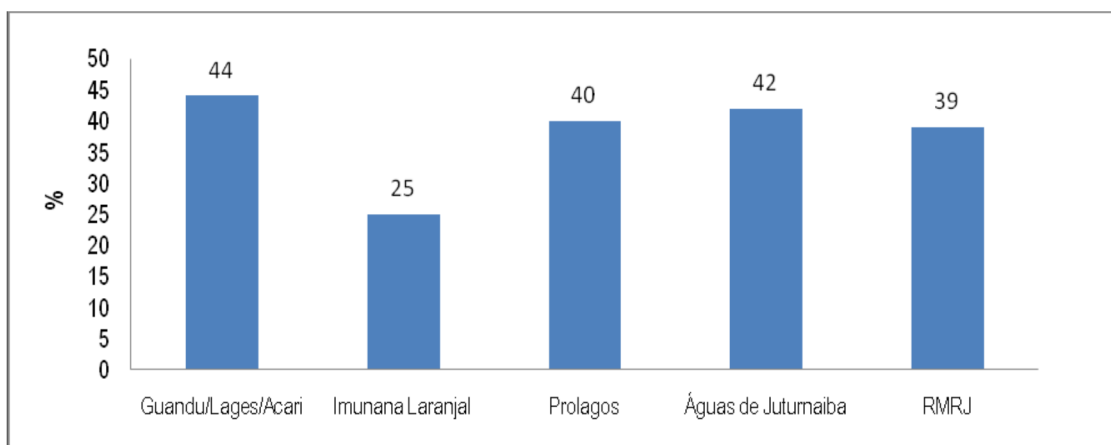


Figura 8: Índice de Perdas Físicas nos sistemas integrados de abastecimento – RJ  
 Fonte: COPPETEC (2014) adaptado por Associação dos Geógrafos Brasileiros (2015).

Segundo simulações apresentadas na segunda revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2014), investimentos em monitoramento e em programas de redução de perdas poderiam contribuir significativamente para eficiência destes sistemas.

No entanto, as soluções técnicas, centradas em obras de engenharia que transponham rios ou barrem os cursos d'água, têm sido as primeiras opções a serem identificadas para solucionar a questão hídrica urbana (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GEÓGRAFOS, 2015).

No sistema Imunana, apesar da barragem do Guapiaçu ter sido eleita como a melhor opção para solucionar o déficit hídrico identificado, outros estudos apresentaram uma série de alternativas de suprimento da demanda do Sistema Imunana-Laranjal.

De acordo com informações disponibilizadas pelo INEA durante o Workshop Barragem do Guapiaçu e Alternativas<sup>21</sup>, apontamentos sobre alternativas de ampliação da disponibilidade hídrica para a RHBG são realizados desde 1985, quando foi elaborado pela CEDAE o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Neste documento, apresentou-se a possibilidade de implantação de 7 reservatórios na bacia do Macacu/Caceribu.

<sup>21</sup> O Workshop Barragem do Guapiaçu e Alternativas foi organizado pelo Subcomitê Leste do CBH-BG, e foi realizado em 02/06/2016; juntamente com a Segunda Reunião Plenária Extraordinária do Subcomitê Leste, ambos no Auditório da Defesa Civil de Niterói situada na Rua Cel. Gomes Machado, nº 258, Centro - Niterói.

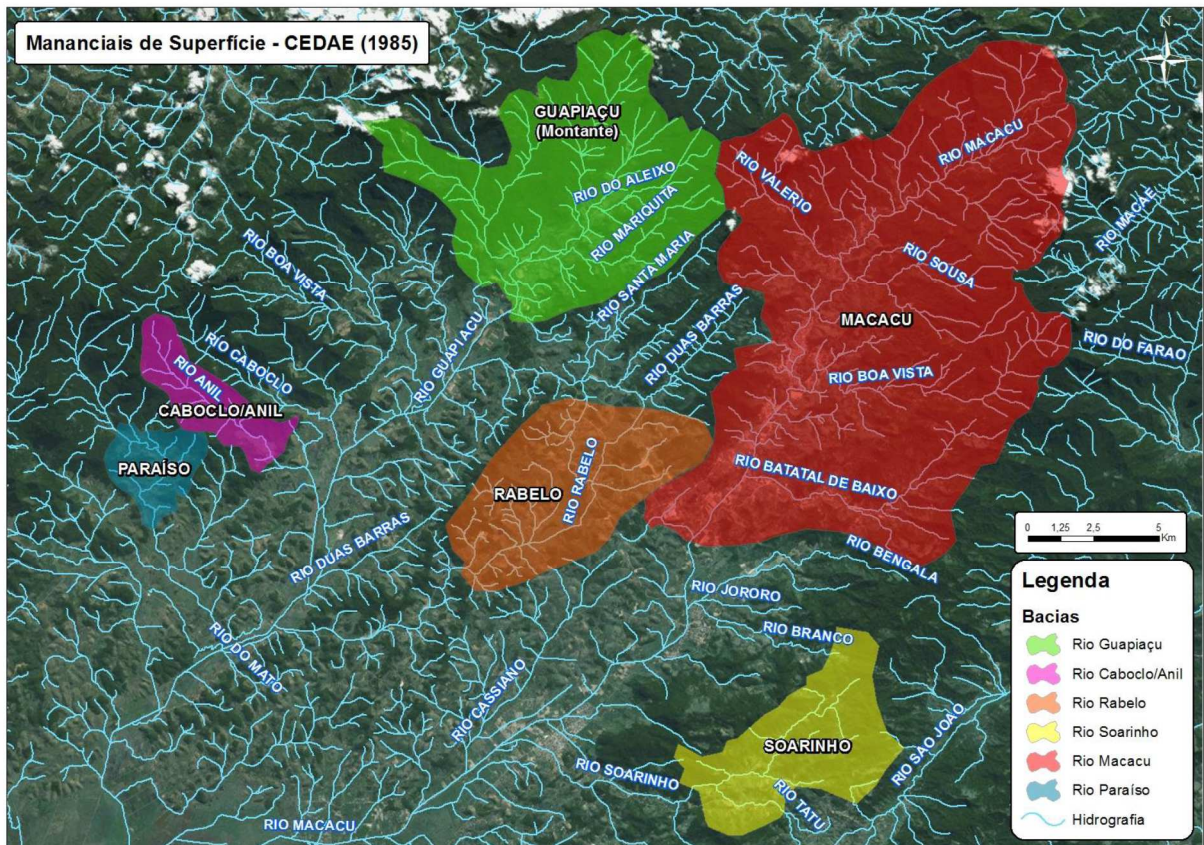


Figura 9: Alternativas estudadas pela CEDAE - 1985  
 Fonte: Apresentação INEA, Workshop Barragem do Guapiaçú e Alternativas, 02.06.2016 (2016).

Posteriormente, a Universidade Federal Fluminense, no âmbito do Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu/Macacu (Projeto Macacu, 2010), aprofundou o estudo, e confirmou 5 reservatórios possíveis (dos 7 da CEDAE), definindo: localização, volume, área do espelho e a vazão regularizada para cada reservatório.



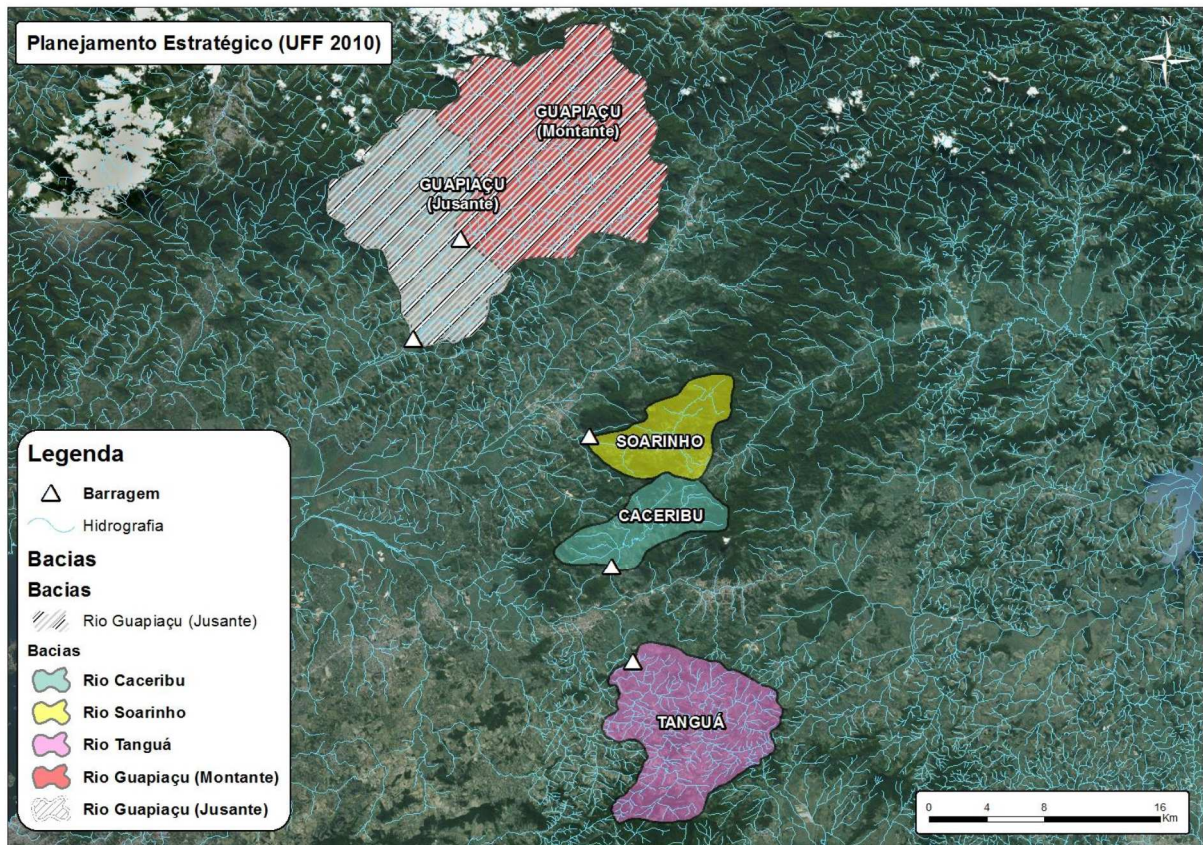


Figura 10: Alternativas estudadas pela UFF, 2001  
 Fonte: Apresentação INEA, Workshop Barragem do Guapiáçu e Alternativas, 02.06.2016 (2016).

Em seguida, durante a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro em 2014, o INEA identificou a barragem do Guapiáçu Jusante como a única viável com implantação a curto prazo.

Em todos eles, está presente a ideia de insuficiência do sistema de abastecimento de água para a população para os próximos anos, intensificado pela chegada do COMPERJ e seus impactos na infraestrutura hidro sanitária e demográfica da região, de modo que o aprofundamento dos casos de conflito pela água e pela terra se recoloca no centro da questão do projeto de desenvolvimento.

As opções foram tardiamente analisadas pelo comitê de bacia hidrográfica da baía de Guanabara, bem como a escolha da barragem do Guapiáçu Jusante não foi aprovada por esta instância, responsável pela deliberação relativa aos usos e intervenções na bacia em questão.

O Instituto Rio Carioca, em seu Relatório de viabilidade técnica, fundiária, econômica e social para a construção de possíveis barragens nas áreas indicadas pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos do CBH-BG, analisa em base comparativa as três barragens propostas no Plano Diretor (Anil, Serra Queimada e Soarinho) e a proposta da SEA, Guapiáçu jusante.

A conclusão deste estudo demonstra que, do ponto de vista da eficiência, a previsão de aumento da vazão em decorrência da instalação da barragem Guapiaçu Jusante não se mostra verdadeira, e que a proposta das 3 barragens atenderia tanto o objetivo de aumento da vazão, quanto teria menos impactos ambientais e sociais<sup>22</sup>.

Cabe destacar que, diante da desaceleração das obras do COMPERJ, todas as projeções de crescimento demográfico e econômico do Leste Metropolitano Fluminense precisam ser revistas e isso inclui as projeções de crescimento do consumo de água que justificavam a construção da barragem do rio Guapiaçu.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental - EIA da barragem, a proposta de localização é o município de Cachoeiras de Macacu, distrito de Subaio. A área do sítio da barragem do Guapiaçu e do seu reservatório de armazenamento de água atinge um perímetro de aproximadamente 176 km, com uma área equivalente a 20,98 km<sup>2</sup>.

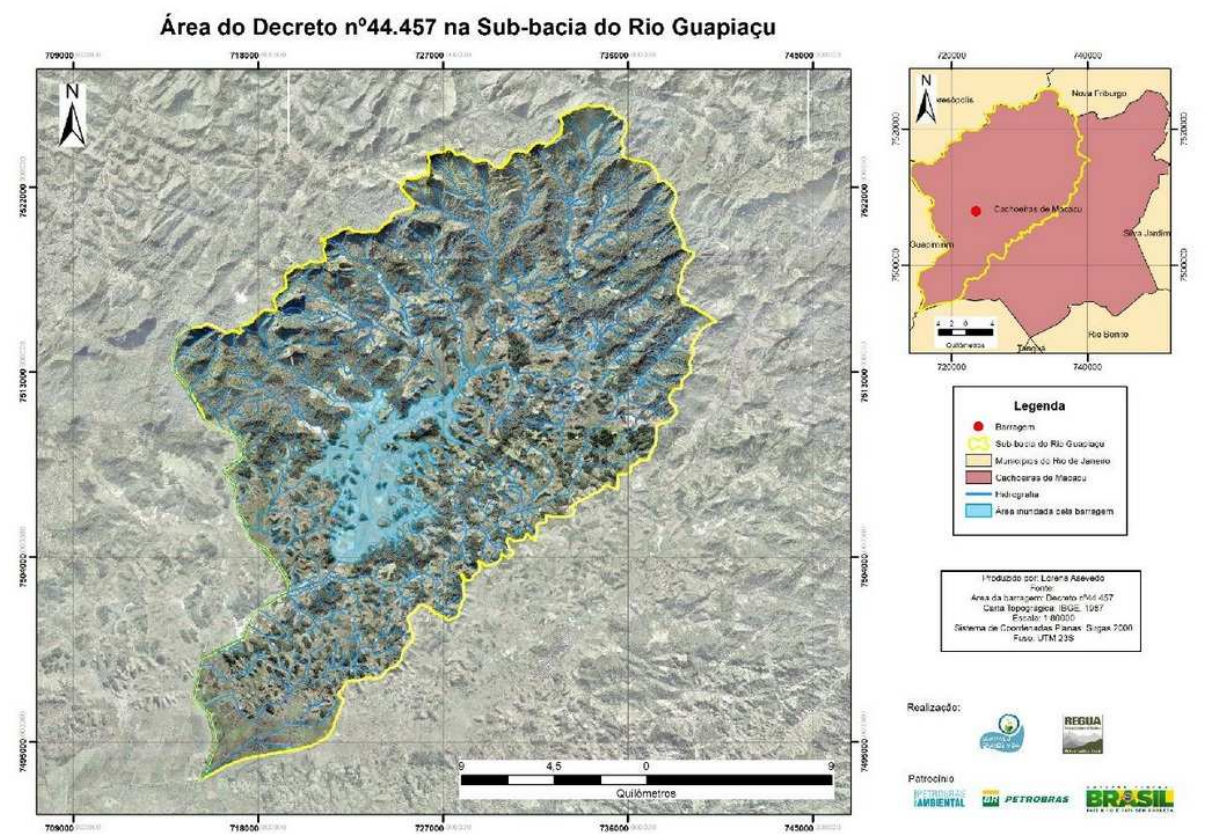


Figura 11: Área da barragem do Guapiaçu na sub-bacia do rio Guapiaçu  
Fonte: Projeto Guapiaçu Grande Vida (2016).

<sup>22</sup> Apresentação realizada pelo Sr. Roberto Machado, do Instituto Rio Carioca, durante o Workshop Barragem do Guapiaçu e Alternativas, realizado em 02/06/2016; juntamente com a Segunda Reunião Plenária Extraordinária do Subcomitê Leste, ambos no Auditório da Defesa Civil de Niterói situada na Rua Cel. Gomes Machado, nº 258, Centro - Niterói



Segundo a Associação dos Geógrafos Brasileiros (2014), o EIA reconhece que desde 2009 os conflitos pelo uso da água têm se aprofundado na região, e com a chegada do COMPERJ e o aumento populacional, os conflitos tendem a se agravar.

A região impactada pela barragem se insere na zona de amortecimento do Mosaico de Unidades de Conservação do Corredor da Serra do Mar, constituído no âmbito da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e na porção norte da bacia do rio Macacu. Pela sua importância na conservação das águas e biodiversidade, a bacia do rio Macacu – que inclui as sub-bacias dos rios Guapi-Caceribu – foi definida em 2002, como Área de Proteção Ambiental (APA) a partir da Lei Estadual nº 4.018 de 05 de dezembro de 2002, pelo fato de abastecer as três principais cidades da região Leste da Baía de Guanabara, composta por Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, mas, também, pelo grande potencial hídrico da região da APA, que ocupa posição de destaque quanto à biodiversidade de fauna e flora.

Além dos impactos do ponto de vista da biodiversidade, o alagamento também impactará o espaço agrário e, conseqüentemente, a economia local, uma vez que a região tem histórico de ocupação pela agricultura de base familiar. Dados da EMATER-RJ (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 2014), sobre os impactos na área prevista para construção da barragem, a pedido da Secretaria de Agricultura e Pecuária do município, apontam para aproximadamente 340 propriedades afetadas e cerca de 360 famílias, totalizando um número aproximado de mais de 1.100 atingidos.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2016) apresenta um número maior de famílias impactadas - 450, e ainda ressalta que não é apenas a produção que será perdida, mas também, os modos de vida de pequenos produtores tradicionais, seus vínculos com o território e entre si, seus conhecimentos e sua qualidade de vida. Desterritorializados e reterritorializados em outro lugar, teriam de recomeçar toda sua vida.

Segundo estudo realizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional<sup>23</sup>, a produção agrícola anual de Cachoeiras de Macacu é de 1.478.591t, gerando uma receita de R\$ 21.679.700,00. Dela cerca de 800 famílias vivem e tiram seu sustento, gerando 3.000 empregos diretos. Dados do CEASA-RJ<sup>24</sup> demonstram que o município de Cachoeira de Macacu possui

---

<sup>23</sup> Documento disponibilizado pelo Subcomitê Leste, durante o Workshop Barragem do Guapiaçu e Alternativas, realizado em 02/06/2016; juntamente com a Segunda Reunião Plenária Extraordinária do Subcomitê Leste, ambos no Auditório da Defesa Civil de Niterói situada na Rua Cel. Gomes Machado, nº 258, Centro - Niterói

<sup>24</sup> Dados disponibilizados no estudo realizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, cujo documento foi disponibilizado pelo Subcomitê Leste, durante o Workshop Barragem do Guapiaçu e Alternativas, realizado em 02/06/2016; juntamente com a Segunda Reunião Plenária Extraordinária do Subcomitê Leste, ambos no Auditório da Defesa Civil de Niterói situada na Rua Cel. Gomes Machado, nº 258, Centro - Niterói

grande importância na oferta de alimentos para o Estado do Rio de Janeiro, chegando a atingir 11% dos produtos comercializados.

O estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2016) denuncia que os atores locais tiveram enorme dificuldade para acessar o projeto técnico proposto pelo estado, e quando conseguiram que este fosse disponibilizado, identificaram graves lacunas nos dados apresentados, como dados pluviométricos e de vazão dos corpos hídricos desatualizados. Além disso, ressaltam que, para além do abastecimento de água de municípios vizinhos, a construção da barragem do Guapiaçu está claramente associada à necessidade de consumo hídrico do COMPERJ.

O licenciamento ambiental, regulamentado pela Lei Complementar n. 140/2011 e pela Resolução n. 237/97 do CONAMA, é composto por diferentes etapas, como estudos de impacto ambiental prévios e convocação de audiências públicas, essenciais para compatibilização dos diversos interesses sociais e ambientais relacionados, contribuindo assim para identificação e resolução de possíveis conflitos.

O processo de licenciamento do COMPERJ foi alvo de inúmeras críticas por parte da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs), MPRJ e MPF, em razão do que foi alegado como estratégia de licenciamento ambiental fracionado. A crítica diz respeito ao fato de que esta forma de licenciamento impossibilita a apresentação à população o conjunto de impactos decorrentes do empreendimento, não permitindo estabelecer a sinergia entre eles em um mesmo momento.

Segundo Chaché (2014), o primeiro EIA/RIMA do COMPERJ apresentado menciona que os impactos ocasionados pelo abastecimento de água, e o lançamento de efluentes seriam considerados em estudos seguintes, realizados para cada licenciamento ambiental. Em relação ao abastecimento de água, foram apresentadas genericamente oito alternativas dentre as quais se destacam: o reuso de água de esgoto tratada proveniente da ETE de Alegria e a construção da barragem do rio Guapiaçu para aumentar a vazão no sistema Imunana-Laranjal. Apesar de haver questionamento sobre o abastecimento hídrico por parte da população durante as audiências públicas, esse aspecto foi considerado como de competência do processo de licenciamento próprio. Assim, as alternativas escolhidas foram informadas posteriormente às concessões das primeiras licenças prévia e de instalação do COMPERJ.

De acordo com o decreto nº 44.457 de 01 de novembro de 2013, assinado pelo governador Sérgio Cabral, a Licença Prévia LP nº FE 013990 do COMPERJ de 26 de março de 2008 estabeleceu em sua condicionante nº 19 que a Petrobras deveria:

Considerar para o licenciamento do abastecimento de água bruta, todas as alternativas possíveis que garantam não só o abastecimento do complexo, mas também representem reforço hídrico para os municípios da região, mesmo que mais de alternativa de abastecimento venha a ser adotada, explicitando o volume total de água necessário à operação do COMPERJ, discriminando os volumes para fins potáveis e não potáveis e apresentando projeções do consumo de água pelo empreendimento para os próximos 15, 25 e 30 anos, indicando a pressão desse consumo sobre os recursos hídricos da região (RIO DE JANEIRO, 2013a).

O mesmo decreto informa que a Licença de Instalação IN 001540/2009 de 28 de março de 2008 foi averbada para incluir a condicionante nº 32 que contém a obrigação de:

Aplicar R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na construção da Barragem para regularização da vazão do Rio Guapiaçu visando o incremento da vazão do Rio Macacu em mais de 5m<sup>3</sup>/s, em período seco, incluindo o custeio das desapropriações necessárias e implantação de um Plano de Proteção da Área de Entorno do Reservatório, conforme projetos que serão fornecidos pela SEA/INEA (RIO DE JANEIRO, 2013a).

No caso da barragem do rio Guapiaçu, a solicitação da primeira licença foi feita pela Secretaria Estadual do Ambiente em 30 de julho de 2012, e o respectivo estudo de impacto ambiental foi apresentada em setembro de 2013.

#### 4.3 BARRAGEM DO GUAPIAÇU: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A proposta da barragem Guapiaçu Jusante, apresentada pelo governo estadual, se insere na bacia do Guapi-Macacu, que possui uma área de drenagem de cerca de 1640 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 106.341 mil habitantes (UFF, 2008).

O município de Cachoeiras de Macacu tem 90% de sua área nesta bacia, Guapimirim tem aproximadamente 95% e Itaboraí, 12%.

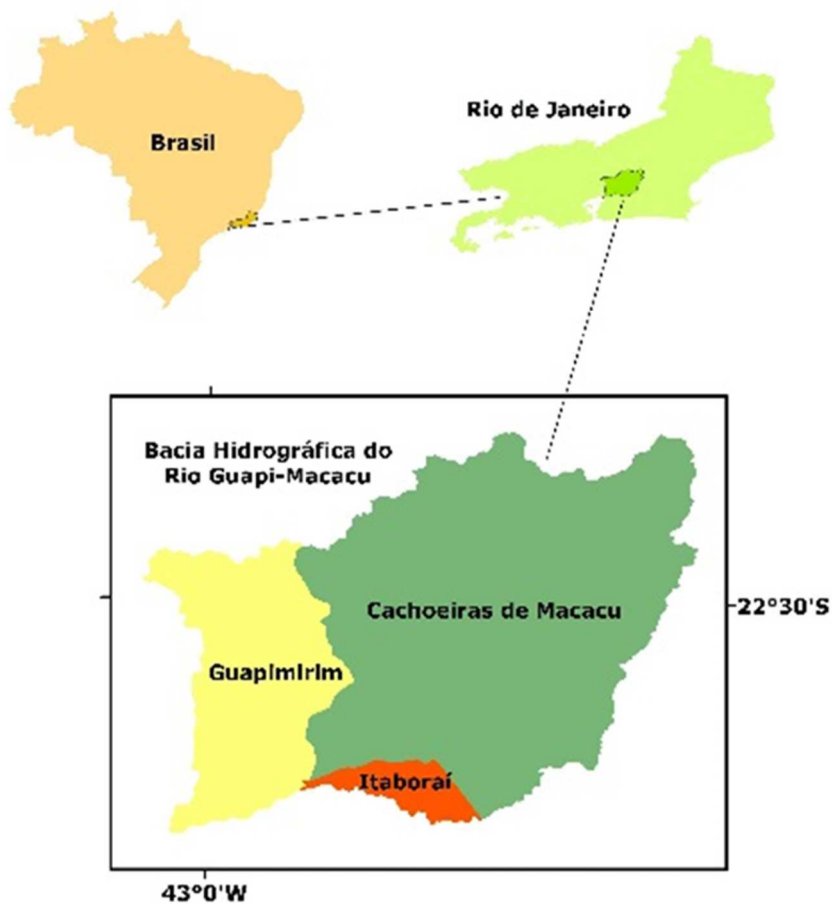


Figura 12: Bacia hidrográfica Guapi-Macacu  
Fonte: Embrapa (2011).

É limitada ao norte e noroeste pela Serra dos Órgãos, à nordeste pela Serra de Macaé de Cima, à leste pelas Serras da Botija e de Monte Azul e ao sul pelas Serras do Sambê e dos Garcias.



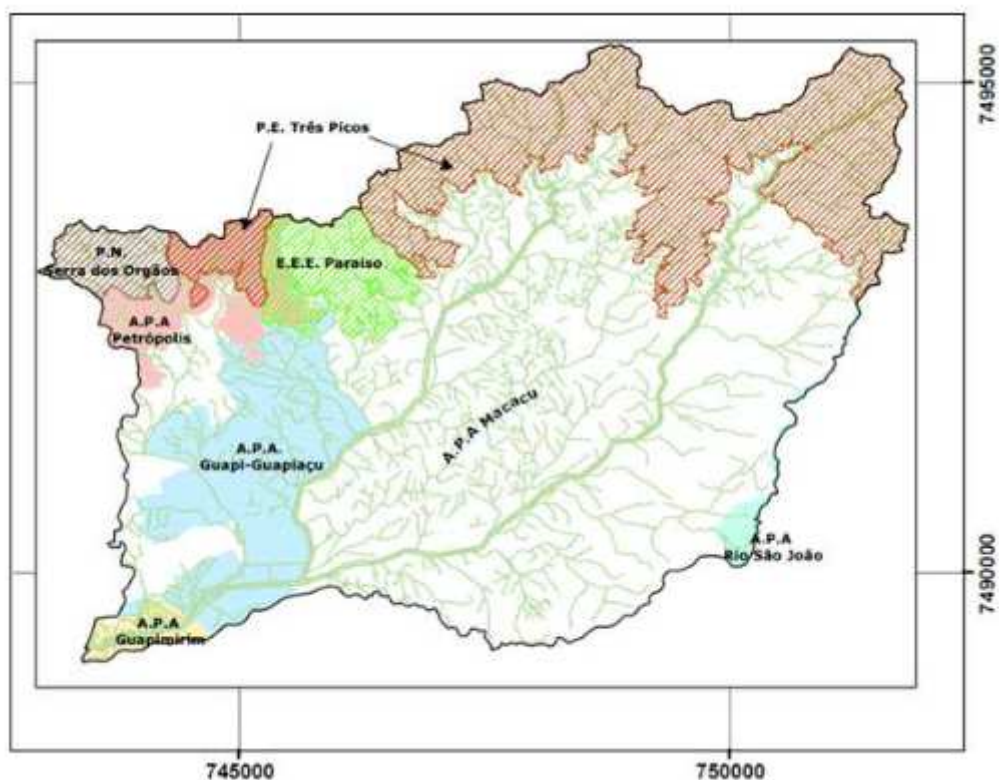


Figura 13: Áreas Prioritárias para Recuperação na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ  
 Fonte: Embrapa (2011).

O rio Macacu nasce na serra dos Órgãos, a cerca de 1700m de altitude, no município de Cachoeiras de Macacu, e percorre aproximadamente 74 km até a sua junção com o Guapimirim. A partir da confluência do Macacu com o Guapiaçu inicia-se o Canal de Imunana, construído pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) com o objetivo de drenar as áreas adjacentes, frequentemente inundadas. Com a construção do canal, o curso natural do rio Macacu foi desviado e ele se uniu ao Guapimirim. Sua área de drenagem, por essa razão, foi enormemente aumentada e o rio Guapimirim, após receber as águas do Macacu/Guapiaçu, passou a ser chamado de Guapi até a sua foz na Baía de Guanabara.

No passado, a região do vale do Macacu-Caceribu foi uma área agrícola rica com uma importante população rural. O início do Século XX foi marcado pelo esvaziamento das áreas de baixada, próximas aos leitos dos rios e um aumento da população nas áreas mais altas. Tal esvaziamento se deu, principalmente, devido às condições insalubres das regiões mais baixas. A partir da década de 1930 teve início um grande projeto de saneamento que consistia em retilinizar os rios e secar as áreas alagadas. O resultado disso foi a incorporação destas terras baixas à produção agropecuária.

A região possui alto valor ecológico e potencial turístico, devido a sua hidrografia, fauna e flora, e suas cadeias montanhosas com fragmentos florestais bem conservados, além de representar um importante reservatório hídrico para o abastecimento de grande parte da população da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, principalmente para os habitantes da região leste da baía de Guanabara.

É no município de Cachoeiras de Macacu que estão localizadas as principais bacias hidrográficas que contribuem para o aumento da vazão do Canal de Imunana, o qual, por sua vez, abastece atualmente Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá.

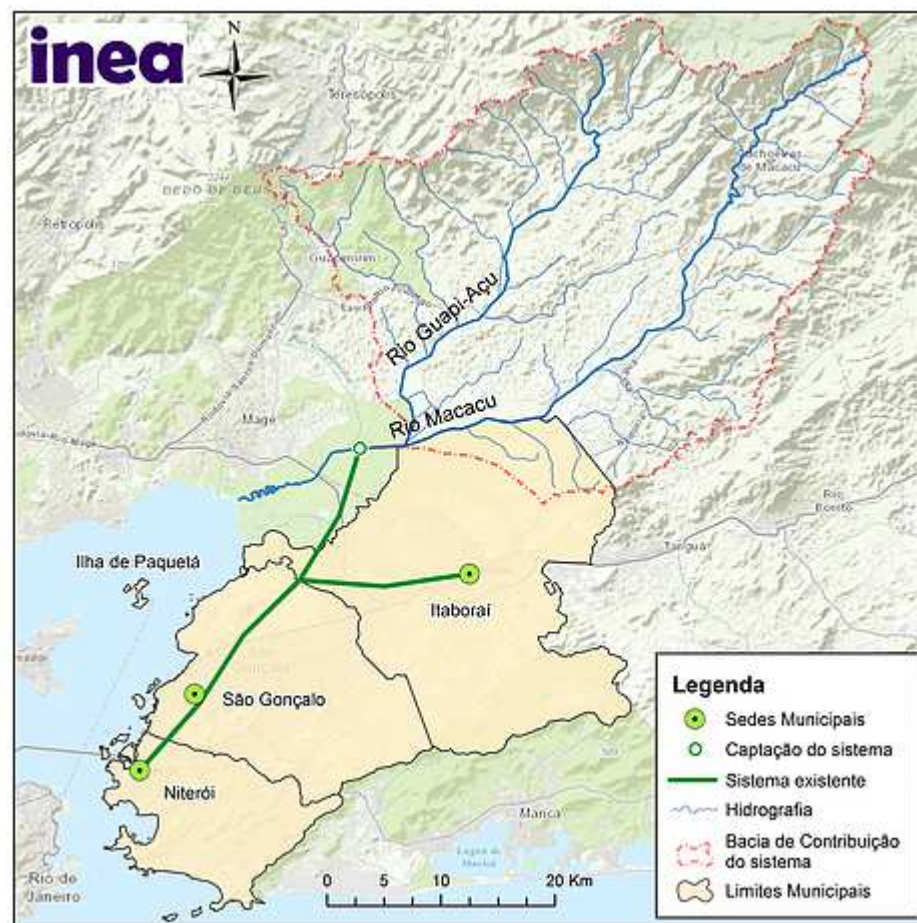


Figura 14: Canal Imunana-Laranjal  
Fonte: INEA (2016).

O Sistema Imunana-Laranjal abastece uma população de 1,5 milhão de habitantes, e é operado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), que realiza o tratamento da água na Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal. A partir dela, os três municípios são atendidos, sendo Niterói por meio da concessionária Águas de Niterói. Vale ressaltar que esse sistema é responsável, ainda, pelo abastecimento da Ilha de Paquetá, pertencente ao município do Rio de Janeiro.

Cachoeiras de Macacu se localiza a menos de 100 quilômetros da capital do estado. As regiões centro-sul do município apresentam características de baixada, e a parte norte inclui elevações da Serra do Mar. A região possui a maior cobertura verde do Estado do Rio de Janeiro, constituída pelo Corredor Ecológico Sambê–Santa Fé–Barbosão, Parque Estadual dos Três Picos, APA Macacu, Reserva Ecológica de Guapiaçu, Estação Ecológica do Paraíso, Monumento Natural Municipal da Pedra do Colégio e outras unidades, caracterizando a região como de elevada prioridade para a conservação ambiental.

Essas Unidades de Conservação estão inseridas no Corredor Ecológico da Serra do Mar, área prioritária para a conservação da Mata Atlântica. Segundo dados da Agenda 21 Municipal (2011), apesar dos esforços para uma ação efetiva por parte do poder público estadual no Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense, a atuação das autoridades competentes ainda não é plena. Os resultados dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação não são divulgados à população, apenas a pesquisadores, o que dificulta o acesso aos dados, e o controle social da população.

De acordo com o RIMA do COMPERJ, Cachoeiras de Macacu baseia sua economia na agricultura (principalmente coco, goiaba, inhame, aipim e milho) e na pecuária bovina, qualificando o município enquanto um importante produtor e abastecedor de alimentos da cidade do Rio de Janeiro.

Num contraponto, dados da Agenda 21 Municipal (2011) apresentam que, em 2002, 78,24% da renda do município foram gerados no setor serviços. A participação da agropecuária, que era de quase 4% em 2002, caiu para pouco menos de 2% em 2007. Ainda assim, os principais atores do município veem o setor agropecuário como grande gerador de empregos, pois o setor agrícola local é baseado na agricultura familiar, com produtores rurais mobilizados e organizados em associações, cooperativas e sindicatos rurais. Além disso, a região tem grande potencial para a produção agrícola, devido às características do solo, clima, água e à proximidade do mercado consumidor, que possibilitariam o pleno desenvolvimento da agroindústria, não fosse a ausência de políticas públicas setoriais que incentivassem a fixação de pessoas no município, especialmente no campo.

No que tange aos recursos hídricos, a região está inserida em duas grandes bacias hidrográficas, a do Rio São João e a dos rios Guapi-Macacu. Embora o município esteja inserido no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia da Baía de Guanabara, e posteriormente, no Plano Estadual de Recursos Hídricos, ainda não se observa a gestão integrada, regional e sustentável dos corpos hídricos. Ademais, existe uma avaliação ruim sobre a atuação do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares

de Maricá e Jacarepaguá, uma vez que se identificam dificuldades de acesso à informação e de participação na tomada de decisão (Agenda 21, 2011).

Importante ressaltar que o município não é abastecido pelo Sistema Imunana-Laranjal, sendo a maior parte das residências do município abastecidas pelo Rio Souza, através de captações e distribuição de responsabilidade da empresa municipal AMAE, que trata a água com cloro líquido de alta pressão, e as localidades rurais mais afastadas utilizam água de poço para o abastecimento doméstico.

Na avaliação realizada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, a construção de uma barragem e de um reservatório no Rio Guapiaçu seria a única alternativa viável em curto prazo para aumentar a capacidade do Sistema Imunana-Laranjal, em função das vantagens da proximidade do centro consumidor, da disponibilidade hídrica do manancial e da possibilidade de adução por gravidade<sup>25</sup>.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2016), a construção da barragem do Guapiaçu (proposta do governo do estado do Rio de Janeiro) é amplamente criticada por todos os diferentes atores sociais consultados, inclusive àqueles que seriam beneficiados pelo abastecimento de água propiciado pela barragem, em função do reconhecimento dos impactos sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, os impactados diretos pelo projeto reconhecem a prioridade do uso da água para abastecimento humano, mas denunciam a forma autoritária como foi definido o projeto e o alto impacto social associado, especialmente com relação à agricultura familiar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2016), manifestaram-se contrários à proposta da barragem durante a realização da pesquisa: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Cachoeiras de Macacu, moradores dos assentamentos atingidos, militantes ambientalistas e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e do Subcomitê Maricá/Guarapina, além do servidor do ICM-Bio e pesquisador Breno Herrera.

Em um cenário de limitação do controle social relacionado à governança dos recursos hídricos, a população se mostrara preocupada com os prováveis impactos resultantes deste empreendimento no Rio Guapiaçu, o que tem gerado uma série de discussões com os órgãos ambientais competentes. Avalia-se que o impacto direto dessa construção poderá implicar na perda de uma das áreas mais produtivas do município e o comprometimento de ecossistemas preservados.

---

<sup>25</sup> <http://www.segurancahidricarj.com.br/#!leia-mais-imunana/qv8b9>

#### 4.4 A TRAMITAÇÃO DO CONFLITO ASSOCIADO À BARRAGEM DO GUAPIAÇU NO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA

A competência do CBH-BG para interferir sobre as alternativas acerca do abastecimento de água da RMRJ pauta-se na atribuição dos CBHs definidas pela Lei Federal de Recursos Hídricos - Lei 9.433/1997, na qual esses organismos devem aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, que é o documento que deve apresentar o balanço entre disponibilidades e demandas futuras de água, bem como, as medidas a serem tomadas, a partir do diagnóstico realizando, visando o efetivo gerenciamento do recurso.

Além disso, cabe aos CBHs arbitrar em primeira instância os conflitos relacionados aos múltiplos usos das águas, o que o caracteriza enquanto fórum normativo instituído para atuar na negociação do caso da implantação da barragem do Guapiaçu.

As discussões sobre as alternativas propostas para o déficit hídrico na região leste da RHBG, com a apresentação da proposta da barragem a ser instalada no rio Guapiaçu, começaram em março de 2008, quando foi realizada uma apresentação do andamento dos estudos para o abastecimento de água para o COMPERJ pelo Sr. André Pinhel, representante da Petrobras, na 7ª reunião ordinária do CBH-BG.

Nesta reunião, o Sr. André Pinhel apresentou que ainda não havia uma alternativa definida como solução para atender à demanda do COMPERJ sem afetar o abastecimento dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Nesta ocasião, os representantes do CBH-BG presentes no Plenário manifestaram preocupações em função dos problemas de escassez de água vividos no Leste da Guanabara, em especial nas estiagens de 2002 e 2007, e a indicação de que as propostas de estudos de demandas hídricas deveriam ser apresentadas ao CBH-BG; informando, também, que o Comitê ainda não havia recebido os exemplares do EIA/RIMA do COMPERJ.

A seguir é apresentada proposta esquemática destacando as principais discussões e deliberações referentes à Barragem do Guapiaçu no âmbito do Plenário do CBH-BG e do CERHI-RJ:

Março de 2008

- **7ª reunião ordinária do CBH-BG:** apresentação do andamento dos estudos para o abastecimento de água para o COMPERJ pelo Sr. André Pinhel (Representante da Petrobras).

Agosto de 2008 à  
Julho de 2010

- Não há registro público de atas das reuniões do CBH-BG entre a 8ª reunião ordinária, realizada em agosto de 2008 e a 17ª reunião ordinária, realizada em julho de 2010.

Setembro de 2009

- CBH-BG recebeu o Ofício N°. 774/2009 de 24/11/09 do Procurador da República, Lauro Coelho, solicitando a apresentação de estudos acerca das possíveis soluções para o abastecimento de água da região leste da Baía de Guanabara.

Dezembro de 2009

- **30ª reunião ordinária CERHI-RJ:** Como o CBH-BG encontrava-se em meio ao processo eleitoral, a discussão sobre a resposta ao Ofício N°. 774/2009 de 24/11/09 foi levada ao Plenário do CERHI-RJ. Até este momento, não havia acúmulo de discussão nestes fóruns que pudessem embasar uma tomada de decisão relacionada ao assunto.

Maio de 2012

- **25ª reunião ordinária do CBH-BG:** Apresentação de denúncias recolhidas no município de Cachoeiras de Macacu sobre a atuação governamental acerca do possível barramento do rio Guapiaçu pelo Sr. Miguel Jorge, diretor secretário do Subcomitê Leste e representante da Prefeitura de Niterói. Nesta reunião foi encaminhado ofício do SC Leste à mesa diretora para que esta realizasse convite à SEA e INEA, para que os detalhes do projeto do barramento em Cachoeiras de Macacu fossem apresentados.

Maio de 2013

- **30ª reunião ordinária do CBH-BG :** Apresentação do projeto de barramento do rio Guapiaçu, realizada pelo representante da SEA, Sr. Antônio da Hora.





Os registros do CBH-BG no ano de 2008 só estavam disponíveis até a 8ª reunião ordinária, realizada em agosto de 2008. Depois dessa data, somente a partir da ata da 17ª reunião ordinária do CBH-BG, realizada em julho de 2010, que os registros das reuniões do Comitê foram disponibilizados. Essa ausência de registro expõe uma fragilidade do fórum na garantia da transparência e da disponibilização das informações, tendo em vista a tomada de decisão referente aos recursos hídricos. Sem esse registro, não é possível identificar se os documentos solicitados à Petrobras foram realmente disponibilizados, bem como, se o Plenário se debruçou sobre esse tema durante o período.

No ano de 2009, o CBH-BG recebeu o Ofício N°. 774/2009 de 24/11/09 do Procurador da República, Lauro Coelho, em nome de Sr. Carlos Buarque Viveiros, como Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, referente ao Inquérito Civil Público, que tramitava na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, noticiando a existência de estudos realizados pela extinta FEEMA, com o objetivo de propor soluções para o abastecimento de água da região atendida pelo sistema Imuna-Laranjal, em função deste ser afetado pela demanda gerada pelo COMPERJ.

Neste Ofício, o Procurador da República, Lauro Coelho requisitava a apresentação das seguintes informações, no prazo de vinte dias: 1 - estudos acerca das possíveis soluções para o abastecimento de água da região leste da Baía de Guanabara, a fim de atender os déficits hídricos nas regiões atendidas pelo sistema Imuna-Laranjal e do COMPERJ. 2 - A existência de opção pela construção de uma grande barragem no rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu, obra que geraria dano decorrente do alagamento de grande área de plantio, em detrimento de opção, supostamente menos grave, da construção de cinco pequenas barragens (em caso positivo, informar a maneira através da qual foi feita a opção, assim como as razões que a motivaram). 3 - A existência de processo de licenciamento ambiental de algum desses empreendimentos. 4 - A existência de reuniões ou audiências públicas para consultas e esclarecimento da população afetada.

Os questionamentos são pertinentes, uma vez que de acordo com a Lei das Águas de 1997 em seu artigo 38, “compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, (...) III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia”. Sendo assim, este seria o Fórum pertinente para disponibilizar o conjunto de informações solicitado pelo Ministério Público, considerando que o plano de uso das águas da bacia deveria ser necessariamente definido nesse espaço.



Com a ausência de registros do CBH-BG, foi necessário avaliar se a discussão havia passado pelo CERHI-RJ, especialmente pelo prazo definido para devolutiva ao MP-RJ, contado a partir da data de recebimento do referido Ofício.

Na ata da 30ª reunião ordinária CERHI-RJ, realizada em dezembro de 2009, há o registro de que o Sr. Carlos Buarque Viveiros (Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara) informa que recebeu o Ofício N°. 774/2009, e que o responderia conforme solicitado pelo MP. No entanto, solicitou formalmente que a Comissão constituída na 2ª Reunião Extraordinária<sup>26</sup> do CERHI-RJ complementasse as respostas a serem enviadas ao MP-RJ. Em resposta, o Sr. Luiz Firmino Martins (Secretário Executivo CERHI/INEA) informa que o INEA já elaborou a resposta para o MP-RJ referente à expediente com teor semelhante, e que o que existe de definitivo sobre o abastecimento do COMPERJ seria o aproveitamento de água residuária do Guandu. Segundo o Sr. Martins:

A construção de barragem no Guapiaçu para regularizar a vazão não é o interesse do COMPERJ, e sim do setor de Recursos Hídricos, pois o rio está comprometido. A grande divergência em relação a isto, entre o Comitê e o Estado, é se seriam construídas três barreiras pequenas ou uma grande. A posição do Estado é a favor da barreira única, visando à expansão de curto prazo e o custo social que haverá. Mas é apenas um projeto do Estado, em que a fase de estudo já foi concluída (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, ata da 30ª reunião ordinária, 17 de dezembro de 2009, linha 190).

A definição sobre como deveria ser respondido o Ofício ao MP-RJ pelo CBH-BG passa então por um intenso debate, visto que o mesmo foi entregue nominalmente ao Presidente que não estava mais em exercício, uma vez que o Comitê estava em pleno processo eleitoral. Havia um entendimento de que se o ofício fosse respondido pelo Sr. Carlos Buarque Viveiros, esta resposta deveria ser de caráter pessoal, e não uma resposta oficial do CBH-BG, e quem deveria responder formalmente ao MP-RJ seria o CERHI-RJ. Havia outro entendimento de que deveria ser aguardada a finalização do processo eleitoral para que o novo presidente do CBH-BG pudesse assumir a devolutiva do ofício ao MP-RJ, no entanto, esta proposta esbarrava no prazo estipulado para envio da resposta. O encaminhamento dado então foi de que o Sr. Carlos Buarque Viveiros deveria responder pessoalmente ao ofício, uma vez que este não respondia mais pela presidência do Comitê.

---

<sup>26</sup> Nesta reunião foi criada a comissão eleitoral encarregada do processo eleitoral do CBH- Baía de Guanabara. A comissão foi formada por membros do CERHI que também compõem o plenário do CBH Baía da Guanabara: Dr. Sertã – ABES-RJ; Ninon Machado – Instituto Ipanema; Cláudia Barros – Águas de Niterói; Rosana Fanzeres – CEDAE; INEA e Carlos Henrique Sarmento (Prefeitura de Maricá). Ainda participou como suplente da ABES e Instituto Ipanema o Sr. Donato Veloso – Instituto Lagoa Viva.

Neste registro, é evidente o peso dado às discussões burocráticas, em detrimento das discussões técnicas e políticas, com vistas ao aproveitamento das oportunidades em que tais fóruns poderiam se posicionar proativamente para a garantia do real cumprimento de seu papel, haja visto a governança dos RHs de sua competência. O Plenário optou por focar na questão eleitoral, ao invés de aproveitar a oportunidade da tramitação da ação civil pública para pressionar os órgãos do estado a reconhecer seu papel fundamental no planejamento do uso das águas.

No âmbito do CBH-BG, após a sua 7ª reunião ordinária, considerando a ausência de registros no ano de 2009, somente em fevereiro de 2011, na 20ª reunião ordinária, o assunto foi retomado, e estava prevista apresentação do INEA sobre o licenciamento do COMPERJ. Nesta oportunidade, o Diretor Geral do Comitê, Sr. Carlos Alberto Muniz (SEA), solicitou alteração de pauta, para que este assunto fosse deliberado em uma próxima reunião, e informou ao Plenário que Governador Sérgio Cabral havia determinado que três secretários estivessem à frente do assunto, além de reforçar o papel do Comitê de Bacia no acompanhamento do licenciamento do empreendimento, considerando seus impactos na disponibilidade hídrica.

Ainda nesta reunião, a Sra Flávia Lanari, da organização APALMA, informou que a sociedade civil de maricá já havia protocolado no INEA os questionamentos sobre o licenciamento do COMPERJ, em especial do EIA/RIMA, relatando que havia um entendimento sobre a necessidade de mais dados para avaliar todos os impactos da instalação do empreendimento.

Na reunião seguinte, 21ª reunião ordinária ocorrida em maio de 2011, a discussão sobre o COMPERJ voltou ao Plenário. No entanto, o Sr. Dirton Belo, representante do INEA, solicitou que a apresentação do relatório INEA/COMPERJ fosse realizada em uma reunião seguinte, visto que a sua designação para realizar tal apresentação no Plenário do CBH-BG havia ocorrido naquela mesma data, sem que o mesmo pudesse ter se preparado para a função. Na ocasião, o Diretor Geral do Comitê, Dr. Carlos Alberto Muniz, enfatizou que o INEA tinha conhecimento prévio deste compromisso.

Nesta reunião, as únicas informações que foram disponibilizadas pelo representante do INEA foram de que Licença Prévia já havia sido concedida, a Licença para Unidade de Produtos Básicos também havia sido concedida, e a Licença de Instalação foi concedida para 40 (quarenta) canteiros de obras. O Sr. Dirton Belo também apresentou que as Licenças de Operações seriam analisadas de maneira individualizada, ou seja, não seria dada uma única LO, mas várias.

Como este assunto já havia suscitado um conjunto de dúvidas e questionamentos por parte de Plenário, a não realização do debate e deliberação durante duas reuniões seguidas gerou muita insatisfação entre os membros do Comitê. Dentre os questionamentos que foram levantados, alguns deles já se caracterizavam como recorrentes, demonstrando que as informações que vinham sendo solicitadas ainda não haviam sido disponibilizadas:

Aberta a palavra aos participantes do Plenário, se inscreveram os representantes da APALMA (Maricá) Sra Flávia Lanari, que questionou a qualidade do EIA/RIMA do COMPERJ, que se mostrou inconclusivo quanto aos impactos ambientais da obra e questionou também o fato do COMPERJ ter aumentado o número de refinarias sem que respectivo EIA tenha sido feito; o Sr. Rosário (Agenda 21 São Gonçalo) indagou sobre a licença do porto de apoio e do píer em licenciamento há dois anos; o representante da Colônia de Pesca Z/13 indagou sobre os resíduos da dragagem do porto de apoio descartados nas Ilhas Cagarras; a Dra. Ninon Machado (Instituto Ipanema) indagou com dúvidas sobre as equipes de trabalho e sobre a situação costeira; o Sr. José Miguel (Ecocidade) indagou sobre o abastecimento d'água na região do complexo, sobre a planta industrial estar sobre o aquífero de Macacu, lançando dúvidas sobre o novo processo de licenciamento, sua quantidade e impactos, propondo a apresentação para as Câmaras Técnicas dos preditos licenciamentos; o Sr. Carlos Viveiros (Clube Naval) cumprimentou o representante do INEA pela apresentação sintética dos licenciamentos e solicitou ao Diretor-Geral do CBG que agende com o INEA outra apresentação ao Plenário e lançou dúvidas sobre a demanda d'água do COMPERJ e seus impactos nas cidades de Niterói e São Gonçalo. O Diretor Geral em resposta ao Sr. Carlos Viveiros, comunicou que o assunto COMPERJ não se limitará somente ao Plenário e sim desdobrando-se o assunto com atuação da Câmara Técnica de Análise de Projetos e posteriormente ao Plenário; a Sra. Beatriz Pena (Instituto Walden) pontuou sobre o uso da água do COMPERJ e seu impactos na região (COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA, ata da 21ª reunião ordinária de 26 de maio de 2011, linha 21).

A solicitação para que o INEA realizasse a apresentação sobre o processo de licenciamento do COMPERJ em uma reunião seguinte, conforme registrado em ata, não foi atendida. O INEA passou a apresentar o procedimento de licenciamento do COMPERJ da forma como ele estava sendo licenciado pelo órgão, de maneira fracionada, aonde as unidades do mesmo empreendimento foram separadas em procedimentos de licenciamentos próprios, cada um com seu respectivo EIA. Além disso, o tema da barragem do rio Guapiaçu também não havia sido elencado como tema de pauta específico, ficando atrelado às discussões associadas ao COMPERJ.

Na 23ª reunião ordinária do CBH-BG<sup>27</sup>, em novembro de 2011, o INEA fez então uma apresentação na qual o Sr. Luiz Paulo, representante do órgão, apresentou a metodologia de

---

<sup>27</sup> Nessa reunião houve a homologação dos membros eleitos para o Subcomitê Leste – Sociedade civil: Instituto Baía De Guanabara, Uni Verde, Associação Protetora Do Mar e Instituto Interdisciplinar Rio Carioca. Usuários: Petrobrás, Nova Cedae, Águas De Niterói, Firjan, Schincariol. Poder Público: Prefeitura de Niterói, Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, INEA.

desenvolvimento do Plano Diretor de Recursos Hídricos Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e os resultados alcançados, porém, mais uma vez, não foram apresentadas informações sobre o licenciamento do COMPERJ, bem como seus impactos na demanda de recursos hídricos.

O Plenário passou a cobrar de maneira mais clara informações sobre o COMPERJ e as alternativas que estavam sendo estudadas para o abastecimento da parte Leste da Baía de Guanabara.

Posteriormente, na 25ª reunião ordinária, o Sr. Miguel Jorge, diretor secretário do Subcomitê leste e representante da prefeitura de Niterói, informou que em uma das reuniões do Subcomitê realizada no município de Cachoeiras de Macacu, foram recolhidas uma série de denúncias sobre o possível barramento do rio Guapiaçu:

[...] em Cachoeiras de Macacu tiveram várias denúncias sobre o processo de barramento de rios e o que está sendo anunciado nos jornais sobre a existência de audiências públicas é inverídica. Disse ainda que o processo produtivo do município de cachoeiras de macacu está parado, pois os agricultores estão com medo de plantar, pois não sabem se suas terras serão alagadas e ninguém tem conhecimento do plano de intervenção e foi entregue à mesa diretora um documento do subcomitê solicitando o encaminhamento para os responsáveis, SEA e INEA para que conheçam essas questões (COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA, ata da 25ª reunião ordinária, 24 de maio de 2012, linha 246).

O tema não era ponto de pauta, e as informações trazidas pelo Sr. Miguel Jorge entraram no item de Assuntos Gerais.

Na reunião seguinte - 26ª reunião ordinária do CBH-BG, novamente o assunto não foi ponto de pauta, e só surgiu, pois as informações apresentadas na reunião anterior, e que deveriam constar no registro da ata para aprovação do Plenário, não estavam registradas na mesma. Deveria constar em ata que o Sr. Miguel Jorge entregou à mesa diretora um ofício com os encaminhamentos do Plenário do Subcomitê Leste, sobre convite direcionado à SEA e INEA, parra que os detalhes do projeto do barramento em Cachoeiras de Macacu fossem apresentados e, ainda, o documento entregue deveria estar anexo à ata. Tais informações foram suprimidas, e somente inseridas no registro a partir deste pedido de inclusão. Também não foi feito nenhum comentário acerca da solicitação do Subcomitê Leste, ou seja, não foi possível identificar se o documento foi entregue à SEA e ao INEA, o que demonstra que o CBH-BG não estava tratando o tema com a prioridade devida.

O que foi possível identificar através das atas é que somente um ano depois da realização da solicitação pelo Subcomitê Leste, na 30ª reunião ordinária do CBH-BG ocorrida em maio

---

de 2013, o representante da SEA, Sr. Antônio da Hora, compareceu ao Plenário para apresentação do projeto de barramento do rio Guapiaçu. A ata não está detalhada, não permitindo identificar o que foi apresentado sobre o projeto. Através dos comentários do Plenário registrados em ata, foi possível detectar que o que foi apresentado pelo Sr. Antônio da Hora foram os estudos técnicos sobre a implantação da barragem, e não os estudos de impacto relacionados à sua implantação.

Até esta data (maio de 2013), pela análise dos registros disponibilizados, não haviam ocorrido no âmbito do Plenário do CBH-BG: 1. Discussão acerca dos estudos existentes para definição das possíveis soluções para o abastecimento de água da região leste da Baía de Guanabara. 2. Discussão sobre a opção da SEA pela construção de uma grande barragem no rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu. 3. Apresentação do EIA/RIMA do projeto da barragem e/ou informações sobre o processo de licenciamento ambiental do projeto.

Importante ressaltar que neste período, o processo de Licenciamento Ambiental da Barragem do Guapiaçu (processo nº E-07 /508365/2012, de 27/7/2012, INEA-RJ) já estava em andamento, com o requerimento da Licença Prévia.

Posteriormente, em agosto de 2013, foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar a Instrução Técnica orientadora da análise e acompanhamento da elaboração do EIA/RIMA, para caracterizar a viabilidade ambiental do Projeto Básico da Barragem.

Também em agosto deste ano, a Comissão Técnica de Análise de Projetos- CETAP, emitiu deliberação determinando a paralisação do projeto conduzido pelo estado. Não foi possível acessar o ofício emitido pela CTAP<sup>28</sup>, porém, o registro de que este foi entregue à direção do CBH-BG consta na ata da 31ª Reunião Ordinária do CBH-BG, ocorrida em 29 de agosto de 2013. No entanto, não há registro de que esta orientação foi direcionada aos órgãos competentes pelo CBH-BG, assim como também não foi suficiente para que a discussão passasse a vigorar enquanto prioritária nas discussões do Plenário.

Logo depois, em setembro de 2013, o EIA/RIMA da Barragem foi finalizado. No entanto, o documento só foi disponibilizado para os integrantes do Plenário na 32ª reunião ordinária do CBH-BG, em fevereiro de 2014.

Nesse meio tempo, o governo estadual publicou dois decretos expropriatórios: o Decreto Expropriatório nº 44.403 de 23.09.2013, que declara de interesse social para fins de desapropriação a área de terras e benfeitorias situadas no lugar denominado Urindy, na zona rural, 3º Distrito de Cachoeiras de Macacu; e o Decreto Expropriatório nº 44.457, de 1.11.2013,

---

<sup>28</sup> O ofício não foi encontrado para acesso nos meios de comunicação públicos.

declarando a utilidade pública das áreas e benfeitorias atingidas, necessárias à implantação da barragem do Rio Guapiaçu localizadas no município e Cachoeiras de Macacu; ambos os Decretos considerando os impactos da implantação da Barragem do Rio Guapiaçu.

Ressalta-se que os Decretos foram publicados sem que a barragem fosse licenciada pelos órgãos ambientais competentes, e ainda, considerando que o projeto não havia sido submetido à consulta pública, bem como, não foram concluídos os estudos sobre outras alternativas possíveis para o problema de abastecimento da porção leste da RMRJ, a área de implantação da barragem não poderia ser definida a priori.

A publicação de tais Decretos revela de forma contundente a disponibilidade com que o governo estadual estava tratando a possibilidade de discutir outras alternativas de abastecimento para a parte Leste da RMRJ, e permite-nos entender a pouca transparência do INEA e SEA em apresentar informações mais detalhadas sobre o projeto. Presume-se aqui que o governo estadual fez a opção pela alternativa da Barragem do Guapiaçu Jusante, considerando a alternativa de curto prazo em detrimento das dimensões técnicas, sociais e ambientais fundamentais do projeto.

Tais desdobramentos com relação ao tratamento da questão levaram ao aprofundamento da judicialização do problema. Foi aberto Inquérito Civil Público - ICP 1.30.020.000325/20012-10 em 29/10/2012 pela Procuradoria da República do Município de São Gonçalo-RJ, para acompanhar a "adequação do projeto de construção da barragem no Rio Guapiaçu ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara". A instauração deste inquérito já é um primeiro demonstrativo da fragilidade do espaço do CBH enquanto fórum de resolução de conflitos relacionados aos usos da água, uma vez que demonstra que foi necessário levar a questão para as instâncias jurídicas, pois tanto o CBH quanto a sociedade não foram consultados previamente.

Também foram abertas duas Ações Populares<sup>29</sup>, no âmbito da Justiça Federal e Estadual, questionando os Decretos Expropriatórios.

Durante o ano de 2013, nas reuniões ocorridas no âmbito do CBH-BG e CERHI-RJ, tais fatos não foram trazidos para o debate. O foco do debate sobre o projeto continuou sendo o dado pela SEA e INEA, de que se tratava da melhor alternativa e a escolhida pelo Governo do Estado.

---

<sup>29</sup> Ação popular na Justiça Estadual, Processo N° 0421789-31.2013.8.19.0001, 15ª Vara de Fazenda Pública; e Ação popular na Justiça Federal, nº 0032997-13.2013.4.02.5101, 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Em abril de 2013, foi realizada a 6ª reunião extraordinária do CERHI-RJ, em abril de 2013, que teve como pontos de pauta: 1. Apresentação do projeto da barragem do rio Guapiaçu, na Região Hidrográfica V (Baía de Guanabara), 2. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERHI: apresentação e discussão do relatório “Fontes Alternativas para o Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na RMRJ”.

Nessa reunião o Sr. Antônio da Hora apresentou o projeto de barragem do rio Guapiaçu, e há melhor detalhamento no registro do que foi apresentado. Consta em ata que o EIA/RIMA do projeto estava em fase de elaboração, bem como a parte executiva do projeto. O Sr. da Hora informou que a barragem era a alternativa selecionada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a ampliação do sistema de abastecimento da Região Metropolitana, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Paquetá, ressaltando os problemas atuais de escassez de água na Região Metropolitana e a previsão de aumento da demanda de água até 2035, sobretudo em função da influência do COMPERJ. Informou ainda que a escolha da região teve como base o Plano Diretor da CEDAE, o Plano de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara e a análise de diversas alternativas, onde se concluiu que nenhum barramento realizado em conjunto ou individualmente seria tão eficaz quanto à barragem de Guapiaçu (6ª reunião extraordinária do CERHI-RJ, 24 de abril de 2013, linha 47).

Sobre o 2º ponto de pauta, o Sr. Paulo Canedo (COPPE/UFRJ) apresentou o conteúdo destacando que as principais fontes de informações utilizadas o Atlas Brasileiro de Abastecimento Urbano de Água, publicado pela Agência Nacional de Águas, no ano de 2010, o censo do IBGE de 2010 e suas projeções, e informações fornecidas pelas concessionárias, como CEDAE, a Águas de Juturnaíba e Águas de Niterói. Informou ainda, que as projeções de variação do crescimento populacional foram feitas até o ano de 2030, onde já foi considerado o impacto de grandes investimentos. Com relação ao Sistema Imunana-Laranjal, o abastecimento de água é insuficiente e poderia assim permanecer mesmo com as ampliações previstas e, assim, outras alternativas locais poderiam ser utilizadas para suprir as deficiências locais de abastecimento (6ª reunião extraordinária do CERHI-RJ, 24 de abril de 2013, linha 107).

Após as 2 apresentações, quando foi aberta a discussão ao Plenário, o Sr. Gustavo Carmo (convidado)<sup>30</sup> informa que um grupo de agricultores da região estava presente na reunião representando as famílias do município de Cachoeiras de Macacu que seriam potencialmente

---

<sup>30</sup> Não há referência à instituição à que este representante esteja vinculado na ata.

impactadas pelo projeto, e que a área em questão é a maior produtora de tubérculos do estado do Rio de Janeiro. Em sua fala acrescentou:

Os investimentos não podem ser postergados, mas têm que ser feitos de forma sábia, e explicou que os conselheiros deveriam visitar a região para observar o volume do rio e concluir se o projeto é realmente viável. Disse que os moradores da região sabem que o rio não aguentaria a barragem. Perguntou a quem interessa e quem sairá ganhando com uma barragem com alto custo financeiro e social. Disse que por trás disso está o processo de privatização da água do Estado. É preciso que se pense nas famílias e produtores que estão na região há mais de 50 (cinquenta) anos (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, ata da 6ª reunião extraordinária, 24 de abril de 2013, linha 192).

Respondendo à intervenção, o Sr. Paulo Carneiro (CPPE/UFRJ) informou que o “estado adotou posições claras e que seria feito o estudo sobre os impactos ambientais na região. Disse também que o COMPERJ teve a necessidade, por compensação ambiental, de arcar com os custos para uma solução adequada e que o que foi mostrado é um projeto básico, que ainda será amadurecido e discutido com a sociedade.” (6ª reunião extraordinária do CERHI-RJ, 24 de abril de 2013, linha 202).

Na 31ª reunião ordinária do CBH-BG, em agosto de 2013, durante a discussão do ponto de pauta sobre os informes Subcomitês, o Sr. Roberto Machado, do Instituto Rio Carioca e coordenador do Subcomitê Leste apresentou que:

[...] já foram realizadas várias reuniões pedindo ao comitê que oficiasse aos órgãos públicos, o INEA como licenciador, que antes de emitir a licença ambiental trouxesse esses grandes empreendimentos ao conhecimento do Comitê e dos Subcomitês para que se possa discutir, e através do diálogo, formar uma opinião para ver se o projeto realmente é um projeto que vai trazer impactos reversíveis. Lembrou que há esse mesmo projeto no Subcomitê Leste com a represa do Guapiaçu. Há 2 anos estão oficiando a SEA e esta ainda não apresentou o projeto (COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA, ata da 31ª reunião ordinária, 29 de agosto de 2013b, p. 3).

Corroborando com o entendimento do Sr. Roberto Machado, o Sr. Carlos Viveiros (coordenador do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas) insistiu na afirmação de que os coordenadores dos subcomitês não são informados pelo INEA sobre os projetos e intervenções a serem realizados nas suas áreas de competência, e nem sobre aqueles em curso, exemplificando com o caso do sistema lagunar de Maricá, no qual os impactos das intervenções do COMPERJ já eram identificados, no entanto, o subcomitê responsável nunca foi informado e/ou consultado sobre os empreendimentos.

Em intervenção sobre a questão da barragem do Guapiaçu, a Sra. Tatiana Pollo (MPF - DRM de São Gonçalo) esclareceu que o principal questionamento sobre o projeto se refere à



forma como está sendo conduzido: sem a participação do comitê, sem a participação da sociedade, e sem a consulta fidedigna aos planos de gerenciamento dos recursos hídricos. Reforçou ainda que, para o MP a Baía de Guanabara estaria incluída no conceito de mar territorial, e assim seria um bem da União, se caracterizando como área de competência para atuação tanto do MP Federal quanto do MP Estadual.

Em resposta à Sra. Tatiana Pollo, o Diretor-Geral do CBH-BG, Jaime Teixeira Azulay (Nova CEDAE), afirmou que “a SEA estava aberta a novas propostas, caso se prove que há uma alternativa melhor” (31ª reunião ordinária do CBH-BG, 29 agosto de 2013, página 13). Informou ainda que a SEA havia realizado apresentação àquele Plenário, e que na ocasião nenhum questionamento havia sido realizado. O Sr. Diretor-Geral destacou que dentro do Plano de Recursos Hídricos de 2004 é prevista a realização de barragem de regulação, no entanto, na reunião realizada na semana anterior, o CBH-BG redigiu um parecer solicitando que o processo fosse paralisado a fim de que estudos mais aprofundados pudessem ser realizados<sup>31</sup>.

Importante destacar que, conforme pode ser observado no registro de atas anteriores, nenhuma intervenção e/ou solicitação de esclarecimento e acesso à informação sobre o projeto da barragem havia sido atendida até aquele momento<sup>32</sup>, sendo assim, foi solicitado pelo Plenário que se realizasse uma reunião extraordinária do CBH-BG para discutir exclusivamente a barragem do rio Guapiaçu.

Apesar da solicitação do Plenário, a 1ª reunião extraordinária do CBH-BG, realizada em janeiro de 2014, não teve como tema a barragem do Guapiaçu, dando-se prioridade às discussões relativas aos processos eleitorais dos Subcomitês e outras questões burocráticas. Tal fato foi percebido por membros do Plenário, que se manifestaram após a conferência do quórum:

[...] Sr. Sérgio Ricardo Alves (Olhar do Mangue), que destacou o estado de insegurança que aflige os agricultores de Cachoeiras de Macacu afetados pela construção da barragem do Guapiaçu, a sua contrariedade pela não realização da reunião ordinária do comitê agendada para dezembro de 2013, a sua surpresa pela convocatória dessa reunião extraordinária para debate de temas meramente burocráticos enquanto temas como enchente e escassez hídrica na baixada fluminense não são abordadas pelo comitê. Destacou que, considerando as obras de saneamento em curso no estado o comitê tem responsabilidade em fiscalizar, acompanhar e interceder em favor da população (COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA, 1ª reunião extraordinária, 9 de janeiro de 2014, p. 1).

---

<sup>31</sup> Não foi possível identificar o registro da reunião citada, bem como o ofício citado para fins desta pesquisa.

<sup>32</sup> Os registros em ata demonstram que as informações disponibilizadas sobre a barragem do Guapiaçu no âmbito do Plenário até aquele momento não contemplavam os questionamentos que vinham sendo realizados reiteradamente até então.

Complementando a fala do Sr. Sérgio Ricardo Alves, o Sr. Miguel Silva (Ecocidade) ressaltou a importância de que a discussão do projeto da barragem fosse realizada no Subcomitê Leste<sup>33</sup>, ressaltando que até aquele momento, somente a SEA havia apresentado alguma proposta, no caso, a proposta do Governo do estado do RJ, sendo necessária a análise das outras alternativas para abastecimento do Leste da Baía de Guanabara pelo CBH-BG.

O Diretor Geral do CBH-BG então convidou o representante da SEA, que estava presente no Plenário, para prestar esclarecimentos sobre o projeto da barragem para o Comitê. O Sr. Luis Firmino Pereira (SEA) então se resumiu a garantir ao Plenário que o processo de licenciamento iria considerar todas as possibilidades relacionadas ao abastecimento de água da região Leste, e que o assunto seria ampla e democraticamente debatido, antes de se iniciar as obras (1ª reunião extraordinária do CBH-BG, 9 de janeiro de 2014, página 5).

A fala do Sr. Pereira é bem representativa, uma vez que podemos observar uma “intenção” dos órgãos públicos responsáveis pelo projeto em postergar a realização do debate ampliado sobre o mesmo, quando em paralelo, as medidas administrativas para encaminhar o processo de licenciamento estavam sendo tomadas. Além disso, ressalta-se que nesta data, o EIA/RIMA da barragem já estava finalizado, mas ainda não havia sido disponibilizado para os principais atores afetos à questão, dentre eles, o CBH-BG.

Em fevereiro de 2014, na 55ª reunião ordinária do CERHI-RJ, foi aprovado o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI-RJ). O Plano foi elaborado pela Fundação COPPETEC, que iniciou o trabalho em 2011, e foi acompanhado e discutido pelo CERHI-RJ. Segundo informação do INEA, foram 12 (doze) reuniões do CERHI-RJ para o acompanhamento do Plano, além de 02 (duas) oficinas de pactuação e 06 (seis) dias de consultas públicas (55ª reunião ordinária do CERHI-RJ, 19 de fevereiro de 2014, Linha 54). Nesta reunião foi aprovado o PERHI-RJ por unanimidade.

Importante destacar que, na reunião seguinte, 14ª reunião extraordinária do CERHI-RJ, realizada em 26 de março, foi aprovado o Relatório PROGESTÃO<sup>34</sup> 2013, no qual foi apresentado um diagnóstico sobre a RHBG, com destaque para os seguintes pontos:

---

<sup>33</sup> Sobre este ponto, é necessário destacar que durante a elaboração desta pesquisa não foi possível acessar nenhum documento formal e/ou atas de reuniões do SC Leste. Não há documentação disponível para acesso público das discussões ocorridas neste espaço.

<sup>34</sup> Em celebração ao Dia Mundial da Água 2013 e o Ano Internacional de Cooperação pela Água, o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas lançaram um programa de incentivo financeiro para fortalecer a gestão das águas nos estados. Para o cumprimento de seus objetivos, o Progestão aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a Agência e as entidades indicadas, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/pactonacional.aspx>

- Inexistência de ações para reduzir a demanda de água (reuso, água de chuva, combate a desperdícios);
- Inexistência de ações para reduzir perdas físicas (válvulas redutoras de pressão, combate sistemático a vazamentos, obras de ressetorização);
- Inexistência de ações para redução de perdas não físicas (macromedição e ampliar micromedição; aferir hidrômetros; combate a ligações clandestinas);
- Inexistência de ações para prevenir ou recuperar degradações de mananciais de abastecimento (lazer aquático jusante, reflorestamentos, esgotamento sanitário montante);
- Inexistência de ações para garantir a produção e a qualidade de água;
- Inexistência de monitoramento das intervenções planejadas para o território da RHBG.

Tais informações são fundamentais para orientar as prioridades do planejamento de uso das águas da bacia, especialmente no contexto de discussão de alternativas para o abastecimento de água para a RMRJ. O diagnóstico do PROGESTÃO deixa evidente que ações necessárias para a garantia do abastecimento em quantidade e qualidade não estavam sendo realizadas na RHBG, evidenciando que ações fundamentais anteriores às intervenções de engenharia não estavam sendo realizadas.

Ainda em fevereiro de 2014, na 32ª reunião ordinária do CBH-BG, mais uma vez a barragem não foi ponto de pauta. Nessa ocasião, estava presente um agricultor representante das famílias potencialmente impactadas pela barragem, que denunciou a forma como o CBH-BG vinha tratando a discussão do tema, e mais uma vez não o tratou como prioridade de deliberação no âmbito do Plenário. Informou que havia distribuído a todos os presentes o EIA/RIMA do empreendimento e que esperava um “tratamento mais direto” do assunto, no qual houvesse deliberação do Plenário.

Necessário destacar que o ano de 2014 foi cenário de uma das piores crises hídricas vividas pela região sudeste com registro histórico, implicando em uma crise federativa entre os estados de RJ e SP em função das opções para o abastecimento hídrico das duas capitais.

As discussões dos termos para a realização do acordo federativo foram iniciadas em abril de 2014 e concluídas em dezembro de 2015, visando a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro face à proposta paulista de transpor águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira e a metrópole paulista. A intervenção tal como proposta por São Paulo, em caráter de emergência, deflagrou um conflito federativo e também ressaltou para as autoridades fluminenses a vulnerabilidade do estado no que tange à sua segurança hídrica e a necessidade de um aparato de governança que pudesse ser acionado em situações de crise (FORMIGA-JOHNSON et al., 2015).

Estiverem envolvidos na definição do acordo os comitês e municípios da Bacia do Rio Paraíba do Sul, incluindo a parte paulista da bacia, e do estado do Rio de Janeiro, através do governo estadual, da Assembleia Legislativa, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) e diversas organizações civis.

O acordo final foi celebrado em novembro de 2015 entre a ANA, as secretarias de Estado e órgãos gestores encarregados do tema água (Secretaria de Estado do Ambiente - SEA e Instituto Estadual do Ambiente - INEA, assessorados pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, Rio de Janeiro), e o CEIVAP e sua agência de bacia, a AGEVAP. Na sequência, o acordo foi homologado pelo STF em dezembro de 2015, no qual a solução encontrada para conciliar os diferentes interesses federativos foi mediante mudanças sobre a forma de gestão dos reservatórios de regularização.

Durante esse período, tanto as reuniões do CBH-BG quanto do CERHI-RJ, priorizaram essa discussão, considerando a judicialização da crise federativa, e a abrangência que o tema da segurança hídrica tinha alcançado no âmbito da sociedade.

Na 56ª reunião ordinária do CERHI-RJ, realizada em 30 de abril de 2014, durante o ponto de pauta de Assuntos Gerais, a Sra. Flávia Lanari (APALMA) relatou que foi aprovado pelo Plenário em 2013, a elaboração de uma resolução que recomendasse aos órgãos licenciadores que fosse informado aos comitês sobre os investimentos com relevante impacto nos recursos hídricos, destacando que as consultas públicas não são suficientes, uma vez que na maioria das vezes, somente o RIMA é apresentado. Para a informação detalhada, é importante a disponibilização do EIA aos Comitês. Ela ressalta que até aquele momento, tal resolução não havia sido elaborada pelo Conselho.

Em seguida o Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) apresentou sua insatisfação com relação à tomada de decisão referente à barragem do Guapiaçu, uma vez que não identificava abertura para o debate nem no Conselho e nem no CBH-BG. Salientou que já existe um conjunto de estudos sobre as alternativas para o abastecimento da parte leste da Baía de Guanabara, e que não houve espaço para o debate de um contraponto à proposta do governo.

Nessa reunião fica evidente a dificuldade sobre o entendimento das atribuições de cada fórum no âmbito da gestão ambiental do estado. A dificuldade de discutir e deliberar sobre o tema no âmbito do CBH-BG impõe a entrada do CERHI-RJ, que informa que a discussão já está no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA), e que por isso a questão deveria ser analisada conjuntamente. Percebe-se que essa dificuldade impacta sobremaneira a governança e a gestão efetiva do uso das águas, impedindo que os referidos fóruns cumpram efetivamente suas atribuições definidas pela Lei das Águas.

Em maio de 2014, na 33ª reunião ordinária do CBH-BG o Plenário mais uma vez cobrou uma ação efetiva do CBH-BG com relação à barragem do rio Guapiaçu, visto que novamente o tema não era ponto de pauta da reunião do Plenário. O Diretor Secretário do CBH-BG, Sr. Alexandre Braga, se explicou informando que uma reunião extraordinária seria convocada imediatamente e que o assunto não entrara na pauta de abril em função da crise do Paraíba do Sul.

Nas reuniões do CBH-BG que se seguiram, apesar do compromisso assumido na 33ª reunião ordinária pelo Diretor Secretário do CBH-BG, Sr. Alexandre Braga, a barragem do Guapiaçu não foi tema prioritário das discussões, e este só foi retomado em março de 2015. Houve somente um destaque na 3ª reunião extraordinária do CBH-BG em 2014, realizada em 10 de junho, no qual a Sra. Gláucia Freitas (INEA) informou que “o projeto da barragem de Guapiaçu, também em função de uma mobilização social, foi interrompido, está sendo revisto, e está sendo aberta uma discussão para uma maior gestão participativa e a SEA já havia comunicado o fato ao CBH-BG” (3ª reunião extraordinária do CBH-BG, 10 de junho de 2014, Linha 209).

Em julho, na 57ª reunião ordinária do CERHI-RJ, durante a discussão dos Assuntos Gerais, o Sr. João Alberto (SEMA - Cachoeira de Macacu) levou uma solicitação da prefeitura, informando que o governo municipal solicitava a elaboração de diagnóstico da bacia Guapi-Macacu, e que contaria com aporte financeiro do CBH-BG para este fim. Informou também que o município havia firmado convênio com o Instituto Rio Carioca para a preparação deste projeto. Em seguida, a Sra. Gláucia Sampaio (INEA) informou que a barragem do Guapiaçu teve a discussão do licenciamento suspensa pelo INEA. Mais uma vez é sugerido que o tema entre como pauta do Plenário do CBH-BG, desta vez pelo Sr. Décio Tubbs, presidente do CERHI-RJ.

Tanto no CERHI-RJ como no CBH-BG, a discussão sobre a barragem do Guapiaçu só foi retomada no ano de 2015.

O ano de 2014 foi intenso de mobilizações sociais, que trouxeram à luz a necessidade de se abrir um diálogo com os diferentes atores impactados pela Barragem. Foram realizados diversos atos públicos, que permitiram a abertura de diálogos diretos com a Petrobras, BNDES e ALERJ<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> <http://www.mabnacional.org.br/noticia/audi-ncia-re-ne-mais-400-atingidos-em-cachoeiras-macacu>.

Os representantes das Unidades de Conservação no território da bacia Guapi-Macacu também se posicionaram formalmente<sup>36</sup>, considerando que o EIA da barragem não incluiu a APA de Guapi-Mirim e a ESEC da Guanabara na Área de Influência Indireta. Além disso, o Estudo não avaliou a vazão ecológica para manutenção do manguezal a jusante; não considerou o impacto da modificação do regime de fluxo do rio; bem como, desconsiderou o elevado impacto de deslocamentos populacionais e a recuperação da bacia hidrográfica.

Nesse cenário, em maio de 2014, foi realizado o arquivamento temporário do processo pelo INEA (Proc. No.: E-07/508365/2012)<sup>37</sup>.

Há de se considerar que tal decisão se deve, em muito, às mobilizações sociais e aos diferentes processos judiciais abertos, questionando o projeto da barragem. Até este momento, não foi possível observar o amadurecimento do debate sobre o projeto da barragem no âmbito dos Plenários tanto do CBH-BG quanto do CERHI-RJ, assim como não foi possível identificar a influência destes espaços para a tomada de decisão de arquivamento temporário do processo. Ou seja, estes fóruns não foram capazes de capitanear o debate do tema, totalmente afeto ao planejamento dos múltiplos usos dos recursos hídricos da bacia e por isso, de sua competência, assim como não conseguiram evitar a judicialização do conflito.

Após o arquivamento do processo de licenciamento, em fevereiro de 2015, na 61ª reunião ordinária do CERHI-RJ, finalmente o tema da barragem apareceu como ponto de pauta, além de outros pontos relacionados à crise hídrica da região sudeste em função da discussão que se abria junto ao governo do estado para que se iniciasse a definição de possíveis soluções. Nesse contexto de debate, o Sr. Edson Falcão (INEA) afirmou que “o objetivo do governo é criar mecanismo para aumentar a segurança hídrica do estado. O que está sendo pleiteado não é a construção da barragem, e sim a construção de uma alternativa que resolva o problema” (61ª reunião ordinária do CERHI-RJ, 25 de fevereiro de 2015, Linha 116).

Nota-se aí uma alteração com relação ao posicionamento do governo do estado, uma vez que é possível identificar, através dos registros das reuniões anteriores, uma clara defesa do projeto da barragem do Guapiaçu Jusante, enquanto a melhor alternativa para solucionar o problema do abastecimento da parte Leste da Baía de Guanabara.

---

<sup>36</sup> Memorando n.33/2014: APA de Guapimirim e ESEC Guanabara solicitam análise do EIA/RIMA referente ao projeto da barragem ao ICMBIO.

<sup>37</sup> NOTIFICAÇÃO: "Em conformidade com a legislação de controle ambiental vigente, fica V.Sa. notificada que em atendimento ao Ofício SEA/SSPIE No 085/2014, recebido pelo Inea em 27 de maio de 2014, o processo de requerimento de Licença Prévia no E-07/508.365/2012 referente a implantação da Barragem de Guapiaçu, foi arquivado temporariamente e sua análise foi suspensa até que sejam apresentados novos estudos e atendidas as exigências complementares."

Em seguida, o Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca), em seguida, fez a contextualização do projeto, e relatou que desde 2012 tenta-se debater sobre este projeto nos fóruns participativos de recursos hídricos, e que o município de Cachoeiras de Macacu, através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), já havia se posicionado contrário ao projeto, indicando a necessidade de se avaliar as alternativas existentes. Em sua fala, apresentou sucintamente algumas das alternativas que figuravam entre as que precisavam ser estudadas:

[...] o Anil, pois é um local quase todo fechado, onde seria feita uma pequena barragem, dois pequenos diques, onde teriam uma reservação de 30.000.000 m<sup>3</sup>/s, que é 1/3 da proposta do estado. Depois foram a Serra Queimada, que tem a proposta do plano diretor, que faz parte do Guapiaçu, só que a montante da represa. Lá também tem um local fechado junto ao Parque Três Picos, que inclusive serviria como uma proteção ambiental do parque, e que já tem uma reservação aproximada de 40.000.000 m<sup>3</sup>/s. Continuou explicando que em Soarin, que já é estrategicamente da bacia do Macacu, a Cedae tem um projeto de fazer um novo ponto de tratamento, e que poderiam enviar a água do Soarin para a ponta de tratamento. Estas três alternativas foram estudadas com a ajuda da Secretaria de Meio Ambiente, onde fizeram alguns levantamentos para poderem ter os valores aproximados de vazão e volume acumulado. Chegaram à conclusão que teriam 20.000.000 m<sup>3</sup>/s a mais que a proposta do estado, com um custo de 60% da outra obra, e com uma desapropriação cinco vezes menor (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 61 reunião ordinária, 25 de fevereiro de 2015, linha 130).

O Sr. Machado complementou sua fala ressaltando que a área da barragem era a mais produtiva de Cachoeiras de Macacu e muito importante para o estado, e que os sindicatos rurais estavam engajados na discussão, uma vez que, apesar do entendimento da necessidade de se utilizar os mananciais do município para o abastecimento da região, seria necessário consultar e inserir os potenciais impactados do projeto na discussão e definição da melhor alternativa.

Assim, o Sr. Décio Tubbs (Presidente do CERHI-RJ) fez o encaminhamento para a formalização do Grupo de Trabalho do Guapiaçu (GT Guapiaçu), com a atribuição de analisar e indicar a melhor alternativa, a ser analisada pelo CERHI-RJ, no qual os participantes seriam: prefeitura de Cachoeira de Macacu, Usuário, INEA, SEA, Sindicato Rural, um representante da CT-IG/CERHI-RJ e sociedade civil.

Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB estavam presentes nesta reunião, e solicitaram a inclusão da participação dos atingidos no GT Guapiaçu. Também entregaram uma carta à presidência do CERHI-RJ, na qual denunciam a atuação pouco transparente do governo do estado, bem como, reivindicam que o CERHI-RJ e o CBH-BG se posicionem e atuem conforme suas competências estabelecidas pela legislação:

[...] O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem se mostrado completamente despreparado para tratar o tema da construção da barragem junto à população atingida,

criando uma série de falsas especulações que já afetam o planejamento e a produção local. Apesar do processo de licenciamento ambiental do projeto de barragem já estar avançado, nós NUNCA, eu repito, NUNCA, fomos informadas sobre o projeto, sua finalidade, suas dimensões, quem seria atingido, como seria atingido, quais seriam nossos direitos. Essa situação nos revolta, mas ao mesmo tempo não nos assusta, pois sabemos que é prática recorrente em obras de barragens o desrespeito às populações que vivem em áreas atingidas. [...] Dessa forma, pedimos a essa instância que considere todas essas questões e assessorie o governo estadual para que esse possa tomar as melhores decisões e aplicá-las de maneira mais justa, sempre com o povo. Pedimos também que diante de todas essas inseguranças, que esse conselho apoie a instituição de uma política estadual de direitos para as populações atingidas por barragens, marco institucional que poderá dar as bases para o devido tratamento para esse caso, mas para outros que porventura ocorrerão (Carta dos Atingidos por Barragem, 61 reunião ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 25 de fevereiro de 2015a).

Após a formação do GT Guapiaçu no âmbito do CERHI-RJ, o CBH-BG realizou uma reunião extraordinária em março de 2015, com pauta única sobre o tema. A reunião não pode ser deliberativa por falta de quórum, no entanto, foi mantida a pauta de apresentação das informações disponíveis até aquele momento. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) realizou a contextualização do projeto da barragem informando que:

[...] o problema começou em 2012, quando houve uma plenária do subcomitê leste na região de Cachoeiras de Macacu, onde o então Secretário do Meio Ambiente, Sr. Paulo Schiavo, denunciou o projeto da Barragem do Guapiaçu, e este que este estava sendo imposto sem a participação do município e das pessoas envolvidas. Através da Secretaria de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, foi realizada uma diligência ao local. Constatou que o local seria inadequado e, como conhecedor do plano diretor do estado do RJ, sabia que havia alternativas. O Sr. Roberto continuou sua apresentação dizendo que a construção da barragem do Guapiaçu, a jusante, causará o desalojamento de cerca de 150 propriedades com mais de 3.000 pessoas. Existem propriedades que empregam mais de 50 funcionários, ou seja, são altamente produtivas. Ele explicou que usou dados da Embrapa para ter os dados de produtividade da região e fazer uma valoração econômica do prejuízo com a construção da barragem (COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA, 2015, 6 reunião ordinária, 13 de março de 2015, linha 11).

Logo depois, o Sr. Klinton Vieira, representante do ICMBio - chefe da Estação Ecológica da Guanabara e chefe substituto da APA Guapimirim, apresentou que, como existe uma região de manguezal a jusante da localização da barragem proposta pelo governo do estado, o ICMBio emitiu um parecer contrário ao projeto devido ao impacto na região. O Sr. Klinton Vieira complementou a apresentação, reforçando que o rio Guapiaçu é um dos principais rios passam por essas duas Unidades de Conservação (UC), que reúnem o maior remanescente de manguezal do estado do Rio de Janeiro, com 5.000 ha. Denunciou ainda que o INEA apresentou o EIA/RIMA do empreendimento ao ICMBio “a título de ciência”, quando na verdade o ICMBio deveria ser consultado previamente à emissão da Licença, visto que é sua atribuição participar dos processos de licenciamento que impactam as UCs. Além disso, destaca que o EIA/RIMA da barragem não se refere aos impactos potenciais às UCs, o que caracteriza



uma falha grave do estudo (6ª reunião extraordinária do CBH-BG, 13 de março de 2015, linha 26).

Em seguida, o Sr. Alexandre De Bonnis, representante da SEA, acrescentou que o CBH-BG deveria cobrar os estudos de comparação entre as propostas e se reunir com o Secretário de Ambiente do Rio de Janeiro para reforçar a importância de seguir o Plano de Bacia. Em sua fala ele assume que “o que houve no processo do projeto do Guapiaçu foi um erro” (6ª reunião extraordinária do CBH-BG, 13 de março de 2015, linha 49), e reforça a necessidade de análise dos estudos comparativos para a definição da melhor alternativa para o abastecimento do Leste da Baía de Guanabara.

Posteriormente, a 35ª reunião ordinária do CBH-BG, realizada em abril de 2015, foi o último registro encontrado para fins de realização desta pesquisa. Nesta reunião, foram indicados os representantes para compor o GT Guapiaçu no âmbito do CERHI-RJ: segmento Poder Público: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, segmento Sociedade Civil: Instituto Rio Carioca, segmento Usuários: Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu.

Nesta reunião, o Sr. Roberto M. Oliveira (Instituto Rio Carioca) também informou que a ALERJ instituiu uma CPI para discutir a crise hídrica no estado do Rio de Janeiro, e que ele foi convidado a participar como membro da mesa para prestar esclarecimentos aos deputados com relação ao barramento do rio Guapiaçu.

A CPI da Crise Hídrica da ALERJ<sup>38</sup> foi instaurada em março de 2015 e objetivou apurar as responsabilidades dos entes públicos e privados perante a crise hídrica que afeta o Estado do Rio de Janeiro e, em especial, a sua região metropolitana, com registro de perdas físicas de água tratada superior a trinta pontos percentuais, bem como a questão da influência, no sistema de captação de transposição do rio Paraíba do Sul. Seu Relatório Final foi aprovado em 14 de outubro de 2015.

Com relação à segurança hídrica dos Municípios de Niterói, São Gonçalo, Ilha de Paquetá, Itaboraí e Marica, e a necessidade de reforço ao Sistema Imunana-Laranjal, o Relatório concluiu que:

8.3.1 – Quanto às alternativas propostas ao projeto da Barragem do Rio Guapiaçu Recomendar ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Ambiente, desenvolver e detalhar com maior rigor as alternativas propostas, elaborando os estudos necessários à comparação entre as viabilidades técnicas, ambientais, sociais, econômicas e financeiras de cada uma delas, com o objetivo de proporcionar toda a transparência e dar solidez à escolha e à decisão de implementar a melhor solução. Recomendar ao Poder Executivo, através da Secretaria do Ambiente, que considere a proposta do Núcleo de Estudos e Projetos – NEP da Faculdade de Engenharia – FEN

---

<sup>38</sup> Disponível em: [http://www.luizpaulo.com.br/wp-content/uploads/2015/11/REL.FINAL\\_.pdf](http://www.luizpaulo.com.br/wp-content/uploads/2015/11/REL.FINAL_.pdf)

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ anexa a este Relatório, para efeitos de elaboração dos estudos para a revitalização ambiental das Bacias Hidrográficas dos rios Guapiaçu e Macacu, como alternativa ao projeto da Barragem do Rio Guapiaçu, elaborado pela empresa COHIDRO.

8.3.2 – Quanto às reivindicações dos habitantes e agricultores do vale do Rio Guapiaçu impactados pelo projeto da Barragem

Recomendar ao Poder Executivo que proporcione toda a atenção à comunidade de habitantes e agricultores localizados no vale do Rio Guapiaçu, no sentido de incorporá-los de forma efetiva na discussão do projeto da Barragem do Rio Guapiaçu e, na hipótese de que venham a sofrer com os impactos decorrentes da implantação do projeto, proporcionar-lhes as providências mitigadoras e compensatórias a que venham ter direito no âmbito da legislação em vigor, bem como de legislação específica que garanta os direitos das populações atingidas.

8.3.3 – Quanto às reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens

Recomendar à Mesa Diretora da ALERJ prioridade na tramitação da proposta de projeto de lei contendo uma Política de Direitos dos Atingidos por Barragens, cujo texto se encontra em anexo (RIO DE JANEIRO, 2015, p. x).

Após a 35ª reunião ordinária do CBH-BG, realizada em abril de 2015, os registros sobre a discussão da barragem do Guapiaçu e a atuação dos fóruns participativos de recursos hídricos nesta questão são as atas das reuniões realizadas pelo CERHI-RJ.

No âmbito do CERHI-RJ, o tema é retomado somente em dezembro de 2015, na 66ª reunião ordinária do CERHI-RJ, realizada em 9 de dezembro de 2015. Nesta reunião, o Coordenador do GT Guapiaçu, Sr. Edson Falcão (INEA), fez uma apresentação informando o que foi feito no Grupo de Trabalho ao longo do ano de 2015.

Após ser instaurado, na 62ª reunião ordinária do CERHI-RJ, em 29/04/2015, foram indicados os seguintes membros para sua composição: Sr. Jaime Azulay (CEDAE), Sr. Edson Falcão (INEA), Sr. Leonardo Tristão (SEA), Sr. João Alberto Ribeiro (Município de Cachoeiras de Macacu), Sr. Roberto Oliveira (Sociedade Civil), e Sr. Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeira de Macacu). A primeira reunião do GT foi realizada em outubro de 2015, e as principais deliberações foram:

- Realização das medições de vazão no Rio Guapiaçu;
- Avaliação da localização, e levantamento das principais informações técnicas (altura e comprimento do barramento, volume do reservatório, tempo estimado de enchimento, etc) dos barramentos alternativos à barragem do Guapiaçu;
- Solicitação de apoio financeiro ao CBH-BG<sup>39</sup> para a aquisição, instalação e operação de até 5 estações de monitoramento quantitativo na bacia do rio Guapimirim, Guapiaçu e Macacu, visando apoiar a análise técnica do item anterior.

O Sr. Edson Falcão enfatizou a importância da medição de vazão dos rios, visto ser um dado fundamental para o planejamento hídrico e consequente elaboração de projeto de

---

<sup>39</sup> Este recurso foi aprovado no CBH-BG (Resolução nº 30, de 10/11/2015).

abastecimento, considerando o contexto de desatualização desses dados. Foi realizada uma primeira campanha de medição de vazão, em 29 de outubro, e o INEA se prontificou a conferir as informações técnicas informadas, que interferem na avaliação sobre a capacidade de armazenamento do reservatório (66ª reunião ordinária do CERHI-RJ, 9 de dezembro de 2015, linha 240).

Após essa reunião, não há mais registro sobre a discussão desse tema no âmbito do CERHI-RJ nas atas disponíveis para acesso público.

Cabe registrar que, de acordo com a Rede Ambiente Participativo, do Ministério Público<sup>40</sup>, foi entregue uma complementação ao EIA/RIMA da barragem em 14/12/2015, com o respectivo aceite do INEA. Em contato via e-mail em 25/08/2016 com o Sr. Edson Falcão, representante do INEA e Coordenador do GT Guapiaçu, ele afirmou não ter ciência da apresentação deste documento ao referido órgão. De todo modo, ressaltamos que o arquivamento foi temporário, o que não impede que o processo de licenciamento seja retomado, caso o INEA aceite os novos estudos apresentados, que como podemos observar, mais uma vez não foram apresentados no âmbito dos fóruns com legitimidade e competência deliberativa para definir as melhores opções no que tange aos múltiplos usos das águas da bacia.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIMITES E POTENCIALIDADES DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA COMO FÓRUM DE NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS

A análise sobre a tramitação do debate sobre a barragem do Guapiaçu, no âmbito do CBH-BG e do CERHI-RJ, nos permite observar como pode ser difícil a implementação da governança das águas e o processo deliberativo dentro de instâncias participativas.

No contexto de planejamento e gestão dos recursos hídricos, tanto em nível nacional, quanto estadual e nas unidades territoriais de bacia, o cenário é de elaboração de planos de recursos hídricos mal coordenados, que muitas vezes não são utilizados para informar as formas prioritárias de usos deste recurso. Além disso, a indisponibilidade de dados e informações atualizadas sobre os recursos hídricos prejudica a elaboração de um planejamento robusto e de longo prazo.

---

<sup>40</sup> <http://rj.rap.gov.br/barragem-do-rio-guapi-acu-cachoeiras-de-macacurj/>.

No caso do Rio de Janeiro, a ausência de um Plano de Recursos Hídricos até o ano de 2014 permite verificar dois pontos fundamentais: um primeiro, diz respeito à ausência de um planejamento que reconheça as especificidades das regiões hidrográficas, mas também os níveis escalares e integrados entre as diversas bacias, dificultando sobremaneira, a tomada de decisão sobre os múltiplos usos da água. E um segundo, que nos adverte que, a existência de um Plano não garante que nele estará contido todo o debate ocorrido nas instâncias participativas, considerando a negociação dos usos entre os atores.

Ressalta-se ainda a importância deste espaço em sua independência das intenções políticas e econômicas que transcendem o território da bacia, uma vez que os limites administrativos dos municípios, regiões e estados raramente correspondem às fronteiras hidrológicas. A não garantia desse princípio resulta em uma incompatibilidade nos níveis federativos que frequentemente obstrui as políticas de água e dificulta as relações entre os representantes eleitos, autoridades locais, órgãos ambientais, gestores de recursos e usuários.

No caso da Barragem do Guapiaçu, esta foi indicada no PERHI-RJ como a melhor alternativa para o abastecimento da porção leste da RHBG. Apesar da elaboração do Plano ter sido acompanhada pelo CERHI-RJ, os questionamentos que estavam sendo realizados no âmbito dos Plenários do CBH-BG e do CERHI-RJ com relação ao projeto não foram considerados, nem mesmo o apontamento de que estavam sendo utilizados dados hidrológicos defasados para a realização desta indicação. Foi necessária a criação de um Grupo de Trabalho<sup>41</sup> para atualizar tais informações, em momento posterior à apresentação e aprovação de sua versão final.

A incompatibilidade entre as fronteiras administrativas e os limites hidrológicos levanta a questão da escala funcional adequada para a gestão das águas. A falta de integração entre o planejamento setorial no âmbito dos órgãos públicos e a temática da água prejudica a coerência política nos diferentes níveis, e evidencia que o processo de formulação de políticas setoriais no País não insere a dimensão ambiental de forma prévia, deixando a gestão do conflito para setores mais enfraquecidos na estrutura de poder (BEZERRA; MOURA, 2016).

É preciso considerar que as intervenções aplicadas no território de uma bacia terão impactos a jusante, o que ressalta a sua dimensão integradora dos diferentes usos da água. Por outro lado, os diferentes níveis federativos são os “integradores” adequados das políticas sociais e econômicas e das estratégias de desenvolvimento (OCDE, 2015), sendo necessário superar

---

<sup>41</sup> GT Barragem Guapiaçu, criado no âmbito do CERHI-RJ em abril de 2015.

essa incompatibilidade, a fim de conseguir efetividade das decisões e deliberações realizadas nas instâncias de gestão dos recursos hídricos.

No caso da barragem do Guapiaçu, a falta de integração entre o SIEGRH e os órgãos ambientais estaduais, especialmente nos processos de licenciamento ambiental, confirmam a avaliação de Bezerra e Moura (2016) de que os conflitos entre as ações voltadas para o desenvolvimento e a aplicação dos instrumentos ambientais nos diversos níveis de governo se evidenciam nos processos de licenciamento ambiental, configurando um importante espaço de conflitos de interesse, e demonstrando a dificuldade da área ambiental em coordenar o processo de desenvolvimento sustentável.

O Relatório elaborado pela OCDE (2016) aponta, também, que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não tem desempenhado plenamente o seu papel de coordenação intersetorial, o que enfraquece sua influência no processo de tomada de decisões e nas orientações estratégicas. Em função da natureza técnica do seu trabalho, o Conselho tem agido frequentemente como uma câmara de registro, em vez de servir como uma plataforma consultiva de peso para orientar a ação pública.

Essa avaliação foi muito elucidativa durante a análise do projeto da barragem do Guapiaçu e a atuação do CERHI-RJ, pois revelou a carga de assuntos administrativos e burocráticos tratados no âmbito do Plenário, além da morosidade no tratamento de assuntos técnicos com maior impacto no planejamento estratégico dos projetos de desenvolvimento em sua interlocução com a gestão dos recursos hídricos. Tal apontamento pode ser observado na definição das pautas do período analisado, que demonstram quais são as prioridades, do ponto de vista de discussão e deliberação, do Plenário.

Do ponto de vista da atuação dos Comitês de Bacia, foco deste trabalho, estes possuem poderes deliberativos fortes, mas com limitada capacidade de implementação. De acordo com estudo da OCDE (2016), na maioria dos países da OCDE, o papel dos CBHs é construir o consenso sobre as prioridades e o planejamento para orientar a tomada de decisões.

Para Jacobi e Fracalanza (2005), desde a promulgação da Lei das águas de 1997, as atribuições dos comitês têm se dado de três formas: uma relacionada com a constituição dos mecanismos de gestão para o funcionamento do próprio comitê; outra relacionada aos planos e programas; e uma terceira relacionada à alocação dos recursos financeiros.

Na elaboração dessa pesquisa, foi possível identificar a aderência dessas análises ao caso do CBH-BG. A maior parte das pautas das reuniões do Plenário tratou dos mecanismos internos de gestão do fórum ou de recursos financeiros. Nas reuniões que tiveram como ponto de pauta questões técnicas, o debate era encaminhado para alguma câmara técnica ou se resumia à

apresentação da questão, sem intenção de posicionamento do Comitê a partir de deliberação formal.

No caso do CBH-BG, a definição de uma delegatária tomou grande parte do tempo das reuniões do Plenário. Esta questão foi considerada sensível pelos atores envolvidos na gestão participativa das águas, em função da necessidade de se constituir um arcabouço institucional que permitisse a plena aplicação dos instrumentos de gestão, uma vez que as delegatárias são os braços executivos dos Comitês, com a função de executar o planejamento orçamentário definido pelo mesmo.

A ideia de priorização da implantação desse arcabouço institucional seria fundamentalmente para liberar o Comitê para a realização de seu papel político fundamental, garantindo uma estrutura mínima para o pleno desenvolvimento de suas ações. No entanto, esta escolha implicou em muito, na omissão destes fóruns em relação à assuntos e projetos com alto potencial de impacto nos corpos d'água sob sua competência, expondo as limitações destes espaços enquanto orientadores efetivos no âmbito da gestão das águas.

No processo de análise das atas, algumas questões evidenciam a necessidade de investimento na transparência na disponibilização das informações, de maneira que estimule a participação cidadã.

Muitas apresentações realizadas no âmbito do Plenário, bem como, documentos entregues nas reuniões, não estão disponíveis como anexo das atas, impossibilitando o acesso à essas informações. A relatoria é, em grande parte, feita de maneira sucinta, não permitindo a identificação dos pontos relevantes que foram discutidos nas reuniões.

Os integrantes da Plenária percebem que os órgãos licenciadores não identificam o espaço dos CBHs enquanto fóruns deliberativos legítimos relacionados aos recursos hídricos, e os licenciamentos dos empreendimentos de alto impacto na gestão das águas, na maioria das vezes, não são submetidos à análise prévia do comitê, com a disponibilização de informações suficientes, gerando insatisfação e descrédito do potencial de influência deste fórum.

Outra dificuldade do comitê diz respeito ao seu expediente de gestão interna. Seguidas vezes os integrantes do Plenário queixaram-se de que nem as atas eram disponibilizadas com a antecedência definida pelo Regimento Interno, que prevê 15 dias de antecedência à reunião Plenária, para que os integrantes pudessem apreciar previamente, e depois aprová-la com os devidos destaques. Além disso, muitas atas não foram aprovadas nas reuniões subsequentes, gerando um passivo que impactou reuniões posteriores, tanto no que diz respeito ao espaço de pauta, quanto à garantia de realizar os destaques considerados adequados pelos integrantes do Comitê.

No que tange à barragem do Guapiaçu, apesar da discussão sobre sua implantação ter se iniciado em 2008, somente em 2015 esses fóruns passaram a garantir pauta e tempo nas reuniões para apreciação do tema, a partir da criação do GT Barragem Guapiaçu, na 62ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ, no dia 29 de abril de 2015.

Até aquele momento, o CBH-BG vinha solicitando as informações acerca do projeto ao INEA, que se comprometia a apresentá-las nas reuniões plenárias no Comitê, porém, adiou seguidas vezes a apresentação das informações, bem como, as trouxe incompletas, não atendendo com respostas conclusivas às demandas e preocupações dos membros do CBH-BG.

O GT Barragem Guapiaçu<sup>42</sup> foi criado com o objetivo de avaliar alternativas ao aumento da disponibilidade hídrica do Sistema Imunana-Laranjal, e recomendar alternativas para o abastecimento hídrico da porção Leste da RHBG, considerando as propostas já existentes, e atualizando as informações defasadas sobre os corpos hídricos no território. Apesar de ter sido criado em abril de 2015, a primeira reunião só foi realizada em 19 de outubro de 2015, na sede do INEA. Após essa reunião, não há registro de novos encontros entre os integrantes do GT.

Como último registro, para fins dessa pesquisa, foi identificada a entrega de documentação complementar ao EIA/RIMA da barragem junto ao INEA, o que caracteriza que o processo de licenciamento pode ser reaberto, se assim o órgão ambiental entender. Isso reafirma a importância destes fóruns para o amadurecimento do debate aprofundado e detalhado sobre as alternativas possíveis, a fim de que estes órgãos possam investir no seu potencial efetivo de influenciar as decisões relativas ao tema.

---

<sup>42</sup> Relação dos membros do GT:

- Edson Falcão – Representante do INEA (coordenador);
- Azulay – Representando a CEDAE;
- Leonardo Tristão – Representando a SEA;
- João Alberto Ribeiro – Representante do Município de Cachoeiras de Macacu;
- Roberto Oliveira – Representando a Sociedade Civil; e
- Rolf Dieringer – Representando o Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu.

## 5 CONCLUSÃO

Existe uma íntima ligação entre governança da água e conflitos socioambientais relacionados aos múltiplos usos dos recursos hídricos. O quadro institucional atual de governança das águas apresenta como alternativa à judicialização da questão, métodos novos, participativos e consensuais.

De todo modo, é necessário analisar com cautela os instrumentos de negociação de conflitos, considerando que, em parte, as estruturas de governança foram criadas no contexto de modelos desenvolvimentistas, que impõem uma cultura do consenso, a partir da despolitização dos conflitos, obscurecendo as relações de poder que compõe o debate no espaço público (ACSELRAD, 2004).

É preciso reconhecer que a Política Nacional de Recursos Hídricos trouxe um conjunto de inovações normativas, que possibilitaram o avanço dos mecanismos de governança das águas, a partir da incorporação de elementos fundamentais, como a gestão democrática, a participação cidadã e a descentralização das decisões políticas, com o intuito de garantir o envolvimento dos diversos usuários na gestão da bacia hidrográfica.

Considerando que a melhor forma de resolver as disputas é negociando, evitando assim o litígio, a PNRH passou a prever a competência legal para resolver as possíveis disputas verificadas dentro do próprio SIGRH, a fim de manter a manutenção dos vínculos sociais de confiança e facilitar as ações coletivas no mesmo território.

No entanto, a tensão entre economia e natureza faz parte do contexto contemporâneo, na medida em que a diversificação dos usos dos recursos naturais esbarra na finitude destes. Este cenário impõe alta complexidade às disputas ambientais, além da necessidade da valorização



de novos instrumentos de mediação, uma vez que as formas tradicionais de tratamento dos conflitos, pautadas em um paradigma linear de análise, não têm demonstrado tanto êxito.

Os conflitos relacionados aos múltiplos usos da água, no caso brasileiro, encontram um quadro normativo legal que incorpora métodos alternativos de tratamento e mediação, designando um fórum específico para discussão e negociação: os Comitês de Bacia Hidrográfica.

A partir das prerrogativas legais, pressupõe-se que os comitês de bacias hidrográficas devem atuar enquanto fórum de planejamento e gestão dos recursos hídricos no território da bacia, promovendo o diálogo entre setores e permitindo maior articulação entre as diversas áreas que incidem sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos. No entanto, na prática, esses órgãos enfrentam enormes desafios, que impactam sobremaneira seu potencial de atuação.

Apesar de suas funções deliberativas, percebe-se enorme dificuldade, tanto no processo decisório, quanto na implementação da decisão, quando esta é alcançada dentro do espaço do fórum. O hiato entre as prioridades do poder público e da sociedade, em muitos momentos, se aprofundam a ponto de impossibilitar a negociação e o estabelecimento de consensos. Os Planos de Recursos Hídricos, que deveriam ser os orientadores da gestão de longo prazo das águas na bacia, nem sempre são implementados, ou mesmo consultados, para que não haja sobreposição de ações e impactos deletérios aos recursos hídricos.

Tais dificuldades têm impactos diretos na participação democrática dentro desses fóruns, dado que se estabelece uma desconfiança em relação ao potencial e alcance de sua atuação, reduzindo seu papel ao acolhimento de denúncias e elaboração de ofícios. A ideia de criar um espaço sem diferenças nas relações de poder, muitas vezes, mascara exatamente como essas diferenças operam na tomada de decisão, obscurecendo as formas de diálogo mais transparentes que possibilitassem a negociação de forma clara e honesta.

A articulação dentro do SIGRH é outro ponto sensível. A centralização do nível federal permanece, o que é uma característica da própria governança ambiental no Brasil, e dificulta a interlocução com os outros níveis federativos. Nesse sentido, a representação dos níveis locais nos espaços nacionais fica, em muitas situações, subsumida à uma representação sem poder de influência, que não consegue espaço para a discussão das demandas prioritárias locais.

Essa dificuldade também pode ser observada em outros níveis escalares, quando da relação entre estado e municípios, e ainda, no que tange aos recursos hídricos, um quarto nível, referente à unidade da bacia.

Segundo Bezerra e Moura (2016), o quadro atual demonstra uma inserção pouco efetiva do planejamento ambiental na formulação e gestão das políticas setoriais e em ações promotoras

do desenvolvimento de forma geral. Assim, persistem os conflitos entre os interesses econômicos e governamentais diversos e o setor ambiental. Dessa maneira, atrelar a promoção do desenvolvimento sustentável unicamente à capacidade de gestão ambiental do governo brasileiro se constitui, além de uma redução de entendimento, na aposta em uma estrutura frágil, que não tem equacionado ainda nem os seus conflitos internos e que, conseqüentemente, ainda não está madura e robusta o suficiente para coordenar as diferentes políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Essa análise é bastante aderente à implementação da PNRH e seu arcabouço institucional associado. No que pode ser observado no caso estudado, a centralização das decisões no nível estadual enfraqueceu sobremaneira a atuação do CBH-BG e do CERHI-RJ, impactando a possibilidade destes fóruns em fortalecer a governança das águas a partir do estabelecimento de um processo político mais participativo e transparente, capaz de influenciar as decisões relativas ao desenvolvimento territorial, em especial, as de impacto direto nos recursos hídricos.

A priorização das discussões afetas às questões administrativas referentes ao funcionamento interno do Comitê pelo CBH-BG, em detrimento aos assuntos ligados diretamente ao planejamento e gestão das águas, levou em diferentes situações, à judicialização dos conflitos, evidenciando que este organismo ainda não possui amadurecimento e dispositivos administrativos específicos necessários para o devido tratamento dos conflitos relacionados aos usos da água.

Além disso, fica explícito que a sociedade civil teve pouca influência na definição das pautas prioritárias a serem discutidas e deliberadas no âmbito do Plenário, e sua organização aconteceu majoritariamente fora destes fóruns. Para o caso em estudo, a articulação dos movimentos sociais fora do espaço do Comitê, além do litígio associado, foram os influenciadores determinantes das definições no nível estadual, e que tiveram como consequência, o arquivamento temporário do processo de licenciamento.

Para o caso do CBH-BG, outro ponto a ser destacado é o tamanho e importância econômica da área sob sua competência deliberativa, e em consequência, as múltiplas territorialidades presentes no espaço da RHBG. Na medida em que seu território foi dividido em 6 sub-regiões hidrográficas, mas seus subcomitês não têm autonomia deliberativa sobre as bacias sob sua competência, cria-se uma estrutura centralizadora que burocratiza as decisões dentro desta instância. Além disso, não foi identificada documentação pública referente às discussões realizadas nos subcomitês, em especial, do subcomitê Leste, que é o responsável pela parte Leste da RHBG, o que fragiliza os encaminhamentos realizados nessas instâncias, uma vez que os registros passam a se manter centralizados no nível central.

De todo modo, passados quase 20 anos de implementação da Lei 9433 de 1997, é notório que seu arcabouço institucional ainda necessita amadurecer e se consolidar enquanto um sistema integrado. As atribuições deliberativas sem o poder de fazer cumprir enfraquecem a credibilidade das instituições, e a eficiência da governança da água.

A gestão da água está diretamente ligada às necessidades sociais, redução da pobreza e desenvolvimento econômico. Enquanto um recurso vital, é um componente fundamental da política ambiental. A inequidade no seu acesso e a dificuldade de implementar uma boa governança para sua gestão impactam não somente os processos mais abrangentes relacionados ao desenvolvimento, mas também à reprodução da vida no planeta.

Nesse contexto, gerir os conflitos relacionados aos múltiplos usos, e promover sistemas de governança efetivos e eficientes, que prezem pela participação democrática e pela transparência, se apresentam enquanto fundamentais para a promoção da justiça ambiental, que garanta às populações acesso às águas em quantidade e qualidade adequados.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, Córdoba, n. 11, p. 105-123, 2013.

AGUIRRE, S. M. V. et al. Avaliação da governança da água em bacias hidrográficas do Rio de Janeiro como suporte ao gerenciamento dos recursos hídricos. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS**, 2013, Bento Gonçalves. Porto Alegre: ABRH, 2013.

ALIER, Juan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (Comp.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 115-135.

APRESENTAÇÃO INEA. In: WORKSHOP BARRAGEM DO GUAPIAÇU E ALTERNATIVAS, 2016, Niterói. **Trabalhos apresentados – GT Guapiáçu**. Rio de Janeiro: CBH-BG, 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Barragem do Guapiáçu: uma necessidade diante da “crise hídrica” ou mais um negócio suspeito?** Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários – GT Agrária – Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção local Rio de Janeiro – Niterói. Rio de Janeiro, out. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiáçu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro**: Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários – GT Agrária – Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção local Rio de Janeiro – Niterói. Rio de Janeiro, abr. 2014.

BERNAL, T. A. **Plano de recursos hídricos como instrumento de planejamento ambiental: um estudo de caso na bacia de Sorocaba/Médio Tietê, SP.** 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)-Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

BEZERRA, M. C.; MOURA, A. S. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2016. p. 91-110.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: Congresso Nacional, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRITTO, A.L. et al. Abastecimento público e escassez hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. **Ambiente e Sociedade.** Vol.19 no. 1. São Paulo Jan./Mar, 2016.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Revista Ambiente e Sociedade,** Campinas, v. 13, n. 2, p. 365-382, jul./dez. 2010.

CASTILHO, A. G. Enfoque sociológico dos conflitos socioambientais e o movimento por justiça ambiental. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/UFPB.** Dossiê Cultura & Ambiente, João Pessoa, n. 21, p. 44-58, nov. 2012.

CHACHÉ, C. B. O licenciamento ambiental “fragmentado”: estudo de caso do COMPERJ. **Revista Ensaios,** Niterói, v. 7, p. 170-187, jul./dez. 2014.

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ. Disponível em: <<http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **Ata da 21. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 26 maio 2011.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **Ata da 25. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 24 maio 2012.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **Atas das reuniões do Plenário do CBH-BG – 2008.** Rio de Janeiro, 2008.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **Atas das reuniões do Plenário do CBH-BG – 2013.** Rio de Janeiro, 2013a.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **1. reunião extraordinária.** Rio de Janeiro, 9 jan. 2014.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **6. reunião extraordinária.** Rio de Janeiro, 13 mar. 2015.

COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. **31. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 29 ago. 2013b.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (RJ). **Ata da 30. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 17 dez. 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (RJ). **Carta dos atingidos por barragem, 61. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 25 fev. 2015a.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (RJ). **Segurança hídrica: GT Guapiaçu - Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ).** 2016. Disponível em: <<http://www.segurancahidricarj.com.br/#!gt/d4gah>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (RJ). **6. reunião extraordinária.** Rio de Janeiro, 24 abr. 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (RJ). **61. reunião ordinária.** Rio de Janeiro, 25 fev. 2015b.

ECOMEK. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Guanabara.** [S.l.], maio 2009.

FERNANDES, L. S. et al. Águas do Rio: um panorama geral da disponibilidade hídrica no Estado fluminense. **Revista Ineana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 6-25, jul./dez. 2015. Disponível:

<[http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter\\_vpres\\_geiat/documents/document/zwew/mte4/~edisp/inea0118222.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_vpres_geiat/documents/document/zwew/mte4/~edisp/inea0118222.pdf)>. Acesso em: 12 de junho 2016.

FORMIGA-JOHNSON, R. M. et al. Segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro face à transposição paulista de águas da Bacia Paraíba do Sul: relato de um acordo federativo. **Revista Ineana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 48-69, jul./dez. 2015. Disponível em: <[http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter\\_vpres\\_geiat/documents/document/zeww/mte4/~edisp/inea0118222.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_vpres_geiat/documents/document/zeww/mte4/~edisp/inea0118222.pdf)>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

FREY, K. Governança pública e sustentabilidade socioambiental no campo? **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 261-287, 2010.

FUNDAÇÃO COPPETEC. **Plano estadual de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro**. 2014.

Disponível:

<<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanosdeBaciaHidrografica/index.htm&lang=#ad-image-0>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

GOMIDES, J. E.; SILVA, A .C. O surgimento da expressão “governance”, governança e governança ambiental. **Revista de Ciências Gerenciais**, Valinhos, v. 13, n. 18, 2009.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. (Mimeo).

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. In: **Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 1. 2002, Indaiatuba. Anais [S.l.]: ANPPAS, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **O direito à água na área de atuação do Incid**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO TERRA AZUL. Disponível em: <<http://www.eadterrazul.org.br/>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

JACCOUD, L. et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. Comitês de bacia hidrográfica no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 11/12, p. 41-49, jan./dez. 2005.

JACOBI, P.R. et al. Escassez Hídrica e Direitos Humanos. **Revista Ambiente e Sociedade**. vol.19 no.1 São Paulo Jan./Mar, 2016.

LANNA, A. E. L.; CÁNEPA, E. M. O. Gerenciamento de bacias hidrográficas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem integrada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 269-282, 1994.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LIMA, J. E. F. W.; FERREIRA, R. S. A.; CHRISTOFIDIS, D. O estado das águas no Brasil: perspectivas de gestão: informação de recursos hídricos. In: FREITAS, M. A. V. (Ed.). **O uso da irrigação no Brasil**. Brasília: ANEEL, 1999. p. 73-82.

LIPIETZ, A. Ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, H. (Comp.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 15-26.

LITTLE, P. L. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, jan./jun. 2006.

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; RINCÓN, M. A. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Revista Ambiente e Água**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013.

MONKEN, M. et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, A. C. (Org.). et al. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 23-41.

MOORE, D. Marxism, culture and political ecology. In: PEET, R; WATTS, M. (Ed.). **Liberation ecologies: environment, development and social movements**. New York: Routledge, 1996. p. 125-141.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 13-45.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Governança dos recursos hídricos no Brasil**. Paris, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt>>. Acesso em: 5 de março de 2016.

PALUDO, D. F. Barragem no rio Guapiaçu: conflitos socioambientais e estratégias de resistência. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 405-419, 2013. Edição Especial 3.

PEDREIRA, B. C. et al. Áreas prioritárias para recuperação na região da bacia hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 191, dez. 2011. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77820/1/BPD-191-Recuperacao-Guapi.pdf>>. Acesso em: 8 de março de 2016.

PIRES DO RIO, G. A.; PEIXOTO, M. N. de O. Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 10, p. 51-65, jan./jun. 2001.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, dez. 2009.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

PROJETO GUAPIAÇU GRANDE VIDA – RESERVA ECOLÓGICA DO GUAPIAÇU. 2016. Disponível em: <<http://www.guapiacugrandevida.org.br/>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

PROJETO MACACU – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/projetomacacu/>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

REDE AMBIENTE PARTICIPATIVO – RAP – MP. Disponível em: <<http://rj.rap.gov.br/>>. Acesso em: 4 de julho de 2016.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Disponível em: <[www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br/)>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

REGO, V. V. B. R. Reflexões sobre a política estadual de recursos hídricos do Rio de Janeiro a partir da implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 6, n. 2, p. 135-152, jul./dez. 2012.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DA BARRAGEM DO GUAPIAÇU. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/fabioacmrj/relatrio-de-impacto-ambiental-rima-barragem-do-rio-guapiau>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ). Disponível em: <[www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf](http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 44.457, de 01 de novembro de 2013. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação as áreas e benfeitorias atingidas, necessárias à implantação da barragem do Rio Guapiaçu, localizadas no município de Cachoeiras de Macacu/RJ e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2013a. Poder Executivo, p. 2.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembléia Legislativa. **Relatório final e conclusão dos trabalhos da Comissão Especial da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro, 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembléia Legislativa. **Relatório final e conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise hídrica no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, out. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual do Ambiente. **Estudo de impacto ambiental da Barragem do Rio Guapiaçu**. Rio de Janeiro, 2013b.

SANTOS, B. B. M. **Governança das águas e negociação de conflitos socioambientais: o caso do comitê de bacia hidrográfica do Guandu face à Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa (RJ)**. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SETTI, A. A. et al. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos**. 2. ed. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2001.

SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. cap. 8, p. 273-407.

SOARES. S. I. O. **A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Encontro Nacional da ANPEGE**, 11. 2015, Presidente Prudente. [S.l.]: Anpege, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/663.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

VILLAR, P. C. **Governança hídrica**: definições e arcabouço legal: Curso Governança da Água na América Latina. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2013.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **A água e o poder público no Brasil**: programa água para a vida. Brasília, 2004.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.

## ANEXO 1 – ANÁLISE ATAS\_CBH-BG

Tabela 1 - Principais Informações do Comitê Baía de Guanabara				
REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	13 de março de 2008	Não estão separados em tópicos.	Sim	<p><b>Página 6</b> - Como primeiro item de pauta, foi feita uma apresentação do andamento dos estudos para o abastecimento de água para o COMPERJ pelo Dr. André Pinhal, já que o Dr. Rodrigo Pio não pode comparecer. Dada a importância do assunto, vários membros do plenário, após a referida palestra, fizeram perguntas que foram respondidas pelo palestrante que, entretanto, deixou claro não haver ainda uma alternativa definida como solução para o atender à demanda do COMPERJ sem afetar o abastecimento dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Foram feitas várias referências ao grave problema da escassez de água no Leste da Guanabara em épocas de estiagem como as de 2002 e 2007. Foi dado conhecimento ao representante da Petrobras que as propostas de estudos de demandas hídricas deveriam ser apresentadas ao CBG e à CTGEP; e que a CBG ainda não recebeu os exemplares do EIA/RIMA do COMPERJ, tendo ele se comprometido a enviá-los.</p> <p><b>Página 9</b> - Considerando que das onze alternativas apresentadas pelo Representante do COMPERJ Dr. André Pinhal como alternativas para atendimento das demandas hídricas para o COMPERJ, e com toda a certeza das comunidades do seu entorno, somente uma tem seus mananciais na vertente leste da baía de Guanabara, a Representante da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Rossana Brandão Tavares indaga do Representante da Petrobras sobre a compensação pela outorga da água que virá de outra região hidrográfica.</p> <p style="text-align: center;"><b>Página 9</b> - Solicitada à Petrobras cópia do EIA/RIMA do COMPERJ.</p>
Ata da 7ª Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Baía de Guanabara.	24 de abril de 2008	<p style="text-align: center;">Não estão separados em tópicos. A 7ª. Reunião Extraordinária do Comitê da Baía de Guanabara foi convocada com o propósito de apresentar o Projeto de Controle de Inundações, Urbanização e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí – Projeto Iguaçu</p> <p>1 – Apresentação da ata da sétima reunião ordinária;</p> <p>2 - Referendo da Resolução estabelecendo critérios para o procedimento eleitoral de escolha de representantes da sociedade civil e usuários da água, em caso de vacância, na Diretoria Colegiada;</p> <p>3 – Proclamação e posse do novo diretor substituto do Sr José Miguel da Silva que representava a sociedade civil e assumiu a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Duque de Caxias;</p>	Não	
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	7 de agosto de 2008	<p>4 - Instituição para firmar convênio com a SERLA e o FUNDRHI para repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso das águas;</p> <p>5 – Revisão da Resolução No. 26 do CERHI que aprova o Plano de Investimentos do Comitê.</p> <p>6 – Solicitação da SERLA de utilização dos recursos do FUNDRHI para obras emergenciais em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu (cerca de 150 mil reais).</p> <p>7 – Assuntos Gerais.</p>	Não	
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	7 de julho de 2010	<p>1) Regimento Interno Atual;</p> <p>2) Revisão do Regimento Interno;</p> <p>3) Relatório do Grupo de Trabalho;</p> <p>4) Listas dos membros do Comitê - Mandato Atual;</p> <p>5) Assuntos Gerais.</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	29 de setembro de 2010	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária;</li> <li>2) Escolha de dois membros para representar o CBG XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Fortaleza, entre os dias 22 a 8 26.11.2010;</li> <li>3) Carta encaminhada ao CERHI-RJ para prorrogação do Mandato Provisório do CBG por mais 3 meses, até o final de dezembro;</li> <li>4) Aprovação do Regimento Interno;</li> <li>5) Apresentação do INEA sobre Entidade Delegatária nas Funções de Agência de Água;</li> <li>6) Assuntos Gerais.</li> </ol>	Não	
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	16 de novembro de 2010	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária;</li> <li>2) Aprovação do Regulamento da nova eleição do CBG-BG - Mandato de 30 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2012;</li> <li>3) Formação da Comissão Eleitoral;</li> <li>4) Publicação no Diário Oficial - definir responsável;</li> <li>5) Assuntos Gerais.</li> </ol>	Não	
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	15 de fevereiro de 2011	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Leitura e aprovação da reunião anterior;</li> <li>2) Plano de Saneamento Básico dos Municípios (PSAM);</li> <li>3) Implantação dos subcomitês;</li> <li>4) Câmaras Técnicas;</li> <li>5) Discussão da crise ambiental na região serrana;</li> <li>6) Apresentação do INEA sobre o Comperj.</li> </ol>	Sim	<p>Linha 13 – Após os cumprimentos, o Sr. Carlos Alberto Muniz deu início à reunião propondo uma alteração na pauta na qual os subcomitês, câmaras técnicas e Comperj apareçam como informes para serem deliberados pelo Plenário.</p> <p>Linha 72 – Complementando sobre a questão do Comperj que o Muniz se referiu, que vai ser objeto de uma próxima reunião do Comitê, gostaria de informar que o Governador Sérgio Cabral determinou que 3 secretários estivessem a frente disso e que o fórum será retomado com o lado executivo de realmente fazer cumprir cada um dos condicionantes ambientais da licença, que foi dada 3 anos atrás, sendo estes os esclarecimentos, o secretário (Minc) saudou à todos do Comitê e ressaltou o compromisso de reforçar a influência dos comitês de bacia em todo o estado do RJ.</p> <p>Linha 113 – Com a palavra o Sr Luiz Firmino, que esclarece que dentro do arranjo institucional elaborado, existem 3 origens de recurso para fazer saneamento nos próximos anos: recursos do PAC, compensação de empreendimentos como é o caso do Comperj, e o financiamento aqui apresentado. Maricá e Itaboraí especialmente, terão recursos para o saneamento oriundos do Comperj, os arranjos estão sendo feitos para contemplar todos os municípios e acho importante a gestão participativa (...).</p> <p>Linha 195 – (...) Sr. Carlos Alberto Muniz agradece nas informações prestadas, e passa para a questão do Comperj, como o comitê tem entre suas funções acompanhar os licenciamentos, vamos convidar o INEA para que na próxima plenária, faça uma apresentação desse licenciamento para que o comitê tenha elementos para discutir e acompanhar o andamento do empreendimento. A Sra Flávia Lanari, da APALMA, relata que a sociedade civil de maricá protocolou no INEA os questionamentos sobre o licenciamento do Comperj, em especial do ELA/RDMA, pois o mesmo não é conclusivo, e precisa de mais dados por afeta além da região do Parque Estadual da Tiririca todo o litoral e ilhas de Maricá.</p>

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	26 DE MAIO DE 2011	(1) Leitura e Aprovação da Ata anterior; (2) Apresentação pelo INEA sobre o COMPERJ; (3) Relatório do Coordenado da Câmara Técnica Temporária; (4) Relatório da reunião realizada com a AGEVAP, tendo como expositor Ao Sr. Alexandre De Bonis da SMAC do Município do Rio de Janeiro; (5) Formação do Sub-Comitê do Leste da Baía de Guanabara com apresentação da minuta da Resolução da criação dos Sub-Comitês; (6) Apresentação da minuta da Resolução da reestruturação das Câmaras Técnicas; (7) Assuntos Gerais e aprovação de ingresso dos novos membros do CBH-BG com representação da Prefeitura de Itaboraí, Prefeitura de Magé, Fundação Rio Águas, Embrapa Solos e Colônia de Pesca Z13.	Sim	<p>Linha 21 - Na apresentação do segundo item da pauta, usou a palavra o Sr. Dirton Belo, representante do INEA, solicitando que a apresentação do relatório INEA/COMPEJ fosse realizado na próxima reunião Plenária pela razão da designação dele para reunião ter ocorrido com escasso prazo para atendimento, de forma que o mesmo só teve conhecimento desta apresentação no dia de hoje, às 1h:20min. Assim mesmo fez uma explanação das licenças obtidas pelo COMPERJ e dos seus andamentos: Licença Prévia concedida. Licença para Unidade de Produtos Básicos concedida. Licença de Instalação concedida para 40 (quarenta) canteiros de obras. Explicou que as Licenças de Operações são individualizadas, isto é, por empresas participantes do complexo, bem como informou sobre o Projeto de Porto de Apoio localizado no Município de São Gonçalo. O Diretor Geral do CBG, Dr. Carlos Alberto Muniz, usando da palavra, lembrou que o INEA tinha conhecimento prévio deste compromisso. Aberta a palavra aos participantes do Plenário, se inscreveram os representantes da APALMA (Maricá) Sra Flávia Lanari, que questionou a qualidade do EIA/RIMA do COMPERJ, que se mostrou inconclusivo quanto aos impactos ambientais da obra e questionou também o fato do COMPERJ ter aumentado o número de refinarias sem que respectivo EIA tenha sido feito; o Sr. Rosário (Agenda 21 São Gonçalo) indagou sobre a licença do porto de apoio e do pier em licenciamento há dois anos; o representante da Colônia de Pesca Z13 indagou sobre os resíduos da dragagem do porto de apoio descartados nas Ilhas Cagarras; a Dra. Ninon Machado (Instituto Ipanema) indagou com dúvidas sobre as equipes de trabalho e sobre a situação costeira; o Sr. José Miguel (Ecocidade) indagou sobre o abastecimento d'água na região do complexo, sobre a planta industrial estar sobre o aquífero de Macacu, lançando dúvidas sobre o novo processo de licenciamento, sua quantidade e impactos, propondo a apresentação para as Câmaras Técnicas dos preditos licenciamentos; o Sr. Carlos Viveiros (Clube Naval) cumprimentou o representante do INEA pela apresentação sintética dos licenciamentos e solicitou ao Diretor-Geral do CBG que agende com o INEA outra apresentação ao Plenário e lançou dúvidas sobre a demanda d'água do COMPERJ e seus impactos nas cidades de Niterói e São Gonçalo. O Diretor Geral em resposta ao Sr. Carlos Viveiros, comunicou que o assunto COMPERJ não se limitará somente ao Plenário e sim desdobrando-se o assunto com atuação da Câmara Técnica de Análise de Projetos e posteriormente ao Plenário; a Sra. Beatriz Pena (Instituto Walden) pontuou sobre o uso da água do COMPERJ e seu impactos na região. O Diretor-Geral, Dr. Carlos Alberto Muniz, propôs que antes da realização da audiência pública, o INEA envie previamente ao CBH-BG os objetivos da mesma.</p>
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	25 de agosto de 2011	(1) Apreciação e aprovação da ata referente à 22ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê da Baía de Guanabara; (2) Relatório de atividades da PCRJ dentro da Bacia do CBH- BG; (3) Relatório de andamento da contratação de equipe para secretaria; (4) Apresentação do Histórico do CBH-BG; (5) Homologação da composição das Câmaras técnicas aprovadas na última reunião; (6) Encaminhamento de temas da 14 CTAP; (7) Formação dos Subcomitês ; (8) Assuntos gerais e Eventuais.	Não	<p>Linha 17 - Na apresentação do primeiro item da ata, Sr Marcelo Aranda, diz que na última apresentação do Sr Dirton Belo (representante do INEA), ficou claro que todo processo de licenciamento do COMPERJ, em função da alteração e duplicação, o projeto teria que passar por outro ritual legal de audiência. Em resposta o Diretor Geral, Dr Carlos Alberto Muniz, esclareceu que esses processos serão colocados por e-mail e vão constar na aprovação da próxima plenária, que será dia 25 de novembro de 2011.</p>



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	25 de novembro de 2011	<p>(1) Aprovação das atas de 26 de maio e 25 de agosto de 2011,</p> <p>(2) aprovação do calendário de reuniões do ano de 2012,</p> <p>(3) criação da comissão de acompanhamento da aplicação dos recursos do comitê da Baía de Guanabara no PMSB dos municípios do comitê,</p> <p>(4) Apresentação pelo INEA do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara,</p> <p>(5) Aprovação da metodologia para criação da entidade que funcionará como agência de bacia do comitê,</p> <p>(6) Avaliação do andamento dos trabalhos e composição das câmaras técnicas,</p> <p>(7) Aprovação da aquisição de bens para serem alocados nos sub comitês que tiverem sede,</p> <p>(8) Homologação dos subcomitês do Leste e do Sistema Lagunar de Jacarepaguá,</p> <p>(9) Deliberação sobre o processo eleitoral do Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas,</p> <p>(10) Comunicação sobre o XIII ENCOB,</p> <p>(11) Assuntos Eventuais.</p>	Não	<p>Linha 23 - No primeiro item da pauta; a Sra. Flavia Lanari (APALMA MARICÁ) questionou a ata da reunião do dia 25 do mês de maio, linha 24, na qual se posicionou quanto à omissão sua fala em relação qualidade do EIA/RIMA do COMPERJ, que se mostrou inconclusivo quanto aos impactos ambientais de tal obra. Foi questionado também o fato do COMPERJ ter aumentado o número de refinarias sem que respectivo EIA tenha sido refeito. Assunto submetido à votação e aprovado por unanimidade a inclusão da fala da Sra. Flavia.</p> <p>Linha 48 - Em prosseguimento ao quarto ponto da pauta, o Sr Luiz Paulo, do INEA, apresentou a metodologia de desenvolvimento do Plano Diretor de Recursos Hídricos Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e os resultados alcançados. Com uso da palavra a Sra. Ninon Machado ressaltou a importância de atualização do plano de gerenciamento de recursos hídricos, colocando sua preocupação com uma bacia crítica, dependente da transposição do Guandu, e sugerindo uma visita ao Plano de Bacia do Guandu, assim como solicitar apoio a Agência Nacional das Águas. Com a palavra Sra. Dora Negreiros, em concordância com a palavra da Sra. Ninon, enfatizou que o plano não abrangue toda área do comitê de bacia e não foi feito nos moldes dos planos existentes, sendo necessário sua atualização. A Sra. Suzana Barros da SMAC esclareceu que quando o plano foi elaborado como Plano Diretor de Recursos Hídricos e não era objetivo sua utilização como plano de bacia do Comitê da BG, pois esse nem existia, sendo criado logo após a sua finalização em 2005, foi acordado pelo órgão gestor de recursos hídricos sua adoção como plano de bacia, uma vez que segue a itemização preconizada pela Resolução do CNRH.</p> <p>Linha 98 - Próximo item oito, quanto a homologação do Sub Comitê Leste, com a palavra Sra. Claudia de Águas de Niterói, informou os membros eleitos que compõe o Subcomitê Leste: Sociedade civil: INSTITUTO BAIÁ DE GUANABARA, UNI VERDE, ASSOCIAÇÃO PROTETORA DO MAR E INSTITUTO INTERDISCIPLINAR RIO CARIOCA. Usuários: PETROBRÁS, NOVA CEDAE, ÁGUAS DE NITERÓI, FIRJAN, SCHINCARIOL, Poder Público: Prefeitura de Niterói, Prefeitura de Cachoeiro de Macacu, INEA, sendo homologado o Subcomitê Leste.</p>
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	24 de fevereiro de 2012	<p>(1) Apreciação da minuta data à 23ª reunião ordinário do Plenário de 2011,</p> <p>(2) Posicionamento sobre implantação dos subcomitês,</p> <p>(2.1) homologação do subcomitê,</p> <p>(2.2) Apresentação das demandas a serem encaminhadas pelo subcomitê do sistema lagunar Inaipu-Piratininga,</p> <p>(3) Informação da participação do CBH-BG no processo eleitoral do CERHI,</p> <p>(4) Agência delegatária,</p> <p>(5) Andamento das câmaras técnicas,</p> <p>(5.1) Aprovação do ofício encaminhado à CECA, ad referendum da Plenária do posicionamento da CTAP com relação ao duto do Comperj,</p> <p>(6) Apresentação da resolução de representação do CBH-BG,</p> <p>(7) Assuntos gerais.</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	24 de maio de 2012	(1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior, (2) Informe sobre a instalação da secretaria executiva provisória, (3) Andamento do cronograma para aprovação do estatuto da associação delegatária, (4) Andamento dos trabalhos das câmaras técnicas, (5) Andamento dos trabalhos dos subcomitês, (6) Informe sobre a formalização de convênio com a UERJ para implantação do SIG da Baía de Guanabara, (7) Encaminhamento para a CTIL: proposta de resolução que dispõe sobre as faltas das instituições não previstas no regimento interno e câmaras técnicas, (8) Informes sobre a Rio+20.	Sim	<p>Linha 91 – O Sr. Alexandre Braga disse que a grande questão que todos estão vivenciando enquanto Comitê Baía de Guanabara é o acúmulo de recursos no FUNDRHI, e como todos podem perceber existem recursos canalizados para o FUNDRHI que não estão sendo utilizados como deveria, e em uma análise pragmática realizada em conjunto com o Professor Sertã, foi verificado que dos 40 milhões existentes no Fundo, menos de 10% foi utilizado pelos comitês de bacia, isso caracteriza que a gestão não está funcionando (...).</p> <p>Linha 246 – Com a palavra o Sr. Miguel Jorge, diretor secretário do Subcomitê leste, representante da prefeitura de Niterói, disse que as reuniões do comitê tem acontecido de forma itinerante e a primeira foi em Guapimirim, a segunda em Itaboraí e a terceira em Cachoeiras de Macacu e tiveram várias denúncias sobre o processo de barramento de rios e o que está sendo anunciado nos jornais sobre a existência de audiências públicas é inverídica. Disse ainda que o processo produtivo do município de Cachoeiras de Macacu está parado, pois os agricultores estão com medo de plantar, pois não sabem se suas terras serão alagadas e ninguém tem conhecimento do plano de intervenção e foi entregue à mesa diretora um documento do subcomitê solicitando o encaminhamento para os responsáveis, SEA e INEA para que conheçam essas questões.</p>
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2012	6 de junho de 2012	A 1ª Reunião Extraordinária teve a seguinte pauta programada: Aprovação do Estatuto da Entidade Delegatária	Não	
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	30 de agosto de 2012	(1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior, (2) Andamento da criação da associação delegatária, (3) Apresentação do plano de investimento, (4) Solicitação de contrapartida para projetos de saneamento em Maricá e Belford Roxo, (5) Apresentação do representante da SEA sobre o licenciamento do duto do Comperj e lançamento do material de dragagem do canal da baía de Guanabara, (6) Informe sobre o andamento e implantação do SIG da baía de Guanabara, (7) Indicação de representante no ENCOB, (8) Composição da comissão eleitoral biênio 2013-2014, (9) Andamento dos trabalhos das câmaras técnicas, (10) Andamento dos trabalhos dos subcomitês, (11) Assuntos gerais e informes.	Sim	<p>Linha 58 – O Sr. Miguel Jorge disse em sua fala que começa na linha 284 até 297 existe um lapso, pois nesse mesmo dia foi entregue à mesa diretora um ofício com os encaminhamentos do Plenário do Subcomitê (leste), sobre um convite à SEA e INEA para falar sobre o barramento em Cachoeiras de Macacu e isso não consta na ata. O Sr. Carlos Alberto Muniz sugeriu que esse documento fosse anexado à ata da reunião anterior. O Sr. Miguel Jorge disse que não obteve retorno do ofício de solicitação à SEA e INEA para explicar ao subcomitê sobre o barramento e solicitou que fosse registrada em ata a entrega do ofício com a solicitação do subcomitê na reunião anterior.</p> <p>Linha 187 – Com a palavra o Sr. Luis Firmino disse que historicamente a baía de Guanabara tem uso portuário e estaleiro, e sempre foi necessário realizar dragagem corretiva para atracagem de embarcações. O Sr. Luis Firmino esclareceu que aproximadamente há 15 anos, Docas um estudo de impacto ambiental (EIA) e recomendou o ponto C como ponto de descarte para dragagem de até 2 milhões de m³, e as recentes dragagens utilizaram esse EIA para os descartes no ponto C, mesmo com a dragagem sendo de um volume inferior do previsto por Docas. O Sr. Luis Firmino disse também que o ponto C foi utilizado por mais de 10 anos sem grandes polêmicas, e nos últimos 3 anos 3 grandes obras foram descartadas no ponto C, uma realizada pelo governo do Estado no canal do Cunha, e outra por Docas para ampliação de calado no Porto.</p>
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2012	Prevista para 27 de setembro de 2012	Ata não está disponibilizada.		



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	21 de fevereiro de 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;</li> <li>2. Fórum Eleitoral do CBH-BG realizado em 12.12.2012;</li> <li>3. Homologação do Processo Eleitoral;</li> <li>4. Recomposição das Câmaras Técnicas para o biênio 2013-2014;</li> <li>5. Informe do SIG do CBH-BG;</li> <li>6. Informe do andamento da Delegatária;</li> <li>7. Aprovação do Relatório de Atividades do CBH-BG 2011-2012;</li> <li>8. Reivindicações dos subcomitês;</li> <li>9. Projeto de Maricá e Belford Roxo;</li> <li>10. Assuntos gerais e informes.</li> </ol>	Não	
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	23 de maio de 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior e da ata da reunião conjunta das Câmaras Técnicas;</li> <li>2. Aprovação do Relatório de Atividades da CBH-BG 2011-2012;</li> <li>3. Reivindicações dos subcomitês;</li> <li>4. Andamento dos trabalhos dos subcomitês;</li> <li>5. Apresentação do Programa Baía Limpa (SEA);</li> <li>6. Apresentação do Projeto da Barragem de Guapiáçu (SEA);</li> <li>7. Relato do Workshop Internacional de cooperação técnica entre Baía de Guanabara e Chesapeake Bay;</li> <li>8. Apresentação dos Programas de Desenvolvimento e Proteção da Pesca na Baía de Guanabara - SEDRAP- Programa de Desenvolvimento da Pesca na BG;</li> <li>9. Apresentação dos Programas de Tratamento de Esgoto desenvolvidos pela Águas de Niterói;</li> <li>10. Apresentação dos estudos de Monitoramento ambiental desenvolvido pelo CENPES para BG;</li> <li>11. Andamento das CTs;</li> <li>12. Informe da Delegatária;</li> <li>13. Assuntos gerais e informes.</li> </ol>	Sim	<p>Ata demonstra que a reunião não seguiu a ordem prevista em pauta, assim como não discutiu todos os pontos previstos. Os itens 1; 2; 3; 4; 10; 11; 12 não foram apresentados.</p> <p>Página 2 – (...) o Sr. Antônio da Hora iniciou a sua apresentação sobre o tema da barragem do Guapiáçu. Após alguns slides apresentados, o Sr. Roberto Oliveira (Coordenador do Subcomitê Leste), sugeriu que as apresentações deviam ser sobre os estudos de impacto ambiental (EIA) e não estudos técnicos, já que nem todos os estudos são técnicos ou se preocupam com as questões sociais e ambientais. Sugeriu também houvessem ou que fossem apresentados os estudos sobre impactos e finalizou solicitando uma data para uma reunião interna, onde seriam conversadas questões técnicas. O Sr. Antônio da Hora convidou o Coordenador do Subcomitê Leste para uma reunião que estaria agendada após a plenária. O Sr. Sérgio Pinheiro (Coordenador do Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP) convidou o Sr. Antônio da Hora para fazer a apresentação na CTAP.</p>

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	29 de agosto de 2013	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;</li> <li>2. Aprovação do Relatório de Atividades do CBH-BG 2011-2012;</li> <li>3. Leitura e aprovação das Resoluções da CTIL;</li> <li>4. Escolha da Delegação para o ENCOB;</li> <li>4a. Complemento dos informes dos subcomitês;</li> <li>5. Encaminhamento da decisão da Plenária sobre o despejo do Bota-Fora da Dragagem da Baía de Guanabara;</li> <li>6. Articulação para Indicação de representante do CBH-BG na Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do CNRH;</li> <li>7. Criação de GT entre o CBH-BG e Chesapeake Bay, nos estado de Maryland (EUA); <ol style="list-style-type: none"> <li>8. Informe da Delegatária;</li> </ol> </li> <li>9. Encaminhamento das resoluções da CTIG; <ol style="list-style-type: none"> <li>10. Informes dos subcomitês;</li> <li>11. Andamento das CTs;</li> </ol> </li> <li>12. Importância das Unidades de Conservação;</li> <li>13. Assuntos gerais e informes.</li> </ol>	Sim	<p>Ata demonstrar que a reunião não seguiu a ordem prevista em pauta, assim como não discutiu todos os pontos previstos. Os itens 1; 2; 9; 10; 11; 12 não foram apresentados.</p> <p>Página 3 – (...) Sr. Roberto, Coordenador do Subcomitê Leste, que informou que apoia a posição da Sra Barros, pois o Comitê foi instituído pela Lei 9433, e regulamentado pela lei estadual 3239, tendo função deliberativa, sendo que o foro de discussão de qualquer intervenção nas bacias hidrográficas é o comitê. Informou que já foram realizadas várias reuniões pedindo ao comitê que oficiasse aos órgãos públicos, o INEA como licenciador, que antes de emitir a licença ambiental trouxesse esses grandes empreendimentos ao conhecimento do Comitê e dos Subcomitês para que se possa discutir, e através do diálogo, formar uma opinião para ver se o projeto realmente é um projeto que vai trazer impactos reversíveis. Lembrou que há esse mesmo projeto no Subcomitê Leste com a represa do Guapiçu. Há 2 anos estão oficiando a SEA e esta ainda não apresentou o projeto. O coordenador do SC Leste considera que em certos casos o Comitê pode pedir a suspensão provisória do projeto, até que este seja discutido, já que não foi discutido anteriormente.</p> <p>Página 4 – Sintetizando sua posição, o Sr Carlos Viveiros (Coordenador do SC Lagoa Rodrigo de Freitas) afirmou que os coordenadores dos subcomitês não são informados, via de regra, pelo INEA, sobre os projetos e intervenções a serem feitos e aqueles em curso. Citou o sistema lagunar de Maricá sob o reflexo das intervenções do Comperj sem que o subcomitê de lá tivesse conhecimento ou fosse consultado.</p> <p>Página 12 – (...) o Sr. Roberto, Coordenador do Subcomitê Leste, (...). Informou que na reunião da CT foram apresentados o projeto de saneamento do município de Cachoeiras de Macacu e o projeto de recuperação da bacia do Guapiçu, e que gostaria de solicitar uma reunião extraordinária para o CBH-BG deliberar sobre o assunto. Completou informando que há uma proposta de resolução do CBH-BH (?) para a discussão da questão da barragem, que foi apresentada na câmara técnica, e que o Sérgio Ricardo mandou uma resolução para o CBH-BG e o sr. Roberto sinalizou que gostaria que fosse apreciada nessa reunião extraordinária.</p> <p>Página 13 – (Sra Tatiana Pollo – MPF) Solicitou que fosse incluída na pauta do CBH-BR(?), em reunião ordinária ou extraordinária, a questão da barragem do rio Guapiçu, assunto sobre a qual ela pode falar, por ser a área onde ela atua, no DRM de São Gonçalo, que abarca Cachoeiras de Macacu, local onde a barragem está sendo questionada. Relembrou que o principal questionamento é a forma como a questão está sendo tratada sem a participação do próprio comitê, sem a participação da sociedade, derrubando os planos de gerenciamento dos recursos hídricos. Explicou que para o MP a baía de Guanabara está incluída no conceito de mar territorial, então, é um bem da União, então o MP Federal pode agir em defesa desse bem, assim como o MP Estadual também pode agir dentro de suas</p>

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	9 de janeiro de 2014	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprovação do Calendário de reuniões do CBH-BG de 2014;</li> <li>2. Homologação do Fórum Eleitoral do Subcomitê de Jacarepaguá;</li> <li>3. Homologação do Fórum Eleitoral do Subcomitê do Trecho Leste;</li> <li>4. Informes sobre as Oficinas de Planejamento do CBH-BG;</li> <li>5. Aprovação dos pareceres da CTIL;</li> <li>6. Aprovação do Relatório de Atividades do período 2011-2012.</li> </ol>	Sim	<p>Página 1 – Conferido o quórum, o diretor-geral do CBH-BG, Sr. Jaime Azulay, concedeu a palavra ao Sr. Sérgio Ricardo Alves (Olhar do Mangue), que destacou o estado de insegurança que aflige os agricultores de Cachoeiras de Macacu afetados pela construção da barragem do Guapiaçu, a sua contrariedade pela não realização da reunião ordinária do comitê agendada para dezembro de 2013, a sua surpresa pela convocatória dessa reunião extraordinária para debate de temas meramente burocráticos enquanto temas como enchente e escassez hídrica na baixada fluminense não são abordados pelo comitê. Destacou que, considerando as obras de saneamento em curso no estado o comitê tem responsabilidade em fiscalizar, acompanhar e interceder em favor da população. O diretor-geral, Sr. Jaime Azulay, garantiu à todos os presentes que estas questões são prioridade do CBH-BG e neste aspecto a oficina de planejamento será fundamental para se pactuar os rumos do comitê.</p> <p>Página 1 – (...) o Sr. Miguel Silva (Ecocidade) solicitou que a discussão da barragem do guapiaçu fosse levada para o Leste da baía de Guanabara. Lembrou também que a visão do governo do estado sobre o empreendimento já foi apresentada para o comitê pelo Sr. Antônio da Hora, sendo necessário haver o contraditório, ou seja, o comitê ter uma apresentação organizada de contraproposta à proposta apresentada pelo governo do estado, considerando as demais propostas existentes sobre o assunto.</p> <p>Página 3 – (...) o diretor-secretário destacou as preocupações que envolvem o subcomitê leste especialmente em função da construção da barragem do Guapiaçu.</p> <p>Página 5 – (...) o diretor-geral convidou o Sr. Luis Firmino Pereira (SEA) para esclarecer ao membros do Subcomitê Leste a questão da Barragem do Guapiaçu. O Sr. Firmino afirmou ter se disposto a comparecer à reunião do CBH-BG ao tomar ciência que muitos presentes ali queriam aproveitar o assunto para discutir a questão da barragem. Procedeu antes à reflexão para a plenária do Comitê, mencionando que umas das missões do CBH é pensar no abastecimento humano, sendo isso inquestionável e indiscutível. O segundo ponto que destacou foi o fato da região leste da baía de Guanabara sofrer com com a escassez de água desde 2007, quando se vivenciou uma situação em que a política nacional que estabelece a prioridade para o abastecimento humano teve que ser utilizada; talvez o RJ, destacou, seja o único caso em que se teve que usar este item da política nacional e estadual também. O Sr. Firmino garantiu à planária que o processo de licenciamento irá considerar todas as possibilidades para que o assunto seja ampla e democraticamente debatido, e que nenhuma obra se iniciará antes que os debates estejam todos consolidados.</p>
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	27 de fevereiro de 2014	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leitura e aprovação das Atas 29a, 30a e 31a reunião ordinária;</li> <li>2. Prestação de contas do exercício anterior, PMSB – Planos Municipais de Saneamento Básico e plano de atividades 2014 (SC, CTs, e oficina de planejamento 2014);</li> <li>3. Prorrogação do mandato do SC Itaipu-Piratininga;</li> <li>4. Informes (Entidade delegatária, atualização cadastral do membros dos SCs e CTs);</li> <li>5. Aprovação do Relatório de Atividades do período 2011-2012;</li> <li>6. Assuntos gerais.</li> </ol>	Sim	<p>Página 3 – (...) (Sra Eloisa Torres, coordenadora do Programa de Saneamento Ambiental dos municípios de entorno da Baía de Guanabara – PSAM, do SEA – RJ) recomendou ap CBH-BG que providencie um Plano de Gestão que contemple os usuários de abastecimento público para a futura barragem do guapiaçu, como forma preventiva de conflito do uso da água na região.</p> <p>Página 7 – Como último assunto, 6. Assuntos Gerais, um presente que se identificou como um dos mordores próximos à barragem do Guapiaçu reclamou que sua solicitação à diretoria do CBH-BG para que o assunto fosse ponto de pauta não foi atendido. Solicitou que constasse em ata e que o tema estivesse na pauta da próxima reunião do comitê. O diretor-geral informou que o assunto não foi inserido diante da quantidade de temas a serem tratados. Este informou que distribuiu na reunião o CD-ROM com o EIA-RIMA da barragem do Guapiaçu para conhecimento de todos, e que o tratamento do tema fosse mais direto. Sugeriu em seguida que os que tem posicionamento sobre a barragem do Guapiaçu apresentem sua posição para detate e decisão deste comitê.</p>



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	7 de abril de 2014	1. Leitura e Aprovação da Ata da 1ª. R.E. de 2014. 2. Plano de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (CEIVAP). 3. Definição de ações visando promover a articulação e integração das atividades dos agentes públicos e privados na construção do Pacto de Gestão para Segurança Hídrica do Sistema Paraíba do Sul –Guandu, em especial diante dos riscos ao desenvolvimento regional e para o abastecimento humano de uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes da região hidrográfica V, dependentes dos Recursos Hídricos do rio Paraíba do Sul.	Não	
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	15 de maio de 2014	1. Leitura e Aprovação da Ata da 32ª R.O. de 27/02/2014; 2. Homologação dos processos eleitorais dos SCs LRF, Oeste, Maricá e Itaipu; 3. Informes das Reuniões de Diretoria com os Coordenadores dos Subcomitês e Câmaras Técnicas, ocorridas em 30/01 e 24/04 10 de 2014; 4. Assuntos Gerais.	Sim	Página 2 – O Sr. Nelson Reis Filho (OMA – Brasil) salientou que sendo assunto das últimas 3 reuniões do Plenário não se retornou à inclusão da discussão sobre a questão da barragem do Guapiçu. E solicitou a reinclusão do tema em pauta do Plenário do CBH-BG. Página 2 – (o diretor secretário sr. Alexandre Braga) Informou que uma reunião extraordinária será convocada imediatamente para discutir a barragem do Guapiçu e que o assunto não entrara na pauta de abril por causa da questão do Paraíba do Sul. Página 3 – Quanto ao assunto sobre convocação de uma reunião extraordinária para tratar a barragem do Guapiçu, o diretor secretário (sr. Alexandre Braga) esclareceu que a CTAP encaminhou uma carta à diretoria sobre o assunto, não uma parecer. E era fundamental que houvesse um parecer da CTAP sobre o assunto com uma análise técnica consubstanciada para que todos do plenário pudessem debater e deliberar, sendo que o parecer deveria ser enviado aos membros da Plenária com 15 dias de antecedência.
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	10 de junho de 2014	1. Aprovação da minuta da ata da 1ª R.E., de 09 de janeiro de 2014, já enviada em fevereiro de 2014; 2. A posse dos novos membros do Subcomitê Oeste; 3. Apresentação do Ministério Público Estadual sobre a Baía de Guanabara sobre: 3a. Avaliação ambiental Integrada (AAI) das dragagens e descartes oceânicos ("bota-fora F"); discussão sobre aspectos do processo judicial (ação civil pública); discussão sobre a conclusão da AAI - e em conformidade ao artigo no 53, da Lei 3239/1999; a contribuição do CBH-BG à construção de um Pacto objetivando possível entendimento comum acerca dos desdobramentos do caso; 3b. Discussão sobre os impactos cumulativos e sinérgicos dos terminais portuários (construção e ampliação) no interior da Baía de Guanabara; debate sobre os impactos ambientais no espelho d'água, na hidrodinâmica, na qualidade da água, na pesca, na comunidade bentônica icnofauna, tráfego marítimo etc.	Sim	Linha 113 - O Sr. José Miguel da Silva (Eco Cidade), com a palavra, afirmou aguardar o Plano de Bacia da Baía de Guanabara para que políticas públicas possam ser cobradas na área da proteção dos recursos hídricos. A seu ver, o Inea adota um sistema de licenciamento por partes, o que faz com que o efeito sinérgico dos impactos se perca. Defendeu a penalização a órgãos públicos, sejam do Estado, sejam das prefeituras pela poluição da Baía de Guanabara, sugerindo que se deveria cobrar às prefeituras o pagamento pela diluição do esgoto e ao Inea pelo rompimento de eco barreiras que vazam lixo para a Baía. Destacou que o CBH-BG não e sequer ouvido nos casos de licenciamento ambiental. Linha 122 - Com a palavra, o Sr. Hamilton Hissa Pereira (Fiperj) parabenizou o Inea e os órgãos responsáveis por suspenderem a barragem do Guapi-Açu considerando os possíveis impactos, e utilizou como exemplo a dragagem da Baía de Sepetiba que provocou um assoreamento grande na área, reduzindo a profundidade da Baía e aumentando a contaminação dos peixes por metais pesados. Ele reconheceu a lentidão do processo, porém, destacou que é necessário ter calma para que se mitigue as consequências da melhor forma possível, já que a pressão pode gerar danos irreversíveis. Solicitou que a Fiperj seja informada dos desdobramentos das ações por representar, junto com os pescadores, o setor. Linha 209 - A Sra. Gláucia Freitas solicitou a palavra para informar que o projeto da barragem de Guapi-Açu, também em função de uma mobilização social foi interrompido, está sendo revisto e está sendo aberta uma discussão para uma maior gestão participativa e que, inclusive, a SEA já havia comunicado o fato ao CBH-BG.
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	21 de agosto de 2014	1. Leitura e Aprovação da Ata da 2ª. e 3ª R.E. de 2014. 2. Deliberação do CBH-BG da indicação da AGEVAP em caráter temporário como delegatária do comitê.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HIDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG	21 de agosto de 2014	<p>1. Lemura e Aprovação da Ata da 33ª R.C.O. de 21/8/2014;</p> <p>2. Apresentação pelo Inea do andamento do Licenciamento do descarte da Dragagem, discussão sobre a conclusão do AAI, e em conformidade com o artigo 53 da lei 3239/1999, a contribuição do CBH-BG à construção de um pacto de entendimento.</p> <p>3. O papel do Comitê junto às ações previstas pelo Psam em conformidade com o artigo 53 da Lei 3239/1999.</p> <p>4. Ações Previstas pela Digat/ Inea na operacionalização das Resoluções aprovadas pelo CBH-BG em função da responsabilidade legalmente constituída no Decreto de criação do Comitê baía de Guanabara.</p> <p>5. Informe sobre o andamento da Delegatária.</p> <p>6. Informe sobre andamento das alterações do R.L pela Ctil.</p> <p>7. Aprovação do Resultado dos Fóruns Eleitorais de Recomposição da Diretoria (Sociedade Civil e Poder Público).</p> <p>8. Desdobramento do Planejamento Oficinas com encaminhamento da prorrogação da validade da Resolução 14 do CBH-BG.</p> <p>9. Informes do Subcomitê Oeste sobre o Projeto Iguaçu.</p> <p>10. O papel do Comitê, em conformidade com a Lei 3239/1999 no Projeto Recuperação do Sistema Lagunar de Jacarepaguá.</p> <p>11. Ações resultantes das Reuniões da Secretaria com os Coordenadores dos Subcomitês e Câmaras Técnicas, ocorridas em 30.01. 24.04 e 16.07.</p>	Não	Ata demonstra que a reunião não seguiu a ordem prevista em pauta, assim como não discutiu todos os pontos previstos. Os itens 4; 5; 11 e 12 não foram apresentados.
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	29 de outubro de 2014	<p>1. Encaminhamentos e tratativas referentes às decisões da Plenária com respeito a AABG e AGEVAP.</p>	Não	
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	6 de novembro de 2014	<p>1- Aprovar Proposta de Reforma do Art 8º. Do Regimento Interno, que trata do mandato dos membros do Comitê.</p>	Não	<p>Linha 13 – (...)o DiretorSecretário, Sr. Alexandre Braga, deu por encerrada a reunião por falta de quórum informando que uma nova reunião extraordinária exclusiva será convocada para o dia 08 de dezembro de 2014, e solicitou a todos os membros esforço concentrado para a necessária aprovação da mudança de regimento interno de forma a garantir a participação de todos no próximo processo eleitoral do Plenário do CBH-BG para o biênio 2014-2016.</p>

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	6 de novembro de 2014	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resolução CBH-BG nº 21/2014 ad referendum relativa à Homologação da Delegatária do CBH-BG.</li> <li>2. Formação da Comissão Eleitoral com vistas à realização dos Fóruns (R.L. Art. 9, parágrafo 4) e Fórum do Poder Público para substituição das duas vagas na Diretoria.</li> <li>3. Resolução CBH-BG nº 20/2014 ad referendum relativa à Operacionalização da Representação do CBH-BG no ENCOB e Pacto de Aruação da Delegação.</li> <li>4. Oficinas de Planejamento como instrumento para Deliberação/Homologação das Prioridades do Planejamento Estratégico do CBH-BG-BG definidas pelos Subcomitês e Mídia necessária para divulgação.</li> <li>5. Homenagem à APALMA pela premiação outorgada pelo CREA-RJ e ao Professor Sertã (ABES-Rio), em agradecimento ao trabalho desenvolvido desde 2011, para concretização da Associação Águas da Baía de Guanabara.</li> <li>6. Participação do CBH-BG no Congresso da ABES de 2015.</li> </ol>	Não	
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2014	8 de dezembro de 2014	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprovar proposta de reforma dos Art. 8º Parágrafo 8º e Art. 7º Parágrafo Único do Regimento Interno, que tratam do mandato dos membros do Comitê.</li> </ol>	Não	
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2015 (MINUTA)	14 de janeiro de 2015	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprovação da ata da RE de 08/12/2014.</li> <li>2. Aprovação do Plano de Trabalho da AAGB, encaminhado pelo INEA e referendado pela Diretoria que integra o contrato de Gestão 01/2014.</li> <li>3. Aprovação da Resolução prorrogando o prazo de execução das oficinas por mais 6 meses.</li> <li>4. Aprovação de alocação de recursos relativos aos Planos de Saneamento de Niterói e Duque de Caxias.</li> <li>5. Aprovação do Calendário de 2015 do CBH-BG.</li> </ol>	Não	
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2015 (MINUTA)	11 de fevereiro de 2015	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprovação da Planilha de Investimento/Custeio da AAGB, que integra o contrato de Gestão 01/2014/INEA.</li> <li>2. Nomeação de Representante do CBH-BG, na comissão de acompanhamento, para contratação temporária de pessoal da AAGB.</li> <li>3. Indicação da Representação do CBH-BG na comissão de acompanhamento, do Contrato de Gestão 01/2014/INEA.</li> <li>4. Informe de Audiência Pública Porto Maricá.</li> </ol>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2015 (MINUTA)	6 de março de 2015	1. Prazos / Processos de Inscrição e Cronograma do Edital do Processo Eleitoral. 2. Informe sobre Audiência Pública sobre Porto de Maricá realizado no dia 24 de fevereiro	Não	Linha / - O Sr. Alexandre De Bonnis, Diretor-Geral do CBH-BG, inicia explicando que o objetivo desta reunião é o conhecimento do estado da arte dos estudos sobre o Rio Guapiçu em relação à represa a ser construída na região. Informou, ainda, que a reunião não tem quórum e, portanto, não se podia deliberar sobre o assunto, porém existe quórum para um maior conhecimento sobre a questão do Guapiçu. O Sr. Roberto Machado iniciou a apresentação sobre o tema "Guapiçu" fazendo a contextualização, relatando que o problema começou em 2012, quando houve uma plenária do subcomitê leste na região de Cachoeiras de Macacu, onde o então Secretário do Meio Ambiente, Sr. Paulo Squiavo, denunciou o projeto da Barragem do Guapiçu, e este que estava sendo imposto sem a participação do município e das pessoas envolvidas. Através da Secretaria de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, foi realizada uma diligência ao local. Constatou que o local seria inadequado e, como conhecedor do plano diretor do estado do RJ, sabia que havia alternativas. O Sr. Roberto continuou sua apresentação dizendo que a construção da barragem do Guapiçu, a jusante, causará o desalojamento de cerca de 150 propriedades com mais de 3.000 pessoas. Existem propriedades que empregam mais de 50 funcionários, ou seja, são altamente produtivas. Ele explicou que usou dados da Embrapa para ter os dados de produtividade da região e fazer uma valoração econômica do prejuízo com a construção da barragem. A jusante de onde a barragem será construída existe uma área de Manguezal. O ICMBio emitiu um parecer contrário ao projeto devido ao impacto no Manguezal. O Sr. Clinton wa, do ICMBio - chefe da Estação Ecológica da Guanabara e chefe substituto da APA Guapimirim, continuou a apresentação falando sobre este parecer, que foi assinado por ele. O rio Guapiçu é um dos principais rios que vão para essas duas Unidades de Conservação (UC) que conservam o maior remanescente de manguezal do estado do Rio de Janeiro, com 5.000 ha, que recebem água do rio Guapiçu. Destaca, ainda, que o Inea enviou o EIA/RIMA para o ICMBio a título de ciência do empreendimento, enquanto o correto seria que o Inea solicitasse ao ICMBio uma autorização para dar a licença, fazendo assim com que o ICMBio participe do processo, já que o ICMBio participa do processo de licenciamento quando o empreendimento pode afetar UCs. O Inea continua sendo o responsável pela licença, porém o ICMBio participa das decisões. Neste caso, o EIA/RIMA não está mencionando o impacto nas UCs. Sendo assim, o ICMBio se posicionou contrário à forma como foi realizado o licenciamento pelo Inea. Segundo o Sr. Roberto, o projeto está parado devido a uma exigência do Inea, uma vez que, por lei, a construção de empreendimentos dessa natureza demanda estudos alternativos comparativos, o que não foi realizado. Enquanto esses estudos não forem realizados, a licença continua suspensa pelo Inea. O Sr. Alexandre De Bonnis disse que o papel do CBH não é fazer EIA/RIMA, esta é uma responsabilidade da empresa contratada pelo empreendimento. O CBH BG deve cobrar os estudos de comparação e se reunir com o Secretário e chamar atenção de que ele deve seguir o plano de bacia. A primeira ação da nova gestão do CBH será atualizar o plano de Bacia do CBH BG, que está desatualizado na questão de barragens: mais é de 2004. É necessário conferir se houve alguma alteração nos dados e tomar novas medidas. O Sr.
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-BG EM 2015 (MINUTA)	13 de março de 2015	1. Proposta de construção da Barragem no Rio Guapiçu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro.	Sim	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG (MINUTA)	16 de abril de 2015	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 – Aprovação das Atas atrasadas do plenário.</li> <li>2 – Posse de novos membros no Plenário do comitê.</li> <li>3 – Recomposição das Câmaras Técnicas.</li> <li>4 – Indicação dos representantes na comissão da Barragem do Guapiáçu.</li> <li>5 – Calendário de reuniões de diretoria.</li> <li>6 – Informe sobre o andamento das Oficinas de Planejamento.</li> <li>7 – Informe sobre o Regimento Interno.</li> <li>8 – Informe da entidade delegatária.</li> <li>9 – Assuntos gerais e informes.</li> </ol>	Sim	<p>Linha 47 – (...) Indicação dos representantes na comissão da Barragem do Guapiáçu. As seguintes instituições foram indicadas a compor o GT Guapiáçu: segmento Poder Público - Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, segmento Sociedade Civil: Instituto Rio Carioca, e para o Segmento Usuários se candidataram as instituições Águas da Niterói e Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu, sendo escolhido pelo plenário o Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu, por 22 x 2 votos.</p> <p>Linha 109 – (Sr. Alexandre De Bonis ) Explica também que a diretoria solicita este resumo, pois visto que o momento econômico no estado do Rio de Janeiro é crítico, e que este comitê tem cerca de 24 milhões em caixa para ser investido em recursos hídricos e destes, 4,5 milhões já estão designados, então o comitê tem 20 milhões para fazer um plano de investimento e este será o item da próxima pauta que a diretoria irá levar para o plenário.</p> <p>Linha 262 - O Sr. Roberto M. Oliveira Informa que esteve na Alerj prestando depoimento sobre a questão do Guapiáçu e que foi instaurada uma CPI para averiguar as condições para implantação do Projeto do Guapiáçu, e ele foi convidado a participar como membro da mesa para prestar esclarecimentos aos deputados.</p> <p>Linha 271 - O Sr. Nelson Rodrigues dos Reis Filho diz que o CAR está sendo tratado no CONEMA e que isso precisa ser alinhado. Ele fala da importância da reunião conjunta do Cerbi com o CONEMA para tratar não apenas do CAR, como também da questão do Guapiáçu.</p> <p>Linha 287 - O Sr. João João Alberto Ribeiro relata que o Trata Brasil divulgou que são perdidos cerca de 8 milhões de litros de água tratada no Brasil, isso equivalente a 39,1% de toda água que é tratada no Brasil. Antes de se pensar em barragens deve-se pensar em minimizar as perdas de água.</p> <p>Linha 317 - O Sr. Rolf informa que haverá reuniões no CREA que enriquecerão as discussões sobre o Guapiáçu e que a primeira será no próximo dia 28 e será fechada, mas as próximas serão abertas e ele divulgará as datas. O Sr. Roberto M. Oliveira falou que o CAR não pode ser financiado pelo Fundrhi e que por isso o Inea o colocou em conjunto com o CNARH, que pode ser financiado. Este último interessa muito ao comitê, e deve ser dada muita ênfase a ele, pois levantará informações para realizar o balanceamento hídrico das regiões.</p>



## ANEXO 2 – ANÁLISE ATAS\_CERHI

Tabela 2 - Principais Informações Conselho Estadual de Recursos Hídricos/RJ				
REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	26 de março de 2008	1) Criação das Câmaras Técnicas Institucional Legal, de Instrumentos de Gestão e Águas Subterrâneas; 2) Exposição dos assuntos pertinentes a cada Câmara Técnica; 3) Disponibilidade Financeira do FUNDRHI para cada Região Hidrográfica; 4) Agenda Anual de Reuniões; 5) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	28 de maio de 2008	1) Aprovação da ATA da 21ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ realizada em vinte um de março de 2008; 2) Aprovação da Resolução nº. 26 do Comitê Guandu referente à aplicação dos recursos financeiros arrecadados no exercício de 2007 e os recursos financeiros a serem arrecadados no exercício de 2008 da subconta do CBH-Guandu/FUNDRHI-RJ; 3) Aprovar a resolução que institui o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Rio Dois Rios; 4) Aprovar a resolução que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica Médio Paraíba; 5) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de julho de 2008	1) Aprovação da ATA da 22ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ 2) 7 Aprovação da Resolução que trata da Aplicação de Recursos alocados na subconta Piabanha/FUNDRHI para implantação da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto 3) Aprovação da Resolução que trata da Aplicação de Recursos alocados na subconta CBH-Macaé/FUNDRHI para implantação da Secretaria Executiva do Comitê Macaé 4) Aprovação da Resolução que trata da Aplicação dos recursos financeiros arrecadados no exercício de 2008 através da subconta do Comitê Guandu 5) Aprovação da Resolução de retificação dos nomes dos Comitês de Bacias Hidrográficas, após a Resolução Nº. 18/CERHI-RJ que trata da divisão do Estado em Regiões Hidrográficas 6) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de setembro de 2008	1) Aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ; 2) Apresentação do Curso de capacitação e mobilização de representações do norte-noroeste fluminense para criação de Organismos de Bacia na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro – CEFET Campos / CT HIDRO (10 min); 3) Apresentação Resumida e Aprovação da Resolução do Plano Preliminar de Bacia do Rio Macaé; 4) Aprovação da Resolução Nº. 018 do CBH – Lagos São João; 5) Encaminhamentos feitos pela SERLA para o Pacto pelo Saneamento; 6) Andamento do Projeto de Lei sobre Entidades delegatárias das funções de Agência de Água; 7) Definição data Reunião Conjunta da CT-ISG e CT-IL e Plenária Extraordinária; 8) Apresentação da planilha de gastos da SERLA / FUNDRHI; 9) FNCBH; 10) Assuntos Gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
MINUTA DA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	29 de outubro de 2008	1)Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ; 2)Análise e Aprovação da minuta do Projeto de Lei da Entidade Delegatária das funções de Agência de Água; 3) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	3 dezembro de 2008	1. Aprovação da Resolução de criação do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul; 2. Aprovação da Resolução sobre o processo de negociação com as concessionárias de água do CBH Lagos São João; 3. Apresentação do Projeto para o "Planejamento Estratégico de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro" - MACROPLAN; 4. Criação da Comissão de Acompanhamento do "Planejamento Estratégico de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro; 5. Assuntos Gerais.	Não	Linha 106 - Sr. Carlos Buarque Viveiros da Silva (IBG) disse que no dia 26 de novembro, foi a 8ª Reunião Ordinária do CBH Baía de Guanabara, que referendou uma Diretoria Colegiada formada por dois representantes da sociedade civil, sendo do IBG o Sr. Carlos Viveiros e da Associação Ecocidade a Sra. Deusilene Soares, por dois representantes do poder público, sendo o Sr. Mauricio Abreu, da Prefeitura de Guapimirim, e o Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (SERLA), de dois representantes dos usuários, sendo da Reduc, Sr. Fabricio Jorge, e da CEDAE, Sr. Jorge Luiz, após a votação foi eleito Sr. Carlos Viveiros para Diretor-Geral e a Sra. Deusilene Vice-Diretora Geral. Disse que o comitê agora trabalha na solução dos problemas acumulados. Citou o PDBG como uma área de interesse para a atuação CBH Baía de Guanabara, falou sobre a formação de um grupo gestor que contou com a participação do Professor Mauro Ribeiro Viegas, há dois anos, dito isso elogia a fala do professor e pede esclarecimentos detalhados sobre esse assunto.
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	18 de janeiro de 2009	1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária e da 25ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ; 2) Apresentação do andamento e resultados do convênio entre a SERLA e o Comitê Guandu no ano de 2008 e ações previstas para execução em 2009; 3) Apresentação do andamento e resultados do convênio entre a SERLA e o Comitê Lagos São João no ano de 2008 e ações previstas para execução em 2009; 4) Apresentação dos resultados das ações da SERLA / SEA; 5) Definição de pauta para as reuniões das Câmaras Técnicas; 6) Indicação do Representante do Poder Público Municipal para compor a Comissão de acompanhamento do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro – MACROPLAN / SEA; 7) Assuntos Gerais	Não	
MINUTA DA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	25 de março de 2009	1) Apresentação da nova representante INEA no CERHI-RJ; 2) Informes INEA sobre o convênio CBH-Guandu; 3) Aprovação das atas da 25ª e 26ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ; 4) Aprovação da Resolução do CERHI-RJ referente à Resolução nº 001 do CBH-Rio Dois Rios; 5) Leitura da carta nº 001/2009/PRES-CEVAP, referência: Indicação da AGEVAP como Agência para receber os Recursos Financeiros oriundos da cobrança da transposição do Rio Guandu, e discussão sobre o encaminhamento; 6) Levantamento das demandas das Reuniões plenárias anteriores. 7) Assuntos Gerais;	Não	Linha 100 - Sr. Carlos Buarque Viveiros da Silva (IBG) reiterou a posição do CBH-Baía de Guanabara de não ter acesso ao valor de sua sub-conta no FUNDRHI, até a presente data. Disse que o CBH - Baía de Guanabara encaminhou um expediente, de conhecimento da Sra. Rosa Formiga, no qual solicitava obtenção de meios materiais e pessoais especificados, com base no Art. 3º do "Decreto de criação e formação do comitê da baía de Guanabara", o qual diz que enquanto o comitê não tiver viabilidade administrativa e financeira, cabe a SERLA prover apoio administrativo, técnico e financeiro ao comitê. Perguntou a Sra. Rosa Formiga se algumas das possibilidades apresentadas contemplam a solicitação da CBH- Baía de Guanabara. Sra. Rosa Formiga Johnson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA) respondeu, afirmando que as duas soluções mais adequadas seriam a de contrato de gestão com obtenção de recursos direto do órgão estadual e através de uma consultoria feita pelo INEA, para se fazer a compra de equipamentos e pessoal em um "pacote", mas disse que a resposta final seria da assessoria jurídica do INEA. Por isso, pediu um detalhamento do que seria gasto com compra de equipamentos, de carros e gastos com contratação de pessoal. Sr. Carlos Buarque Viveiros da Silva (IBG) disse que como o comitê está há 5 anos sem recursos impossibilitado de atividade vital, é compreensível que houvesse uma desmotivação da diretoria e da plenária do comitê, mas mesmo com toda essa dificuldade e sem estrutura, o comitê iria elaborar este detalhamento para o INEA.

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	27 de maio de 2009	1) Apresentação e discussão sobre "Tecnologias de saneamento de tempo seco"; 2) Aprovação da ata da 27ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ; 3) Aprovação da Resolução do CERHI-RJ referente à Resolução nº 024/09 CBHLagos São João; 4) Aprovação do novo Regimento Interno do CERHI, elaborado pelo GT-RI e aprovado na CT-II; 5) Apresentação da minuta do Decreto de alteração dos nomes e área de abrangência dos comitês criados antes da Resolução No. 18/06-CERHI-RJ; 6) Assuntos Gerais.;	Não	
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de setembro de 2009	1) Provimento pelo INEA de estrutura de apoio aos comitês; 2) Demonstrativo da aplicação dos recursos do FUNDRHI Sub-Conta INEA; 3) Apresentação do TDR Plano Estadual de Recursos Hídricos e próximos passos; 4) Apresentação TDR do Plano Diretor de Saneamento das RHs e próximos passos; 5) Pagamento da CEDAE ao FUNDRHI; 6) Aprovação das Resoluções de Aplicação de Recursos do CBH – Guandu No. 32 e 33 7) Apresentação do Fundo de Boas Práticas – CBH Lagos São João 8) Processo Eleitoral do CBH Baía de Guanabara 9) Assuntos Gerais;	Não	
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	18 de novembro de 2009	1) Aprovação da minuta da ata da 29ª Reunião Ordinária do CERHI; 2) preciação da Minuta de Alteração do Decreto No. 41.039 – composição do CERHI; 3) Apresentação do resultado do trabalho da Comissão CBH Baía de Guanabara	Não	Linha 323 - Neste momento iniciam-se as inscrições para a comissão eleitoral que se encarregará da questão do CBH- Baía de Guanabara. A comissão será formada por membros do CERHI que também compõem o plenário do CBH Baía de Guanabara. São eles: Dr. Sertão – ABES-RJ; Nimon Machado – Instituto Ipanema; Claudia Barros – Águas de Niterói; Rosana Fanzeres – CEDAE; INEA e Carlos Henrique Sarmento (Prefeitura de Maricá). Ainda participa como suplente da ABES e Instituto Ipanema o Sr. Donato Veloso – Instituto Lagoa Viva.



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HIDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA CERHI	17 de Dezembro de 2009	Item 1 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CERHI; Item 2 – Aprovação do Processo Eleitoral CERHI-RJ Biênio 2010-2012; Item 3 - Aprovação da Resolução de alteração do nome do CBH Macaé (adequação a Resol. No. 18 CERHI / 2006; Item 4 - Aprovação da Resolução No. 42 CERHI que trata da aplicação de recursos financeiros arrecadados até o exercício de 2008 da Sub Conta RH Rio Dois Rios / FUNDRHI; Item 5 - Continuação da apreciação da Minuta de Alteração do Decreto No. 41.039 – composição do CERHI; Item 6 - Assuntos Gerais	Sim	<p>Linha 177 - (...) Sr. Carlos Buarque Viveiros (CBH- Baía de Guanabara) lê o seguinte documento: O Procurador da República, Lauro Coelho enviou em meu nome, como Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, o Ofício Nº. 774/2009 de 24/11/09, referente à Inquirição Civil Pública, que tramita na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, instaurado a partir de representação, notificando a existência de estudos realizados pela extinta FEEMA, com o objetivo de propor soluções para o abastecimento de água da região atendida pelo sistema Imuna-Laranjal, que também será afetada pela demanda gerada pelo COMPERJ- Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. O Procurador da República, Lauro Coelho requisita, no prazo de vinte dias, a contar do recebimento deste, manifestação sobre: 1 - estudos acerca das possíveis soluções para o abastecimento de água da região leste da Baía de Guanabara, a fim de atender os déficits hídricos nas regiões atendidas pelo sistema Imuna-Laranjal e do COMPERJ. 2 - A existência de opção pela construção de uma grande barragem no rio Guapiçu, em Cachoeiras de Macacu, obra que geraria dano decorrente do alagamento de grande área de plantio, em detrimento de opção, supostamente menos grave, da construção de cinco pequenas barragens (em caso positivo, informar a maneira através da qual foi feita a opção, assim como as razões que a motivaram). 3 - A existência de processo de licenciamento ambiental de algum destes empreendimentos. 4 - A existência de reuniões ou audiências públicas para consultas e esclarecimento da população afetada. Ademais, tendo em vista que, a época da elaboração do Plano Direto da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, não foi contemplado, requisita esclarecimentos, também, se houve alguma alteração no Plano, face à vinda do mencionado COMPERJ. Assim, Sr. Carlos Buarque Viveiros informa quanto aos esclarecimentos que lhe cabem fazer, que prestara como requisitado, mas solicita que a Comissão constituída na 2ª Reunião Extraordinária do CERHI complementasse as respostas em nome do Presidente do Comitê Baía de Guanabara”. Sr. Luiz Firmino Martins (Secretário Executivo CERHI/INEA) responde que o INEA já elaborou a resposta para o MP referente à expediente que recebeu, com teor semelhante a este. O que temos de definitivo sobre o abastecimento do COMPERJ é que a alternativa de aproveitamento da água residual do Guanitu é uma das hipóteses mais discutidas. A alternativa de retirar água de Juruaba para expansão do setor leste, também esta sendo bastante discutida, inclusive com pedido de outorga pela CEDAE. A construção de barragem no Guapiçu para regularizar a vazão não é o interesse do COMPERJ, e sim do setor de Recursos Hídricos, pois o rio está comprometido. A grande divergência em relação a isto, entre o Comitê e o Estado, é se seriam construídas três barreiras pequenas ou uma grande. A posição do Estado é a favor da barreira única, visando à expansão de curto prazo e o custo social que haverá. Mas é apenas um projeto do Estado, em que a fase de estudo já foi concluída. Sr. Luiz Firmino Martins acredita que a resposta do Comitê seja dada pela Comissão, respeitando aquilo que havia sido resolvido no Comitê. Sra. Dora Hees Negreiros (TRG) lembra que o Sr. Carlos Buarque Viveiros (CRH- Baía de Guanabara) não é mais Presidente do CRH. Sr. Carlos Buarque</p>
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA CERHI-RJ	27 de janeiro de 2010	Item 1: Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do CERHI; Item 2: Edital do Processo Eleitoral do Comitê Baía de Guanabara; Item 3: Informes sobre a Lei nº 5.639/2010 sobre delegatárias e perspectivas de aplicação (contratos de gestão); Item 4: Aprovação da alteração do decreto de criação dos comitês de bacia (áreas territoriais de abrangência e nomes dos comitês); e como Item 5: Assuntos Gerais.	Não	
ATAS DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJE 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2010 DO CERHI-RJ	26 de maio de 2010	1) Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI-RJ nº 43, de 26 de maio de 2010, que aprova a aplicação de recursos financeiros, arrecadados através da subconta do Comitê Guandu do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI, a serem aplicados no projeto Produtores de Água e Floresta; 2) Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI-RJ nº 44, de 26 de maio de 2010, que dispõe sobre os limites de custeio administrativo das entidades delegatárias de funções de agência de água, e dá outras providências; 3) Apresentação da minuta do Contrato de Gestão a ser firmado entre o INEA e a AGEVAP, com a intervenção dos Comitês do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul, para o exercício de funções de competência da Agência de Água nestas Bacias, e da estrutura proposta de funcionamento; 4) Assuntos Gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	28 de julho de 2010	1) Aprovação das Atas da 31ª e 32ª Reunião Ordinária, e 1ª Reunião Extraordinária de 2010 do CERHI-RJ; 2) Aprovação da minuta de Resolução CERHI/RJ nº 49, de 28 de julho de 2010, que dispõe sobre a indicação da entidade delegatária das funções de agência de água, e aprova a destinação de recursos financeiros a serem aplicados no Contrato de Gestão a ser celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente- INEA e a Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, com intervenção do comitê Guandu e das outras providências; 3) Aprovação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº 50, de 28 de julho de 2010, que dispõe sobre o limite de custeio administrativo da entidade de funções de agência de água do Comitê Guandu; 4) Plano Nacional de Recursos Hídricos: Documento de orientação da primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e Manual de Orientação para as Reuniões Estaduais - Priorização de Sub- Programas e Definição de Metas e Ações para o PNRH; 5) Assuntos Gerais: 1ª - Pagamento de Serviço Ambiental – PSA; 2ª - Aplicação emergencial dos recursos do FUNDRHI; 3ª - Divulgação das Deliberações e Moções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.	Não	
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	29 de setembro de 2010	1) Aprovação da ata da 33ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ, realizada no dia 28.07.2010; 2) Ofício de solicitação de criação do Pró-Comitê da Baía da Ilha Grande (Região I); 3) Aprovação da minuta de Resolução CERHI/RJ, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), disponíveis nas subcontas dos CBH's: a) Rio Piabanha e das Sub-bacias dos Rios Paquequer e Preto; b) Médio Paraíba do Sul; c) Rios Dois Rios; d) Rios Macaé e das Ostras; 4) Assuntos Gerais.	Não	Linha 95 - a Sra. Cláudia Barros (Secretaria Executiva do CBH Baía de Guanabara), solicitou a prorrogação de mais 90 dias (noventa dias) para o prazo do Mandato Transitório da Plenária, eleita em 16.04.2010. Apresentou carta CBG-04/2010 assinada pelo Diretor Geral, Sr. Carlos Alberto Mumiz, de 23.09.2010. Este prazo seria necessário para aprovação do Regimento Interno do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá. Complementou informando que sem a aprovação do Regimento Interno não há como procederem com a nova eleição, pois dependem da formulação de um Regulamento Eleitoral baseado nas diretrizes do Regimento. Então, pediram a colaboração deste Conselho Estadual de Recursos Hídricos no sentido de aprovarem a prorrogação deste prazo para poderem concluir os objetivos previstos para este Mandato Provisório. Foi concedido por todos a prorrogação de mandato.
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS E 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	27 de outubro de 2010	1) Resolução CBH-Rio dois Rios nº 08 - "Dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros arrecadados no exercício de 2009, através da subconta do CBH-Rio Dois Rios do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI, para compra de um caminhão limpa fossa com hidro jato para manutenção de ETE's do município de Duas Barras e municípios vizinhos"; 2) Resolução CBH-Piabanha nº 11 - "Dispõe sobre a utilização de recursos do FUNDRHI disponíveis na subconta do rio Piabanha e das sub-bacias dos rios Paquequer e Preto." - Valores destinados à contratação de prestação de serviços para a elaboração de projetos; 3) Resolução CBH-Médio Paraíba do Sul nº 02 - Projeto Pólo Aquícola do Sul Fluminense; 4) Assuntos Gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	8 de dezembro de 2010	1) Aprovação das Atas da 34ª e 35ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ, realizadas respectivamente nos dias 29.09 e 27.10.2010; 2) Aprovação de uma moção em homenagem póstuma aos ambientalistas Rovani Dantas, Omar Serrano Abreu e Elmo Amador pelos serviços à sociedade no âmbito dos Recursos Hídricos; 3) Aprovação da minuta de Decreto para Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-RJ, que regulamenta o Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROHIDRO); 4) Criação do Comitê da Baía da Ilha Grande (Região I); 5) Aprovação do calendário de reuniões de 2011 do CERHI e Câmaras Técnicas; 6) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	23 de fevereiro de 2011	1) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº 56, que revoga ações aprovadas na Resolução nº 52, de 27 de setembro de 2010, da região hidrográfica Macaé e das Ostras; 2) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº 57, que aprova a aplicação de recursos financeiros disponíveis até 2010 do FUNDRHI das subcontas das regiões hidrográficas Guandu e Macaé e das Ostras; 3) Contrato de gestão a ser celebrado entre o INEA e o Consórcio Serra & Mar, com intervenção do Comitê dos rios Macaé e das Ostras; 4) Eleição CEIVAP – Aprovação da moção de recomendação enviada a Comissão Eleitoral do CEIVAP; 5) Apresentação do Sistema de Apoio ao Planejamento e Monitoramento Territorial – SISPLAMTE – experiência CBH Rio Dois Rios; 6) Aprovação das minutas das atas das reuniões ordinárias do CERHI de 2010 pendentes; 7) Assuntos gerais.	Não	
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ – BIÊNIO 2010/2012	16 de março de 2011	1) Exposição de motivos para criação do CBH Baía da Ilha Grande e aprovação da MINUTA DE RESOLUÇÃO 42 CERHI-RJ Nº 58 que aprova a instituição do comitê da região hidrográfica da Baía de Ilha Grande, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 2) Aprovação da MINUTA DE RESOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 59 - Aprova a aplicação de recursos financeiros disponíveis do ano de 2010 do FUNDRHI das subcontas das regiões hidrográficas Guandu, Baía de Guanabara, Macaé e das Ostras, em ações e investimentos em planos de saneamento; 3) Definição dos membros da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas; 4) CERHI-RJ e utilização de recursos do FUNDRHI pelos CBHs.	Não	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	11 de maio de 2011	1) Aprovação das atas da 37ª R.O. (23.02.2011) e 2ª R.E. CERHI-RJ (16.03.2011); 2) Apresentação sobre o desastre na Região Serrana e as ações do INEA para a recuperação ambiental das principais áreas afetadas; 3) Análise da proposta do INEA sobre procedimentos do CERHI-RJ para ratificação da utilização dos recursos do FUNDRHI pelos comitês de bacia; 4) Indicação de representantes do CERHI-RJ para comporem as Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão (CG nº 01: INEA-AGEVAP-CBHs Paraíba do Sul; CG nº 02: INEA-CILSJ-CBH LSJ e CG nº 03: INEA-AGEVAP-Guanaju); 5) Ratificação das indicações dos membros para compor a CT-AS; 6) Assuntos gerais.	Não	Linha 113 - Foi informado que o CERHI-RJ não delibera sobre os conflitos existentes nos CBHs, e sim dos conflitos existentes entre os Comitês de Bacia Hidrográfica cujos corpos d'água sejam de domínio do Estado, e que não seria de competência deste plenário arbitrar sobre a anulação de uma AGO de CBH. Linha 120 - (...) CERHI-RJ delimita os limites e conceitos dos CBHs, mas jamais interfere nas decisões dos CBHs. Concluiu-se então, que não é de competência do CERHI-RJ interferir neste assunto.
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	29 de junho de 2011	1) Aprovação das atas da 37ª R.O. 41 (23.02.2011) e 38ª R.O. (11.05.2011); 2) Aprovação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que aprova o plano de investimentos dos recursos financeiros disponíveis do ano de 2010 do FUNDRHI da subconta da região hidrográfica Lagos São João (ref. Res. CBH LSJ nº 36, de 05.05.2011); 3) Aprovação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre a definição e manutenção do canal hidráulico da lagoa de Araruama da região hidrográfica Lagos São João (ref. Res. CBH LSJ nº 39, de 05.05.2011); 4) Aprovação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre as questões relacionadas ao contrato de gestão celebrado entre o INEA e o consórcio intermunicipal para a gestão ambiental das bacias da região dos lagos, do rio São João e zona costeira, com intervenção do comitê das bacias hidrográficas das lagoas de Araruama e Saquarema e dos rios São João (ref. Res. CBH LSJ nº 40, de 05.05.2011); 5) Aprovação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre a criação de subcomitês na região hidrográfica da Baía de Guanabara; 6) Assuntos gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	31 de agosto de 2011	<p>1) Aprovação da ata na 39ª R.O. (29.06.2011); 2) Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ N° xxx, que dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros disponíveis até 2011 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI da subconta do Comitê Baixo Paraíba do Sul (Ref. Res. CBH BPS n° 05/2011); 3) Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ N° xxx, que dispõe sobre as questões relacionadas ao contrato de gestão celebrado entre o INEA e a AGEVAP – associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, com intervenção dos comitês das bacias hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul, do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios e do Rio Piabanha (ref. Res. CBH BPS n° 05, de 03.03.2011, Res. CBH BPS n° 08, de 21.07.2011, Res. CBH MPS n° 08, de 05.07.2011, Res. CBH Rio Dois Rios n° 14, de 18.07.2011, e Res. CBH Piabanha n° 13, de 02.06.2011); 4) Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ N° xxx, que aprova os investimentos com os recursos financeiros disponíveis do FUNDRHI da subconta da região hidrográfica Macaé e das Ostras, para contratação de serviços de gerenciamento da secretaria executiva (ref. Res. CBH Macaé e das Ostras, n° 23, de 55.15.06.2011); 5) Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ N° xxx, que aprova complementação de recursos financeiros disponíveis do FUNDRHI da subconta da região hidrográfica Rio Dois Rios, para o Projeto ETE Campo do Coelho – Nova Friburgo (Ref. a Res. CBH 58 Rio Dois</p>		



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	9 de novembro de 2011	<p>1) Aprovação da ata da 40ª R.O. (31.08.2011); 2) Apresentação sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico; 3) Resolução 38 CERHI-RJ nº 67, de 22 de setembro de 2011 que aprova ad referendum recursos financeiros para reembolso e ajuda de custo aos membros do Comitê Médio Paraíba do Sul, disponíveis do FUNDRHI na subconta da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul RH – III; 4) Resolução CERHI- RJ nº 68, de 22 de setembro de 2011 que dispõe ad referendum sobre a aplicação dos recursos financeiros disponíveis até 2010 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI da subconta do comitê Médio Paraíba do Sul para a ação emergencial de recuperação da Barragem do Lago dos Palmares localizada em Paty do Alferes; 5) Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que revoga os executores das ações aprovadas na Resolução CERHI-RJ nº 59, de 16.03.2011, destinadas as regiões hidrográficas Guandu, Baía de Guanabara, Macaé e das Ostras; 6) Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros disponíveis até 2011 do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica II - Guandu; 7) Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros disponíveis até 2010 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica III – Médio Paraíba do Sul; 8) Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que dispõe sobre a criação de subcomitês na Região Hidrográfica VI - Lagos São João. 9) 1) Aprovação da ata da 41ª R.O. (09.11.2011); 2) Lançamento do livro "Base legal de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro"; 3) Panorama dos avanços e desafios na gestão das águas no Estado do Rio de Janeiro; 4) Apresentação sobre "O papel da Defesa Civil na Gestão Integrada de Recursos Hídricos"; 5) Prestação de contas dos recursos do FUNDRHI; 6) Informes sobre o desenvolvimento do PERHI; 7) Reflexão sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo CERHI; 8) Aprovação do calendário de reuniões de 2012 do CERHI; 9) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Poder Público; 10) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Sociedade Civil; 11) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Usuários; 12) Aprovação da minuta de edital do Processo Eleitoral do CERHI; 13) Controle de frequência; 14) Assuntos Gerais.</p>	Não	
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	7 de dezembro de 2011	<p>1) Aprovação da ata da 41ª R.O. (09.11.2011); 2) Lançamento do livro "Base legal de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro"; 3) Panorama dos avanços e desafios na gestão das águas no Estado do Rio de Janeiro; 4) Apresentação sobre "O papel da Defesa Civil na Gestão Integrada de Recursos Hídricos"; 5) Prestação de contas dos recursos do FUNDRHI; 6) Informes sobre o desenvolvimento do PERHI; 7) Reflexão sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo CERHI; 8) Aprovação do calendário de reuniões de 2012 do CERHI; 9) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Poder Público; 10) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Sociedade Civil; 11) Aprovação da minuta de Resolução CERHI RJ N° xxx, que dispõe sobre o segmento Usuários; 12) Aprovação da minuta de edital do Processo Eleitoral do CERHI; 13) Controle de frequência; 14) Assuntos Gerais.</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	8 de fevereiro de 2012	1) Apreciação da minuta da ata da 42ª Reunião Ordinária do CERHI realizada no dia 07 de dezembro de 2011; 2) Panorama dos avanços e desafios na gestão das águas no Estado do Rio de Janeiro; 3) Prestação de contas dos recursos do FUNDRHI; 4) Informes sobre o desenvolvimento do PERHI; 5) Aprovação do calendário de reuniões de 2012 do CERHI; 6) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ nº XXX, que dispõe sobre ajuda de custo a ser destinada aos membros dos comitês de bacia hidrográfica; 7) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ nº XXX, que dispõe sobre reembolso a ser destinado aos membros dos comitês de bacia hidrográfica; 8) Análise da minuta de Resolução CERHI-RJ nº XXX, que aprova o plano de investimentos para o ano de 2012 dos recursos financeiros disponíveis em 2010 e 2011 do FUNDRHI da subconta do Comitê Médio Paraíba do Sul; 9) Assuntos gerais.	Não	
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	11 de abril de 2012	1) Apreciação da minuta da ata da 43ª Reunião Ordinária do CERHI realizada no dia 08 de fevereiro de 2012; 2) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que aprova o plano de investimentos do CBH Macaé e das Ostras com recursos financeiros disponíveis até 2011 do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica VII - do Comitê Macaé e das Ostras; 3) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ nº xxx, que altera as Resoluções CERHI nº 54 e 56, que dispõe sobre o plano de investimentos do CBH Macaé e das Ostras; 4) Apreciação da Minuta da Moção CERHI-RJ nº xxx, que define a viabilidade de aplicação dos recursos da cobrança em ações de saneamento rural ser incluída no percentual de 70% explicitado no artigo 6º da Lei Estadual nº 5.234 de 05 de maio de 2008; 5) Apreciação da minuta da Moção CERHI nº xxx, que recomenda a manutenção dos dispositivos legais atualmente em vigor, que assegurem a implementação plena da Política Estadual de Recursos Hídricos, inclusive os mecanismos estabelecidos para a cobrança pelo uso da água junto ao setor de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro; 6) Referendar a criação do Grupo de Trabalho, para estabelecer procedimentos para o fluxo de processos encaminhados pelos Comitês de Bacia ao CERHI; 7) Assuntos gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HIDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de maio de 2012	1) Aprovação da minuta da ata da 44ª R.O. do CERHI -RJ 2) Minuta de Resolução CERHI nº xxx, que ratifica ações deliberadas pelo Comitê para a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta do Comitê Guandu; 3) Minuta de Resolução CERHI nº xxx, que dispõe sobre a indicação do Consórcio Intermunicipal Lagos São João como entidade delegatária de funções de Agência de Água, tendo como interveniente o Comitê Macaé e das Ostras; 4) Minuta de Resolução CERHI nº xxx, que dispõe sobre o limite de custeio administrativo para entidade delegatária de funções de Agência de Água do Comitê Macaé e das Ostras, oriundos da cobrança da Região Hidrográfica VIII; 5) Minuta de Resolução Cerhi nº xxx, que define a viabilidade da aplicação dos recursos FUNDRHI em ações de saneamento rural incluída no percentual de 70% explicitado no artigo 6º da Lei Estadual nº. 5.234 de 05 de maio de 2008; 6) Proposta de modificação do Decreto Estadual 35.724/04 para instituir o CONDRHI - Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; 7) Informes das Câmaras Técnicas (CTIG, CTIL, CTAS); 8) Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de maio de 2012	1) Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ) - breve relato do seu andamento; 2) Apresentação e discussão do Relatório "Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro"; 3) Apresentação e discussão do Relatório "Caracterização Ambiental do Estado do Rio de Janeiro" - Volumes I e 2. A Secretária Executiva do CERHI-RJ informou que os relatórios foram disponibilizados através do link <a href="http://www.hidro.uerj.br/perhi/">www.hidro.uerj.br/perhi/</a> para leitura prévia e sugestões de mudanças ou complementação, e data limite de 30.05.2012 para recebimento das contribuições.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	8 de agosto de 2012	<p>1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação da minuta da ata ua 45º R.O. do CERHI –RJ; 3) Análise de pleito da SEA sobre o Relatório do Comitê Piabanha sobre os Projetos das Estações de Tratamento de Esgoto dos Bairros: Quebra Frascos.</p> <p>38 Fonte Santa e Granja Guarani, em Teresópolis; 4) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que define a viabilidade da aplicação dos recursos FUNDRHI em ações de saneamento rural; 5) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que aprova o plano de investimentos dos recursos financeiros no FUNDRHI da subconta da região hidrográfica LSI – ref. a Res. CBH LSI nº 48; 6) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da região hidrográfica LSI, ref. a Res. CBH LSI nº 50 e 51; 7) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ, que altera a Resolução CERHI nº 67, de 22.09.2011, ref. a Res. CBH MPS nº 20/2012; 8) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ, que altera a Resolução CERHI Nº 30, de 28.05.2008; 9) Apreciação da Minuta de Resolução CERHI-RJ, que altera a Resolução CERHI Nº 85, de 30.05.2012; 10) Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre as questões relacionadas ao contrato de gestão celebrado entre o INEA e o consórcio intermunicipal para a gestão ambiental das bacias da região dos lagos, do Rio São João e zona costeira, com interveniência do comitê das bacias hidrográficas das lagoas</p>	Não	
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	5 de setembro de 2012	<p>1) Aprovação da pauta; 2) Apresentação e apreciação da minuta de resolução que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI, da subconta da compensação financeira - Cadastramento Ambiental Rural/CAR; 3) Apreciação da minuta de resolução que dispõe sobre a aprovação do plano de ações e aplicação dos recursos financeiros constantes na subconta do Comitê Piabanha no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI; 4) Apreciação da minuta de Decreto que revoga o Decreto nº 41.039/2007, sendo este que dispõe sobre o CERHI-RJ.</p>	Não	
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de setembro de 2012	<p>1) Estudos de Avaliação da Intrusão Salina; 2) Avaliação do Potencial Hidrogeológico dos Aquíferos Fluminenses; 3) Mapeamento de Áreas Vulneráveis a Eventos Críticos Extremos; 4) Aprovação da minuta da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CERHI-RJ; 5) Aprovação da minuta da Ata da 4ª Reunião Extraordinária do CERHI-RJ.</p>	Não	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	10 de outubro de 2012	1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação da minuta da Ata da 46ª R.O. do CERHI-RJ; 3) Apreciação da minuta da Resolução CERHI, que altera a Resolução CERHI nº 67, de 22.09.2011 (Ref. Res. CBH MPS nº 20) 4) Relatórios de Avaliação dos Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias: nº 01, 02 e 03/2010; 5) Informes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; 6) Assuntos Gerais	Não	
ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	12 de dezembro de 2012	1. Aprovação da pauta, 2. Aprovação da minuta da Ata da 47ª R.O. do CERHI-RJ, 3. Aprovação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a indicação da Fundação de Apoio Técnico e Profissionalizante do Rio Pombo - Fundep como entidade delegatária das funções de agência de água, do CBH Baía da Ilha Grande - RHI (Ref. Res. CBH BIG nº 02), 4. Aprovação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do CBH Baía da Ilha Grande - RHI (Ref. Res. CBH BIG nº 03), 5. Aprovação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul para projetos de coleta e tratamento de efluentes urbanos. (Ref. Res. CBH MPS nº 12 e 13), 6. Aprovação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta da Região Hidrográfica Guandu para Sistema de Informação de Recursos Hídricos e para Observatório da Bacia. (Ref. Res. CBH Guandu nos 86 e 87), 7. Aprovação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que aprova o plano de investimentos com recursos financeiros do Fundrhi na subconta da Região Hidrográfica Baía de Guanabara (Ref. CBH BG nº 09), 8. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre o formulário de apreciação de projetos, 9. Indicação de membro do CERHI-RJ para participar da Comissão de Avaliação do Contrato	Não	
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	27 de fevereiro de 2013	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata 5ª R.E. CERHI-RJ; 3. Aprovação da minuta da Ata da 48ª R.O. CERHI-RJ; 4. Apresentação do Diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras - RH VIII, Prof. Eduardo Lanna, coordenador da elaboração do Plano; 5. Apresentação das ações da FIPERJ e sua inserção nos colegiados participativos; 6. Apresentação dos relatórios de atividades das Câmaras Técnicas de 2012; 7. Informes do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas; 8. Assuntos Gerais.	Não	<p>Linha 209 - O Sr. Alexandre Braga (CBH Baía de Guanabara), com relação a importante colocação do Sr. Affonso Albuquerque, relativa a necessidade dos informes do Poder Público aos Comitês, dos Licenciamentos na sua área de atuação, enfatiza que esta questão esta respaldada pela Lei Federal 9.433/77 e da Lei Estadual 3.239/99, que consolidaram a descentralização do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a participação dos vários setores( Poder Público, Usuários, Sociedade). Desta forma, legalmente embasada esta questão da descentralização, legitima as atribuições dos Comitês de Bacias hidrográficas na sua Atribuição de promover debates na s questões relacionadas aos recursos hídricos, coordenar a articulação das entidades intervenientes (Art. 53 da Lei 3.239/99), e inclusive ARBITRAR em primeira instancia administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos, cabendo ainda acompanhar a execução das intervenções que afetem os recursos hídricos da bacia, sugerindo as providencias necessárias ao cumprimento das Metas e levando em conta as peculiaridades da sua Região Hidrográfica bem como os efeitos cumulativos das diversas intervenções em licenciamento. A Sra. Rosa Formiga (Diretora de Gestão das Águas e do Território) sugeriu que fosse proposta uma lista de ações e empreendimentos em licenciamento ambiental, por tipologia e porte, que demandasse um envolvimento direto dos CBH's. O INEA se colocou à disposição para auxiliar ao Fórum de CBH's na definição desta lista. A Sra. Luiza Krau (Presidente do CERHI-RJ) ressaltou o cuidado de não transformar os fóruns de recursos hídricos em locais de discussão de assuntos de competência do licenciamento ambiental.</p>

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de abril de 2013	<p>1. Aprovação da pauta, 2. Aprovação da minuta da Ata da 48ª R.O. CERHI-RJ, 3. Aprovação da minuta da Ata da 49ª R.O. CERHI-RJ, 4. Aprovação da minuta da Ata de Posse CERHI-RJ (Biênio 2012-2014), 5. Apreciação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a utilização de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande para ações do plano de aplicação (Ref. Res. CBH BIG no 04), 6. Apreciação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica Guandu para hidrologia dos aquíferos e projetos básicos de esgotamento sanitário (Ref. Res. CBH GUANDU nos 89, 92 e 95), 7. Apreciação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica Guandu para sistema de esgotamento sanitário e sistema de coleta e tratamento de esgoto (Ref. Res. CBH GUANDU nos 93 e 94), 8. Apreciação da minuta da Resolução CERHI-RJ, que revoga aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul para projeto básico de sistema de esgotamento sanitário e projeto de recuperação ambiental (Ref. Res. CBH MPS no 27), 9. Assuntos gerais.</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de abril de 2013	1. Apresentação do projeto da barragem do rio Guapiaçu, na Região Hidrográfica V (Baía de Guanabara), 2. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERHI: apresentação e discussão do relatório "Fontes Alternativas para o Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na RMRJ".	Sim	<p><b>Linha 47</b> - O Sr. Antônio da Hora apresentou o projeto de barragem do rio Guapiaçu, que é um projeto básico e está em fase de elaboração do EIA/RIMA. A parte executiva do projeto está sendo elaborada. É a alternativa selecionada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a ampliação do sistema de abastecimento da Região Metropolitana, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Paqueta. Foram ressaltados pelo Sr. Antônio da Hora os problemas atuais de escassez de água na Região Metropolitana e a previsão de aumento da demanda de água até 2035, sobretudo em função da influência do COMPERJ. O Sr. Antônio da Hora mostrou a localização onde será instalada a barragem e explicou que a escolha da região teve como base o Plano Diretor da CEDAE, o Plano de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara e a análise de diversas alternativas. Com base nesses estudos, conclui-se que nenhum barramento realizado em conjunto ou individualmente seria tão eficaz quanto a barragem de Guapiaçu. Foi então apresentada a configuração do reservatório que possuirá uma quota de 18,5 metros e uma faixa marginal de 100 metros para a sua proteção. Também foram apresentados detalhes da estrutura do filtro para captar a água e a segurança das estruturas, que apresentam riscos mínimos de rompimento. Por fim, o Sr. Antônio da Hora informou que o projeto se encontra em fase de estudos ambientais e detalhamento da parte de engenharia e que a CEDAE será responsável pelo tratamento e distribuição da água que será reservada na barragem. O Sr. Alexandre Carlos Braga (CBH BG) disse que esse assunto já está sendo estudado pelo Comitê há um tempo e que considera extremamente importante que todas as discussões sejam levadas aos Comitês. <b>Linha 84</b> - (Sobre o PERHI-RJ) As principais fontes de informações utilizadas no estudo foram, basicamente, o Atlas Brasileiro de Abastecimento Urbano de Água, publicado pela Agência Nacional de Águas, no ano de 2010, o censo do IBGE de 2010 e suas projeções, e informações fornecidas pelas concessionárias, como CEDAE, a Águas de Juturnaíba e Águas de Niterói. (Sr. Paulo Carneiro) Informou ainda, que as projeções de variação do crescimento populacional foram feitas até o ano de 2030, a partir de estudos do CENSO e disse que como o Estado do Rio de Janeiro vive uma dinâmica espacial diferenciada em relação a outros estados, tem a capacidade de mudar a configuração do desenvolvimento socioeconômico das Regiões Hidrográficas. Essas projeções já consideram o impacto de grandes investimentos. Informou que os dados do estudo das demandas hídricas foram calculados a partir das populações atuais e futuras, levando-se em conta os consumos "per capita", as perdas físicas nos sistemas e os índices de atendimento e prevendo-se a universalização dos serviços até o ano de 2030. <b>Linha 107</b> - (Sr. Paulo Carneiro) Prosseguiu descrevendo e avaliando os principais sistemas integrados de abastecimento de água existentes na RMRJ, citando o sistema Guandu, Lajes e Acari, onde atingiu-se um valor de demanda calculada maior do que de demanda distribuída, significando que esse sistema apresenta um déficit e que não consegue abastecer todos os municípios de forma plena. O mesmo acontece com o sistema Itanhumana, que também não atende mais a demanda de sua região. <b>Linha 154</b> - Em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o trecho correspondente aos municípios de Maré, Guanabara e parte de Duque de Caxias</p>
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	22 de maio de 2013	1. Apresentação da proposta de revisão dos Limites das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro; 2. Aprovação da Minuta da Resolução CERHI, que aprova nova definição das regiões hidrográficas do estado do Rio de Janeiro; 3. Apresentação do Relatório de Identificação das Unidades de Conservação e Áreas de Proteção de Mananciais, diagnóstico parcial	Não	
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	2 de julho de 2013	1. Aprovação da pauta, 2. Aprovação da minuta da Ata da 6ª R.E. CERHI-RJ, 3. Aprovação da minuta da Ata da 50ª R.O. CERHI-RJ, 4. Secretaria executiva do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas; 5. Financiamento do PERHI, 6. Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	2 de julho de 2013	1. Avaliação da Rede Quali- Quantitativa para Gestão e Proposta de Pontos de Controle para Bacias Estratégicas, 2. Identificação das Unidades de Conservação e Áreas de Proteção de Mananciais, 3. Avaliação dos Impactos Sinérgicos dos Aproveitamentos Hidroelétricos localizados no Estado do Rio de Janeiro.	Não	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	4 de setembro de 2013	1. Aprovação da pauta, 2. Aprovação da minuta da Ata da 7ª R.E. CERHI-RJ, 3. Aprovação da minuta da Ata da 8ª R.E. CERHI-RJ, 4. Aprovação da minuta da Ata da 51ª R.O. CERHI-RJ; 5. Minuta da Resolução CERHI-RJ ref. à Resolução CBH Macaé nº 34 - Revoga parcialmente a ação contida na Resolução CERHI nº 76, de 07 de dezembro de 2011, para contratação de serviços de gerenciamento da Secretaria Executiva provisória para o Comitê Macaé e das Ostras; 6. Minuta da Resolução CERHI-RJ ref. à Resolução CBH LSJ nº 55 - Aprova o Plano de Investimento dos recursos financeiros no FUNDREHI da subconta do Comitê das Bacias Hidrográfica das lagoas de Araruama e Saquarema e dos rios São João; 7. Minuta da Resolução CERHI-RJ ref. à Resolução CBH MPS nº 29 - Aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros no FUNDREHI da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul; 8. Minuta de Resolução referendando à criação do Fórum Fluminense - Reconhece o Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio de Janeiro como órgão integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos; 9. Apreciação da carta da Câmara dos Deputados sobre modificação da Lei nº 9.433/1997; 10. Moção de homenagem póstuma ao Biólogo Gonzalo Alonso Hernández; 11. Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRI A DO CERHI-RJ	4 de setembro de 2013	1) Diagnóstico do PERHI-RJ: a. Disponibilidade Hídrica (quali-quantitativa); b. Demandas Hídricas; c. Balanço Hídrico; d. Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos; 2) Relatórios Técnicos Estratégicos: a. Estudos Hidrológicos e Vazões Extremas e b. Impactos dos 30 Aproveitamentos Hidrelétricos no Estado do Rio de Janeiro.	Não	
DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRI A DO CERHI-RJ	4 de setembro de 2013	Esta reunião teve pauta única: Eleição do novo Presidente do CERHI-RJ.	Não	Linha 56 - (...) o Sr. Carlos da Costa e Silva Filho foi eleito o novo Presidente do CERHI-RJ por unanimidade.



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	7 de novembro de 2013	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 9ª R.E. CERHI-RJ; 3. Aprovação da minuta da Ata da 10ª R.E. CERHI-RJ; 4. Aprovação da minuta da Ata da 52ª R.O. CERHI-RJ; 5. Lançamento dos Boletins de Qualidade de Água do INEA; 6. Pacto Nacional pela Gestão das Águas: apresentação da Agência Nacional de Águas (ANA); 7. Pacto Nacional pela Gestão das Águas: aprovação das metas do Contrato de Gestão ANA – INEA; 8. Resolução CERHI-RJ Nº 115, que dispõe ad referendum sobre os limites de custeio administrativo para as entidades delegatárias de funções de agência de água; 9. Minuta de Resolução CERHI-RJ que define disposições transitórias referentes ao processo eleitoral dos comitês de bacias hidrográficas seguindo o disposto na Resolução CERHI-RJ nº 107/2013; 10. Assuntos Gerais; (Assunto emergencial) Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova os investimentos com recursos financeiros arrecadados até o exercício de 2011 do Fundrhdia subconta da região hidrográfica VII - Comitê Rio Dois Rios, para construção de ETE's para tratamento dos efluentes nos bairros do Recanto da Vitória e Merelin, no município de Duas Barras;	Não	
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	7 de novembro de 2013	1) Relatório Técnico Estratégico: Aproveitamentos Hidroelétricos no Estado do Rio de Janeiro.	Não	
ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	21 de novembro de 2013	1) Cenários Estratégicos; 2) Metas e Estratégias de Implementação dos Cenários Propostos.	Não	
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	11 de dezembro de 2013	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 11ª R.E. CERHI-RJ; 3. Aprovação da minuta da Ata da 53ª R.O. CERHI-RJ; 4. Aprovação Calendário CERHI-RJ 2014; 5. Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova recursos da compensação financeira para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias; 6. Breve balanço da Gestão das Águas em 2013; 7. Assuntos Gerais.	Não	
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	22 de janeiro de 2014	1) Prorrogação de mandato por 20 (vinte) dias, Biênio 2014-2016; 2) Composição da Comissão Eleitoral, Biênio 2014-2016; 3) Aprovação do Edital do Processo Eleitoral, Biênio 2014-2016.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	19 de fevereiro de 2014	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 54ª R.O. CERHI-RJ; 3. Aprovação da minuta da Ata da 13ª R.E. CERHI-RJ; 4. Apresentação sobre o PERHI-RJ (Rosa Formiga e Paulo Carneiro); 5. Minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ); 6. Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro: Balanço 2013; 7. Balanço do FUNDRHI em 2013; 8. Apresentação dos relatórios de atividades das CTs e GTs de 2013; 9. Assuntos gerais.	Não	<b>Linha 45</b> - Apresentação sobre o PERHI-RJ (Rosa Formiga e Paulo Carneiro): A Sra. Rosa Formiga explicou que este é o momento para aprovar o Plano, que foi contratado pela Fundação COPPETEC em 2011 e que já foi acompanhado e discutido neste Conselho. <b>Linha 54</b> - Foram 12 (doze) reuniões do CERHI-RJ para o acompanhamento do Plano, além de 02 (duas) oficinas de pactuação e 06 (seis) dias de consultas públicas. <b>Linha 101</b> - Minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ). Aprovada por unanimidade.
ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	26 de março de 2014	1) Aprovação do Relatório PROGESTÃO 2013; 2) Hierarquização do Plano de Ações e Investimentos do PERHI-RJ, constantes no relatório dos Programas, Metas e Estratégias.	Não	<b>Linha 178</b> - CERHI-RJ: O Estado do Rio de Janeiro tem seu conselho estadual de recursos hídricos (CERHI-RJ) instituído desde o ano de 2000. Tal colegiado é plenamente atuante. Realizou, até o final de 2013, 54 reuniões ordinárias, 24 reuniões extraordinárias, além de elaborar 117 resoluções e mais 4 moções. O Plenário deste Órgão é composto por 30 membros compreendendo representantes de: usuários de água; sociedade civil organizada; poder público municipal, estadual e federal; comitês de bacias em nível estadual. O CERHI-RJ tem reuniões ordinárias periódicas, em regra, bimestrais, além de realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário for. É importante frisar que há um comparecimento satisfatório dos membros deste Conselho não acontecendo o cancelamento de reuniões por falta de quórum. Todas essas informações (atas de reunião, resoluções e moções) encontram-se disponíveis no Portal INEA. <b>Linha 250</b> - Planos de bacia: Atualmente, boa parte comitês fluminenses contam com plano de bacia ou instrumentos norteadores aprovados. O comitê Macaé e das Ostras aprovou seu plano de bacia em dezembro de 2013. No caso do Comitê Baía de Guanabara e CBH Guandu os planos são parciais no território, nesse último a pequena complementação do plano se faz necessária a partir da revisão das regiões hidrográficas do Estado.
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	3 de abril de 2014	1) Posicionamento do Inea quanto à proposta paulista de transposição frente à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro; informes e discussão sobre os movimentos de mobilização sobre a questão; 2) Palestra sobre Plano de Recursos Hídricos do rio Paraíba do Sul; 3) Posse dos novos membros do CERHI-RJ, biênio 2014-2016.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de abril de 2014	<p>1. Eleição da Presidência e composição das Câmaras Técnicas; 2. Aprovação da pauta; 3. Balanço do FUNDRHI em 2013; 4. Aprovação da minuta da Ata da 12ª 38 R.E. CERHI-RJ, de 21/11/2013; 5. Aprovação da minuta da Ata da 55ª R.O. CERHI-RJ, 19/02/2014; 6. Aprovação da minuta da Ata da 14ª R.E. CERHI-RJ, de 26/03/2014; 7. Referendar o Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica VIII (Macaé); 8. Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (Ref. a Res. CBH R2R nº 31); 9. Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de investimentos do Comitê Guandu, bem como aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê das Bacias Hidrográficas das lagoas de Araruama e Saquarema e dos rios São João na continuidade do projeto de monitoramento estatístico pesqueiro das lagoas de Araruama e Saquarema (Ref. a Res. CBH LSJ nº 057 e Res. CBH Guandu nº 100 a 104); 10. Assuntos gerais</p>	Sim	<p>Linha 51 - (...) por aclamação, o Sr. Décio Tubbs foi eleito para a presidência do CERHI-RJ. Linha 200 - Portal Inea. A Sra. Flávia Lanari falou que foi aprovado pela plenária em 2013 que seria elaborada uma resolução recomendando que os órgãos licenciadores informassem aos comitês aonde tivesse investimentos com relevante impacto nos recursos hídricos, mas isso não aconteceu. A Sra. Gláucia Sampaio comunicou que no Portal Inea constam as informações sobre as audiências públicas, ficando disponíveis os estudos e relatórios de todos os empreendimentos que estão em construção, dentro do prazo para sugestões. A Sra. Flávia Lanari explicou que apenas avisos de consultas públicas não são o suficiente, pois geralmente nessas audiências não citam o EIA/RIMA, e sim apenas o RIMA, que é resumido. Sugeriu que seja disponibilizado pelos órgãos licenciadores assim que for lançado o EIA correspondente ao empreendimento para cada Comitê. O Sr. Roberto Machado explicou que na audiência pública existe muita discussão, e que nada fica muito claro. Falou, ainda, que problemas na bacia têm que ser discutidos na própria bacia, quando já está na audiência pública e com licenciamento, não existe mais discussão, já está finalizado. Recebe reclamações de associações contestando certos projetos que estão em fase de aprovação. Deve haver discussões democráticas, onde todos os lados devem ser ouvidos. Falou que está insatisfeito com as apresentações da barragem do Guapiçu, pois não vê nenhum espaço aberto, tanto no conselho, quanto no comitê para um contraponto ou um levantamento de discussões. Hoje existem vários estudos pela UFF e pela COPPE, que não chegam ao CERHI-RJ. O Sr. Décio Tubbs falou que deveria ter um mecanismo onde os comitês encaminhassem os estudos ao Conselho. O Sr. Roberto Machado informou que o CBH BG tem resolução de câmara técnica pedindo a suspensão desse projeto desde setembro de 2013, e falou que o Prof. Antônio da Hora foi no CBH apresentar o projeto, mas não respondeu as dúvidas que surgiram. Assim, a CT enviou um documento para a plenária e que já foi aprovado para a suspensão do projeto até que haja uma discussão mais ampla. Linha 226 - Sobre a barragem do Guapiçu, (A Sra. Gláucia Sampaio) comunicou que foram enviados e-mails para os membros do CERHI-RJ informando que o relatório estava disponível, mas nenhuma contribuição foi recebida. O Sr. José Miguel Silva comentou que esse debate já foi feito no Conema, e que sugeriram que o CERHI-RJ marcasse um encontro com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) para poderem analisar melhor essa questão, sendo tal manifestação apoiada pelo Sr. Antônio Gusmão (CECA). Linha 232 - A Sra. Rosa Formiga, em resposta a Sra. Flávia Lanari, falou que em uma reunião do CERHI-RJ no ano de 2013, discutiram a necessidade de buscar um caminho entre o licenciamento ambiental e gestão participativa das águas, sendo importante delimitarem com clareza quais são as intervenções, que são objeto de competência do CERHI-RJ. O Conselho poderia solicitar à Secretaria do Estado uma discussão mais aprofundada.</p>
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	8 de maio de 2014	<p>Esta reunião teve um único item de pauta: Hierarquização dos Programas do Plano Estadual de Recursos Hídricos</p>	Não	<p>Linha 195 - O Sr. João Alberto (SEMA - Cachoeira de Macacu) levou uma solicitação da prefeitura, e comunicou que já apresentaram proposta de elaboração de projetos para terem um diagnóstico das bacias do Guapiçu e do Macacu, e que já foi pedido ao CBH BG verba para este fim. Foi feito um convênio com o Instituto Rio Carioca para a preparação deste projeto. O Sr. Roberto Machado informou que a Prefeitura de Cachoeira de Macacu apresentará um ofício com os projetos que já foram aprovados pela CT em outubro/2013, já que a diretoria do CBH BG não se manifestou para colocar o projeto no plenário. A Sra. Gláucia Sampaio informou que o assunto barragem do Guapiçu teve a discussão do licenciamento suspensa pelo INEA e informou que o coordenador do projeto, Sr. Antônio da Hora, falou que o Sr. Roberto Machado afirmou que teriam alternativas para o município. Acha que essas alternativas deveriam ser levadas à SEA, para análise. O Sr. Roberto Machado comentou que o Sr. Antônio da Hora desmarcou todas as reuniões que estavam agendadas, e que todas as vezes que se encontraram discutem para a apresentação do projeto. Falou, ainda, que o município já enviou ofício ao Comitê. O Sr. Décio Tubbs sugeriu que o assunto seja falado com a Diretoria do Comitê, e incluído em pauta da plenária. O Sr. Alexandre Braga, respondendo ao Sr. Roberto Machado, falou que, dentro do CBH BG, desde setembro/2013, foi feita uma série de reuniões em cada subcomitê, na qual um consultor ouviu de cada um qual seriam as prioridades. Uma das preocupações do CBH BG é que ainda não tem um plano de bacia, que foi apontado pelos subcomitês como a principal prioridade, e não podem avançar muito com projetos pontuais, pediu, então, um pouco de paciência.</p>
ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	1 de julho de 2014	<p>1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 56ª R.O. CERHI-RJ, de 21/11/2013; 3. Aprovação da minuta da Ata da 16ª R.E. CERHI-RJ, 19/02/2014; 4. Apresentação Inea sobre o estresse hídrico no rio Paraíba do Sul; 5. Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica Médio Paraíba do Sul (Ref. a Res. CBH MPS nº 38, 39 e 40/2014); 6. Informes Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias; 7. Balanço do FUNDRHI em 2013; 8. Assuntos Gerais</p>	Sim	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	27 de agosto de 2014	<p>1. Aprovação da pauta, 2. Aprovação da minuta da Ata da 15ª R.E. CERHI-RJ, 03/04/2014; 3. Aprovação da minuta da Ata da 57ª R.O. CERHI-RJ, 01/07/2014; 4. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a indicação da Associação Pró-gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap como entidade delegatária provisória das funções de agência de água, tendo como interveniente o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Região Hidrográfica V; 5. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária provisória de funções de agência de água do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V. 6. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos Financeiros no Fundrhi da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu (Ref. às Resoluções CBH Guandu nº 105 e 106); 7. Apresentação sobre a Agenda Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, pelo Sr. Vicente Loreiro. 8. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica Piabanha e das subbacias hidrográficas dos rios Paqueta e Preto; 9. Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica do Macaé e das</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
MINUTA DA ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	29 de outubro de 2014	1. Aprovação da pauta; 2. Balanço inicial do Fundrhi - Conta Única do Tesouro do Estado ("V 0"); 3. Aprovação da minuta da Ata da 58ª R.O. CERHI-RJ, 27/08/2014; 4. Progestão: definição de prioridades na utilização dos recursos arrecadados 2013/2014; 5. Aprovação da Resolução ad referendum CERHI-RJ nº 129, que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V; 6. Resolução CERHI-RJ nº 130, que revoga as resoluções 122 e 123 de 27 de agosto de 2014; 7. Progestão: definição de prioridades na utilização dos recursos arrecadados 2013/2014. 8. Assuntos Gerais. 8.1. Comissão Anuente Contrato de Gestão Inea x Lago: São João: Andamento das ações realizadas. 8.2. Comissão de Coordenação e Acompanhamento do PERHI: situação do processo de divulgação/implementação; 8.3. Câmaras técnicas (CTIL; CTIG; CTAS); 8.4. 71 Divulgação/implementação de ações relacionadas ao tema "Estiagem da Bacia do rio Paraíba do Sul"; 8.5. GT ANA - Estados - CEIVAP: Andamento dos estudos relacionados à proposta paulista de transposição; 8.6. Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu: revisão da deliberação Ceivap que trata da cobrança da transposição P Sul - Guandu	Não	<b>Linha 128</b> - O Sr. Alexandre Braga agradeceu o esforço do Inea frente ao problema, no qual uma legislação que estava prestes a ser instituída impossibilitaria a funcionalidade da AABG como delegatária do CBH BG. Dessa maneira, foi enviado aos membros do conselho um e-mail explicando a situação, de forma que muitos se manifestaram a favor a aprovação da resolução. A Sra. Rosa Formiga explicou que o processo foi feito às pressas, com uma resolução ad referendum, e as aprovações devem estar constando em ata. A resolução foi aprovada por unanimidade. O Secretário Carlos Portinho falou que o fortalecimento dos comitês é muito importante para o bom funcionamento da gestão de recursos hídricos e, por isso, existia a importância e necessidade de uma delegatária para o CBH BG. A Sra. Isaura Frega agradeceu a equipe toda pelos esforços para a assinatura do contrato, e disse que se sente muito orgulhosa por este sucesso, que foi realizado em tão pouco tempo. Em seguida, o contrato foi assinado.
ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	18 de dezembro de 2014	1. Aprovação da pauta; 2. Prorrogação de mandato do CBH BG; 3. Aprovação da minuta da Ata da 59ª R.O. CERHI-RJ, 27/08/2014; 4. Comissão de Coordenação e Acompanhamento do PERHI: situação do processo de divulgação/implementação; 5. Estresse Hídrico; 6. Progestão: Indicação dos temas; 7. Avaliação dos avanços e desafios da gestão das águas no estado do Rio de Janeiro desde a criação do Inea; 8. Aprovação do Calendário CERHI-RJ 2015; 9. Informes Câmaras técnicas (CTIL; CTIG; CTAS) e GT CCA-PERHI; 10. Assuntos gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	22 de dezembro de 2014	1. Progestão: Indicação pelo CERHI-RJ dos temas prioritários para utilização dos recursos do Programa; 2. Apresentação: Avanços e desafios da gestão das águas no estado do Rio de Janeiro; 3. Aprovação da Moção CERHI-RJ ao STF – Ministro Luiz Fux relativo ao acordo para reduzir os efeitos da crise hídrica da Região Sudeste; 4. Aprovação da Moção CERHI-RJ ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, sobre o Acordo STF; 5. Sugestão de ações e investimentos de médio e longo prazos nas Bacias Paraíba do Sul e Guandu que comporão a lista de propostas da SEA e do INEA ao Governador Pezão, no contexto do Acordo STF; 6. Aprovação da Resolução CERHI-RJ relativa à inadimplência de usuários-pagadores de recursos hídricos.	Sim	<b>Linha 203</b> - (Encaminhamentos) 7) Preparar agenda de trabalho de 2015 com temas a serem discutidos na atualidade. Assuntos pendentes: Diretrizes estaduais para o PSA; Barragem do Guapiáçu; site CERHI-RJ; renovação CAR ... >>> (Aguardando definição presidente e/ou secretária executiva);
ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	3 de fevereiro de 2015	1. Crise hídrica; 2. Proposta paulista de transposição: informes sobre as negociações em curso & proposta CERHI-RJ de ações e investimentos para acordo no STF; 3. Contrato de Gestão INEA-CILSJ-CBH LSJ (CG nº 02/2010).	Não	
ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	25 de fevereiro de 2015	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta de memória da 17ª R.E. do CERHI-RJ de 22/12/2014; 3. Aprovação da minuta de memória da 18ª R.E. do CERHI-RJ de 03/02/2015; 4. Aprovação da minuta de memória da 60ª R.O. do CERHI-RJ de 10/12/2014; 5. Apresentação da planilha de ações das propostas para a crise hídrica; 6. Crise Hídrica – atualizações; 7. Barragem do Guapiáçu – novos encaminhamentos; 8. Proposta de seminário “Caminho para Segurança Hídrica do estado do Rio de Janeiro”; 9. Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA); 10. Contratação de campanha publicitária permanente de esclarecimento da população do estado do Rio de Janeiro sobre uso dos recursos hídricos (CERHI-RJ e CBH patrocínio) com recursos da compensação financeira do setor elétrico; 11. Indicação de representante do CERHI-RJ no Conselho Nacional de Recursos Hídricos; 12. Assuntos Gerais: Proposta de capacitação para temas afetos a gestão de Recursos Hídricos. ANEXO DA ATA: Carta do Movimento dos Atíngidos por Barragem - MAB.	Sim	<b>Linha 75</b> - A Sra. Glauzia Sampaio explicou que este assunto já foi discutido em duas reuniões passadas, onde os conselheiros tiveram um período para enviar contribuições. Assim, foi consolidada a planilha apresentada. O Sr. Roberto Machado entende que o projeto de Guapiáçu não cabe no relatório a ser enviado ao governador, e a Sra. Eliane Barbosa explicou que foram acrescentadas outras ações que haviam sido pensadas, ao longo do tempo, que serão enviadas ao governador, para que este negocie recursos para o estado do RJ e não necessariamente para a bacia do Paraíba do Sul. <b>Linha 111</b> - Barragem do Guapiáçu – novos encaminhamentos. A Sra. Eliane Barbosa lembrou que, na planilha de ações para crise hídrica, o item sobre a barragem o Guapiáçu não especifica o tipo de projeto. A secretária tem o entendimento de ouvir a todos e formular uma proposta. Para isso, é importante que seja criado um grupo de trabalho para que sejam avaliados os projetos existentes. Informou que a lista é para garantir o recurso para que o projeto possa ser viabilizado. O Sr. Edson Falcão explicou que o objetivo do governo é criar mecanismo para aumentar a segurança hídrica do estado. O que está sendo pleiteado não é a construção da barragem, e sim a construção de uma alternativa que resolva o problema. O Sr. Roberto Machado fez a contextualização do projeto, e explicou que o problema começou em 2012, quando houve uma plenária do subcomitê leste na região de Cachoeiras de Macacu, onde o então Secretário de Meio Ambiente na época, Sr. Paulo Squiavo, denunciou o projeto da Barragem do Guapiáçu que estava sendo imposta sem a participação do município e das pessoas envolvidas. A partir daí, foi designado para estar à frente desta situação, onde conheceu o projeto proposto pelo estado e através da Secretaria de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, fizeram uma diligência ao local. Foi verificado que era um local inadequado e, como conhecedor do plano diretor do estado do RJ, sabia que havia alternativas do estado. Além disso, o secretário, por conhecer o local, também apresentou alternativas. Dentre estas, uma o deixou surpreso positivamente, que é o Anil, pois é um local quase todo fechado, onde seria feita uma pequena barragem, dois pequenos diques, onde teriam uma reservação de 30.000.000 m³/s, que é 1/3 da proposta do estado. Depois foram a Serra Queimada, que tem a proposta do plano diretor, que faz parte do Guapiáçu, só que a montante da represa. Lá também tem um local fechado junto ao Parque Três Picos, que inclusive serviria como uma proteção ambiental do parque, e que já tem uma reservação aproximada de 40.000.000 m³/s. Continuou explicando que em Soarin, que já é estrategicamente da bacia do Macacu a Cedeae tem um projeto de fazer um novo ponto de tratamento, e que poderiam enviar a água do Soarin para a ponta de tratamento. Estas três alternativas foram estudadas com a ajuda da Secretaria de Meio Ambiente, onde fizeram alguns levantamentos para poder obter os valores aproximados de vazão e volume acumulado. Chegaram à conclusão que teriam 20.000.000 m³/s a mais que a proposta do estado, com um custo de 60% da outra obra, e com uma desapropriação cinco vezes menor. A área da barragem é a mais produtiva de Cachoeiras de Macacu e muito importante para o estado, como um todo. Comentou que teve apoio do Sindicato Rural, dos proprietários, Sindicato Rural dos Trabalhadores, Associação de Pequenos Produtores, todos entendiados. Estes sabem da necessidade
ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	30 de março de 2015	Esta reunião teve início às 14h40min, com um único item de pauta: Apresentação do relatório PROGESTÃO 2014. ANEXO ATA: Relatório PROGESTÃO completo.	Não	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	29 de abril de 2015	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da ata da 61ª R.O. CERHI-RJ de 25/02/2015; 3. Alteração de calendário; 4. Minuta Resolução CERHI-RJ que revoga a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e dá nova destinação aos valores; 5. Apresentação do cadastro ambiental rural – CAR; 6. Crise Hídrica – atualizações; 7. Apresentação do Projeto GEIRH com recursos do PROGESTÃO; 8. Assuntos Gerais.	Sim	Linha 293 - O Sr. Roberto Oliveira informou que já foi decidido na reunião de diretoria do CBH BG as indicações (Poder Público, Usuário e Sociedade Civil) para o GT Guapiaçu/CERHI-RJ. Pediu para solicitar os nomes dos representantes para o Sr. Alexandre De Bomis. Linha 372 - Foi pedido pelo Sr. Décio Tubbs que a SEA tenha uma maior integração no licenciamento ambiental com os CBHs. Não seria de maneira nenhuma para interferir-nos EIA/Rimas, mas sim que exista uma melhor articulação com o licenciamento ambiental.
ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRA ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	9 de junho de 2015	1) Aprovação da minuta da Ata da 19ª R.E. CERHI-RJ, de 30/03/2015; 2) Plano de Contingência do Guandu; 3) Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta da compensação financeira com a finalidade de apoio ao cadastro ambiental rural – CAR; 4) Monitoramento da rede hidrometeorológicas do INEA (COPPE/INEA); 5) Estudos de concepção e projetos básicos de Sistemas de esgotamento sanitário para os bairros Granja Guarani, Quebra Frascos e Fonte Santa, no município de Teresópolis.	Não	
ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de junho de 2015	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da ata da 62ª R.O. CERHI-RJ de 29/04/2015; 3. Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Macaé e das Ostras para educação ambiental (Ref. à Res. CBH Macaé e das Ostras nº 31/2012); 4. Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Baía de Guanabara para ajuda de custo dos membros indicados pelo comitê em eventos oficiais (Ref. à Res. CBH BG nº 21/2015); 5. Aprovação calendário de reuniões conjuntas com o CONEMA; 6. Apresentação da tabela de frequência; 7. Assuntos Gerais.	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HIDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	19 de agosto de 2015	<p>1. Aprovação da pauta; 2. Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a segunda alteração da Resolução CBH MPS nº 29/2013, que dispõe sobre o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013/2016 do CBH MPS (Ref. Res. CBH MPS nº 47); 3. Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2015 a 2018 dos Recursos Financeiros no Fundrhi da Subcomitê do Comitê Lagos São João. (Ref. Res. CBH LSIJ nº 59); 4. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a indicação do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - Cilsj como Entidade Delegatária das Funções de Agência de Água, tendo como Interviente o Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema, Rio São João e Una, Região Hidrográfica VI (Ref. Res. CBH LSIJ nº 60); 5. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a Entidade Delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema, rio São João e uma, região hidrográfica VI (Ref. Res. CBH LSIJ nº 59 e 7 60); 6. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - região hidrográfica v (Ref. Res. CBH BG nº 28); 7. Minuta de Decreto que dá nova redação ao decreto nº 38.260, de 16 de setembro de 2008, que institui o comitê da região hidrográfica da Baía de Guanabara e dos sistemas</p>	Não	
ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	16 de setembro de 2015	<p>1. Aprovação da minuta da ata da 63ª R.O. CERHI-RJ de 24/06/2015; 2. Relatório da Comissão Gestora Arrente ao Contrato de Gestão nº 02/2010 (LSJ); 3. Apresentação do estudo da compensação financeira; 4. Limite de custeio para entidade delegatária do CBH LSIJ</p>	Não	



REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	5 e novembro de 2015	<p>1. Aprovação da pauta. 2. Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015; 3. Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015; 4. Resolução CBH-BIG nº 009 que dispõe sobre a aprovação do plano de ações e aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do comitê de bacia da baía da ilha grande – CBH BIG no fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRHI; 5. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); 6. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); 7. Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o</p>	Não	

REUNIÃO	DATA	PAUTA	FOI DISCUTIDO O TEMA COMPERJ E/OU ABASTECIMENTO HÍDRICO DA PORÇÃO LESTE DA RHBG?	TRECHO DA ATA
ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	9 de dezembro de 2015	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 65ª R.O CERHI-RJ de 05/11/2015; 3. Aprovação do Calendário CERHI-RJ 2016; 4. Aprovação Edital do Processo Eleitoral CERHI-RJ 2016-2018; 5. Minuta de resolução CERHI-RJ, ref. à Res. CBH Piabanha nº 33 (PAP 2016- 2020); 6. Situação da implementação do PERH; 7. Resolução CBH BPSI nº 14, de 07 de Dezembro de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação Plurianual de recursos financeiros constantes na subconta do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itapoana no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDREH; 8. Sugestões das Regras de Utilização dos Recursos do FUNDREH; 9. Relatos das CTs e GTs de 2015; 10. Atualização da participação do CERHI-RJ no CNRH em 2015. 11. Assuntos Gerais.	Sim	<p>Linna 205 - O Coordenador do GT Guapiçu, o Sr. Edson Falcão, fez uma apresentação informando o que foi feito no Grupo de Trabalho ao longo do ano de 2015. A criação do GT Barragem Guapiçu foi realizada na 62ª R.O. CERHI-RJ, em 207 29/04/2015, com os seguintes membros: Srs. Jaime Azulay (CEDAE), Edson Falcão (Inea), Leonardo Tristão (SEA), João 209 Alberto Ribeiro (Município de Cachoeira de Macacu), Roberto Oliveira (Sociedade Civil) e Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeira de Macacu). A primeira reunião deste GT foi realizada no dia 19 de Outubro, na sede do Inea, com a pauta a seguir: 1) Contextualização da importância da Bacia do Guapi-macacu para o abastecimento de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí; 2) Apresentação das propostas à barragem Guapiçu, no âmbito do Comitê de Bacia; e 3) Estabelecimento de agenda de trabalho. Informou que os documentos do Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeira de Macacu foram entregues através do Ofício nº 131015 - "Encaminhamento de documento e relatório referente à grande barragem do Guapiçu - Projeto da SEA - Governo do Estado", e cd intitulado "A grande Barragem Guapiçu e disponibilidade de um documento com a apresentação exibida na CPI da Crise Hídrica na Alerj - Estudo dos Problemas hidrológicos de Vazão". Os seguintes documentos foram solicitados ao Sr. Rolf Dieringer: 1) Uma cópia da última versão do 220 projeto Básico da Barragem do Guapiçu a SEA; 2) Quantificação das propriedades na região da barragem do Guapiçu; e 3) EMBRAPA possui uma estação climatológica na bacia do Guapiçu. O Sr. Rolf Dieringer ficou responsável por fazer o contato com a mencionada empresa e disponibilizar os dados climatológicos das estações. As principais deliberações do GT foram a realização das medições de vazão no Rio Guapiçu, avaliação da localização, principais informações técnicas (altura e comprimento do barramento, volume do reservatório, tempo estimado de enchimento, etc) dos barramentos alternativos à barragem do Guapiçu e solicitação ao CBH BG a aquisição, instalação e operação de até 5 estações de monitoramento quantitativo na bacia do rio Guapimirim, Guapiçu e Macacu, visando apoiar a análise técnica do item anterior. Foi enfatizada a necessidade da realização de medição de vazões, para aferir alguns relatos, sobre a possibilidade do rio Guapiçu possuir vazões 3 vezes superiores no seu trecho a montante (próximo a barragem da Brasil Kirin), se comparando com as vazões a jusante, próximo ao RJ-122. A medição foi realizada no dia 29 de Outubro e todos os membros do GT compareceram com exceção do Sr. Jaime Azulay. A campanha de medição de vazão indicou que a vazão que passava no rio Guapiçu no trecho de montante é a metade da vazão que passava no trecho a jusante no dia da medição. As propostas contemplavam barramentos no rio Caboclo, Anile e Soarinho. O Inea se prontificou conferir as informações técnicas informadas, sobre a capacidade de armazenamento do reservatório (está em fase de elaboração um relato técnico sobre este item). Estudo hidrológico: devido à carência de dados de monitoramento da vazão, houve a necessidade de instalação de estações para o monitoramento quantitativo para avaliar o "volume ótimo" dos reservatórios e o tempo de enchimento considerando os volumes dos</p>
ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ	24 de fevereiro de 2016	1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata da 66ª R.O CERHI-RJ e 22ª R.E. CERHI-RJ; 3. Apresentação sobre "Água mineral" (Lúcio Carramillo) 4. Apresentação do projeto de criação de uma entidade para a Governança para a Baía de Guanabara (Guido Gelli); 5. Projeto de Lei do Fundrhi; 6. Moção de Repúdio - CBH Médio Paraíba do Sul; 7. Procedimentos Administrativos; 8. Assuntos Gerais;	Não	
ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ	17 de março de 2016	1. Projeto de Lei referente ao FUNDREH; 2. Apresentação do projeto de Zoneamento Ecológico do Estado do Rio de Janeiro; 3. Relatório PROGESTÃO 2015; 4. Resolução do Comitê Guandu nº118, de 10/12/2015, que "Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Comitê Guandu"; 5. Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê Baía da Ilha Grande - Região Hidrográfica	Não	

## ANEXO 3 – ARQUIVAMENTO DO LICENCIAMENTO BARRAGEM

# inea



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - INEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. Nº. :E-07/508365/2012

### NOTIFICAÇÃO

Nº.:CEAMNOT/01038287

Rubrica: @rinda

<b>Empresa/Nome</b> SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE		<b>CNP/JA/CPF</b> 42.498.709/0001-00
<b>UNIDADE</b> CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM - RIO	<b>CÓDIGO DA UNIDADE</b> LUN028104	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL</b>
<b>ATIVIDADE PRINCIPAL</b> CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA.		<b>CÓDIGO DA ATIVIDADE</b> 35.31.07
<b>ENDEREÇO DA ATIVIDADE</b> BARRAGEM DO RIO GUAPIAÇU PROX A BR 122 COORDENADAS LAT 233323,75 S E LONG 425028,01 W		
<b>MUNICÍPIO</b> CACHOEIRAS DE MACACU	<b>BARRIO/LOCALIDADE</b> GUAPIAÇU	<b>CEP</b> 20081-312
<b>CONTATOR/PRESIDENTE</b> ANTONIO FERREIRA DA HORA		<b>TELEFONE(S)</b> 21 - 33325627
<b>CARGO</b>		
<p style="font-size: 0.9em;">Em conformidade com a legislação de controle ambiental vigente, fica V.Sa. notificada que em atendimento ao Ofício SEA/SSPIE Nº 065/2014, recebido pelo Inea em 27 de maio de 2014, o processo de requerimento de Licença Prévia nº E-07/508.365/2012 referente a implantação da Barragem de Guapiaçú, foi arquivado temporariamente e sua análise foi suspensa até que sejam apresentados novos estudos e atendidas as exigências complementares.</p>		
<b>TECNICO DO INEA</b> LUIZ MARTINS HECKMAIER	<b>ASSINATURA</b>	<b>MATRÍCULA</b> 27/3482
<b>CARGO</b> GERENTE	<b>DIVISÃO</b> GELAVI	
<b>DATA</b> 25/05/2014		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
<b>NOME</b>		<b>CARGO</b>
<b>RECIBO DE NOTIFICAÇÃO DATA</b>	<b>ASSINATURA</b>	

(1 Via - Autuada / 2 Via Processos administrativos / 3 Via COGEPB / 4 Via Origem de origem)

Rua Sacadura Cabral, nº 103 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20081-261

## ANEXO 4 – CARTA DO MAB ENTREGUE AO CERHI-RJ

61ª R.O. CERHI-RJ - 25/02/2015

Boa tarde, senhoras e senhores deste conselho.

Me chamo Rosilene Brives e sou representante do Movimento dos Atingidos por Barragens de Cachoeiras de Macacu. Venho nesta plenária, falar em nome das centenas de famílias que vivem nas comunidades ameaçadas pela barragem prevista para o rio Guapiaçu. Somos agricultores, trabalhadores rurais, comerciantes, meieiros, areieiros, pescadores, e há anos vivemos a ameaça de ter que abandonar nossas casas, nosso trabalho, nossa terra e nossos vizinhos devido à construção dessa barragem. Somos uma comunidade unida, ligada a princípios sólidos de honestidade, respeito mútuo, solidariedade e trabalho.

O vale do rio Guapiaçu é um dos locais mais produtivos do Estado. Um dos principais pólos agrícolas da região metropolitana. Produzimos aipim, inhame, goiaba, milho, maracujá, batata-doce, jiló, quiabo, feijão, abobrinha, berinjela, pimentão e muitos outros alimentos que abastecem a capital e região metropolitana. Estima-se que a atividade agrícola do vale do rio Guapiaçu promove cerca de 15 mil empregos e uma renda de 100 milhões de reais a cada ano.

E o vale do rio Guapiaçu é hoje um dos principais pólos agrícolas do estado, não apenas pela fertilidade natural da terra. Dedicamos várias décadas de trabalho pesado na preparação do solo, na limpeza, drenagem, fertilização e conservação de nossa terra. Fizemos isso, sem muitas vezes ter acesso, por anos, a estradas, energia elétrica, crédito, água, educação, saúde e qualquer outra política pública que fizesse melhor nossas vidas e mais decente o nosso trabalho.

Esse território é produto de um processo histórico de luta pela terra. São várias as intervenções de colonização de governos, tanto federal como estadual, muitas delas ainda inconclusas, deixando grande



parte de nós ainda mais vulneráveis, pois não temos o registro definitivo de nossas terras.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem se mostrado completamente despreparado para tratar o tema da construção da barragem junto à população atingida, criando uma série de falsas especulações que já afetam o planejamento e a produção local. Apesar do processo de licenciamento ambiental do projeto de barragem já estar avançado, nós NUNCA, eu repito, NUNCA, fomos informadas sobre o projeto, sua finalidade, suas dimensões, quem seria atingido, como seria atingido, quais seriam nossos direitos.

Essa situação nos revolta mas ao mesmo tempo não nos assusta, pois sabemos que é prática recorrente em obras de barragens o desrespeito às populações que vivem em áreas atingidas. Segundo o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, aprovado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e publicado em 2010, ao menos 16 direitos humanos são sistematicamente violados em obras de barragem no Brasil.

Prezados senhores. Queremos deixar claro que não somos contra o amplo e irrestrito acesso a água, riqueza fundamental para a vida humana. Contudo, não acreditamos que tal uso possa ser feita em bases tão injustas. Também não acreditamos que seja possível o uso da água sem que as bases naturais produtoras desse bem estejam saudáveis, preservadas. Queremos lembrar a todos aqui presente que a forte degradação ambiental na região está diminuindo a quantidade de água disponível. Nossas nascentes estão secando e nesse ano também faltou água em muitas comunidades.

A chamada crise hídrica, tão alardeada nos dias de hoje, não é apenas produto da falta de barragens de acumulação. A água também diminuiu. Não acreditamos que destruir o rio Guapiaçu, afogar o rio Guapiaçu, seja a técnica mais avançada, sustentável, de garantir a segurança hídrica da região metropolitana do Rio de Janeiro. Defendemos sim, a recuperação e a preservação ambiental, o reflorestamento das matas ciliares, a proteção das fontes do

Guapiaçu, o incentivo para uma agropecuária mais integrada ao meio ambiente. E ninguém é mais indicado para assumir esse compromisso do que nós que vivemos e amamos essa terra.

Ao final, senhoras e senhores, queremos deixar claro que de nossa vontade e força, não permitiremos que seja realizado qualquer diagnóstico e ou obra de barragem no leito do rio Guapiaçu sem que seja aprovado por todos os direitos de cada indivíduo atingido.

Lutaremos com toda nossa força para que a justiça seja feita de forma plena. Acreditamos que qualquer empreendimento que for aplicado deve trazer desenvolvimento e progresso para nós, bem como para toda a região.

Para quem é atingido, a barragem é muito mais que um muro que prende a liberdade de um rio. Um projeto de barragem deve carregar um projeto de uma nova terra, o projeto de uma nova casa, de uma nova escola, de uma nova estrada, etc. Que seja justa com todos, cuidando em especial dos mais velhos, cujas forças talvez não sejam suficientes para recomeçar a vida. E dando oportunidade para os mais jovens, para que se sintam estimulados a dar seguimento ao trabalho dos pais na roça, produzindo comida e vivendo na terra.

Continuaremos lutando para que todas as pessoas tenham terra boa para plantar; crédito para financiar os cultivos; casas dignas para moradia, benfeitorias para o beneficiamento da produção, estradas para escoar a produção e acesso aos nossos lares. Lutaremos por educação, formação técnica, acesso a energia elétrica de qualidade, equipamentos de saúde e de lazer para uma boa condição de vida.

Dessa forma, pedimos a essa instância que considere todas essas questões e assessorie o governo estadual para que esse possa tomar as melhores decisões e aplicá-las de maneira mais justa, sempre com o povo.

Pedimos também que diante de todas essas inseguranças, que esse conselho apóie a instituição de uma política estadual de direitos para as populações atingidas por barragens, marco institucional que

poderá dar as bases para o devido tratamento para esse caso, mas para outros que porventura ocorrerão.

Somos de Cachoeiras de Macacu, fruto dessa terra, e vamos retribuir toda gratidão a este chão lutando para nele permanecer!

Águas para vida, não para morte!

Muito obrigada!



ANEXO 5 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI\_RJ – BIÊNIO 2014-2016

RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016		
Entidade	Representante	
<b>PODER PÚBLICO</b>		
<b>Governo Federal (1 vaga Titular e 1 Suplente)</b>		
1	Titular 1 - Embrapa Solos	Rachel Bardy Prado
	Suplente 1 - VAGO	-
<b>Governo Estadual (5 vagas Titulares e 5 Suplentes)</b>		
2	Titular 1 - SEA <small>Secretaria de Estado do Ambiente</small>	Antônio Ferreira da Hora
	Suplente 1 - SEA <small>Secretaria de Estado do Ambiente</small>	José Edson Falcão de Farias
3	Titular 2 - INEA <small>Instituto Estadual do Ambiente</small>	Livia Soalheiro e Romano
	Suplente 2 - INEA <small>Instituto Estadual do Ambiente</small>	Marie Ikemoto
4	Titular 3 - INEA <small>Instituto Estadual do Ambiente</small>	Eliane Pinto Barbosa
	Suplente 3 - INEA <small>Instituto Estadual do Ambiente</small>	Moema Versiani Acelrad
5	Titular 4 - PGE	Carlos da Costa e Silva Filho
	Suplente 4 - DRM <small>Departamento de Recursos Minerais</small>	Elisa Bento
6	Titular 5 - FIPERJ <small>Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro</small>	Marina Fernandes Bez
	Suplente 5 - VAGO	-

**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016**

	<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
	<b>Governo Municipal (3 vagas Titulares e 3 Suplentes)</b>	
7	Titular 1 - Prefeitura de São João da Barra	Marcos Antônio de Sá Machado
	Suplente 1 - Prefeitura de Campos dos Goytacazes	Zacarias Albuquerque Oliveira
8	Titular 2 - Prefeitura de Volta Redonda	Carlos Amaro Chicarino
	Suplente 2 - Prefeitura de Barra Do Pirai	Waldemiro Barbosa de Andrade
9	Titular 3 - Prefeitura de São Fidélis	Gilqueline Barcelos Faria
	Suplente 3 - Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana	José Edmundo Victor

**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016**

Entidade	Representante
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	
<b>Associação Sociedade Civil com vínculo em Recursos Hídricos (5 vagas Titulares e 5</b>	
10 Titular 1 - Apedema-RJ	Nelson Rodrigues Reis / Gilberto Fugimoto de Andrade
Suplente 1 - Acampar-RJ	João Fernandes Lisboa Neto
11 Titular 2 - Apalma	Flávia Lanari Coelho
Suplente 2 - Instituto Ipanema	Teresa Priscila Ducasble Gomes
12 Titular 3 - Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói (CCRON)	Alexandre Carlos Braga
Suplente 3 - Instituto Interdisciplinar Rio Carioca	Roberto Machado de Oliveira
13 Titular 4 - Rede Ecológica Greenbelt	Ediel Caldas dos Santos
Suplente 4 - Associação de Moradores da Granja Guarani - AMAGG	David Michael Miller
14 Titular 5 - Instituto Terrazul	Marcos Sant'Anna Lacerda
Suplente 5 - O nosso vale! A nossa vida	Fátima de Lourdes Casarin
<b>Universidade (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>	
15 Titular 1 - UFRJ <small>Universidade Federal do Rio de Janeiro</small>	José Paulo Soares de Azevedo
Suplente 1 - VAGO	-
16 Titular 2 - UENF <small>Universidade Estadual do Norte Fluminense</small>	João Gomes de Siqueira foi p/ CBH BPSI. Aguardo email c substituição e novo nome p UENF.

RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016	
--	--

Entidade	Representante
----------	---------------

Suplente 2 - VAGO	-
-------------------	---

**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016**

Entidade		Representante
<b>Associações Técnico-Científicas de Recursos Hídricos (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>		
17	<b>Titular 1 - ABAS</b> Associação Brasileira de Águas Subterrâneas	Humberto José Tavares Rabelo de Albuquerque
	<b>Suplente 1 - VAGO</b>	-
18	<b>Titular 2 - ABES-RJ</b> Associação Bras. de Engenharia Sanitária e Ambiental	José Alfredo C. Sertã
	<b>Suplente 2 - VAGO</b>	-
<b>Comitês de Bacia Hidrográfica (3 vagas Titulares e 3 Suplentes)</b>		
19	<b>Titular 1 - CBH GUANDU</b> Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guandu e Guandu Mirim	Décio Tubbs Filho
	<b>Suplente 2 - CBH BG</b> Comitê da Região Hidr. da Bacia de Guariabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jicarepaguá	Suzana Cláudia Monteiro de Barros
20	<b>Titular 2 - CBH LSJ</b> Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Una	Dalva Rosa Mansur
	<b>Suplente 1 - CBH Macaé e das Ostras</b> Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras	Afonso Henrique de Albuquerque Junior
21	<b>Titular 3 - CBH Médio Paraíba do Sul</b> Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul	Vera Lúcia Teixeira
	<b>Suplente 3 - CBH Baixo Paraíba do Sul</b> Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul	João Gomes de Siqueira

**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016**

Entidade		Representante
<b>USUÁRIOS</b>		
<b>Serviço de Água e Esgoto (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>		
22	Titular 1 - CEDAE	Nélio Lopes Rodrigues
	Suplente 1 - Prolagos Concessionária de Serv. Público de Água e Esgoto	Keila Ferreira da Silva
23	Titular 2 - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	Cláudia Barros Afonso e Silva
	Suplente 2 - VAGO	-
<b>Indústria, Petróleo e Gás (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>		
24	Titular 1 - FIRJAN <small>Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro</small>	Jorge Vicente Peron Mendes / Eduardo Eugênio Gouvêia Vieira
	Suplente 1 - VAGO	-
25	Titular 2 - Instituto Aço Brasil	Pamela Ferreira dos Reis / Marcelo Bassi Costa
	Suplente 2 - Companhia Siderúrgica Nacional	Cláudio César Boscov Graffunder
<b>Geração de Energia Elétrica (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>		
26	Titular 1 - LIGHT	José Gomes Barbosa Júnior
	Suplente 1 - ENERGISA <small>Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia</small>	Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
27	Titular 2 - ELETRONUCLEAR	Barbara Christina Farah Montenegro Pithon
	Suplente 2 - EDF - NF <small>Usina Termelétrica Norte Fluminense</small>	Gláucio Freire

*EDF-NF e ELETRONUCLEAR combinaram rodízio: 1ª ano EDF titular e no 2ª ano Eletronuclear titular. (em março/2015). Inversão*

**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CERHI/RJ - Biênio 2014-2016**

	Entidade	Representante
<b>Comércio e Turismo/Lazer (1 vaga Titular e 1 Suplente)</b>		
28	Titular 1 - Fecomercio	Miguel Lasalvia / Vinicius Crespo
	Suplente 1 - VAGO	-
<b>Agricultura, Pecuária e Pesca (2 vagas Titulares e 2 Suplentes)</b>		
29	Titular 1 - ASFLUCAN Fluminense dos Plantadores de Cana <small>Associação</small>	Zenilson do Amaral Coutinho
	Suplente 1 - APROMEP dos Produtores Rurais da margem esquerda do rio Paraíba do Sul <small>Associação</small>	Joana Nascimento Siqueira
30	Titular 2 - FAERJ Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do RJ	Leopoldo Carrielo Erthal
	Suplente 2 - Sindicato Rural de Campos	José do Amaral Ribeiro Gomes



## ANEXO 6 – ATA DA REUNIÃO DE POSSE CERHI – RJ – BIÊNIO 2010-2012



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### ATA DA REUNIÃO DE POSSE CERHI-RJ - BIÊNIO 2010-2012

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46

Aos vinte e seis dias de fevereiro do ano de dois mil e dez, no auditório do INEA, na Avenida Venezuela nº 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início às 14h00, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI realizou sua reunião de Posse para o Biênio 2010-2012, tendo como relator a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson (Diretora de Gestão das Águas e do Território/INEA) e como presentes os Conselheiros Jaime Teixeira Azulay (NOVA CEDAE), Cláudia Barros (ÁGUAS DE NITERÓI S/A), Maria Luiza Ferreira da Silva (SAAETRI), João Vieira (LIGHT ENERGIA S/A), Luiza Cristina Krau (FURNAS S/A), Osvaldo de Freitas Borges (UTE-NF), Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN), Grace Monteiro (FECOMÉRCIO), Leopoldo Eugênio (FAERJ), Friedrich Herms (UERJ), José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Donato José (LAGOA VIVA), Paulo Canedo Magalhães (ABRH-RJ), Décio Tubos (COMITÊ GUANDU), Denival da Costa (COMITÊ MÉDIO PARAÍBA DO SUL), Mário Flávio (COMITÊ LAGOS SÃO JOÃO), Elias Fernandez de Souza (COMITÊ BAIXO PARAÍBA), Antenora Maria de M. Siqueira (CONSÓRCIO ITABAPOANA), Viviane S. G. de Melo (COMITÊ RIO DOIS RIOS), Dora Hees Negreiros (IBG), Ninon Machado de Faria (INSTITUTO IPANEMA), Rovani Souza Dantas (MERO), Maria Augusta F. Miguel (ONG RIO AMBIENTAL), Artur Messias da Silveira (PREFEITURA DE MESQUITA), Douglas Paulich Junior (PREFEITURA DE ITALVA), Madalena Sofia de Oliveira (PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI), Jackson Vogas de Aguiar (PREFEITURA BOM JARDIM), José Edmundo Victor (PREFEITURA DE BOM JESUS DE ITABAPOANA), Maxwell Souto Vaz (PREFEITURA DE MACAÉ), Marilene Ramos (SEA), Eloisa E. Torres (SEA), Luiz Firmino Martins (INEA), Rosa Maria Formiga (INEA), Fátima de Lourdes Casarin (INEA), Mônica Miranda Falcão (INEA), Helga Restum Hissa (SEAPPA), Nelson T. A. Filho (SEAPPA), Wilson Duarte de Araújo (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL), Flávio Luiz da Costa (DRM), como convidados Arnaldo Villa Nova, Carlos Henrique Sarmento, Luiz Gurgel, José Carlos Azevedo, Angelo José, Glaucio K. de Freitas, Regina M. Teixeira, Rachel Bardy Prado, Sylvana S. Moreira, Lúvia Neder, Grace Monteiro, Wagner G. Coutinho, Michel V. Lápido, Maria C. de Souza, Carlos Viveiros, Kátia Perobelli, Adacto B. Ottoni, Alvaro Nassaralla, Gláucia Sampaio, Elenilde Pas, Luiz Eduardo São Thiago, Marilena A. Correia, Ana Maria de Campos Pacheco, Ariane S. Teixeira, Maria Augusta, Cristina de O. Saiz, tendo como pauta: **Item 1** - Posse dos novos membros; **Item 2** - Eleição do novo Presidente do CERHI; **Item 3** – Demandas CERHI – Lei 5239/10 – lei delegatárias; **Item 4** – Calendário Anual; **Item 5** – Composição das CTs Institucional Legal, Instrumentos e Sistema de Gestão e Águas Subterrâneas; **Item 6** – Assuntos Gerais. Após contextualizar o Processo Eleitoral do CERHI e agradecimentos gerais a Plenária, a Sra. Marilene Ramos (SEA) lê a pauta e passa a palavra ao ex-Presidente do CERHI, Sr. Paulo Canedo Magalhães (ABRH-RJ), que resalta a importância do CERHI e dos Comitês na gestão dos Recursos Hídricos, diz ainda ser necessário um salto qualitativo em ambos, e agradece a todos pelo trabalho que vem sendo realizado. Sr. Luiz Firmino Martins (INEA) elogia a diretoria do CERHI e fala dos desafios para os novos membros, como a administração dos recursos da cobrança da CEDAE, a aprovação dos contratos de gestão dos Comitês de Bacia e os eventos esportivos previstos. Diz ser necessário elaborar uma espécie de cartilha para explicar aos Comitês os trâmites para a liberação dos recursos. Lembra que este ano será inaugurado o Centro de Controle Operacional onde serão reunidas todas as informações sobre água, ar e solo disponíveis dentro do INEA de forma digital, permitindo aos Comitês acessar dados importantes para seu funcionamento. Em seguida a palavra foi dada a Sra. Fátima de Lourdes Casarin (INEA) que fez um resumo do fórum eleitoral do CERHI, tranqüilo e muito participativo, os representantes foram escolhidos visando maior representatividade do Estado como um todo. Anuncia o resultado oficial: 1. PODER PÚBLICO: Governo Federal: MMA (titular), sem suplência, Governo Estadual: SEA-Secretaria de Estado do Ambiente (titular), e também suplente. INEA - Instituto Estadual do Ambiente ficou





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

47 com duas vagas titulares e duas suplências. SEAPPA-Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e  
48 Abastecimento com uma titularidade e uma suplência. SAÚDE-RIO - Secretaria de Saúde e Defesa  
49 Civil com uma titularidade sem suplência e DRM - Departamento de Recursos Minerais (titular)  
50 também sem suplência. Nas vagas destinadas ao Governo Municipal: Prefeitura de Mesquita (titular)  
51 e Prefeitura de Itaiva (suplente), Prefeitura de Barra do Piraí (titular) e Prefeitura de Bom Jardim  
52 (suplente), Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana (titular) e Prefeitura de Macaé (suplente); 2.  
53 SOCIEDADE CIVIL: IBG-Instituto Baía de Guanabara (titular), Instituto Ipanema - Instituto de  
54 Pesquisas Avançadas em Economia e Meio ambiente (suplente), MERO - Movimento Ecológico de  
55 Rio das Ostras (titular) e ONG Rio Ambiental (suplente), UERJ - Universidade do Estado do RJ (titular)  
56 e UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense (suplente), ABES-RJ - Associação Brasileira de  
57 Engenharia Sanitária e Ambiental (titular) e Lagoa Viva - Instituto Cultural e Ecológico (suplente),  
58 ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos (titular) e ABAS - Associação Brasileira de Águas  
59 Subterrâneas (suplente), CBH - GUANDU (titular) e CBH - Médio Paraíba do Sul (suplente), CBH -  
60 Lagos São João (titular) e Consórcio Lagos São João (suplente), CBH - Macaé (titular) e Consórcio  
61 MRA-3 (suplente), CBH - Baixo Paraíba do Sul (titular) e Consórcio Itabapoana (suplente), CBH - Dois  
62 Rios (titular) e CBH - Piabanha (suplente); 3. USUÁRIOS: Nova Cedae- Cia. Estadual de Águas e  
63 Esgotos, Águas de Niterói, SAAETRI - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios, FURNAS -  
64 Furnas Centrais Elétricas S/A, UTE - NF - Usina Termelétrica Norte Fluminense, FIRJAN - Federação  
65 das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e FAERJ - Federação de Agricultura, Pecuária e Pesca do  
66 Estado do RJ (titulares sem suplência), FECOMERCIO - Federação do comércio do Estado do Rio de  
67 Janeiro (titular) e Fazenda Soledade (suplente), LIGHT Energia S/A (titular) e ENERGISA - ENERGISA  
68 Soluções S/A Nova Friburgo (suplente), e, ainda, ASFLUCAN - Associação Fluminense de Plantadores  
69 de Cana (titular) e Sindicato Rural de Campos (suplente). Após salva de palmas, iniciou-se o segundo  
70 ponto de pauta: Item 2 - Eleição do novo Presidente do CERHI, onde a Sra. Luiza Cristina Krau de  
71 Oliveira (FURNAS) foi sugerida pelos Usuários para assumir a presidência e eleita por unanimidade,  
72 ela foi convocada à mesa, com as boas vindas da Sra. Marilene Ramos (SEA). Iniciou-se o discurso  
73 parabenizando o último presidente do CERHI, Sr. Paulo Canedo Magalhães (ABRH-RJ), e agradece a  
74 todos. Em seguida, Sr. Luiz Firmino Martins (Presidente do INEA) sugere que a Sra. Rosa Maria  
75 Formiga Johnsson (Diretora de Gestão das Águas e do Território/INEA) seja a Secretária Executiva do  
76 Conselho, e foi eleita por unanimidade. A partir daquele momento, a nova Presidente e a nova  
77 Secretária Executiva assumiram as suas funções. Entrou-se no próximo item de pauta Item 3 -  
78 Demandas CERHI - Lei 3239/10 - Lei das Delegatárias: Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson (Diretora  
79 de Gestão das Águas e do Território/INEA) esclareceu que esta Lei permite que o INEA e uma  
80 entidade delegatária celebrem um contrato de gestão mais rapidamente, solicitou uma reunião  
81 extraordinária em abril do presente ano para celebrar o contrato de gestão, pois ele necessitará de  
82 deliberações sobre o assunto. Diz que a AGEVAP futuramente assumirá funções de delegatária de  
83 quatro Comitês (Baixo Paraíba do Sul, Médio Paraíba do Sul, Piabanha e Rio Dois Rios), até o dia 26 o  
84 contrato de gestão INEA - AGEVAP será aprovado, e encaminhado ao CERHI para aprovação o mais  
85 rápido possível. Este contrato será celebrado com recursos oriundos da compensação financeira.  
86 Outros Comitês que caminham para o mesmo processo são: o Comitê Lagos São João e o Comitê  
87 Guandu. O ideal seria que no máximo até o final de Abril já se tenha algum contrato de gestão  
88 assinado. Fim dos informes o próximo item de pauta: Item 4 - Calendário Anual: Definido o  
89 calendário anual definido (Anexo 1). Próximo item de pauta: Item 5 - Composição das Câmaras  
90 Técnicas: Institucional Legal, Instrumentos e Sistema de Gestão e Águas Subterrâneas: Sra. Fátima de  
91 Lourdes Casarin (INEA) esclarece quais são as funções de cada uma destas Câmaras Técnicas de  
92 acordo com o disposto no Regimento Interno do CERHI-RJ (disponível no link:  
93 <http://www.inea.rj.gov.br/cerhi/regimento.asp>). As Câmaras Técnicas ficarem definidas com



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

94 composição conforme ANEXO 2. Após o intervalo, o seguinte ponto de pauta: Item 6 – Assuntos  
95 Gerais e Sra. Dora Hees Negreiros (IBG) convidou a todos para um evento a ser realizado pelo IBG no  
96 dia 24 de março de 2010 sobre o uso sustentável da água, e no dia 26 um curso para gestores. O  
97 próximo assunto tratado foi o Processo Eleitoral do CBH Baía de Guanabara, onde a Sra. Fátima de  
98 Lourdes Casarin (INEA) informou que a lista dos habilitados já está no site do INEA, anunciou assim a  
99 lista oficial, conforme ANEXO 3.

100

Paulo Canedo de Magalhães  
Presidente CERHI Biênio 2008-2010

Luiz Firmino Martins Pereira  
Secretário Executivo CERHI

Luiza Cristina Krau de Oliveira  
Presidente CERHI Biênio 2010-2012

---



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

101  
102

ANEXO I

Calendário de Reuniões / 2010

Mês	CERHI Conselho Est. de Rec. Hídricos (Última 4ªf. do mês ímpar - 13:30h)	CT - IL Institucional e Legal (Segunda 5ªf. do mês - 14:00h)	CT - IG Instr. e Sistemas de Gestão (Última 4ªf. do mês par - 14:00h)	CT - AS Águas Subterrâneas (Segunda 6ªf. do mês - 10:00h)
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-
Março	-	-	-	-
Abril	27.04.10 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208) (CANCELADA)	09.04.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	09.04.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	-
		EXTRAORDINÁRIA 14.04.2010 - 13:00h (Auditório do INEA - 6º andar)	EXTRAORDINÁRIA 14.04.2010 - 14:00h (Auditório do INEA - 6º andar)	



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		EXTRAORDINÁRIA 26.04.2010 - 13:00h (Auditório do INEA - 6º andar) (CANCELADA)	EXTRAORDINÁRIA 26.04.2010 - 13:00h (Auditório do INEA - 6º andar) (CANCELADA)	
Maio	26.05.2010 (Auditório da EMOP)	EXTRAORDINÁRIA 04.05.2010 - 13:00h (Auditório do INEA - 6º andar)	EXTRAORDINÁRIA 04.05.2010 - 13:00h (Auditório do INEA - 6º andar)	
		EXTRAORDINÁRIA 17.05.2010 - 10:00h (Sala de reunião SEA - 5º andar)	EXTRAORDINÁRIA 17.05.2010 - 10:00h (Sala de reunião SEA - 5º andar)	-
Junho	-	10.06.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	30.06.2010 (Sem sala definida por enquanto)	-
Julho	28.07.2010 (Sem sala definida por enquanto)	08.07.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	-	-
Agosto	-	12.08.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	25.08.2010 (Auditório do INEA - 6º andar)	-
Setembro	29.09.2010 (Auditório do INEA - 6º andar)	09.09.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	-	-
Outubro	-	14.10.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar)	27.10.2010 (Auditório do INEA - 6º andar)	-





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		andar - 208)		
Novembro	24.11.2010 (Sem sala definida por enquanto)	11.11.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	-	-
Dezembro	-	09.12.2010 (Sala reunião do INEA - 2º andar - 208)	29.12.2010 (Auditório do INEA - 6º andar)	-

Atualizado em 14/05/10 - Apno.

Local das reuniões: Av. Venezuela nº 110 - INEA



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II

Composição das Câmaras Técnicas do CERHI-RJ

104  
105  
106  
107  
108  
109

CT IL	CT IG
<p>PODER PÚBLICO</p> <p>1. INEA 2. PREF. DE MACAÉ</p>	<p>PODER PÚBLICO</p> <p>1. INEA 2. PREF. DE MESQUITA 3. PREF. BARRA DO PIRAÍ 4. DEFESA CIVIL</p>
<p>USUÁRIOS</p> <p>3. CEDAE 4. FIRJAN 5. ASFLUCAN</p>	<p>USUÁRIOS</p> <p>5. LIGHT 6. ÁGUAS DE NITERÓI 7. CEDAE 8. UTE</p>
<p>SOCIEDADE CIVIL</p> <p>6. IBG 7. ABES 8. C. LAGO SÃO JOÃO 9. C. MÉDIO PARAÍBA 10. UERJ</p>	<p>SOCIEDADE CIVIL</p> <p>9. C. ITABAPOANA 10. MERO</p>

110  
111

---



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

112

ANEXO III

113

PROCESSO ELEITORAL PARA COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO

114

COMITÊ DA BAIJA DE GUANABARA

115

116

MANDATO DE TRANSIÇÃO - LISTA DOS HABILITADOS

USUÁRIOS ( 20 vagas)
<b>SETOR DE SANEAMENTO (4)</b>
1. Nova CEDAE
2. Águas de Niterói
3. vago
4. vago
<b>SETOR DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS (6)</b>
5. Firjan
6. Petrobras
7. Rio de Janeiro Refrescos LTDA
8. BAYER
9. Indústria Brasileira de Filmes S/A IBF
<b>SETOR DE IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO (4)</b>
Sem inscrições
<b>SETOR DE PESCA, TURISMO, LAZER E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS (3)</b>
Sem inscrições
<b>SETOR DE EXTRAÇÃO MINERAL (2)</b>
Sem inscrições
<b>SETOR DE GERAÇÃO DE ENERGIA (1)</b>
Sem inscrições

117

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (20 vagas)
1. ABAS-RJ
2. ABES-RJ
3. APALMA
4. CCRON Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói
5. Conselho Comunitário de Maricá
6. IBG - Instituto Baía da Guanabara
7. Instituto BioAtlântico
8. Instituto Cultural e Ecolg. Lagoa Viva





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9. Instituto Ipanema
10. OMA - BRASIL
11. ONG RIO Ambiental
12. PUC-RJ
13. UERJ

## ANEXO 7 – LINHA DO TEMPO BARRAGEM DO GUAPIAÇU

DATA	EVENTO	OBSERVAÇÕES
<b>1988</b>	Constituição federal de 1988 prevê o procedimento administrativo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.	
<b>1997</b>	Lei Federal de Recursos Hídricos - Lei 9.433/1997	<a href="http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03f0e6c032567c30072625b">http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03f0e6c032567c30072625b</a>
<b>1999</b>	Lei Estadual de Recursos Hídricos - Lei 3.239/1999	
<b>2004</b>	Regulamentação da cobrança pelo uso da água de domínio estadual no RJ (Lei 4.247/03 e regulamentos posteriores)	
<b>2005</b>	Decreto Estadual nº 38.260/2005 instituiu o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e foi modificado pelo Decreto Estadual nº 45.462 de 25.11.2015.	
<b>2005</b>	O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara foi elaborado em 2005.	O referido documento propõe o planejamento dos recursos hídricos considerando um horizonte de 15 anos (2005 a 2020).
<b>26/03/2008</b>	COMPERJ - licença prévia (LP) FE 013990, concedida em 26 de março de 2008, aprovou a concepção e localização de todo o complexo petroquímico.	
<b>28/03/2008</b>	COMPERJ - primeira licença de instalação (LI) FE 014032, de 28 de março de 2008, autorizando a implantação da infraestrutura de urbanização da área, incluindo, dentre outras atividades, a terraplanagem e drenagem do terreno.	

<b>24/11/2009</b>	CBH-BG recebe ofício do Procurador da República, Lauro Coelho, em nome de Sr. Carlos Buarque Viveiros, como Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, o Ofício N°. 774/2009 de 24/11/09, referente à Inquérito Civil Público, que tramita na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, instaurado a partir de representação, noticiando a existência de estudos realizados pela extinta FEEMA, com o objetivo de propor soluções para o abastecimento de água da região atendida pelo sistema Imuna-Laranjal, que também será afetada pela demanda gerada pelo COMPERJ.	O Procurador da República, Lauro Coelho requisita, no prazo de vinte dias, a contar do recebimento deste, manifestação sobre: 1 - estudos acerca das possíveis soluções para o abastecimento de água da região leste da Baía de Guanabara, a fim de atender os déficits hídricos nas regiões atendidas pelo sistema Imuna-Laranjal e do COMPERJ. 2 - A existência de opção pela construção de uma grande barragem no rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu, obra que geraria dano decorrente do alagamento de grande área de plantio, em detrimento de opção, supostamente menos grave, da construção de cinco pequenas barragens (em caso positivo, informar a maneira através da qual foi feita a opção, assim como as razões que a motivaram). 3 - A existência de processo de licenciamento ambiental de algum destes empreendimentos. 4 - A existência de reuniões ou audiências públicas para consultas e esclarecimento da população afetada. Ademais, tendo em vista que, a época da elaboração do Plano Direto da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, não foi contemplado, requisita esclarecimentos, também, se houve alguma alteração no Plano, face à vinda do mencionado COMPERJ.
<b>17/08/2012</b>	COMPERJ - Licenças prévia do emissário terrestre e do submarino do LP IN020510, 17 de agosto de 2012.	
<b>27/7/2012</b>	Licenciamento Ambiental da barragem do Guapiaçu, processo n° E-07 /508365/2012, de 27/7/2012, INEA-RJ	SEA / INEA
<b>29/10/2012</b>	Procuradoria da República no Município de São Gonçalo-RJ, instaurou o Inquérito Civil Público - ICP 1.30.020.000325/20012-10 de 29/10/2012 para acompanhar "adequação do projeto de construção da barragem no Rio Guapiaçu ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara".	Procuradoria da República no Município de São Gonçalo - conclusão de que o maior erro da SEA-RJ foi não ouvir a população nem este Comitê (Volume 1 - Despacho de 01 fevereiro de 2013) Fonte: <a href="http://rj.rap.gov.br/barragem-do-rio-guapiacu-cachoeiras-de-macacurj/">http://rj.rap.gov.br/barragem-do-rio-guapiacu-cachoeiras-de-macacurj/</a>
<b>16/05/2013</b>	COMPERJ - LPI IN023172, referente à concepção, localização e implantação da adutora responsável pelo reuso de água da estação de tratamento de água Guandu, que fará o abastecimento industrial do empreendimento, concedida em 16 de maio de 2013.	
<b>4/07/2013</b>	COMPERJ - Licença de instalação do emissário terrestre e do submarino, LI IN023703, concedidas em e 04 de julho de 2013.	
<b>Agosto de 2013</b>	Deliberação da comissão técnica de análise de Projetos- CETAP, que determina a paralisação do projeto conduzido pelo Estado. (Fonte: ata da 31ª reunião ordinária do CBH-BG, 29 de agosto de 2013)	Deliberação da Câmara Técnica de Análise de projeto CTAP, de 13/08/2013, constando na pág. 289 a suspensão imediata do projeto da barragem por 10 meses, assinada pelo Sr. Sérgio Pinheiro - informação disponível no ICP 1.30.020.000325/20012-10.

<b>Setembro de 2013</b>	Barragem do rio Guapiaçu - Estudo de Impacto Ambiental foi apresentado em setembro de 2013.	
<b>Setembro de 2013</b>	Publicado o Decreto Expropriatório nº 44.403, que declara de interesse social para fins de desapropriação a área de terras e benfeitorias situadas no lugar denominado Urindy, na zona rural, 3º Distrito de Cachoeiras de Macacu.	<a href="http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/375673148/reexame-necessario-reex-4217893120138190001-rio-de-janeiro-central-de-assessoramento-fazendario/inteiro-teor-375673156">http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/375673148/reexame-necessario-reex-4217893120138190001-rio-de-janeiro-central-de-assessoramento-fazendario/inteiro-teor-375673156</a>
<b>12/09/2013</b>	Ação popular na Justiça Estadual, Processo Nº 0421789-31.2013.8.19.0001, 15ª Vara de Fazenda Pública.	Na Justiça Estadual questiona-se o fato do decreto expropriatório ter sido feito antes de se conhecer o projeto básico da obra, alegando que as desapropriações podem ser inúteis, gerando desperdício de dinheiro público, caso o projeto pretendido pelo governo não se materialize.
<b>1/11/2013</b>	Publicado o Decreto Expropriatório nº 44.457, de 1/11/2013, declarando a utilidade pública das áreas e benfeitorias atingidas, necessárias à implantação da barragem do Rio Guapiaçu localizadas no município e Cachoeiras de Macacu.	<a href="http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/375673148/reexame-necessario-reex-4217893120138190001-rio-de-janeiro-central-de-assessoramento-fazendario/inteiro-teor-375673156">http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/375673148/reexame-necessario-reex-4217893120138190001-rio-de-janeiro-central-de-assessoramento-fazendario/inteiro-teor-375673156</a>
<b>17/12/2013</b>	Ação popular na Justiça Federal, nº 0032997-13.2013.4.02.5101, 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	Na justiça federal alega-se que a maioria das áreas ainda estão em domínio da União e que o Estado não pode expropriar bem público federal (art 2º, §2º do DL 3.365/41).
<b>01/02/2014</b>	Petição realizada pela Associação de Moradores do Vecchi e Adjacências; Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/CM, dirigida ao Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara.	Moradores, produtores e trabalhadores da Bacia Hidrografia da Baía de Guanabara dos distritos de Anil, Quizanga, Sebastiana, Serra Queimada, Ilha do Vecchi, Vecchi, todos integrantes do Município de Cachoeiras de Macacu - RJ
<b>27/02/2014</b>	Ato na RJ 122 com cerca de 350 pessoas - abertura de diálogo direto com a ALERJ.	
<b>17/03/2014</b>	Memorando n.33/2014: APA de Guapimirim e ESEC Guanabara solicitam análise do EIA/RIMA referente ao projeto da barragem ao ICMBIO.	Pres. Maurício Barbosa Muniz - APA Guapimirim /Pres. Klintos Vieira Senra - ESEC Guanabara /Coord. Luis Felipe de Luca - ICMBIO.
<b>17/03/2014</b>	Solicitação de parecer jurídico sobre atuação do Estado do Rio de Janeiro em projeto de aproveitamento adequado dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Guapiaçu.	Solicitante: A Associação de Moradores do Vecchi e Adjacências. Solicitado: Luiz Oliveira Castro Jungstedt. Professor Direito Público – Universidade Federal Fluminense - UFF OAB/RJ nº 66923.
<b>26/03/2014</b>	Ato na capital, com a presença de 27 pessoas de Macacu - abertura de diálogo com Petrobras e BNDES.	
<b>28/04/2014</b>	Reunião Ampliada da Comissão de Trabalho da ALERJ – concluiu-se pela necessidade de solicitar o imediato cancelamento ou anulação do licenciamento ambiental da Barragem do Guapiaçu, em tramitação.	Fonte: <a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/audiencia-re-ne-mais-400-atingidos-em-cachoeiras-macacu">http://www.mabnacional.org.br/noticia/audiencia-re-ne-mais-400-atingidos-em-cachoeiras-macacu</a>
<b>27/05/2014</b>	Ato na capital com a presença de 150 pessoas (atingidos, levante popular da Juventude, Petroleiros e outros) - suspensão temporária do licenciamento ambiental / promessa de diálogo direto com os/as atingidos/as sobre as alternativas.	Fonte: <a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-conquistam-suspens-do-licenciamento-barragem-no-rio">http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-conquistam-suspens-do-licenciamento-barragem-no-rio</a>

<b>28/05/2014</b>	Arquivamento temporário do processo pelo INEA (Proc. No.: E-07/508365/2012)	NOTIFICAÇÃO: "Em conformidade com a legislação de controle ambiental vigente, fica V.Sa. notificada que em atendimento ao Ofício SEA/SSPIE No 085/2014, recebido pelo Inea em 27 de maio de 2014, o processo de requerimento de Licença Prévia no E-07/508.365/2012 referente a implantação da Barragem de Guapiaçu, foi arquivado temporariamente e sua análise foi suspensa até que sejam apresentados novos estudos e atendidas as exigências complementares."
<b>22/07/2014</b>	Realizada reunião organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que reuniu cerca de 200 pessoas, entre membros do executivo municipal, do legislativo, Comitê de Bacias e demais lideranças locais.	Fonte: <a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/prefeito-cachoeiras-macacu-se-diz-contra-constru-da-barragem-no-rio-guapia-u">http://www.mabnacional.org.br/noticia/prefeito-cachoeiras-macacu-se-diz-contra-constru-da-barragem-no-rio-guapia-u</a>
<b>11/02/2015</b>	O secretário do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, André Corrêa, recebeu uma comissão do município de Cachoeiras de Macacu composta por 10 atingidos e o prefeito Cica Machado hoje, as 10 horas, na sede do INEA.	A reunião busca esclarecer questões relativas ao projeto de construção de uma barragem no Rio Guapiaçu. Dentre as pautas que serão discutidas está a preservação do rio Guapiaçu, a política de direitos dos atingidos e a solicitação de uma audiência na comunidade ameaçada com a presença do secretário. Fonte: <a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-guapia-u-se-re-nem-com-secret-rio-do-meio-ambiente-do-estado-do-rj">http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-guapia-u-se-re-nem-com-secret-rio-do-meio-ambiente-do-estado-do-rj</a>
<b>14/12/2015</b>	Aceite de complementação do EIA/RIMA pelo INEA	Informação disponibilizada pelo MP/RJ ( <a href="http://rj.rap.gov.br/barragem-do-rio-guapi-acu-cachoeiras-de-macacurj/">http://rj.rap.gov.br/barragem-do-rio-guapi-acu-cachoeiras-de-macacurj/</a> ). Em contato com o INEA, o Sr. Edson Falcão (e-mail de 25/08/2016), coordenador do GT Guapiaçu, informa que desconhece tal documento, e que não tem registro de entrega de nenhum material complementar.